



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 79, QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 54ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 25 DE MAIO DE 2021

| | |
|---|----|
| 1.1 – ABERTURA | 10 |
| 1.2 – ORDEM DO DIA | |
| 1.2.1 – Item 1 | |
| Projeto de Lei de Conversão nº 8/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1018/2020), que <i>dispõe sobre valores de taxa e contribuições relativas a telecomunicações, radiodifusão e indústria cinematográfica. Aprovado com alterações</i> , após Parecer nº 106/2021-PLEN-SF , proferido pelo Senador Vanderlan Cardoso; Emendas nºs 14 a 29-PLEN ; e Requerimentos nºs 1563, 1568 a 1574, 1576, 1579, 1580, 1583 e 1585/2021 (prejudicada a Medida Provisória nº 1018/2020)(votação nominal). À Câmara dos Deputados. | 12 |
| 1.2.2 – Item 2 | |
| Projeto de Lei nº 4909/2020, do Senador Flávio Arns, que <i>altera a Lei de diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Aprovado com emendas</i> , nos termos do Parecer nº 107/2021-PLEN-SF , proferido pelo Senador Styvenson Valentim. À Câmara dos Deputados. | 47 |
| 1.2.3 – Item 3 | |
| Projeto de Lei nº 5228/2019, do Senador Irajá, que <i>institui a Nova Lei do Primeiro Emprego - Lei Bruno Covas, e dá outras providências. Aprovado com emendas</i> , nos termos do Parecer nº 108/2021-PLEN-SF , proferido pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo; após Emendas nºs 1 a 5-CAS e 6 a 39-PLEN . À Câmara dos Deputados. | 51 |
| 1.2.4 – Item 4 | |
| Projeto de Decreto Legislativo nº 74/2020, que <i>aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 2 de maio de 2013. Aprovado</i> . À promulgação. | 64 |
| 1.2.5 – Convocação de Sessão | |
| Convocação de sessão deliberativa remota para amanhã, às 16 horas. | 66 |
| 1 2 – ENCERRAMENTO | 66 |



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 54ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 8/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1018/2020), que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11 de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009. 68

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 8/2021(proveniente da Medida Provisória nº 1018/2020)

Emendas nºs 14 a 29-PLEN 83

Parecer nº 106/2021-PLEN-SF 119

Requerimentos nºs 1563, 1566, 1568 a 1574, 1576 a 1580, 1583, 1585 a 1589/2021 133

Listas de votação 189

2.2.2 – Projeto de Lei nº 4909/2020

Parecer nº 107/2021-PLEN-SF 199

2.2.3 – Projeto de Lei nº 5228/2019

Emendas nºs 1 a 5-CAS e 6 a 39-PLEN 209

Parecer nº 108/2021-PLEN-SF 300

Requerimentos nºs 1575, 1581 e 1584/2021 317

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Indicação

Nº 33/2021, da Comissão Temporária COVID-19, que sugere, ao Ministério da Saúde, que sejam adotadas providências para garantir a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra COVID-19; bem como orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros. 324

3.1.2 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1416/2019, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos. 328



3.1.3 – Projetos de Lei

| | |
|--|-----|
| Nº 1931/2021, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, que “autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996”, para aumentar o prazo de prorrogação dos contratos temporários referidos. | 333 |
| Nº 1932/2021, do Senador Jayme Campos, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o abastecimento de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde nos entes da federação será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque. | 337 |
| Nº 1942/2021, do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de nascimento ou adoção. | 341 |
| Nº 1951/2021, do Senador Angelo Coronel, que altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, acrescenta o art. 16-E, para dar destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Eleitoral, e o art. 16-F, para obrigar o preenchimento mínimo de 15% das cadeiras às mulheres nas eleições proporcionais. | 345 |
| Nº 1953/2021, do Senador Carlos Viana, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP). | 353 |

3.1.4 – Requerimentos

| | |
|---|-----|
| Nº 1565/2021, do Senador Paulo Rocha e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos, destinada a debater a Medida Provisória nº 1031/2021. | 359 |
| Nº 1567/2021, do Senador Omar Aziz, de retirada do Projeto de Lei nº 1912/2021. | 362 |
| Nº 1582/2021, do Senador Jader Barbalho, de inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2564/2020. | 364 |
| Nº 1591/2021, do Senador Jaques Wagner e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos, destinada a debater a educação ambiental para uma nova geração ecológica. | 367 |
| Nº 1592/2021, do Senador Carlos Viana, de retirada do Projeto de Lei nº 1808/2021. | 373 |

PARTE III

4 – ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE - SIS

| | |
|---|-----|
| Ata da 194ª Reunião, realizada em 10 de março de 2021 | 376 |
| Ata da 195ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2021 | 377 |
| Ata da 196ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2021 | 379 |

5 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

| | |
|----------------------|-----|
| Nºs 2 a 6/2021 | 382 |
|----------------------|-----|

6 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



| | |
|---|-----|
| N ^{os} 6 e 8/2021 | 392 |
| 7 – PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL | |
| N ^{os} 6 e 7/2021 | 397 |
| 8 – PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO | |
| N ^{os} 2, 4 e 6 a 11/2021 | 401 |
| 9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL | 409 |
| 10 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA | 412 |
| 11 – LIDERANÇAS | 413 |
| 12 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS | 415 |
| 13 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | 420 |
| 14 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES | 426 |
| 15 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 473 |



Ata da 54ª Sessão, Deliberativa Remota,
em 25 de maio de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 38 minutos e encerra-se às 20 horas e 43 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

54ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas

Presenças no período: 25/05/2021 15:00:00 até 25/05/2021 20:45:00

Votos no período: 25/05/2021 15:00:00 até 25/05/2021 20:45:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença | Voto |
|-----------|----|--------------------|----------|------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | X | X |
| Cidadania | SE | Alessandro Vieira | X | X |
| Podemos | PR | Alvaro Dias | X | X |
| PSD | BA | Angelo Coronel | X | X |
| PSD | MG | Antonio Anastasia | X | X |
| PSD | MT | Carlos Fávaro | X | X |
| PL | RJ | Carlos Portinho | X | X |
| PSD | MG | Carlos Viana | X | X |
| DEM | RR | Chico Rodrigues | X | X |
| PROGRES | PI | Ciro Nogueira | X | X |
| MDB | RO | Confúcio Moura | X | X |
| PROGRES | PB | Daniella Ribeiro | X | X |
| MDB | SC | Dário Berger | X | X |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | X | X |
| MDB | AM | Eduardo Braga | X | X |
| Podemos | CE | Eduardo Girão | X | X |
| MDB | TO | Eduardo Gomes | X | X |
| Cidadania | MA | Eliziane Gama | X | X |
| PROGRES | PI | Elmano Férrer | X | X |
| PROGRES | SC | Esperidião Amin | X | X |
| REDE | ES | Fabiano Contarato | X | X |
| MDB | PE | Fernando Coelho | X | X |
| PROS | AL | Fernando Collor | X | X |
| Podemos | PR | Flávio Arns | X | X |
| Republica | RJ | Flávio Bolsonaro | X | X |
| PSL | SP | Giordano | X | X |
| PT | PE | Humberto Costa | X | X |
| PSD | TO | Irajá | X | X |
| PSDB | DF | Izalci Lucas | X | X |
| PT | BA | Jaques Wagner | X | X |
| MDB | PE | Jarbas Vasconcelos | X | X |
| DEM | MT | Jayne Campos | X | X |
| PT | RN | Jean Paul Prates | X | X |
| Podemos | GO | Jorge Kajuru | X | X |
| PL | SC | Jorginho Mello | X | X |
| PSDB | SP | José Serra | X | X |
| PROGRES | TO | Kátia Abreu | X | X |
| Podemos | RS | Lasier Martins | X | X |
| PSB | DF | Leila Barros | X | X |
| PSD | AP | Lucas Barreto | X | X |
| PROGRES | RS | Luis Carlos Heinze | X | X |
| MDB | GO | Luiz do Carmo | X | X |
| PROGRES | AC | Mailza Gomes | X | X |
| MDB | PI | Marcelo Castro | X | X |
| Podemos | ES | Marcos do Val | X | X |

Emissão 25/05/2021 20:47:08





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

54ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas

Presenças no período: 25/05/2021 15:00:00 até 25/05/2021 20:45:00

Votos no período: 25/05/2021 15:00:00 até 25/05/2021 20:45:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença | Voto |
|-----------|----|-------------------------|----------|------|
| DEM | RO | Marcos Rogério | X | X |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | X | X |
| Republica | RR | Mecias de Jesus | X | X |
| PSD | MS | Nelsinho Trad | X | X |
| MDB | PB | Nilda Gondim | X | X |
| PSD | AM | Omar Aziz | X | X |
| Podemos | PR | Oriovisto Guimarães | X | X |
| PSD | BA | Otto Alencar | X | X |
| PT | RS | Paulo Paim | X | X |
| PT | PA | Paulo Rocha | X | X |
| PSDB | AM | Plínio Valério | X | X |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | X | X |
| Podemos | DF | Reguffe | X | X |
| MDB | AL | Renan Calheiros | X | X |
| PSDB | MA | Roberto Rocha | X | X |
| PSDB | AL | Rodrigo Cunha | X | X |
| DEM | MG | Rodrigo Pacheco | X | |
| PT | SE | Rogério Carvalho | X | X |
| PL | RJ | Romário | X | X |
| MDB | ES | Rose de Freitas | X | X |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | X | X |
| MDB | MS | Simone Tebet | X | X |
| PSL | MS | Soraya Thronicke | X | X |
| Podemos | RN | Styvenson Valentim | X | X |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | X | X |
| PSD | GO | Vanderlan Cardoso | X | X |
| MDB | PB | Veneziano Vital do Rêgo | X | X |
| PL | MT | Wellington Fagundes | X | X |
| PDT | MA | Weverton | X | X |
| PROS | RN | Zenaide Maia | X | X |
| PSC | PA | Zequinha Marinho | X | X |

Compareceram 76 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As mãos serão baixadas no sistema remoto, e, neste momento, estão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

A presente sessão deliberativa remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 2020), tendo como Relator o Senador Vanderlan Cardoso;

– Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, do Senador Flávio Arns, tendo como Relator o Senador Styvenson Valentim;

– Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, do Senador Irajá, tendo como Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2020, tendo como Relator o Senador Marcos do Val e Relator *ad hoc* o Senador Flávio Arns.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Como de praxe nas nossas sessões deliberativas do Senado Federal, eu concedo a palavra, por cinco minutos, a um representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus, presidida pelo Senador Confúcio Moura.

V. Exa. tem a palavra, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, hoje quem vai falar é o Senador Wellington Fagundes. Pode passar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, passo a palavra ao eminente Relator da Comissão, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agora estamos ouvindo V. Exa., Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer imensamente ao Presidente Confúcio e a todos os membros da Comissão Interna da Covid, em função da visita que fizemos também, é claro, com todo o apoio de V. Exa., à empresa de saúde animal em Cravinhos, Município próximo a Ribeirão Preto. Estávamos também acompanhados do Ministro da Saúde, Ministro Queiroga, da Ministra Flávia Arruda, a Ministra de Governo, bem como da Anvisa, de dois cientistas – inclusive, um deles é ligado à Universidade de Oxford –, de outras tantas autoridades que estavam conosco, de Deputados Federais.

Eu quero, Sr. Presidente, trazer aqui a palavra de quem viu *in loco*, constatou e, inclusive, ouviu que o Brasil tem, a partir da saúde animal, uma das melhores indústrias da América Latina de saúde humana e animal na fabricação de vacinas, com toda a biossegurança, como a gente sempre falou, com biossegurança máxima, NB4. Inclusive, dentro dessa mesma planta, há duas indústrias: uma indústria de vacina, a vacina de vírus inativado, que, inclusive, fabrica, há mais de 20 anos, a vacina da febre aftosa, que tem o mesmo princípio da vacina CoronaVac – essa indústria está produzindo há mais de 20 anos, e nunca tivemos um problema de escape de vírus –; da mesma forma, dentro dessa planta, também temos outra indústria a partir do vírus recombinado ou RNA.



Então, as duas tecnologias no mundo de fabricação de vacina hoje, a partir do vírus inativado, principalmente da vacina CoronaVac, da China, que hoje o Instituto Butantan está envasando... O Instituto Butantan está apenas envasando, porque – é importante dizer – nós não produzimos nenhuma dose de vacina até hoje no Brasil. O que o Brasil fez foi importar a vacina em grandes botijões, bombonas, como se chama, e lá é envasada, e da mesma forma ocorre na Fiocruz. Mas é importante, é claro, o fato de que esses dois institutos estão construindo as suas fábricas e também desenvolvendo as suas pesquisas.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, como o tempo é curto, afirmar que o Brasil pode, sim, em pouco tempo, ser produtor de vacinas, com certeza até ajudado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Também tive muitas conversas com o Ministro Marcos Pontes.

No Brasil, felizmente, hoje conseguimos já estar com o PLN para também devolver, ou seja, fazer com que o recurso que tinha sido bloqueado da nossa pesquisa... São quatro pesquisas brasileiras. Então, são R\$415 milhões. Inclusive, fizemos uma emenda também para melhorar ainda mais esses recursos porque entendemos que, urgentemente, o Brasil tem que buscar a vacina onde houver, importando essas vacinas, seja o IFA, seja a vacina já embalada, como tem feito também a Fiocruz. Até foi feita a importação agora da Pfizer por parte do Ministério.

Mas também o Brasil, Sr. Presidente, tem que investir. Nós temos que produzir vacinas, seja através de transferência tecnológica, mas, principalmente, temos que produzir vacinas com tecnologia desenvolvida 100% aqui no Brasil. Isso é o que nos vai dar total independência. E nós podemos... Temos cientistas competentes e podemos, então, é claro, em médio espaço de tempo, ter a vacina aqui. Isso é muito importante. Por quê? Principalmente com as novas variantes do vírus, com as cepas surgidas em Manaus, no Rio de Janeiro, com o cruzamento que houve com uma cepa da África do Sul e, agora, principalmente com esse navio que chegou com pessoas contaminadas da Índia e já com brasileiros contaminados, mais do que nunca, Sr. Presidente, nós temos que buscar a solução da produção de vacina. Isso é imperativo, isso é condicionante, isso é necessário.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, de estar... Vou apresentar um requerimento para que a gente possa fazer uma sessão plenária para discutir exatamente as condicionantes que o Brasil precisa ter para fabricar a vacina. Mas, como V. Exa. colocou sempre, temos que nos unir, ou será o caos, inclusive na produção da vacina brasileira. É vacina, vacina e vacina!

Agradeço, mais uma vez, ao Presidente Confúcio e a todos os Senadores que compõem hoje a Comissão da Covid.

Um grande abraço! Felicidades!

Pedimos a Deus que nos ajude, porque este momento realmente é um momento de guerra, e não temos como perder tempo. Já perdemos muito tempo no Brasil ao não buscar ter a solução com um parque industrial tão grandioso como é o nosso.

Um grande abraço ao Sr. Presidente e a todos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Wellington Fagundes. Cumprimento V. Exa., assim como os demais membros da Comissão de Acompanhamento da Covid pelo trabalho realizado.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, é mais um alerta. Eu estou muito preocupado porque a medida provisória do salário mínimo vence agora no dia 1º, na terça-feira. Não foi votada na Câmara, e a minha preocupação é porque ela vai chegar aqui ao Senado naquela correria.

Então, o alerta que eu quero fazer, é claro, é dirigido à população, mas também ao Líder do Governo. É urgente que a medida provisória seja votada até, no máximo, terça-feira nas duas Casas. Senão, o que



vai acontecer? Aquelas pessoas que dependem do salário mínimo – aposentados, os que recebem o BPC e outros milhares de pessoas – vão ter o salário mínimo reduzido para R\$1.045. São R\$55 a menos, mas isso faz falta, Sr. Presidente. É, no mínimo, no mínimo, a perda de dois pãezinhos por dia. Para quem tem fome, até pãozinho faz falta.

Era essa a questão de ordem, bem direta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

É muito pertinente a questão de ordem ou o pela ordem de V. Exa. Vamos buscar informações sobre a MP 1.021, que tramita na Câmara dos Deputados inicialmente e que ainda não foi apreciada naquela Casa. Buscaremos informações quanto ao momento de apreciação e de aprovação dessa MP na Câmara e, imediatamente, a submeteremos ao Plenário do Senado Federal.

Agradeço a advertência importante de V. Exa.

Anuncio o Item 1 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, que dispõe sobre valores de taxa e contribuições relativas a telecomunicações, radiodifusão e indústria cinematográfica (proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 2020). **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Durante o prazo regimental, foram apresentadas 13 emendas.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 14 a 29, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

A Emenda nº 14 foi retirada pelo autor.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados em substituição à Comissão Mista, tendo como Relator o Deputado Paulo Magalhães, favorável à medida provisória e a parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 20 de maio, e seu prazo de vigência se esgota no dia 30 de maio.

A matéria depende de parecer no Senado Federal.

Faço a designação do Senador Vanderlan Cardoso para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sr. Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para proferir parecer.) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Senadoras, Senadores, primeiramente, eu quero agradecer pela confiança em me designar Relator de tão importante matéria.

Também quero agradecer ao meu Líder, Senador Nelsinho Trad, o Líder do meu partido, por me confiar também essa indicação, assim como ao Senador Fernando Bezerra, nosso Líder, e ao Eduardo Gomes, Líder no Congresso.

Quero agradecer também, Sr. Presidente, ao Sr. Marcos Augusto, que foi quem nos ajudou na elaboração deste parecer, nesta relatoria, e à equipe de apoio também do meu gabinete.

Sr. Presidente, sou entusiasta da ciência e da tecnologia desde a minha juventude. Aqui, no Senado Federal, assumi, em meu primeiro ano de mandato, a Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT) e trabalhei com muito entusiasmo e dedicação. O resultado foi que, junto com outros colegas Senadores, conseguimos desengavetar e apreciar mais de 500 matérias. Com isso, a pauta da Comissão foi praticamente zerada na época. Uma dessas matérias destravadas foi justamente o PLC 79, de 2016, que ficou mais conhecido como a nova Lei da Banda Larga. Se, antes, eu



já tinha orgulho de trabalhar com esta área de ciência e tecnologia, mais ainda agora neste período de pandemia da Covid-19, em que a internet de boa qualidade é extremamente necessária para as nossas escolas e para todas as atividades remotas que todos nós estamos executando. A inclusão digital na educação será uma das grandes beneficiadas, pois o número de estações terrenas de pequeno porte ligadas ao serviço de internet pode sair, Sr. Presidente, de 350 mil para 750 mil unidades. Todos aqui sabem que este é um tema de que gosto muito e que, por isso, agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de relatar esta importante medida provisória.

Parecer de Plenário, Sr. Presidente – passo à leitura.

Parecer de Plenário sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020, que altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

Relatório.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, é proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.018, de 2020.

Composta por apenas quatro artigos, a MPV nº 1.018, de 2020, tem como objetivo reduzir a carga tributária incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte, com diâmetro inferior a 2,4 metros, conhecidas como VSAT. Essa tecnologia é adequada para o fornecimento de conexões à internet em áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, geralmente carentes de outros serviços de telecomunicações que provejam acesso à rede mundial de computadores.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição prevê alteração no Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que instituiu o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), reduzindo de R\$201,12 para R\$26,83 o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) devida pelos prestadores do serviço no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento de cada antena. Essa redução implica a diminuição do valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) devida anualmente pelos prestadores de serviço para a fiscalização das antenas, que passará de R\$66,37 para R\$8,85, pois a TFF é equivalente a 33% da TFI.

Por sua vez, o art. 2º da MPV nº 1.018, de 2020, altera o Anexo à Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), reduzindo de R\$10,00 para R\$1,34 o valor anual da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) incidente sobre cada VSAT em serviço.

Já o art. 3º da iniciativa modifica o Anexo I à Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que criou a Agência Nacional do Cinema (Ancine), reduzindo o valor anual pago pelos operadores de VSAT a título de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Importante notar que o valor da Condecine foi atualizado monetariamente pela Portaria Interministerial MF/MC nº 835, de 13 de outubro de 2015, nos termos do §5º do art. 33 da MPV nº 2.228-1, de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.196, de 1º de dezembro de 2015, e a redução do valor ora promovida será de R\$30,84 para R\$ 4,14 para cada VSAT em funcionamento.

De acordo com o seu art. 4º, a MPV nº 1.018, de 2020, entrou em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021. Prevê ainda que suas disposições que vinculem receita e que concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária terão vigência até 31 de dezembro de 2025, Senador Luiz do Carmo.

No prazo regimental comum, fixado no Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, foram apresentadas 13 emendas à MPV.



A vigência original da MPV, 25 de março de 2021, foi prorrogada para 30 de maio do corrente ano pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Foi designado Relator o Deputado Paulo Magalhães, para proferir parecer em Plenário à matéria e às Emendas n^{os} 1 a 13, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

O Relator concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV n^o 1.018, de 2020; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV n^o 1.018, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com exceção da Emenda n^o 4, que considerou ser inconstitucional por inserir matéria estranha ao conteúdo original da iniciativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória n^o 1.018, de 2020; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas n^{os} 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira da Emenda n^o 4; e, no mérito, pela aprovação da medida provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão n^o 8, de 2021, com a incorporação total ou parcial das Emendas n^{os} 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 12 e 13, e pela rejeição das demais emendas.

Além disso, foram apresentadas seis emendas de Plenário ao parecer do Deputado Paulo Magalhães. O mesmo Parlamentar foi designado para proferir parecer às emendas de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional. O parecer a essas emendas concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela sua rejeição.

Aprovada a redação final na Câmara dos Deputados, é submetido à análise do Plenário do Senado Federal o PLV n^o 8, de 2021.

Os arts. 1^o, 2^o e 4^o do PLV n^o 8, de 2021, mantêm os dispositivos originais previstos, respectivamente, nos arts. 1^o, 2^o e 3^o da MPV n^o 1.018, de 2020, reduzindo as alíquotas das taxas de fiscalização do Fistel, da CFRP e da Condecine para o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte.

O art. 3^o acrescenta, na Medida Provisória n^o 2.228-1, de 2001, valores de Condecine para peças publicitárias audiovisuais brasileiras, de custo não superior a 20 mil, a serem exibidas em emissoras abertas de televisão, canais de TV paga, conteúdo de vídeo doméstico, salas de cinema e outros segmentos de mercado. Esses valores vão de 50,00 a 180,00 por peça publicitária.

O art. 5^o insere o art. 33-A na MPV n^o 2.228-1, de 2001, excluindo a oferta dos serviços de vídeo por demanda (VoD), independentemente da tecnologia utilizada, da definição de "outros mercados" audiovisuais sujeitos ao pagamento da Condecine, a partir da vigência da contribuição.

O art. 6^o promove uma série de alterações na Lei n^o 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), a saber:

- altera o § 1^o de seu art. 1^o, suprimindo a previsão de que os recursos do Fust sejam utilizados para cobrir investimentos e custos em programas voltados à universalização de serviços de telecomunicações nas regiões de zona urbana ou rural que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população potencialmente beneficiada;

- revoga o § 4^o de seu art. 1^o, suprimindo a previsão a partir da qual os investimentos e custos relativos ao fundo e suas condições de aplicação devam ser definidos no instrumento de execução da política, que poderá dar-se por meio de licitação, conforme estabelecido pelo Conselho Gestor;

- introduz os novos §§ 10 e 11 no seu art. 1^o, prevendo que a modalidade de apoio não reembolsável priorizará ações que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, considerando a maior população potencialmente beneficiada, e que o Poder Executivo estará autorizado a realizar, nessa modalidade, a transferência de recursos financeiros para entes públicos e empresas privadas, repassados diretamente ou por meio de agentes financeiros;



– altera o inciso I de seu art. 2º, ampliando para duas o número de vagas destinadas ao Ministério das Comunicações (MC) no Comitê Gestor do Fust e determinando que caberá à pasta indicar o presidente do colegiado;

– altera a redação do § 2º de seu art. 5º, estabelecendo que o percentual mínimo de 18% para os estabelecimentos públicos de ensino aplica-se somente aos recursos do fundo destinados à modalidade de apoio não reembolsável;

– altera seu art. 6º-A, prevendo que as prestadoras de telecomunicações que utilizarem recursos próprios na execução de programas relativos à universalização dos serviços, aprovados pelo Conselho Gestor do Fust, farão jus à redução da respectiva contribuição, limitada a 50% do montante a ser recolhido, com uma progressão entre o primeiro e o quarto anos de sua vigência. Esse dispositivo terá vigência entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2026.

O art. 7º insere o novo inciso VII do art. 2º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT), para estabelecer como dever do Poder Público a criação de condições para a ampliação da conectividade e inclusão digital, priorizando a cobertura de estabelecimentos públicos de ensino.

O art. 8º possibilita inserções locais de programação e de publicidade em estações retransmissoras pertencentes a concessionárias de televisão nos chamados “municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País”, a serem definidos em ato do Ministério das Comunicações.

O art. 9º altera a Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018, prevendo a possibilidade de inserção de programação local sem cunho jornalístico, limitada a 15% do total da programação transmitida, e de programação local de cunho jornalístico, limitada a três horas diárias, no Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal.

O art. 10 insere no art. 36 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT), o novo §4º, para prever que a estação transmissora de emissora de radiodifusão pode ser instalada em Município diverso daquele objeto da outorga, mediante avaliação de estudo que indique a necessidade técnica ou econômica da instalação no local proposto e o atendimento dos critérios de cobertura, estabelecidos em regulamentação específica.

O art. 11 altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, prevendo que as retransmissoras de televisão “pertencentes a um conjunto de estações, sejam geradoras locais ou retransmissoras, com presença em todas as regiões geopolíticas do País, e alcance de, no mínimo, 1/3 (um terço) da população brasileira” equiparam-se, para efeito de transmissão obrigatória pelas empresas de TV por assinatura, às geradoras locais do serviço.

O inciso I do art. 12 revoga o inciso IV do art. 40 da MPV nº 2.228-1, de 2001, que reduz a 10% o valor da Condecine para obra publicitária brasileira realizada por microempresa ou empresa de pequeno porte com custo não superior a R\$10 mil, de forma a compatibilizar a regra com o proposto no art. 3º.

Por sua vez, o inciso II do art. 12 revoga o art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que torna obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, quando o afastamento entre elas for menor que 500 metros.

Finalmente, o art. 13 do PLV nº 8, de 2021, estabelece sua cláusula de vigência, a saber:

- quanto aos arts. 1º, 2º e 4º, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021;

- quanto ao art. 3º e ao inciso I do *caput* do art. 12, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022;

- quanto aos arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 e ao inciso II do *caput* do art. 12, na data de sua publicação.



Estabelece ainda que as disposições constantes dos arts. 1º, 2º e 4º que vinculem receita e que concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária terão vigência até 31 de dezembro de 2025.

Após o envio da proposição ao Senado, foram apresentadas 16 emendas ao PLV nº 8, de 2021.

As Emendas nº 14 e nº 19, dos Senadores Alvaro Dias e Jean Paul Prates, respectivamente, propõem que seja suprimido do projeto o inciso II de seu art. 12, que pretende revogar a obrigação de compartilhamento de torres, dentro de um raio de 500 metros, por prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, prevista no art. 10 da Lei nº 11.934, de 2009.

A Emenda nº 15, da Senadora Rose de Freitas, contém duas propostas. A primeira insere o novo §12 ao art. 1º da Lei do Fust, prevendo que as ações relacionadas à utilização dos recursos do fundo contemplem a promoção da inclusão digital e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, especialmente aqueles que dão suporte ao acesso à internet em banda larga. Na mesma linha, a segunda proposta visa a acrescentar o novo §5º no art. 5º da referida lei para prever que as ações do Fust, aprovadas por seu comitê gestor, também persigam aqueles objetivos.

A Emenda nº 16, do Senador Randolfe Rodrigues, pretende que se suprima o inciso I do art. 2º da Lei do Fust, nos termos do art. 6º do PLV nº 8, de 2021, retirando as duas vagas que o Ministério das Comunicações ocuparia no Comitê Gestor do Fundo.

As Emendas nº 17, nº 22, nº 25 e nº 28, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates e Marcelo Castro, respectivamente, propõem a supressão do art. 5º do PLV nº 8, de 2021, que exclui as prestadoras dos serviços de vídeo por demanda do conceito de “outros mercados” audiovisuais passíveis da cobrança de Condecine.

A Emenda nº 18, do Senador Jean Paul Prates, propõe a supressão dos arts. 8º e 9º do PLV nº 8, de 2021, que possibilitam inserções locais de programação em estações retransmissoras pertencentes a concessionárias de televisão nos chamados “municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País”, e no Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal.

A Emenda nº 20, do Senador Jean Paul Prates, quer suprimir o art. 4º e o inciso I do art. 12, bem como o Anexo IV do projeto, eliminando da proposta a redução do valor da Condecine para as antenas de pequeno porte que possibilitam o acesso à internet via satélite.

As Emendas nº 21 e nº 24, dos Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, respectivamente, propõem que se suprima o art. 6º do PLV nº 8, de 2021, com todos os dispositivos relativos ao Fust e a composição de seu Comitê Gestor.

A Emenda nº 26, do Senador Marcelo Castro, pretende modificar a redação do art. 6º do PLV nº 8, de 2021.

A Emenda nº 27, de autoria do Senador Alvaro Dias, propõe acrescentar dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer que a outorga de concessão ou permissão de qualquer serviço de radiodifusão em caráter comercial fique sujeita ao pagamento de preço público correspondente, na forma definida pelo Poder Executivo. Também busca alterar a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para exigir que concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão estejam devidamente licenciadas para a execução do serviço e que os valores propostos pelas empresas participantes de procedimento licitatório de outorgas de radiodifusão sejam corrigidos somente em caso de previsão expressa no respectivo edital.

A Emenda nº 29, igualmente de autoria do Senador Alvaro Dias, prevê a inclusão de dispositivos para que pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão, desde que protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2018, sejam conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, dando-lhes prosseguimento e avaliando



sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Análise, Sr. Presidente.

Da admissibilidade, constitucionalidade e juridicidade.

O *caput* e o §5º do art. 62 da Constituição Federal permitem a adoção de medida provisória pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência, requisitos apresentados na presente proposição.

Conforme apresentado na Exposição de Motivos (EM) nº 121/2020 MCOM-ME, de 2 de novembro de 2020, a desoneração do serviço de banda larga via satélite é relevante, pois permitirá a ampliação de sua cobertura no Território nacional, especialmente para a população residente em áreas rurais, remotas ou geograficamente desafiadoras. Além disso, corrige uma disparidade tributária entre plataformas que interfere na competição do segmento: as taxas e contribuições que incidem na conexão em banda larga via telefonia móvel têm alíquotas inferiores às aplicadas ao serviço provido por meio de antenas de satélite de pequeno porte, o que seria corrigido com a redução prevista na medida provisória em exame.

Portanto, fica evidente o cumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência da MPV nº 1.018, de 2020.

Com relação à constitucionalidade, é importante ressaltar que o PLV trata de tema de competência da União, uma vez que os incisos XI e XII do art. 21 da Constituição Federal (CF) atribuem à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações e os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por sua vez o art. 22, inciso IV, da CF prevê que compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações e radiodifusão. Já o art. 48 assevera que cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre telecomunicações e radiodifusão (inciso XII). Além disso, o tema tratado pelo projeto não está entre aqueles listados nos §§1º e 10 do art. 62 da CF, que não podem ser objeto de medida provisória.

Quanto à juridicidade, o PLV nº 8, de 2021, está em harmonia com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

A matéria também cumpre as disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desse modo, acompanhamos o entendimento da Câmara dos Deputados de que os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa estão presentes na MPV nº 1.018, de 2020, em sua forma original e também na forma do PLV nº 8, de 2021.

O mesmo entendimento prevalece quanto à Emenda nº 14, apresentada ao PLV neste Plenário, nas quais não foram identificados vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou de técnica legislativa.

Da adequação financeira e orçamentária.

Quanto à adequação financeira e orçamentária do PLV nº 8, de 2021, é oportuno ressaltar que a Nota Técnica nº 103, de 2020, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para fornecer subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da medida provisória, considera que a MPV nº 1.018, de 2020, por prever a diminuição do valor de taxas orçamentárias, o que caracterizaria renúncia de receitas da União, “promove impacto fiscal negativo, cujo montante não se acha devidamente compensado”.

No entanto, o Ministério das Comunicações, por meio da já mencionada Exposição de Motivos nº 121, de 2020, estima que a arrecadação acumulada no período entre 2021 e 2030 será, sem desoneração fiscal, de R\$ 4,5 bilhões, contra uma arrecadação de R\$ 8,9 bilhões com a desoneração, gerando um saldo positivo, no período, de R\$ 4,4 bilhões.

Além disso, de acordo com o parecer do Deputado Paulo Magalhães, as reduções das taxas e



contribuições promovidas pela MPV nº 1.018, de 2020, são pontuais e relativas a recursos com destinação certa. Nesse sentido, a redução da arrecadação geraria a diminuição da despesa à qual esses recursos estão vinculados.

Do mérito.

Quanto ao mérito do PLV nº 8, de 2021, deve-se destacar, em primeiro lugar, a urgência de se promover o acesso à internet em áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, que hoje, infelizmente, Sr. Presidente, ainda não contam com uma infraestrutura de telecomunicações adequada. Nesse sentido, o estímulo à utilização de antenas de pequeno porte para o acesso direto à internet, a partir da redução de tributos que têm encarecido a fruição dessa tecnologia, é primordial.

Além disso, corrige uma injustiça que interfere na competição do segmento: as taxas e contribuições que incidem na conexão em banda larga via telefonia móvel têm alíquotas inferiores às aplicadas às antenas de pequeno porte, o que é corrigido com a redução prevista na matéria em exame.

Então, estamos plenamente de acordo com a aprovação dos arts. 1º, 2º e 4º do PLV nº 8, de 2021, que incorporam o cerne da MPV nº 1.018, de 2020.

Entendemos que o art. 3º da iniciativa, ao prever valores justos de Condecine para peças audiovisuais publicitárias brasileiras, com custo de até 20 mil, estimulará a utilização dessa forma de propaganda por microempresas e empresas de pequeno porte, que teriam seus anúncios veiculados em emissoras de televisão aberta e canais de TV por assinatura. Assim, merece nosso apoio.

O art. 5º, embora tenha causado certa controvérsia, busca apenas dar segurança jurídica aos provedores dos serviços de vídeo por demanda, inclusive aqueles que disponibilizam seus catálogos de filmes e seriados em plataformas na internet, ao serem excluídos da definição de “outros mercados” audiovisuais, sujeitos ao pagamento da Condecine. Isso porque essa cobrança não está pacificada, sendo objeto de discussões no âmbito da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e no Conselho Superior do Cinema, ainda sem conclusão.

Já as alterações promovidas pelo art. 6º do PLV nº 8, de 2021, nos §§1º e 4º do art. 1º da Lei do Fust, visam a proporcionar maior flexibilidade para que o Comitê Gestor do Fundo estabeleça as prioridades e os critérios na elaboração das ações de universalização dos serviços de telecomunicações.

Da mesma forma, os novos §§10 e 11 inseridos no art. 1º da Lei do Fust buscam garantir que os recursos do fundo sejam aplicados de forma a considerar a maior população potencialmente beneficiada e estabelecer regras para a operacionalização da transferência de seus recursos, agilizando o processo de execução dos programas.

Por sua vez, a alteração do inciso I do art. 2º da referida lei, que ampliou para duas o número de vagas destinadas ao Ministério das Comunicações no Comitê Gestor do Fust, visa apenas conciliar o texto da proposta com a aprovação da Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020, que recriou a pasta.

A redação dada ao §2º do art. 5º da Lei do Fust, ao estabelecer que o percentual mínimo de 18% para os estabelecimentos públicos de ensino aplica-se somente aos recursos destinados à modalidade de apoio não reembolsável, vislumbra que não haverá esse tipo de aplicação nas modalidades reembolsável e de garantia.

As alterações pontuais no art. 6º-A da Lei do Fust aperfeiçoam os mecanismos aprovados recentemente pelo Congresso Nacional no referido instrumento normativo.

O art. 7º moderniza a redação da LGT, incluindo na referida lei as noções de conectividade e de inclusão digital e reforçando a prioridade de cobertura em estabelecimentos públicos de ensino.

Os arts. 8º e 9º, ao preverem a possibilidade de inserção local de programação nas estações retransmissoras de televisão situadas em regiões de fronteira de desenvolvimento e de retransmissoras de rádio na Amazônia Legal, estimulam a regionalização da produção de conteúdo, inclusive de jornalismo, o



que é altamente meritório.

O art. 10 do PLV nº 8, de 2021, atualiza o CBT, criando possibilidade de cobertura mais adequada dos sinais dos serviços de rádio e de televisão, de acordo com a necessidade técnica ou econômica da instalação das transmissoras.

O art. 11 amplia o número de emissoras de televisão aberta que terão seus sinais transmitidos pelas operadoras de televisão por assinatura, ampliando o alcance dessas emissoras.

O art. 12 prevê a revogação do inciso IV do art. 40 da MPV nº 2.228-1, compatibilizando sua redação com o previsto em seu art. 3º.

Revoga o art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que torna obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, quando o afastamento entre elas for menor que 500m. Essa revogação se justifica num cenário próximo de instalação de antenas para 5ª geração de comunicações móveis, o 5G, que exigirá um significativo aumento de densidades de antenas, com estações muito pequenas operando em baixa potência.

O art. 13 traz as cláusulas de vigência, distintas para os diferentes mandamentos.

Com essas alterações, o PLV nº 8, de 2021, além de estimular a ampliação do acesso à internet por meio de antenas de pequeno porte, notadamente em áreas rurais, regiões mais remotas e localidades desassistidas, introduz no arcabouço legal que rege as comunicações brasileiras uma série de mecanismos que aperfeiçoarão a prestação dos respectivos serviços em benefício do cidadão.

Entendemos que as Emendas nº 14 e nº 19 não devem prosperar visto a iminência da instalação das redes 5G, que demandará um maior número de antenas, de menor potência.

A Emenda nº 15 é prescindível, pois, de acordo com os novos dispositivos da Lei do Fust, já será possível utilizar seus recursos para a universalização do acesso à internet. No que diz respeito à qualidade dos serviços, as operadoras se submetem aos regulamentos de qualidade editados pela Anatel.

A Emenda nº 16 deve ser rejeitada, pois o dispositivo que pretende suprimir busca adequar a composição do Comitê Gestor do Fust à lei que recriou o Ministério das Comunicações.

Da mesma forma, as Emendas nºs 17, 22, 25 e 28 não devem prosperar, pois garantem segurança jurídica às operadoras de vídeo por demanda até que se discipline a prestação do serviço e se definam os critérios para a cobrança da Condecine sobre os conteúdos disponibilizados.

A Emenda nº 18 deve ser rejeitada, pois os dispositivos que pretende suprimir estimulam a produção e a transmissão de conteúdo local nos serviços de radiodifusão a que se aplicam.

A Emenda nº 20 também não deve prosperar, pois mantém os atuais valores da Condecine para o acesso à internet por meio das antenas de pequeno porte, em sentido contrário ao objetivo primeiro da MPV nº 1.018, de 2020.

As Emendas nº 21 e nº 24 devem ser rejeitadas, pois entendemos que a nova redação dada pelo PLV nº 8, de 2021, à Lei do Fust aperfeiçoa os mecanismos de aplicação de seus recursos.

A Emenda nº 26, do Senador Marcelo Castro, pretende modificar a redação do art. 6º do PLV nº 8, de 2021, e também não deve prosperar pelas mesmas razões das Emendas nº 21 e nº 24.

A despeito da respeitável pretensão do Senador, entendemos pela rejeição da Emenda nº 27, uma vez que tais dispositivos já se encontram devidamente disciplinados no âmbito do Poder Executivo, sendo desnecessária a intervenção na forma de lei para alcançar tais objetivos.

Não obstante a louvável intenção subjacente à Emenda nº 29, opinamos por sua rejeição, tendo em vista que não seria adequado premiar as empresas que não observaram as condições da legislação vigente, seja por omissão, seja por descuido, com uma extensão do prazo legal para prorrogação de suas outorgas.

Sr. Presidente, vou ao voto.

Diante do exposto, o nosso voto é: I – pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância



e urgência da Medida Provisória nº 1.018, de 2020; II – pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.018, de 2020, e do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021; III – pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021; e IV – no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, com a rejeição das Emendas de Plenário de nºs 14 a 29.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 106/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão e contrário às emendas de Plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Foram apresentados os seguintes requerimentos de impugnação de dispositivos do projeto de lei de conversão.

Requerimentos 1.563 e 1.570, dos Senadores Alvaro Dias, Líder do Podemos, e Jean Paul Prates, Líder da Minoria, de impugnação do inciso II do art. 12. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Requerimentos 1.569 e 1.574, dos Senadores Randolfe Rodrigues e Jean Paul Prates – Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição, e Jean Paul Prates, Líder da Minoria –, de impugnação do art. 5º. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Requerimento 1.568, do Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria, de impugnação do art. 11. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Requerimento 1.571, do Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria, de impugnação dos arts. 8º e 9º. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Requerimento 1.572, do Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria, de impugnação do art. 4º, do inciso I, do art. 12 e do Anexo IV. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Requerimentos 1.573 e 1.576 dos Senadores Jean Paul Prates, Líder da Minoria, e Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição, de impugnação do art. 6º. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul Prates para se pronunciar sobre os requerimentos de impugnação de matéria estranha.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria, para quem está nos assistindo e também para os Senadores que são menos afeitos a essa matéria, fazer uma discussão bem plana e simples dessa questão.

Telecomunicações, como energia, petróleo, etc., se subdividem em vários segmentos, em vários canais, em várias formas, em várias tecnologias, em vários públicos diferentes. A MP original, que nós estamos tratando aqui, tinha três artigos. Os três artigos tratavam de Vsat, que é basicamente o fato de a contribuição ser incidente sobre equipamentos de telecomunicação para uso de satélites e equipamentos de recepção vinculados a isso, para levar banda larga aos interiores, às regiões remotas, que o próprio Relator Vanderlan Cardoso, a quem eu cumprimento aqui pelo trabalho, acabou de explicar em alguns dos artigos mencionados. No entanto, foram enxertadas várias outras disposições sobre outras tecnologias também relacionadas com a Cide-Condecine, relacionadas com o Fust, que é uma matéria que nós já discutimos à exaustão, que percorreu cansativos procedimentos legislativos ainda no ano passado, há pouco tempo, 2019, justamente destaques derrotados, vetos deliberados. E nós estamos vendo todas as matérias aparecendo aqui de novo. Então, nós achamos que não dá para discutir um assunto desses em cima de enxertos legislativos, em cima de uma MP que era muito específica, que era muito meritória, que tinha todo o nosso apoio, que era justamente da redução da contribuição da Condecine para esse Vsat.



O que aconteceu, por exemplo, com o art. 5º, que nós estamos fazendo questão de retirar e considerar matéria não estrita? É que ele retira, zera a contribuição sobre Condecine Título para filmes, séries em todas as plataformas, TVs a cabo, *streaming*, NOW, que é cabo também, TV paga, enfim, tudo isso zerado, sendo que aquele benefício que a gente dava originalmente para o Vsat era de redução do percentual. Então, a gente extrapolou esse processo e foi dar uma concessão muito além da originalmente razoável.

No caso do art. 6º, nós estamos mexendo no Fust de novo. Nós acabamos de mexer e estamos mexendo ainda, temos coisas, inclusive o veto presidencial agora relacionado com a parte do Fust que seria destinada para as escolas, para os *tablets*, para a distribuição de *tablets* e banda larga nas escolas, o que vai propiciar ou o que propiciaria, se o Presidente deixasse, se não tivesse vetado, o começo das aulas em regime de revezamento – parte remota, parte como nós estamos aqui hoje, por exemplo. Então, isso é importante para equalizar as condições das escolas públicas às das escolas privadas, que já estão fazendo isso. Isso também está sendo alterado.

Então, no caso do Fust, por exemplo, que havia 18% previstos para implantar a banda larga justamente nas escolas até 2024, esta medida provisória altera isso, com os seus enxertos lá da Câmara dos Deputados, para 18% apenas dos recursos não reembolsáveis do Fust. Mas quem disse o que é não reembolsável ou não no uso do Fust é o próprio Governo, que não disse quanto isso vai ser a cada ano. Então, nós estamos dando, na verdade, um cheque em branco ao contrário. É o Governo que vai dizer qual é a base em que vai incidir esses 18%. Pode ser zero, pode ser dez, pode ser cem, ninguém sabe. Então, essa é uma provisão também perigosa, do 5º e do 6º.

Então, eu queria que nós, realmente, pudéssemos nos debruçar aqui sobre essas impugnações, caso a caso. As mais valiosas para nós são, verdadeiramente, a do art. 5º, que retira a contribuição existente da Condecine de todos esses outros canais, portanto, totalmente estranho à matéria... Não é porque é comunicação, não é porque é telecomunicação que a gente vai fazer tudo numa medida provisória só. São setores diferentes, são setores que estão com previsão de faturamento da ordem de – apenas um dos serviços – R\$6,7 bilhões, com 50 funcionários no Brasil. É preciso que a gente discuta melhor isso. É deixar rolar, não zerar agora, porque, depois, para recolocar é muito mais difícil. Nós temos um projeto, do qual eu sou Relator, que é o PLS 57, de 2018, que trata justamente...

Já vínhamos discutindo com as associações, com os setores sobre isso. Eles não se recusam a pagar. Há judicializações envolvidas. É um caso muito complicado. A gente está abrindo um *hiperlink* aqui maior do que a própria MP original. A MP, volto a dizer, tinha três artigos e agora tem nove. São seis artigos completamente estranhos à matéria.

É uma defesa geral que eu estou fazendo aqui. É claro que, colocando a lista caso a caso, vamos ter oportunidade de falar mais detalhadamente sobre cada uma delas. Mas é apenas o guarda-chuva aqui de por que estamos fazendo essas impugnações, e não destaques, para que esses conteúdos sejam reconhecidos como não escritos, simplificando e, inclusive, evitando que volte à Câmara, segundo consta.

É essa a defesa inicial e genérica, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Jean Paul Prates.

Eu consulto se o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Alvaro Dias desejam se pronunciar a respeito dos requerimentos de impugnação de matéria estranha.

Senador Alvaro Dias e Senador Randolfe Rodrigues... (*Pausa.*)

Consulto o eminente Relator, Senador Vanderlan Cardoso, se deseja se pronunciar a respeito dos requerimentos de impugnação de matéria estranha promovidos pelos eminentes colegas Senadores.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente, eu quero até me



dirigir ao Senador Jean Paul, um Senador atuante.

Mas olha, essa MP, Sr. Presidente, foi muito, muito discutida na Câmara dos Deputados. E é para isto também que existe o Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que haja um aperfeiçoamento. Recebem-se as emendas. É discutido, foi aprovado. O prazo dela, se não me engano, vence agora, nesse próximo dia 30.

O meu relatório foi favorável à aprovação por uma razão muito simples, Sr. Presidente: os itens acrescentados trazem para nós importantes contribuições para a expansão do acesso à internet no Brasil inteiro, inclusive em áreas de difícil acesso, beneficiando, assim, milhares de brasileiros e brasileiras. Além disso, Sr. Presidente, promovem maior segurança jurídica, que é uma das discussões que sempre há quando vêm essas matérias com relação às teles, com relação à banda larga, segurança jurídica para as empresas que atuam em diversos setores de telecomunicação.

Eu até quero aqui lembrar, Senador Jean Paul, que nos ajudou nas discussões do PLC 79, a insegurança jurídica que havia à época, quando era concessão e quando estava vencendo o prazo, e nós trabalhamos em conjunto para transformar em autorização. E olha só o resultado que está acontecendo aí, Presidente Rodrigo, no nosso País depois da aprovação e da sanção do PLC 79 pelo Presidente Jair Bolsonaro: bilhões e bilhões de reais estão sendo investidos no nosso País.

E, no mais, está aí às portas o 5G. Hoje, usam-se essas antenas enormes, Senador Jean Paul, no 5G. Falam até em tom alegre, mas em tom de brincadeira que nós vamos ver isto daqui a uns dias: antenas na cabeça dos postes, em cima de prédios, e prédios baixos. É a tecnologia 5G chegando.

Por isso, salvo melhor juízo, reitero, Sr. Presidente, o meu posicionamento de manter o texto conforme ele veio da Câmara dos Deputados. É urgente, Sr. Presidente, aprovar! Vejo isso com muita urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

Ouvi, com atenção, a sustentação feita pelo Líder Jean Paul Prates em relação a todos os seus requerimentos, como Líder da Minoria, de impugnação de matéria estranha, ressaltando que a impugnação acerca das proposições contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento cabe à Presidência, na forma do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno.

E, portanto, conhecendo da fundamentação exposta pelo Líder Jean Paul Prates, eu conheço, porém indefiro todos os requerimentos, considerando haver pertinência temática das emendas e dos dispositivos citados nos requerimentos com o tema original da medida provisória.

De qualquer forma, remanescem requerimentos de destaque em relação a alguns desses dispositivos que foram aqui citados pelo Senador Jean Paul.

Portanto, ficam indeferidos os requerimentos de impugnação de matéria estranha já suscitados.

Foram apresentados os Requerimentos nºs 1.579, do Senador Paulo Rocha, Líder do PT, de destaque do art. 5º do projeto de lei de conversão; 1.580, da Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Progressistas, de destaque do art. 1º, §1º, da Lei nº 9.998, de 2000, alterado pelo art. 6º do projeto de lei de conversão; 1.583, do Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque da Emenda nº 17; e 1.585, da Senadora Zenaide Maia, pela Liderança do PROS, de destaque da Emenda nº 24. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Todos deferidos, porque feitos oportunamente.

A Presidência comunica que a deliberação do destaque do PT para supressão do art. 5º do projeto de lei de conversão prejudicará o destaque do PL da Emenda nº 17, supressiva do mesmo dispositivo.

Eu concedo a palavra aos autores dos requerimentos de destaque. *(Pausa.)*

Inicialmente, o Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Paulo Rocha... É o Destaque, da Liderança do PT, 1.579. Quem falará pelo Partido dos Trabalhadores é o Líder Jean Paul Prates.



O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela Liderança.) – É o de nº 1.559.

Sr. Presidente, o nosso destaque é justamente sobre a Emenda 5.

Eu, infelizmente... É claro que respeito a decisão. Acho só que a gente tem que, resgatando aqui um pouquinho a questão das impugnações, ter cuidado com a questão das matérias estranhas eventualmente – talvez não neste caso, mas em outros –, para que a gente não fique aqui com coisas desproporcionais: pequenas medidas que alavanquem assuntos bem mais amplos, mesmo dentro da mesma grande temática.

Mas, enfim, o art. 5º retira da contribuição, da Condecine... É uma Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Ele retira tudo! Praticamente todo mundo fica zerado, *streamings*, filmes, séries, plataformas, TVs a cabo, exceto radiodifusão.

Lembro que nós estamos falando de uma medida provisória que tratava de banda larga nos interiores. E agora estamos liberando geral aqui o pagamento da Condecine para todos os conteúdos, enfim, que nós consumimos no nosso dia a dia. O pessoal, como eu disse, que fatura alto aí vai ficar nesse limbo, sem absolutamente nenhuma incidência, nesse caso. E aquele que a gente queria estimular no começo, exatamente para levar banda larga aos interiores por satélite, vai pagar. Ainda vai pagar porque, do jeito que foi feito, zerou o lado rico e onerou o lado que a gente queria estimular, que era o lado não necessariamente mais viável. Então, ficou uma coisa completamente desbalanceada.

Nós temos, como se disse – e já está sendo discutido amplamente –, esse PLS 57. Ele ficará muito prejudicado caso esse artigo venha a prevalecer porque, se você zerou, para depois colocar de novo alguma coisa fica muito difícil. Enquanto está, mesmo havendo judicialização, mesmo havendo discussões... Não se trata de insegurança jurídica completa, como se diz. É uma judicialização normal, está lá o depósito consignado, tudo para decidir, porque tudo isso está baseado numa instrução, que é uma matéria extremamente inferior na hierarquia das leis. Mas temos um projeto de lei sendo discutido amplamente, inclusive com todos esses *players*, esses agentes dessas várias tecnologias e plataformas. Portanto, esse projeto perderá muito a sua impedância, a sua importância porque, uma vez zerado, o campo fica livre. Para depois colocar de novo uma tributação ou uma contribuição dessas, é mais difícil.

Então, nós vamos manter o destaque em princípio. Vamos ouvir aqui as outras argumentações, mas, enfim, por enquanto está mantido o destaque. Vamos só pesar isso em relação ao nosso PLS 57, de 2018, para ver como é que a gente faz aí até a eventual retirada do destaque, caso a gente tenha o compromisso de todos, inclusive do Relator, mas da Casa, no sentido de tratarmos de fato do PLS 57.

Já estou deixando aqui uma abertura para discutirmos esse destaque, mas, por enquanto, está mantido, e a razão é esta: nós estamos zerando um tributo para os abastados desse setor, para os que realmente faturam alto, e ainda mantendo alguma coisa residual dele naquele setor que a gente queria primeiro incentivar e ajudar. É um contrassenso total, além de dificultar a recolocação da Condecine nessas plataformas e nesses canais.

É isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Jean Paul Prates.

Concedo a palavra à Líder do Partido Progressistas, Daniella Ribeiro, para falar sobre o Requerimento 1.580, de destaque do art. 1º, §1º, da Lei nº 9.998, de 2000, alterado pelo art. 6º do projeto de lei de conversão.

A Senadora Daniella Ribeiro está com a palavra. É sobre o destaque.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, defendemos o destaque, a rejeição da alteração do §1º do art. 1º da Lei do Fust. Sr. Presidente, o atual §1º do art. 1º da Lei do Fust determina que os recursos do fundo "serão



destinados a cobrir, no todo ou em parte, nas regiões da zona rural ou urbana que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população potencialmente beneficiada”.

Quando levamos em consideração os Municípios como um todo, sem separação entre as áreas urbanas e rurais, quase um quarto dos Municípios brasileiros está classificado como de baixo IDH (1,4 mil Municípios).

Em estudo do Pnud denominado “Desenvolvimento Humano para Além das Médias”, a população rural e urbana no Brasil apresenta a maior desigualdade no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Enquanto o IDHM rural para o País esteve na faixa de baixo desenvolvimento humano (0,586), o IDHM urbano era de 0,750 (alto desenvolvimento humano), ou seja, 28% mais elevado que o primeiro.

As maiores diferenças percentuais entre o IDHM da população urbana e o IDHM da população rural, em 2010, foram observadas no Amazonas, onde o IDHM urbano era de 47,5% superior ao IDHM rural, seguido do Acre (40,3%) e Roraima (37%). Na Paraíba, a diferença é de 27%.

Logo, ao diferenciar o IDH de áreas urbanas ou rurais, a atual Lei do Fust praticamente abre a possibilidade para investimentos na maior parte das áreas rurais do País.

Tais dados jogam por terra os discursos de que somente 350 Municípios poderiam ser atendidos. Na verdade, esse número foi utilizado como referência para o TAC da TIM, que atingiu somente os Municípios com menos de 30 mil habitantes, além de baixo IDH. Não leva em consideração todo o universo de Municípios de baixo IDH, tampouco diferencia áreas urbanas das rurais.

Sr. Presidente, eu queria só também... É importante relembrar que, durante todo o percurso que foi feito com relação ao Fust e com relação ao PL 79, que virou o Projeto de Lei nº 13.789, que era um acordo por parte do Senado, junto com o Governo, para que os projetos e principalmente aquilo que fosse levantado com relação às linhas de pobreza e aquilo que fosse levado principalmente para as classes C, D e E, onde há um IDH baixo, pudessem ser atendidos, nós teríamos um compromisso. E esse compromisso foi firmado com o Governo e com todos os Senadores. Eu não posso esquecer esse dia. Eu acho que nem eu posso esquecer, como nenhum dos nossos colegas Senadores.

Então eu quero só reafirmar esse destaque, lembrando esse dia, que foi um dia em que o próprio... Eu me lembro bem de alguns Senadores, do Senador Rogério Carvalho, do Senador... Acho que o Senador... Outros Senadores, junto com ele, estiveram presentes para que se reafirmasse o compromisso de que isso seria realizado.

Então, eu quero só deixar aqui a minha palavra. Como eu fui Relatora do PL 79, só queria dizer uma coisa, Presidente: nós não podemos deixar os Municípios com IDH baixo sem jamais ter a possibilidade de acesso à internet, de acesso a... Principalmente a questão da Internet e a questão da acessibilidade, com relação ao conteúdo daquilo que é muito importante nessa questão da... Principalmente na questão da...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para concluir, Senadora, Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Só terminando, Sr. Presidente.

Na questão do que a gente viu agora na pandemia, que possam ter acesso à internet, junto com as escolas, para que possam, principalmente, ter essa menção.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Partido Progressistas mantém o seu Destaque nº 1.580.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho, Líder do PL, sobre o destaque da Emenda nº 17, Requerimento 1.583.

V. Exa. mantém o destaque ou o retira, Senador Portinho?



O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores... Espera aí, deixe-me desligar aqui. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perdoado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores, o destaque eu vou manter por algumas razões que eu queria acrescentar, aqui, a todos, para reflexão.

Primeiro que esse tema não é próprio desta medida provisória. Ninguém tem dúvida de que isso é um jabuti.

Em segundo lugar, é lógico que esse modelo tributário para os *streamings*, para o VOD, precisa ser reformulado, precisa ser pensado, não tenho a menor dúvida. É sobre o faturamento ao invés de ser sobre a obra. Mas não é aqui, nesta medida provisória, o espaço para essa discussão. Quero deixar claro, estou aberto a essa discussão para um projeto de lei próprio para isso, porque essa discussão é uma discussão maior do que a gente está tratando aqui, simplesmente, com o art. 5º. Ele deve ser suprimido. E vou dar uma outra razão para que a gente possa compreender isso, diferente, Senador Jean Paul, e que se soma: o *streaming* é o futuro. Vão acabar com as TVs, com as TVs pagas e outros meios. Meu filho só assiste ao *streaming*, daqui a 10 anos o Condecine, que está lá na TV paga, vai deixar de ser recolhido porque o *streaming* vai matar, vai matar no bom sentido, com concorrência, evolução tecnológica, por mérito. E a gente não pode perder uma arrecadação aqui, de um lado que hoje existe ainda, por essa evolução tecnológica, que não foi prevista no passado, e que vai substituir um meio que vai precisar continuar arrecadando, sim, para a produção do cinema nacional e para o seu financiamento.

Então, é uma discussão muito maior. Não cabe – com todo o respeito ao Relator, Senador Vanderlan –, não cabe nesse projeto que não trata disso.

Vamos discutir uma reformulação dessa questão tributária para esse setor novo? Vamos, que seja justa, vamos, mas não vamos tirar a arrecadação aqui, na canetada, numa medida provisória, sabendo que o que vai sobrar de Codecine no futuro vai morrer, porque a TV paga tem dias contados. Isso é um fato. A SKY, a NET, o que a gente tem hoje vai virar *streaming*. É evidente, é a evolução tecnológica.

Então, eu venho pedir, Senador Vanderlan, aqui, um consenso. Pode não ser pelas minhas razões, pode ser pelas razões do Senador Jean Paul, ou vice-versa. Isso não faz parte desta MP. Estamos tratando de um assunto completamente estranho. Quero discutir esse assunto com propriedade, com tempo, com debate. Há que se chamar a sessão de debate para a gente entender toda essa questão tributária que envolve esse novo setor, que é o futuro.

Então, eu vou manter o destaque, mas aqui pedindo o consenso de a gente, se puder, suprimir, para que a gente possa ter uma discussão adequada, no foro adequado, que não é esta medida provisória, que fez surgir e brotar essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Carlos Portinho.

O Partido Liberal mantém o requerimento de destaque.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, pela Liderança do PROS, do destaque da Emenda nº 24, Requerimento nº 1.585.

Senadora Zenaide Maia, mantém o destaque ou o retira?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela Liderança.) – Mantenho o destaque e queria dizer o que me chamou a atenção, são vários itens aqui.

Um que a gente já tinha votado aqui, a lei do custo, a gente votou no ano passado, e a previsão de que os recursos desse fundo seriam utilizados principalmente em zona rural e urbana que têm um baixo



índice de desenvolvimento urbano. Mas aí, quando eu olhei, quando fala em retirar recurso relacionado com a educação ou com a saúde, me chamou a atenção. Também, quando a gente aprovou, eram 18% do total dos recursos do fundo para a implantação de banda larga em todas as escolas públicas até 2024. Aí botaram: 18% de recursos não reembolsáveis.

Então, eu vou manter isso aí, fora outros itens aqui também. Mas esses dois me chamaram mais a atenção no art. 6º.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide.

O PROS mantém o destaque.

Os destaques serão votados após o texto-base.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Líder Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero reforçar... Primeiro, quero parabenizar o Senador Vanderlan, que foi muito criterioso na medida provisória, ele que foi, inclusive, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero dizer que este assunto a gente debateu muito quando eu estava na CAE, o PLS 57, de autoria do Senador Humberto Costa, e, na prática, é só para esclarecer. Essa questão do Codecine é matéria que nós estávamos tratando nesse PLS 57 e que precisa, de fato, de a gente debater e discutir. Agora, o que não dá é para, através de uma instrução normativa, criar um tributo. Isso está totalmente ilegal.

Por isso é que neste País só existem questões judiciais. O Judiciário está lotado de ações, não sei quantos trilhões para receber da Receita Federal, porque não existe consistência.

Então, não há arrecadação com relação ao Codecine e com relação a essa matéria. Nós estávamos fazendo isso, criando o Condecine através do projeto, mas, aí, a própria... Está sendo questionado isso, foi feita uma instrução normativa criando essa taxa, que, a meu ver, no debate que fizemos em várias audiências públicas, é inconcebível você tributar em cima de títulos. Isso prejudica todo mundo. Então, é um debate que tem de ser feito.

O que eu proponho, Sr. Presidente... Eu saí da CAE; a gente estava debatendo na CAE, mas essa matéria vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia. Acho que é uma matéria urgente, relevante, importante; eu acho que deve ficar como está no relatório, mas a gente debater e aprovar esse projeto, para estabelecer corretamente, ouvindo todas as pessoas envolvidas, todos os setores. O que não dá é para ficar uma insegurança – não é? Primeiro, que não está arrecadando, ninguém está pagando isso, porque, através de instrução normativa, não se cria imposto, porque isso é imposto, não é contribuição. É a Condecine... Chama Condecine, que é uma taxa, mas tem muito questionamento.

Então, eu acho que a gente precisa priorizar a votação do projeto e, talvez, debater em uma audiência sobre essa questão da Condecine.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores, eu compreendo as questões de ordem, também a intenção de retirada ou de que o assunto possa ampliar o debate. Mas eu quero ressaltar aqui e parabenizar o Relator, Senador Vanderlan, pela coragem do enfrentamento.

Nós precisamos modernizar este País; nós precisamos levar internet satelital aos mais longínquos rincões deste País, que carecem da conectividade; nós precisamos modernizar o sistema audiovisual deste País. E, por isso, respeitando as posições divergentes dos colegas, vamos para o voto e que prevaleça a



democracia, para que nós possamos, sim, entregar ao Brasil modernizações tão relevantes nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

A Presidência submeterá o texto base do PLV diretamente à votação simbólica e os destaques à votação nominal.

Estão todos de acordo? (*Pausa.*)

Portanto, adotaremos esse procedimento.

Está, neste instante, em votação conjunta os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária e a pertinência temática da matéria, e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, ressalvados os destaques.

O Senador Jorge Kajuru levantou a mão.

Deseja falar sobre a votação, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu sou rigorosamente contra o texto e não aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Jorge Kajuru. Será registrado o seu voto.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Registrados os votos contrários dos Senadores Jorge Kajuru e Oriovisto Guimarães.

Muito obrigado.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, a minha manifestação agora não tem a ver com esse projeto. Se o senhor permitir, eu não vou tomar mais do que dois minutos. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Fabiano Contarato.

Agora, estamos votamos o texto base e agora teremos que apreciar os três destaques que remanescem.

V. Exa. tem o tempo para poder fazer o uso da palavra pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Exa., como sempre, muito solicito e muito cortês com todos nós.

Sr. Presidente, hoje, dia 25 de maio, é o Dia Nacional da Adoção. Adoção é o ato de amor e de aceitação de uma criança ou de um adolescente, transformando-o em seu filho ou sua filha. Os laços do coração são muito mais fortes que os laços de sangue.

Adotar é amar quem não nasceu de nós, mas nasceu para nós. Por isso, que hoje, neste dia da adoção, eu quero aqui, publicamente, agradecer pela vida do meu filho, Gabriel – ele nasceu na minha vida, Sr. Presidente, quando ele tinha dois anos e oito meses e, agora, vai fazer sete anos –, e da minha filha, Mariana, que Deus me deu também e, agora, completou dois aninhos. São meus pequenos, eles são a razão da minha vida.

Esse amor que a gente tem, Sr. Presidente, é um amor incondicional. Então, neste dia aqui especial, eu quero aproveitar para ressaltar alguns dados do Cadastro Nacional de Adoção. Eles revelam que, em 2019, havia 45.991 pessoas interessadas em adotar e 9.524 crianças e adolescentes aptas para adoção. No entanto, cerca de 47 mil crianças e adolescentes estavam em situação indefinida e inseridas em programas de acolhimento institucional. Muitos adotantes manifestam preferências ligadas à cor da pele, à etnia, ao



estado de saúde, ao sexo biológico dos adotandos.

A adoção tardia é uma das múltiplas faces de sério problema pertinente à colocação de crianças e adolescentes em uma família substituta no Brasil.

Nesse sentido, como é do conhecimento de V. Exa., eu apresentei recentemente o PRS 35, que institui no Senado o prêmio "Adoção Tardia – Gesto Redobrado de Cidadania", para agraciar anualmente, não monetariamente – longe disso –, mas agraciar anualmente pessoas ou instituições que desenvolvam no Brasil ações, atividades e iniciativas destinadas a estimular a adoção tardia de crianças e adolescentes.

Eu quero aqui fazer um apelo, como já fiz na reunião de Líderes, e sei do comprometimento de V. Exa., que se depara com um problema de natureza administrativa que em breve será sanado. E eu quero, Sr. Presidente, agradecer e falar para todos vocês que adotar é um ato tão sublime que eu costumo dizer que antes eu pensava que eu era feliz e, depois, quando os meus filhos nasceram na minha vida, na vida do meu esposo – e falo isso com orgulho –, eu descobri o que é felicidade.

Então, eu quero aqui deixar a minha satisfação e alegria e manifestar a todas as pessoas que sonham em ter um filho: entrem, habilitem-se no processo de adoção. É um amor incondicional, é uma troca recíproca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Esta Presidência gostaria de aderir a essa manifestação de V. Exa. no Dia Nacional da Adoção, uma belíssima causa, muito bem defendida por V. Exa. no Senado Federal. Obviamente que nós teremos todo o zelo no requerimento que V. Exa. apresentou para a instituição do prêmio relativamente à adoção tardia. Apenas superada uma dificuldade administrativa, nós o submeteremos ao Plenário para apreciação e, certamente, para a aprovação.

E quero aqui cumprimentar, em especial, o Gabriel e a Mariana, muito bem lembrados aqui por V. Exa., razão da vida de V. Exa. Parabéns a V. Exa. pela justa homenagem!

Quero aqui também pedir licença ao Plenário para registrar que hoje, 25 de maio, é o Dia Nacional da Indústria. E eu queria, portanto, saudar toda a indústria brasileira, os industriais, que são muito importantes para a constituição do nosso Produto Interno Bruto, geração de riquezas, de ativos, de empregos e de trabalho no Brasil. Cumprimento, nas pessoas do Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Dr. Robson Andrade; do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf; e do Presidente da Fiemg do meu Estado, Flávio Roscoe, todos os industriais brasileiros pelo Dia Nacional da Indústria, que se comemora na data de hoje, 25 de maio.

Feito esse registro, passamos à apreciação do destaque, promovido pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, de votação do art. 5º do projeto de lei de conversão, que foi destacado pelo Líder Paulo Rocha e já sustentado pelo Líder Jean Paul Prates.

Indago ao Eminentíssimo Relator se podemos passar diretamente à votação nominal ou se deseja fazer uso da palavra antes.

Senador Relator Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uso da palavra só para um esclarecimento ao Senador Carlos Portinho e também ao Senador Jean Paul.

O que nós estamos votando aqui é a segurança jurídica dessa questão, até que seja regulamentada a questão da Ancine. As distribuidoras, Sr. Presidente, de *streaming* já não recolhem essa contribuição – não recolhem. Então, essa votação aí, até que exista uma segurança jurídica através de um projeto de lei, de uma normativa, é para que elas possam contribuir.



Eu lembro muito bem, Sr. Presidente, Jean Paul e Carlos Portinho, as discussões que houve com relação ao PL 79. Muitos achavam até que o mundo iria acabar se aprovassem. E está aí o resultado. Uma relatoria muito bem feita pela Senadora Daniella Ribeiro, muito bem discutido, pois havia tempo para discutir.

Então, eu só queria – acho que não é mais o caso agora, porque já se votou o texto – fazer esse esclarecimento. Elas já não recolhem. As distribuidoras de *streaming* já não recolhem. Então, nós temos que regulamentar, através de projeto de lei, e assim por diante.

Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

Vou permitir que volte a palavra ao autor do requerimento de destaque, Líder Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela Liderança.) – São apenas dois minutos também para fazer um esclarecimento, só para não misturar os assuntos. Eles estão tão dissociados que estão usando argumentos da primeira parte da MP para justificar a segunda. O Senador Fávaro agora disse que se está modernizando o País. Aqui, ninguém está contra modernizar o País, ninguém está contra interiorizar o acesso à internet, porque esse é o mérito da medida provisória original. Havia três artigos e até o terceiro estava tudo bem, tínhamos unanimidade aqui na Casa. O problema foi que, a partir do terceiro artigo, Presidente e demais Senadores e Senadoras, virou um cabide de penduricalhos. Todo mundo que tem problema no setor de telecomunicação, incerteza, isso e aquilo... O que está acontecendo na Justiça, isso não é insegurança jurídica. Desde quando contestar na Justiça é insegurança jurídica? Não é!

Se há lacunas para legislar a esse respeito, estamos legislando justamente através do PLS 57, de 2018. Insisto: deveria haver o compromisso desta Casa de o projeto rapidamente passar pela CAE – o Senador Otto com certeza aprovará isso, e tenho certeza de que o Rodrigo Cunha também – e vir para o Plenário para dirimir isso de vez. Existe a instrução, ela é válida, e o órgão que a emitiu está dentro das suas competências. O que estão discutindo na Justiça é outra coisa.

Dos demais eu não vou falar, porque não são objeto do destaque, mas o da Zenaide é a mesma coisa: trata do Fust – não tem nada a ver com o objeto original da MP. Só porque fala de comunicações não quer dizer se comunique com esse objeto primeiro, que era levar internet para os grotões, para o interior, para os lugares onde há a necessidade de estimular que as empresas, que tudo aconteça.

Nós demos mais benefícios agora, zerando o pagamento da contribuição do Condecine para os milionários do *streaming*. Eu não tenho nada contra eles. Pelo contrário, assisto, gosto muito da Amazon, da Netflix. Que todos esses faturem bem! Não há problema. Tragam nosso conteúdo, usem e comprem conteúdo brasileiro. Parabéns! Só que o conteúdo brasileiro é suportado justamente pelo Condecine. E, aí, eles não vão pagar. A partir dessa consolidação de insegurança jurídica, a gente zera... Imagine se a moda pega, Presidente! Em relação a tudo que a gente estiver discutindo de impostos tributários pelo Brasil inteiro, o Senado resolve zerar a alíquota até que a gente consolide qual é o entendimento. Não faz sentido! Vamos manter como está, tirando esse artigo dessa MP e vamos discutir exatamente a imposição do Condecine e de outros pagamentos, se for o caso, dentro de uma lei própria. E aí nós vamos discutir à sorrelfa. Vamos discutir aqui na CAE, vamos discutir na CCT, no Plenário, com toda a calma, com ciclos de debates. Perfeito! É um tema profundíssimo, muito complexo e que não pode ser tratado dessa forma, no rabicho de uma MP e ainda com o argumento de que a gente estaria contra. Não, não estamos contra nada. Só até o art. 3º está perfeito. Dali para frente, entraram os enxertos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul.



A Presidência comunica que a deliberação desse destaque prejudicará o destaque do PL da Emenda nº 17, supressiva, do mesmo dispositivo.

O Senador Carlos Portinho gostaria, antes da votação, de se pronunciar? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É justamente em consideração e respeito ao meu colega Vanderlan que eu quero discutir isso num projeto de lei, e não numa medida provisória. Peço a compreensão de todos. Acho que não é o foro adequado, com todo o respeito ao meu querido amigo Senador Vanderlan.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Portinho.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A Presidência esclarece que quem apoia o Relator e seu parecer vota "sim". Quem apoia o Senador Jean Paul e o Senador Portinho vota "não" e exclui o texto destacado.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para orientação, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Como orienta o MDB, Líder Confúcio Moura?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, deixe-me abrir aqui a minha imagem. Só um minutinho. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, o MDB recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O MDB recomenda o voto "sim".

Como orienta o PSD, Líder Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD acompanha o Relator, orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Líder Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para orientar a bancada.) – Libera, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Podemos libera.

Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Progressistas orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Com orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, pela segurança jurídica, o PSDB orienta "sim", mas faz um apelo a V. Exa. para a gente pautar este projeto de lei e debater esta matéria, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha?



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota?

Perdão. Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – O PROS orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania, Líder Alessandro Vieira? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – O Republicanos orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Líder Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Rede orienta o voto "não", acompanhando o destaque do Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Líder Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada.) – O PSL acompanha o Relator, Sr. Presidente, e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para orientar a bancada.) – O encaminhamento do PSB é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSC orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Minoria orienta o voto "não", com toda deferência ao trabalho do Relator, que não foi quem incluiu esses dispositivos. Foram incluídos na Câmara.

Então, orientamos "não", com todo respeito e admiração ao trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – Liberamos a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Bancada Feminina libera.

Passamos à lista de oradores.

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Pela lista de oradores, o primeiro orador inscrito é o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu vou aproveitar a minha fala e fazer um pedido a V. Exa.

Existe um Projeto de Resolução nº 32, de 2021, que institui a Frente Parlamentar do Congresso Nacional dos Investimentos Estrangeiros para o Brasil, a Frente InvestBrasil. Se V. Exa. puder pautá-lo como extrapauta hoje, seria fundamental, em função da instalação dessa Frente, pois ela é muito importante para o País.

Eu pediria a V. Exa. isso.

Mas a minha fala, Presidente, é no sentido da minha preocupação com relação a essas variantes novas, inclusive essa variante da Índia, que apareceu não só no Maranhão, mas, agora, aqui no Distrito Federal, já temos notícia de pessoas que foram também detectadas com essa variante, o que é preocupante. E eu não vejo por parte das autoridades do GDF, e também precisamos reforçar no Ministério da Saúde, na Infraero, essas medidas com relação a testagens nos aeroportos, nas estradas... A gente tem que agir no preventivo.

Hoje, a realidade do DF: mais de 70% das pessoas contaminadas são pelo Covid de Manaus. E acho que, naquela época, naquele momento, não houve essa preocupação e foi encaminhado com... E tinha que encaminhar mesmo, mas tinha que haver um acompanhamento disso. Hoje, a predominância no DF é a cepa de Manaus, mas se a gente não se precaver também, não tomar esses cuidados necessários à prevenção, daqui a pouco, a gente também tem essa situação dessa terceira onda.

Então, essa é uma preocupação forte que mereceria, por parte do Senado e de V. Exa., que é Presidente, também, que a gente cobrasse um pouco mais a prevenção. Há uma preocupação muito grande com relação a isso.

Presidente, eu não sei se a realidade do País é essa, mas, aqui no Distrito Federal, a gente tem acompanhado – eu já tomei, graças a Deus, a minha segunda dose da vacina, então, eu tenho circulado, tenho conversado, com máscara, evidentemente, com toda a proteção, com algumas pessoas – que o que cresceu muito em Brasília, aqui no Distrito Federal, de um modo geral, foi a população de rua. Nunca se viu tanta gente passando dificuldade, passando fome, passando necessidade e, por incrível que pareça, eles não têm acesso, no momento mais importante, à área social, as pessoas não conseguem acessar o Cras, para ter a cesta básica, para ter uma atenção. A comida não espera um mês de cadastramento, sessenta dias... A comida, a fome... Tem que ser na hora. E aqui, infelizmente, talvez o maior problema é a falta, realmente, de cuidado com a população. Nós estamos passando por um momento difícil, que eu acho que mereceria uma atenção do GDF, porque realmente a situação está gravíssima.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Izalci Lucas. E me permito, face ao ensejo da sua fala, Líder Izalci, dizer que, na manhã de hoje, eu recebi a visita do Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, quando discutimos a evolução do combate



à pandemia. E há, realmente, uma enorme preocupação em relação às variações do vírus, em relação à perspectiva de uma terceira onda, de um novo pico e de um agravamento muito considerável da doença, de modo que é muito importante haver ações do Governo, do Congresso, mas sobretudo dos cidadãos brasileiros.

É evidente que precisa aumentar muito a testagem – ou seja, quanto mais testes de coronavírus feitos na população, melhor será o diagnóstico –, o isolamento imediato daquele que esteja infectado e a liberação daquele que não esteja. Portanto, é uma lógica importante e estabelecida pelo próprio Ministro da Saúde a de um investimento muito acentuado na testagem da população brasileira neste momento de necessidade e de busca da contenção da terceira onda. O segundo é a ampliação da escala de vacinação. E há uma grande perspectiva da aprovação da vacina da Índia, Covaxin, pela Anvisa, de modo que nós teríamos também o acréscimo dessa possibilidade de vacina à população brasileira, fora a preparação do sistema de saúde para abrigar novos infectados que venham a ter um agravamento do seu quadro de saúde.

Mas é fundamental, e conversamos sobre isso na manhã de hoje, que haja, por parte de cada cidadão e cidadã brasileira, a consciência de que nós temos que continuar com as precauções de uso de máscara, de não contato físico, de higienização das mãos, do uso do álcool gel e que não promovam e não participem de aglomerações. Nada mais contraproducente e ilógico hoje que, no momento em que nós precisamos fazer a contenção da doença, haver aglomerações, seja para qual finalidade for. Não há razoabilidade para isso, de modo que essa comunhão de esforços que nós estamos buscando fazer no Governo Federal, no Congresso Nacional, com as instâncias de Poder, depende muito da contribuição da sociedade brasileira com essa consciência de enfrentamento à pandemia. Então, muito bem colocado por V. Exa. esse tema.

E, quanto ao requerimento inicial de V. Exa., submeteremos amanhã o projeto de resolução à pauta do Senado para a criação da frente parlamentar à qual V. Exa. se referiu.

Muito obrigado, Líder Izalci Lucas.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim, e, na sequência, vamos encerrar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.)

– Boa noite, Presidente, Rodrigo Pacheco, Senadores e Senadoras. Parabéns aos autores e Relatores do dia de hoje: Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Irajá, Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val!

Presidente, quero lembrar que hoje faz um ano do assassinato do George Floyd, lá nos Estados Unidos. Ele se tornou um símbolo na luta contra o racismo mundial. No Brasil, todos os dias, jovens negros são assassinados. A Câmara, Senador, precisa aprovar o PL 5.231, que trata da abordagem que veio do George Floyd e também do Beto, assassinado lá em Porto Alegre. O Senado já aprovou.

Sr. Presidente, na mesma linha dos senhores, doem na alma as notícias do número de mortes pela pandemia no Brasil e no mundo. É inaceitável a demora na vacinação e na adoção de medidas preventivas necessárias. Segundo a OMS, a vacinação atingiu somente 1,5 bilhão de doses aplicadas. Porém, ampliou a desigualdade. Cerca de dez países da África sequer aplicaram uma única dose. Laboratórios afirmam que seria possível imunizar a maioria da população mundial até o fim de 2021, mas os especialistas alertam que os países mais pobres só conseguiriam esse fato em 2024. Na América Latina, apenas 3% da população foi vacinada. Já ocorreu mais de 1 milhão de mortes. No Brasil, a preocupação, como os senhores falam, e está certo, é com a nova variante indiana. Não foi detectada a transmissão comunitária, mas a presença no Território brasileiro já preocupa a todos.

Presidente, no Rio Grande do Sul, 8 das 21 regiões do Estado têm alerta de agravamento da pandemia. O surgimento de novas variantes no Rio Grande do Sul, como a P1 e a cepa do Reino Unido, também colaborou para o risco de um agravamento ou de uma nova onda, como aqui nós estamos falando.

Quero saudar, Presidente, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que aprovou uma moção de



apoio ao Senado pela aprovação do PL 12, que trata da licença compulsória de patente de vacinas para assegurar vacina para todos. A iniciativa foi da Vereadora Reginete Bispo. Oxalá, outras câmaras de vereadores do País façam o mesmo, para que a Câmara dos Deputados aprove o mais rápido possível o projeto.

O PL 12 teve repercussão mundial. O Senado do Brasil se posicionou. As nações precisam fazer um pacto de solidariedade. É urgente o licenciamento compulsório de patentes de vacinas. O Brasil precisa apoiar. Olhar humanitário é do que precisamos. Basta de individualismo! O Planeta não pode continuar padecendo. Políticas humanas não têm fronteira. Vacina para todos já! A vida acima, sempre, do lucro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 41 Senadores; NÃO, 31 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Está rejeitado o destaque.

Mantido o texto do eminente Relator.

Submetemos a votação...

Fica prejudicada a Emenda 17 com essa decisão do Plenário do Senado.

Votação do art. 1º, §1º, da Lei nº 9.998, de 2000, alterado pelo art. 6º do projeto de lei de conversão, destacado pela Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Progressistas.

Portanto, destaque da Liderança do Progressistas já sustentado pela eminente autora do requerimento, Senadora Daniella Ribeiro.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A Presidência esclarece que quem apoia o Relator vota "sim"; quem apoia a Senadora Daniella Ribeiro com seu destaque vota "não" e exclui o texto destacado. Portanto, "sim", com o Relator; "não", com o destaque.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para orientação, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Como orienta o MDB, Senador Confúcio Moura?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para orientar a bancada.) – Presidente, o MDB vai liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O MDB libera.

Como orienta o PSD, Líder Nelsinho Trad? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos, Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para orientar a bancada.) – Presidente Rodrigo, o Podemos também libera.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar



a bancada.) – Sr. Presidente, o Progressistas orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSDB, Senador Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PSDB vai liberar a bancada nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Senador Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Senador Paulo Rocha? (*Pausa.*)

Eu vou voltar ao Progressistas.

Líder Daniella Ribeiro, eu presumo que a orientação de V. Exa. seja pelo voto "não", porque não acompanha o destaque.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Isso, Presidente. Desculpe-me. É porque eu estou com um filho operado aqui. Só Deus sabe como eu estou aqui neste momento.

O Progressistas orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente.

O Progressistas orienta o voto "não".

Estimamos melhoras ao filho de V. Exa., Senadora Daniella Ribeiro.

O Partido dos Trabalhadores, Líder Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, quem vai encaminhar é o Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Jean Paul, pelo PT.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Orientação "não", Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PL libera.

Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota? Senadora Zenaide Maia, perdão. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, poderia orientar pelo PROS? Não estamos ouvindo...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – O PROS orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PROS orienta o voto "não".

Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a orientação do Democratas é o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Democratas orienta o voto "sim".



O PSD. Gostaria de orientar, Senador Vanderlan, pelo PSD?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para orientar a bancada.) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PSD orienta o voto “sim”.

Como orienta o Cidadania, Líder Alessandro Vieira? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – O Republicanos orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Líder Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – A Rede orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Líder Soraya Thronicke? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB, Senadora Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para orientar a bancada.) – O PSB orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PSB orienta o voto “não”.

Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – O PSC orienta o voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Voto “não”, Sr. Presidente, cumprimentando a Senadora Daniella, estimando tudo de bom aí para ela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta o voto “sim” e aproveita para cumprimentar o excelente trabalho do Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Bancada Feminina está liberada, mas vou acompanhar o destaque da Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Bancada Feminina libera.

O PSL. Senadora Soraya Thronicke, já está em condições de orientar? (*Pausa.*)

O PDT. Gostaria de orientar, Senador Acir Gurgacz? Gostaria de orientar pelo PDT? Por favor, Senador Acir.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Muito bem, Sr. Presidente.

O PDT encaminha voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PDT encaminha o voto "não". Obrigado, Senador Acir.

Estamos em processo de votação nominal, com as orientações já formuladas pelos partidos.

Voltamos à lista dos oradores.

O próximo orador inscrito é o Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, próximo orador inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que V. Exa. faz muito bem em começar sempre as nossas sessões pedindo o relato da nossa Comissão de acompanhamento da Covid, presidida pelo Senador Confúcio.

Junto com as informações que hoje foram reportadas muito bem pelo nosso Relator, o Senador Wellington, eu queria voltar a este esforço – inclusive, esforço mental, além do esforço político – para avaliarmos: na linha do que o Senador Paulo Paim falou, nós não podemos só imaginar que a lei e a coerção vão gerar solidariedade.

O Papa, no final do ano passado, advertiu para o fato de que as nações ricas teriam acesso diferenciado a vacinas e os países medianos e pobres ficariam excluídos dessa dose de esperança, de sobrevivência, de vida e de normalidade relativa que a vacina representa.

E os números estão aí para mostrar que nós temos: de um lado, cientistas, descobridores, inventores, temos um time especialmente da enfermagem, os abnegados e os atos de heroísmo – heroísmo muitas vezes anônimo –; e, de outro lado, o comércio, o mercado e os exclusivismos que vão se consolidando em quem tem a vacina, quem desenvolve a vacina, quem tem o IFA, quem tem a patente, ou seja, quem tem a propriedade intelectual sobre esse bem a que todos nós aspiramos, que é a vacina.

Mais do que isso, eu apreciaria muito que nós pudéssemos desenvolver, com o mesmo empenho com que V. Exa. se dirigiu ao Senado americano, também para cobrar uma postura das nações que detêm patentes e detêm recursos financeiros.

Porque isso não vai ser bom, não vai ser bom nem para o Brasil nem para a humanidade. O ranço que vai ficar daqueles que não estão tendo acesso minimamente razoável a esse bem, que é comum e para o qual não deve haver patente!

Por isso, nós votamos a favor do licenciamento coercitivo, o licenciamento declarado unilateralmente, conforme manda a regra de acordo internacional, dando um exemplo. E devemos isso ao Senador Nelsinho Trad, que conseguiu não apenas aprovar, mas aprimorar o projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim. Essa advertência eu acho que deve complementar as falas hoje sobre a questão da vacina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Próximo orador inscrito, Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na última quinta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que em suma privatiza a empresa Centrais Elétricas Brasileiras, a nossa Eletrobras.

Nobres colegas, em breve, essa matéria será submetida à nossa apreciação e merecerá toda a atenção e inteligência para evitar que essa afronta contra o patrimônio público e contra a nossa soberania se



materialize.

Diversos são os problemas que podem ser apontados nessa tentativa atrapalhada de privatização de uma empresa tão estratégica e lucrativa.

O primeiro deles diz respeito à forma como esse tema chega ao Congresso Nacional, através de uma medida provisória. Ora, uma matéria tão controversa e complexa não poderia ser classificada como urgente, salvo se houvesse um motivo extraordinário, motivo esse que não existe. Portanto, Presidente, essa matéria chega ao Senado Federal eivada pela inconstitucionalidade de não cumprir o requisito de urgência.

Outra questão que merece destaque e foco na análise do tema se refere à fragilização da nossa soberania nacional. Com a privatização da Eletrobras, o Estado brasileiro perderá o controle sobre a geração e a distribuição de energia no País, abrindo mão de um ativo estratégico para o desenvolvimento e para a segurança nacional. Mesmo um Governo liberal precisa estar atento para os efeitos de uma privatização que certamente se mostrará danosa para o nosso futuro como Nação.

A venda da Eletrobras também poderá impactar na nossa segurança energética e no poder de decisão estratégica do Estado, no que se refere a investimentos no setor elétrico.

Além disso, com a privatização, inevitavelmente haverá uma tendência de elevação das tarifas de energia, tendo em vista que o objetivo principal da empresa passará a ser o lucro, e não mais o atendimento da população com qualidade, eficiência e com tarifas módicas.

Sendo assim, Sr. Presidente, peço, com certeza, o apoio e a parceria de V. Exa. para que juntos possamos evitar a privatização desse importante, estratégico e sensível ativo nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim.

O próximo orador inscrito é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discutir.) – Eu quero pedir de público ao Presidente da República que pare de fazer prognósticos sobre o fim da pandemia de Covid-19. Apesar de ele ter Messias no nome, não tem se revelado um profeta certo, em nada, aliás.

No dia 10 de dezembro de 2020, ele declarou que o Brasil estava vivendo um finzinho de pandemia. De lá para cá, a situação se agravou, e morreram mais de 250 mil pessoas. Agora, quando o País caminha para atingir o número trágico de meio milhão de mortos, vem o Presidente de novo afirmar que estamos no final da pandemia, segundo ele, rumo à normalidade. Ele fez essa declaração no último domingo, três dias depois da chegada ao Brasil da cepa indiana do coronavírus, com alto grau de transmissibilidade.

O que o nosso Presidente afirma vai de encontro aos alertas emitidos, nos últimos dias, por vários especialistas. O Brasil corre o sério risco de vivenciar a terceira onda da pandemia de Covid, sobretudo porque o processo de vacinação não deslancha. Só agora a primeira fase da dose chegou a 20% da população, e a dose de confirmação está na metade, em torno de 10%.

O Brasil, dizem os especialistas, precisa urgentemente acelerar o ritmo da vacinação, sem abrir mão do uso da máscara, da higiene contínua das mãos e do distanciamento físico, tudo o que o Presidente Bolsonaro não faz. Ao contrário, ele previu o fim da pandemia no domingo, quando promovia uma aglomeração no Rio de Janeiro, sem máscara, equipamento que usaria, no dia seguinte – pisme, Brasil! – em Quito, na posse do novo Presidente do Equador. Lá ele usou máscara!

A mudança de comportamento do senhor, Presidente, em menos de 24 horas, fez surgir a hipótese de que o senhor enviou um sócio para o Equador. Eu imaginava que não houvesse um sócio seu. Aliás,



tomara que não haja! Se isso não aconteceu, o senhor precisa explicar por que é mais respeitoso com os vizinhos equatorianos do que com os seus compatriotas brasileiros.

Parabéns, Presidente Rodrigo Pacheco, pela sua sensatez em relação à terceira onda, já registrada aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

O próximo orador inscrito é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero também saudar o Dia Nacional da Indústria, a exemplo do que fez V. Exa., agora há pouco, inclusive referindo-se a algumas federações de indústrias do Brasil.

É lugar comum dizer-se que a indústria é o carro-chefe da economia. E é verdade, porque ali é onde se promove a indústria como um todo, pela transformação de matérias-primas.

Eu quero também, nessa linha, destacar a Federação do Rio Grande do Sul, a Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), muito bem conduzida pelo seu Presidente Gilberto Petry.

Aqui no Sul, praticamente não houve desabastecimento de nada nos supermercados porque as indústrias estão funcionando. Não tem havido solução de continuidade, o que é um mérito e o reconhecimento da competência de nossas indústrias através de providências protetoras dos trabalhadores. Assim, nós temos a quase normalidade completa nas linhas de produção nas fábricas do Rio Grande do Sul, a tal ponto que os consumidores não têm sido prejudicados. Inclusive, alguns artigos extremamente demandados, o que não era comum, não têm faltado. Por exemplo, as indústrias têm produzido, em larga escala, os produtos que procuram proteger da pandemia: as máscaras, as luvas, o álcool em gel. Nada disso tem faltado.

Então, no Dia Nacional da Indústria, é justo que se faça esse destaque. É um setor da vida nacional, da vida econômica, da vida produtiva que está indo muito bem, apesar da funesta pandemia que nos abala e que causa tantas perdas humanas e materiais. A nossa indústria, como um todo, no Brasil – e digo muito particularmente da indústria do Rio Grande do Sul –, está indo muito bem, apesar das adversidades. Isso é um grande mérito que merece o nosso destaque.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Estamos em processo de votação nominal.

Passarei ao próximo orador, e, na sequência, vamos encerrar a votação.

O próximo orador é o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, a nossa Comissão da Covid-19 tem um prazo determinado para se extinguir, deve concluir seus trabalhos e o relatório no dia 30 de junho. Então, estamos seguindo o ritual das audiências públicas.

Nessa Comissão, dias atrás, houve uma sessão temática em Plenário em que o tema discutido por especialistas fantásticos foi a educação, a volta às aulas. É um assunto também que tem muito a ver com a pandemia. O estrago devastador da pandemia sobre a educação foi extraordinário. Foi praticamente um ano e meio com os alunos fora da sala de aula física, tentando-se, de todo jeito, criar um modelo híbrido, que ninguém sabe direito como funciona, tanto é que uma parte assiste à aula, e a outra parte não assiste a nada.

Então, é, praticamente, uma devastação na educação básica, que já era ruim. Quando a educação brasileira é avaliada internacionalmente, nós ficamos na rabeira de tudo, pela falta de qualidade. O aluno



perde tempo, fica lá por quatro ou cinco anos e não aprende a ler, nem a escrever, nem a contar.

Então, parece que a pandemia veio com esta finalidade de a gente reconstruir o Brasil.

O tema educação é um tema de que todo mundo fala. A gente fala até pelos ouvidos, pelo nariz, pela boca! Por tudo que é canto a gente fala em educação! Mas, na realidade, na hora de pegar mesmo a educação, pouca gente faz. Fica no discurso, fica no disse não disse, fica no rolo, e a coisa não vai. Certo é que as escolas ficam assim. Perdidos ficam os alunos, afastados. E o prejuízo geracional para o Brasil é incalculável economicamente.

Assim, os especialistas da sessão temática estimularam muito a volta às aulas. Há protocolo de todo mundo. Todo mundo está produzindo protocolos! Há protocolo do Ministério da Saúde, há protocolo dos conselhos, há protocolo do Todos pela Educação, há protocolo de muitos Estados federados muito bem feitos. Cada Município pega esses protocolos, ajusta-os às suas realidades, e vamos tocar a educação! Vamos, já, já, voltar às aulas, para que a gente possa animar, trazer de volta os nossos jovens, as nossas crianças para as aulas. Os pais estão perdidos! A gente precisa dessa retomada, dessa reconstrução nacional através da educação.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 36 Senadores; NÃO, 31 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Fica rejeitado o destaque e mantido o texto do eminente Relator.

O próximo destaque é da Liderança do PROS, da Emenda nº 24.

Votação da Emenda nº 24, destacada pela Senadora Zenaide Maia, pela Liderança do PROS. Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

O requerimento já foi sustentado pela eminente Senadora...

A Senadora Zenaide Maia gostaria de se pronunciar novamente?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria aqui fazer um apelo, lembrando que, no ano passado, a gente aprovou a Lei do Fust. Nessa lei, a gente teve cuidado, porque já chamava a atenção o estrago que a pandemia faz cada vez mais na diferenciação social dos alunos que não têm internet para os que a têm. Como o Senador Confúcio falou, já é grave para quem a tem. E para quem não tem o acesso?

Lembro que a gente votou nesse projeto de lei a implantação de banda larga em todas as escolas públicas do País até 2024 e que 18% do total dos recursos do Fust eram justamente para colocar... Aí foi nessa medida provisória... Com todo o respeito, eu quero parabenizar o Senador Vanderlan, que fez um brilhante relatório. Mas agora reduziu! Os 18% não são do total dos recursos do Fust; agora, são 18% dos recursos não reembolsáveis. E retira também que as previsões de que esses recursos sejam utilizados para priorizar as regiões da zona rural e da zona urbana que tenham um Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo.



Por isso, eu queria fazer esse apelo. A gente votou no ano passado isso. E, como foi mostrado, na educação do Brasil e de onde há pandemia, mas aqui principalmente, a gente sabe que os mais carentes são os que estão mais prejudicados. Por que a gente vai reduzir os recursos e ainda não priorizar quem tem um Índice de Desenvolvimento Humano... Essas crianças mais carentes e vulneráveis, a maioria delas não tem nem alimentação!

Então, eu queria fazer aqui o meu apelo. Nada contra o projeto como um todo, mas isso aqui não era... A gente votou no ano passado e viu a fragilidade dessas crianças, desses jovens e adolescentes que não tinham direito ao acesso à internet. E, agora, a gente está reduzindo os recursos e ainda não priorizando os mais vulneráveis.

Por isso eu queria aqui fazer o apelo aos colegas para votarem a favor desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A Presidência esclarece que quem apoia o Relator, o Senador Vanderlan, vota "não"; quem apoia a Senadora Zenaide Maia e o seu destaque vota "sim" e aprova a emenda destacada. Portanto, "não", com o Relator; "sim", com o destaque.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Concedo a palavra, por um minuto, aos Líderes para a orientação de bancada.

Como orienta o MDB, Senador Confúcio Moura?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, as medidas provisórias saem brutas do Palácio. Elas são aperfeiçoadas tanto na Câmara quanto no Senado. Elas recebem, sim, acréscimos importantes que foram esquecidos lá atrás. São indispensáveis essas introduções mesmo! Senão, seria um ato unificado do Presidente da República.

Assim sendo, o MDB recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente!

Apenas faço um esclarecimento: quem vota com o Relator, neste caso, considerando que se trata de uma emenda destacada, orienta o voto "não".

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A gente vota com o destaque da Zenaide. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Vota com o destaque; vota "sim", com o destaque. Perfeito, Senador Confúcio.

O MDB orienta o voto "sim".

Como orienta o PSD, Líder Nelsinho? *(Pausa.)*

O Senador Vanderlan Cardoso gostaria de orientar pelo PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para orientar a bancada.) – Nessa matéria, Presidente, o Podemos continua liberando a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Podemos libera.

Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PSDB vai liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Democratas acompanha o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Democratas orienta o voto "não", o voto "não" acompanha o Relator.

Como orienta o PT, Senador Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – A orientação é o voto "sim", Presidente, com o destaque da Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PT orienta o voto "sim" ao destaque.

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL, Sr. Presidente, vota "sim", com o destaque da Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota... (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – Orienta "sim", com o meu destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Como orienta o Cidadania, Líder Alessandro Vieira? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias? (*Pausa.*)

Perdão, só um minuto, Líder Mecias.

No PDT, a orientação é pelo Senador Acir Gurgacz.

Por favor, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Pois não, Sr. Presidente.

O PDT acompanha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PDT orienta o voto "sim".

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Republicano orienta o voto "não".

Como orienta a Rede, Senador Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Rede orienta o voto "sim" e parabeniza o destaque da Senadora Zenaide Maia, ao passo que parabeniza também o Relator, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya?



A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada.) – O PSL libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta do PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para orientar a bancada.) – O PSB orienta o voto "sim", parabenizando o destaque da Senadora Zenaide Maia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – Nós vamos liberar a bancada, Sr. Presidente, mas gostaria de parabenizar a Senadora Zenaide e vou acompanhá-la votando "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Bancada Feminina libera a bancada.

Como orienta o PSD? Senador Vanderlan Cardoso, gostaria de orientar pelo PSD?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sr. Presidente, o Senador Nelsinho está aí? A orientação com ele, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não, o Senador Nelsinho não está conectado, Senador Vanderlan.

V. Exa. gostaria de orientar?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para orientar a bancada.) – Então, Sr. Presidente, o PSD orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PSD orienta o voto "não".

Como orienta o Progressistas, Senador Elmano Férrer?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para orientar a bancada.) – O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Progressistas orienta o voto "não".

A Rede orientou o voto "sim". Peço que coloque no painel. (*Pausa.*)

Nós tivemos um pequeno problema no painel de orientação, mas, em instantes, nós vamos regularizar para colocar as orientações das bancadas.

O Governo orientou o voto "não", a Bancada Feminina liberou.

Obrigado.



Então, finalizada a orientação de bancada.

Estamos em processo de votação nominal. Ainda faltam Senadores e Senadoras para exercerem o voto.

Voltamos à lista dos oradores.

O próximo orador inscrito é o Senador Jean Paul Prates.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Depois sou eu. Ah não, ainda falta o Carlos Fávaro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Elmano, o microfone de V. Exa. está aberto. Peço que V. Exa. feche o microfone. E V. Exa. está incluído na lista. Primeiro é o Senador Jean Paul Prates na lista de oradores; depois é o Senador Carlos Fávaro e depois o Senador Elmano Férrer, V. Exa.

Peço que todos mantenham o microfone fechado, obviamente salvo no momento em que for chamado para se pronunciar.

Líder Jean Paul Prates com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – O Senador Izalci também solicita, destarte, a aprovação, o submetimento à votação do nosso Requerimento de Resolução 3.021, para a criação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia.

E explico a importância desta frente rapidamente aos Srs. Senadores e Senadoras para que adiram a ela, porque se trata de uma frente de energia diferente por tratar da integração de todos os setores. Nós temos inúmeras frentes no setor de energia que tratam de vários segmentos dele: petróleo e gás, energia renovável, energia solar, o subgrupo disso e daquilo, refino.

Nós estamos fazendo uma frente ampla, uma frente aberta, um guarda-chuva, que é o único fórum em que a gente pode discutir a transição energética tanto do ponto de vista da geração quanto do ponto de vista do consumo. E aí vamos, é claro, abordar o uso sustentável dos recursos naturais para geração de energia, o consumo responsável, incluindo a eletromobilidade e o aproveitamento máximo do nosso etanol, ambas tendências muito favoráveis, do ponto de vista de limpar a nossa matriz de consumo de energia, e fontes renováveis e não renováveis conjuntamente.

Então, eu gostaria apenas de consignar mais uma vez aqui outro pedido de requerimento e colocação desse requerimento do Projeto de Resolução 3.021.

E, aproveitando isso, começar a alertar o nosso conjunto de Senadores e Senadoras para os debates que teremos na Casa, já a partir dessa semana, sobre a MP da Eletrobras e alertar que não trata apenas da Eletrobras. Na verdade, a parte da Eletrobras já é, por si só, muito discutível, pelo momento em que estamos colocando à venda a principal empresa de energia do país, a *holding* das *holdings* do setor elétrico. Para quem não se lembra, é a empresa que detém o controle da Chesf, de Furnas, da Eletrosul, da Eletronorte, entre outras, e que tem 48 das principais usinas hidrelétricas, principalmente aquelas que já foram construídas em idos tempos, portanto já grandemente amortizadas e que geram a um custo muito barato a energia para o Brasil.

É uma empresa extremamente lucrativa, que eventualmente tem períodos de lucratividade menor porque exerce a sua função de empresa do Estado, por exemplo, ao absorver distribuidoras, como a do Piauí, que eventualmente ficaram quebradas. Aí a Eletrobras foi lá e a absorveu e salvou para que o povo do Piauí e de outros Estados mantivesse o consumo de energia intocado.

A Eletrobras possui 45% da transmissão elétrica brasileira, os grandes monopólios naturais das grandes linhas de transmissão, das linhas de alta tensão, as BRs da energia no Brasil. E é uma empresa que eventualmente se diz que vamos capitalizar, mas, na verdade, a intenção dessa MP é diluir o seu capital, emitir ações em bolsa e, de forma muito quieta, quase sub-reptícia, vender o controle dessa empresa, que é



a *holding* do setor elétrico e, mais do que isso, controla o regime hídrico através dessas suas megabarragens, das grandes barragens nacionais das principais bacias hidrográficas brasileiras.

Isso é que tem que ser tratado.

Mas, além da Eletrobrás, há, mais uma vez, vários outros enxertos legislativos que vêm a reboque desse projeto e que dizem respeito à regionalização dos leilões elétricos nacionais que vão diminuir a competição e, portanto, aumentar tarifas.

Há a criação de reservas de mercado, sim. É um projeto que se diz liberal de privatização e que se propõe a criar reservas de mercado para determinadas fontes de energia que já não são mais tão competitivas como a eólica e a solar hoje já são. Então, cria-se uma reserva de mercado para pequenas centrais hidrelétricas sem necessidade, para térmicas, térmicas essas que vão gerar a R\$300, às vezes, por megawatt-hora. É a energia mais cara que pode ser gerada no Brasil hoje.

Portanto, quero chamar a atenção para que todos os Senadores e Senadoras de todos os matizes políticos se dispam, eventualmente, até dos conteúdos ideológicos e pensem e discutam conosco – vamos mandar, encaminhar essas discussões aqui informalmente e formalmente – essa questão da MP da Eletrobras, pelo momento, que é inadequado, no meio de uma pandemia, no fim de uma pandemia, de recuperação econômica. Ninguém está vendendo ativos dessa qualidade no mundo, principalmente com essa importância.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Eu faço mais um esclarecimento – novamente um esclarecimento – quanto a essa votação. Quem acompanha o Relator vota "não". Quem acompanha o destaque da Senadora Zenaide Maia, do PROS, vota "sim" – "sim" ao destaque. Portanto, "não", com o Relator; e "sim", com o destaque da Senadora Zenaide Maia.

Ainda faltam Senadores e Senadoras para exercerem o direito do voto.

O próximo orador inscrito é o Senador Carlos Fávaro. (*Pausa.*)

Senador Elmano Férrer, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer um registro. E o faço o registro com muita honra, com muita satisfação, porque este registro traduz uma aspiração do povo piauiense, sobretudo dos Cerrados do Piauí.

Eu estive, dia 20, quinta-feira passada, com o Presidente da República Bolsonaro, acompanhado do Ministro Tarcísio Gomes de Freitas, que visitaram o Estado do Piauí bem como a ponte estaiada, ligando, unindo os dois Estados, ou seja, Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão. Essa uma ponte estaiada era um sonho, repito, de mais de 30 anos.

Quanto aos grãos produzidos no Piauí, foram cinco milhões de toneladas no ano passado e neste ano, na safra 2019/2020/2021; e os Cerrados do Maranhão produziram 5,5 milhões de toneladas. Isso, dentro da grande região do Matopiba, que inclui os Estados do Piauí, do Maranhão, de Tocantins e da Bahia, que estão produzindo, que produziram, no último ano agrícola, 29 milhões de toneladas de grãos.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, porque, em junho de 2019, aqui estiveram o Ministro Tarcísio Gomes de Freitas e o General Santos Filho, Diretor-Geral do Dnit, para assinar a ordem de serviço para construção desse sonho.

E a obra, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi concluída em 20 meses! Isso é inusitado na construção civil do nosso País!

Então, faço este registro ao tempo em que não se faz registro quando se trabalha neste País. O Presidente, a todo instante e a todo momento, é atacado, é criticado pelos seus procedimentos. E eu faço



isto porque foi um compromisso que ele assumiu com as Bancadas do Piauí e do Maranhão e realizou esta integração: uma ponte de integração dentro do Matopiba.

Então, queria fazer esse registro, um investimento altíssimo, para parabenizar o Presidente, o Ministro Tarcísio, o General Santos Filho, Diretor-Geral do Dnit.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, também quero me associar a todos os industriais do Piauí na pessoa do Presidente da Fiepi, Federação das Indústrias do Estado do Piauí, o ex-Deputado José Filho, que também é ex-Governador do Estado do Piauí.

Na oportunidade, também cumprimento o conterrâneo de V. Exa., Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, o nosso Robson Andrade, que tem sido o marco do setor industrial do Brasil.

Então, aproveito a oportunidade e cumprimento todos os industriais pelo transcurso do Dia da Indústria.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Elmano.

Vamos ouvir mais um orador.

Na sequência, vamos encerrar a votação.

Peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que possam votar.

Próximo orador inscrito, Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, próxima oradora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui lembrar, fazer minhas as palavras – que eu já ouvi – da Senadora Nilda e do Senador Jean Paul falando sobre a privatização da Eletrobras. Eu queria dizer que, quando a gente fala em soberania nacional, a venda do patrimônio brasileiro, que faz parte da sua soberania, a perda da soberania... Soberania não tem preço, colegas Senadores, soberania tem valor. Então, eu pergunto: por que vender a Eletrobras? Vai resolver o que com essa venda? Uma empresa pública, lucrativa e que tem o domínio das águas, com as nossas hidrelétricas.

Gente, sabe quem é que cuida das hidrelétricas americanas, dos seus mananciais? As Forças Armadas. Por que perder o controle administrativo e financeiro dessa empresa? Porque é o seguinte: essa história de que vão vir investir... As empresas não investem quase nada do capital próprio delas, geralmente é financiamento. Isso aí já deve ter o BNDES.

Já que nossa empresa é superavitária, dá lucro, poderia fazer isso... Eu sei que tem uma parte, eu acho que a Eletrobras, o Governo brasileiro, só tem uns 52%, mas tem autonomia administrativa e financeira. Por que perder essa autonomia? Para vender para outro País? Eu raciocino assim: o outro país que comprar vai acender e apagar a luz deste País chamado Brasil, do povo brasileiro, a hora que quiser. E é uma venda que está prevista no mercado financeiro, gente. Nós temos uma experiência aí de alinhar preço a mercado financeiro, que é grave.

E eu queria aqui parabenizar a indústria brasileira, que gera emprego e renda, mesmo diante da dificuldade, das dificuldades que têm, com o preço de combustível exorbitante, com bancos que financiam a juros altíssimos, mas mesmo assim ela continua gerando emprego e renda. Então, parabéns indústria brasileira!

Agora, eu me somo à Nilda e ao Jean Paul, quero que a gente não deixe, com uma medida provisória, vender um patrimônio do povo brasileiro, que é estruturante, que é importante para a soberania nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.



Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 33 Senadores; NÃO, 31 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Está acolhida a emenda supressiva destacada pela Senadora Zenaide Maia.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão com alterações.

Não há mais destaques.

Portanto, aprovado o Projeto de Lei de Conversão com alterações, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas apresentadas.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Anuncio o item 2 da pauta – e cumprimento o Senador Vanderlan Cardoso, Relator dessa matéria, pelo trabalho e também a Senadora Zenaide Maia pelo destaque que foi aprovado.

Item 2 da pauta, agora anunciado.

Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, do Senador Flávio Arns, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9.

As Emendas nºs 6, 8 e 9 foram retiradas pelo autor.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 12 de maio, quando foi retirada da pauta em razão da aprovação de requerimento de sessão de debates temáticos, já realizada.

A Presidência gostaria de destacar a realização, na última sexta-feira, dia 21 de maio, da sessão remota de debates temáticos destinada a analisar o projeto de lei ora em deliberação.

A referida sessão, convocada em atendimento ao Requerimento nº 1.508, de 2021, da Senadora Mara Gabrilli e outros Senadores, foi marcada pela inovação. Foram disponibilizados aos convidados e espectadores amplos recursos de acessibilidade, tais como interpretação entre Libras e Português, legenda em tempo real e audiodescrição. Estiveram nela presentes intérpretes de Libras, intérpretes de voz, um audiodescritor e duas guias-intérpretes.

A sessão também foi transmitida pelo canal oficial do Senado Federal no YouTube em duas versões acessíveis, uma delas com audiodescrição permanente dos conteúdos visuais. Além disso, é válido salientar a intensa participação na plataforma e-Cidadania constatada durante a sessão, com o registro de 439 interações, número recorde de perguntas e respostas. Então, um registro importante.

Essas ações revelam a preocupação do Senado Federal em garantir a plena participação democrática a todos os cidadãos, independentemente de suas eventuais limitações. Mais uma vez, o Senado Federal assume papel de destaque entre as instituições do Estado brasileiro, com a atuação marcada pelo espírito público e pelo compromisso com a acessibilidade.

A matéria anunciada, o item 2, depende de parecer.

Faço a designação do Senador Styvenson Valentim para proferir parecer de Plenário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Boa noite, Sr. Presidente. Ouve-me bem, sem interferência?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Styvenson.

Com a palavra.



O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para proferir parecer.) – Boa noite, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu poderia começar já pela análise, uma vez que o senhor já narrou que esse projeto saiu de pauta para essa discussão, uma discussão que teve uma interação com a população, com vários especialistas. E eu espero apresentar o melhor relatório para que a gente tenha essa acessibilidade a todos os nossos brasileiros que precisam dela. Se o senhor me autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Styvenson. Está autorizado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agradeço a indicação e a honra de estar relatando um projeto do Senador Flávio Arns, cujo nome já diz tudo: Arns.

Então, Sr. Presidente, já partindo para a análise, o PL 4.909, de 2020, que vai ser apreciado aqui no nosso Plenário, está em pleno acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui as nossas deliberações remotas, e atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Assim, não se observa, não se vislumbra nenhum óbice à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

Acerca do mérito, a proposição nos parece adequada e pertinente, fazendo justiça a uma demanda histórica da comunidade surda brasileira. A implementação das escolas bilíngues para surdos tem, assim, significativo potencial para contribuir efetivamente para a inclusão de fato dessas pessoas nas escolas brasileiras, pois leva em conta as especificidades linguísticas, culturais e identitárias de surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas.

A educação bilíngue de surdos, preconizada por entidades como a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), consiste na criação de ambientes linguísticos para aquisição da Libras como primeira língua por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua. As escolas bilíngues são, assim, escolas abertas à matrícula de alunos surdos que têm a Libras como primeira língua e alunos ouvintes que nela percebem a possibilidade de tirar proveito de uma educação que tenha a língua de sinais e a língua portuguesa escrita como línguas de instrução.

Uma educação com essas características proporciona aos estudantes surdos a possibilidade de ter acesso à Libras desde tenra idade, por meio do contato com seus pares e com estratégias didático-pedagógicas que atendam às suas especificidades. Trata-se, dessa forma, de propiciar espaço e condições para que não enfrentem desafios tais como os encarados hoje por tantos alunos com esse perfil, que, filhos de pais ouvintes ou de pais que não dominam Libras, apenas acessam a Língua Brasileira de Sinais quando se matriculam em escolas e que, portanto, não são fluentes nessa língua e encontram dificuldades tanto para acompanhar a aula oferecida por um professor em português quanto para a tradução realizada por um intérprete.

Trata-se, portanto, de fazer verdadeira inclusão, garantindo a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas brasileiras, conforme princípio inscrito no inciso I do art. 206 da Constituição Federal, que deve ser lido segundo a proposição aristotélica de “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”, o que, no caso em tela, significa criar condições de equidade para os surdos, garantindo-lhes acesso aos conteúdos sistematizados e às práticas de aprendizagem consolidadas, a partir da fluência em Libras.

Vale ressaltar ainda que, além das diretrizes constitucionais, também há um arcabouço legal que sustenta a existência das escolas bilíngues e que justifica, em grande medida, a inscrição na Lei de Diretrizes e Bases da educação bilíngue de surdos como modalidade específica. A esse respeito, citamos o art. 28,



inciso IV, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que incumbe ao Poder Público a garantia, a criação, o desenvolvimento, a implementação, o incentivo, o acompanhamento e a avaliação da oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. O art. 27 da mesma lei garante o direito das pessoas com deficiência à educação em sistema inclusivo, em todos os níveis. Em razão disso e como a recusa à matrícula de pessoas com deficiência constitui crime, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, devem, logicamente, proporcionar a inclusão.

O PNE 2014-2024, instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, também apresenta uma perspectiva atualizada e pertinente sobre o tema, ao prever a garantia da oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a 17 anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

Ressaltamos que o Senador Flávio Arns, autor do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, também foi bastante feliz em acrescentar no texto o respeito à memória e à cultura dos surdos, além de uma ampla possibilidade para o atendimento, pelos sistemas de ensino, de estudantes surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas. Assim, esse atendimento poderá ser realizado tanto em escolas quanto em classes bilíngues, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue para surdos. Tal encaminhamento considera, de maneira adequada, a realidade de muitos Municípios brasileiros, que podem se organizar a partir de suas condições específicas, sem deixar de atender as necessidades desse público e sem prejuízo do direito do aluno a se inscrever em qualquer instituição.

Ainda a esse respeito, sugerimos emenda a fim de explicitar no texto debatido agora pelo PL 4.909 a determinação de que os alunos que tenham esse perfil ou seus responsáveis continuem a contar com a possibilidade de matrícula em escolas ou classes não bilíngues, sem prejuízo para as conquistas realizadas pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão) e das outras normas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Trata-se, assim, de ajuste que melhor articulará o texto do projeto de lei em análise às diretrizes das citadas normas e garantirá a perspectiva inclusiva da lei que dele se originar. Essa emenda reconhece a luta da Senadora Mara Gabrilli, que muito nos honrou com suas reflexões e seus cuidados acerca do tema.

Além disso, retiramos do texto a adjetivação “brasileiros” dada ao substantivo “surdos”, a fim de garantir no texto a plena inclusão dos estudantes surdos da educação básica, brasileiros ou não, e fizemos pequena adequação redacional no art. 60-B, trocando a expressão “com altas habilidades ou superdotação” para “surdos com altas habilidades ou superdotação”.

Em relação às emendas apresentadas, optamos pelo encaminhamento a seguir.

A Emenda nº 1-PLN, do Senador Jayme Campos, acrescenta §2º ao art. 60-B da LDB, na forma do art. 2º do PL em tela, para prever que deverá ser objetivo constante do Poder Público a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério em exercício na educação bilíngue de surdos. Ainda que achemos o tema relevante, importa considerar que já está contemplado no art. 79-C, §2º, “c”, do PL 4.909, de 2020, havendo, portanto, desnecessidade de aprovação da emenda. Ademais, a Libras já é parte obrigatória do currículo de magistério, conforme disposto no art. 4º da Lei de Libras, a Lei nº 10.406, de 24 de abril de 2002. Por motivo semelhante, achamos que não cabe acatar a Emenda nº 5-PLN, do ilustríssimo Senador Weverton, que trata de oferecer cursos especializados em Libras para ouvintes. A Emenda nº 7-PLN, da Senadora Rose de Freitas, por sua vez, trata de garantir a oferta



de pelo menos duas opções de língua estrangeira aos educandos. Também nesse caso trata-se de tema já abordado na legislação educacional brasileira, conforme art. 26, §5º, e art. 35-A, §4º, da LDB.

A Emenda nº 2-PLEN, do Senador Weverton, prevê o fornecimento de suporte para o intercâmbio cultural entre os surdos que utilizam Libras e os surdos que utilizam outras línguas de sinais. Em que pese a sensibilidade do Parlamentar... Por isso a rejeição.

A Emenda nº 3-PLEN, também do Senador Weverton, visa a garantir aos surdos o acesso à informação acerca de seus direitos fundamentais e às leis que asseguram seus direitos específicos. Trata-se de outro tema correlato, já atendido em um amplo leque de normas que visam à proteção das pessoas com deficiência, sendo desnecessário normatizar especificamente a situação das pessoas com surdez. Cuida-se de situação análoga à da Emenda nº 4-PLEN, do mesmo autor, que trata da garantia de ambiente de estudo adequado e salubre, condição que já tem previsão constitucional, conforme art. 211, §§1º e 7º, abrangendo todos os alunos brasileiros, e não apenas os que apresentam alguma deficiência.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, com as seguintes emendas, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7- PLEN:

A emenda de Plenário dá a seguinte redação ao art. 60-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 2º do PL nº 4.909, de 2020:

Art. 2º.....

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Libras, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

.....

§3º O disposto no *caput* será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

Outra emenda de Plenário, que dá a seguinte redação ao art. 78-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 3º do PL 4.909, de 2020.

Art. 78-A Proporcionar aos surdos a recuperação das especificidades e a valorização da língua e da cultura.

Art. 79-C

§2º

I – fortalecer a língua de sinais dos surdos.

.....

III – desenvolver currículos, métodos, formação, programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes aos surdos.

E por último, Sr. Presidente, mais uma emenda, que dá a seguinte redação ao art. 60-B da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 2º do PL sendo discutido aqui, o 4.909, de 2020. O art. 60-B diz que:



Art. 60-B. Além do disposto no art. 59, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

É isso, Sr. Presidente. Muito agradecido. **(Íntegra do Parecer nº 107/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

O parecer é favorável ao projeto, com as Emendas nºs 10 a 12, do Relator, e contrário às Emendas nºs 1 a 5 e 7.

Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação.

Não há destaques apresentados a esta matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente a votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento o eminente Relator, Senador Styvenson Valentim, pelo parecer apresentado e ora aprovado pelo Senado, e também o autor do projeto, Senador Flávio Arns, a quem rendo minhas homenagens pelo pertinente projeto que apresentou.

E um destaque, referência que faço à Primeira-Dama do Brasil, Sra. Michelle Bolsonaro, muito engajada nessa causa e também nesse projeto, desejosa de que fosse apreciado nesta data. Portanto, também essa referência que faço em relação à Primeira-Dama do Brasil quanto a esse projeto ora aprovado no Senado Federal.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, do Senador Irajá, que institui a nova Lei do Primeiro Emprego, Lei Bruno Covas, e dá outras providências.

Perante a Comissão de Assuntos Sociais, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5. **(Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 6 a 39, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

As Emendas nºs 9 e 31 foram retiradas pelos autores.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 20 de maio, quando foi retirada da pauta e transferida para hoje.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para proferir parecer.) – Boa noite, S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco. Também as minhas saudações, neste início de noite de terça-feira, a todas e a todos os companheiros. Renovo os cumprimentos àqueles e àquelas que participaram das votações precedentes. E quero agradecer a sua sensibilidade conjugando a V. Exa., também, a compreensão dos companheiros que, na semana passada, sentiram-se com todo o direito de requererem que nós pudéssemos ter alguns dias a mais a fim de poder oferecer ao Colegiado do Senado



Federal um projeto que possa atender as expectativas e as preocupações de cada uma e de cada um dos Srs. e Sras. Senadoras. Hoje nós voltamos com esse item pautado, como V. Exa. havia se comprometido de assim fazer.

As minhas primeiras palavras, portanto, são as de renovar o apreço pela iniciativa de S. Exa. o Senador Irajá Abreu, autor dessa proposição, no ano de 2019, e que já teve a oportunidade de fazer a defesa em relação às razões que o levaram a apresentar a citada proposta legislativa de nº 5.228.

Em rápidas pinceladas, sabedores somos, Presidente – e V. Exa., em determinado momento desta sessão, trazia-nos a sua preocupação devida, pertinente e oportuna para todos nós –, da responsabilidade que o Senado tem de continuarmos vigilantes. E, quando digo continuarmos, refiro-me àqueles que são consequentes, aqueles que têm a responsabilidade de saber que esta pandemia ainda não tem a referência de um término e, portanto, os cuidados devidos são necessários, exigidos e cogentes, as nossas práticas diárias. Por que falo assim? Porque falo por força daquilo que, desde o ano de 2020, tem nos assolado, principalmente com as mais de 450 mil mortes verificadas, de brasileiros e de brasileiras, e também as demais outras consequências, bem sabidas e sobejas de todos nós.

Uma dessas, uma preocupação que foi da Casa: na semana passada, tanto o Senador Irajá quanto eu próprio, fazíamos questão de salientar que o Senado Federal em mais ou um pouco menos de 150 dias sob a sua condução e com a sua presença efetiva, ativa e reconhecida pelas suas palavras de todos os demais Senadores, tem demonstrado a capacidade eficiente de responder às expectativas da sociedade em meio a essa normalidade. E é por isso que o Colegiado o referencia, no reconhecimento à sua postura, ao seu dinamismo, ao seu espírito democrático de fazer com que produzamos e respondamos.

E uma dessas respostas está aqui. Desejosos – principalmente o Senador Irajá – de que possamos, caso o Senado assim entenda e aprove, gerar os efeitos identificados quando ele, o Senador Irajá, discutiu com diversas entidades assim propôs.

A proposta 5.228 diz respeito, portanto...

Fiz um rápido relatório e, aqui, para não necessariamente desgastar S. Exas., eu gostaria de pedir a permissão dos companheiros e companheiras, para, a partir da oitiva que vos faço e vos dirijo, e com a sua anuência, Presidente...

O relatório menciona os 13 artigos que foram propostos e consignados originalmente pelo Senador Irajá.

Em meio a esses 13 artigos, ele pontifica, principalmente, o cerne do seu projeto, aquilo que o moveu, aquilo que o trouxe, no Senado, a sugerir igual proposição, que é a preocupação com os milhões de brasileiros jovens, como ele, jovens que estão sem esse acesso. Já não estavam com acesso, diga-se de passagem, mas cujo problema se agudizou em meio a essa pandemia, notadamente, nessas faixas etárias que vão dos 16 aos 29 anos.

O Senador Irajá teve o cuidado de apresentar essa iniciativa, dando, tanto a um possível empregador, como, principalmente, àquele e, notadamente, aos que estão sem estudar e aos que ainda não tiveram a oportunidade da primeira experiência, de tê-la. E isso requereria, Presidente Rodrigo Pacheco, a comunhão de esforços, abrir mão de ambas as partes. E é exatamente o escopo que esse projeto traz, tanto para os senhores e as senhoras responsáveis, empregadores, como para os jovens, que terão, então, essa oportunidade, a oportunidade do primeiro emprego, a oportunidade de estarem se familiarizando com um ofício, ofício esse que estará sendo reservado, por obrigação, ao empregador.

Então, o relatório traz exatamente as menções a esses 13 artigos da proposta inicial, citando cada um dos seus alcances e também as emendas, em número de 39, como salientou V. Exa. Dessas 39, as cinco primeiras, que foram apresentadas ainda na Comissão de assistência social, estão prejudicadas. Duas outras foram retiradas pelos seus autores.



E eu queria aqui agradecer, penhoradamente, por todas as colaborações, a todos os Senadores e Senadoras que, assim, se permitiram ajudar, modestamente, para que nós pudéssemos fazer esse relatório. Ao Senador Humberto Costa, ao Senador Rodrigo Cunha, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Rose de Freitas, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Sérgio Petecão, ao Senador Styvenson Valentim, ao Senador Jaques Wagner, a todos, sem distinção, à Senadora Leila Barros, ao Senador Alessandro Vieira, ao Senador Jean Paul Prates, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Rogério Carvalho, ao Senador Mecias de Jesus, ao Senador Luiz do Carmo, ao Senador Marcelo Castro, a todos companheiros e companheiras valiosos valorosas foram as iniciativas, as lembranças.

E peço a V. Exa. a permissão para que nós façamos uma leitura rápida, conquanto não percamos, na dinâmica dela, o conteúdo do projeto do Senador Irajá e daquilo que nós entendemos como pontuar importante.

Destarte, sem esquecer a colaboração definitiva das equipes tanto do gabinete do Senador Irajá, como da Consultoria do nosso Senado Federal, como também dos nossos colaboradores vinculados ao trabalho que nós exercemos como Senadores da República.

Na análise, Sr. Presidente, eu posso lhes assegurar, a todos, que o Senador Irajá teve a preocupação e o cuidado, quando a propôs, de saber que esta é uma matéria atinente à responsabilidade e competência da União e, portanto, do Congresso, tanto para a sua própria iniciativa, como para a sua análise. É uma matéria que, juridicamente, atende aos seus preceitos e de boa técnica legislativa.

Portanto, a esses requisitos necessários a quaisquer iniciativas nossas, o Senador Irajá teve o cuidado, teve a acurácia de saber que os atendeu.

Então, eu passo aqui a fazer uma rápida observação.

A ideia-força da proposição é a da criação de um novo contrato de trabalho para pessoas que estão a efetuar essa passagem ou que estejam matriculadas em universidades públicas ou que estejam matriculadas em cursos técnicos, tecnológicos, ou mesmo – e, na frente, nós falaremos – em outros níveis, conquanto matriculadas.

Naturalmente, o projeto não pode ser definido como uma panaceia. Não existem soluções mágicas – e somos sabedores disso – para que a questão do emprego seja resolvida. Mesmo assim, trata-se de um passo decisivo, eu creio, acredito, para lidar com o premente problema do desemprego juvenil.

Entendemos que, conquanto meritório...

Sr. Presidente, não vou me estender, quero lhe garantir, pois vamos direto às análises em relação ao mérito de cada uma das lembranças que me foram trazidas pelas Sras. e Srs. Senadores nas emendas apresentadas.

Entendemos que, conquanto meritório o cerne do presente projeto, o ideal seria limitar temporalmente a vigência de suas disposições. Embora ele realmente possa desempenhar sua função de aumentar a taxa de emprego entre os jovens, as mitigações de direitos trabalhistas, que são uma preocupação de todos nós, presentes em seu texto deveriam ficar limitadas. Assim, propusemos que a possibilidade de firmar o contrato de primeiro emprego... Quanto a isso, tomei a liberdade de pedir a permissão ao seu autor para não desnaturar, para que não percamos o brilho da sua iniciativa, e ele entendeu, compreendeu, para que este momento fosse assim. Assim, propusemos que a possibilidade de firmar o contrato de primeiro emprego esteja limitada ao período de até cinco anos após a publicação da lei, caso as duas Casas a aprovem, com a sanção presidencial, sem que nós prorroguemos o período de 12 meses. Dessa forma, alteramos a redação do parágrafo único do art. 2º.

Outrossim, propusemos ampliar o escopo do contrato de primeiro emprego, para incluir um dos grupos sociais cuja inclusão laboral se revela mais problemática, o da chamada geração de jovens que



nem estudam, nem trabalham, conhecida como "geração nem-nem". Trata-se de grupo que deve estar na base de toda atuação do Poder Público, dadas as suas características difíceis e do desamparo social que o acompanham.

Essa preocupação, Sr. Presidente, foi externada nas Emendas n^{os} 10, 11, 14, 24, 25, 32 e 37.

O art. 5^o prevê a dispensa do aviso prévio e de indenização do FGTS em caso de dispensa do trabalhador. Em relação ao aviso prévio e à indenização, tais direitos já não são devidos nos contratos por prazo determinado, que é exatamente esse contrato do primeiro emprego de que fala a propositura original.

No entanto, com o fim de evitar quaisquer dúvidas interpretações que entendam estar sendo suprimidos direitos trabalhistas – e isso jamais! –, propomos alterar a redação do art. 5^o para que determine que as regras a serem seguidas quanto a aviso prévio e indenização do FGTS, no caso dos contratos da futura lei, serão as usualmente aplicadas aos demais contratos por tempo determinado.

O §2^o do art. 6^o da proposição dispõe que ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia poderá prever outras hipóteses.

Trata-se, em nosso entendimento, de invasão da competência do Poder Legislativo, a quem cabe determinar tanto a criação de uma nova modalidade de contrato de trabalho quanto as hipóteses específicas que permitiriam a extinção antecipada desse contrato. Em vista disso, Sr. Presidente, queda-se prejudicada a Emenda n^o 35.

Quanto ao art. 8^o, este foi inserido no corpo do projeto com a intenção de evitar que a modalidade de contrato de primeiro emprego tenha sua utilização desvirtuada, pois alguns empregadores, em tese, poderiam optar por demitir empregados contratados anteriormente à vigência da nova lei com a intenção de substituí-los por empregados contratados sob a nova modalidade do primeiro emprego. Por isso, o art. 8^o confere ao empregador a faculdade de converter os contratos celebrados até 12 meses antes da vigência da nova lei em contratos sob o regime do primeiro emprego.

Contudo, pedindo vênias a S. Exa. o autor da matéria, entendemos ser melhor, para os fins da lei, que essa possibilidade de conversão seja suprimida. Portanto, estamos aqui a propor a supressão do art. 8^o.

A fim de aumentar a segurança pretendida pelo art. 8^o, apresentamos emenda que impõe limites ao quantitativo de contratações sob o regime do primeiro emprego em cada empresa. Incorporando dispositivo anteriormente presente na MP 905, o volume de novos contratos se restringiria ao percentual de 20% dos empregados da empresa, ou a dois empregados nestas empresas citadas com até dez empregados. Desse modo, evita-se o risco de uso indiscriminado do contrato do primeiro emprego para substituição de empregados já contratados sob a presença de outros dispositivos.

O art. 9^o do projeto deve ser aprimorado, creio eu, pois, ao prever a retenção de parte do salário para adimplemento de parcelas de financiamento estudantil, corre o risco de violar o princípio da intangibilidade salarial, que impede a limitação pelo empregador da forma de utilização do salário pelo empregado. Assim, apresentamos emenda determinando que a retenção prevista no citado artigo só poderá se dar através de iniciativa expressa do empregado.

Além disso, o relatório do Senador Flávio Bolsonaro para a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) – que não chegou a ser votado – aponta, com razão, que as mudanças propostas para o contrato de aprendizagem... Eu peço a atenção de V. Exas., porque foi um dos apontamentos que nos trouxe a Bancada do Partido dos Trabalhadores, os seus mui dignos e queridos representantes.

Então, nós falamos: assim pedimos vênias para incorporar as emendas apresentadas para tornar mais consensual a aprovação da proposição. Propomos a supressão de todo o art. 11 do projeto de lei, removendo, inclusive, a alteração proposta para o art. 443 da CLT. Isso porque, uma vez que promovemos alteração para tornar esta uma lei de vigência temporária, não seria recomendável realizar alterações



permanentes no texto da CLT.

Em decorrência, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1-T a 5.

Em consequência dessa alteração, torna-se necessário – é mister dizer – também modificar a redação do art. 1º, suprimindo a menção ao contrato de aprendizagem. Portanto, não há quaisquer falas nesta proposta em relação aos contratos de aprendizagem, e isso é do conhecimento também do autor, o Senador Irajá Abreu.

Seguindo a mesma lógica, torna-se cogente igualmente a supressão do art. 12 do projeto, a fim de não promover alterações permanentes na lei do FGTS.

Quanto às emendas de Plenário, entendemos estarem prejudicadas as Emendas nºs 6 e 19, em função de já termos promovido alteração com o fim de impedir a invasão, que aludi anteriormente, de competência do Legislativo.

Sobre a Emenda nº 7, do querido Senador Paulo Paim, votamos pela sua rejeição, neste caso. Embora meritória, diminui o estímulo do empregador para firmar o contrato de primeiro emprego, prejudicando o intento da lei.

A Emenda nº 8 merece acolhida parcial, para efetivamente aumentar – foi esta a proposta que nós, na semana passada, tínhamos já assumidamente nos comprometido de incluir, é a do Senador Paulo Paim – o recolhimento incidente de FGTS, de forma a assegurar para o trabalhador essa segurança. Houvemos por bem, contudo, encontrar um ponto intermediário para esse aumento e o fixamos em 3% (três por cento). Da mesma forma, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 28.

Quanto à Emenda nº 9, do Senador Jayme Campos, votamos pela sua rejeição em função de estarmos removendo do presente projeto de lei as alterações dirigidas ao contrato de aprendizagem, falado anteriormente.

Em relação às Emendas nºs 12, 14, 15, 18, 23, 26, 28, 29, acreditamos que os requisitos adicionais que impõem limitam em demasia o escopo do projeto, motivo pelo qual peço aos companheiros e companheiras, *data venia*, nos posicionarmos pela sua rejeição.

Entendemos que a Emenda nº 10, de S. Exa. o Senador Sérgio Petecão, a Emenda nº 13, do Senador Jaques Wagner, a Emenda nº 21, da querida Senadora Líder do PSB, Leila Barros, e a Emenda nº 27, do Senador Weverton Rocha, merecem acatamento parcial, na parte em que limitam a jornada a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, nos 30 dias mensais, a Emenda nº 10, ainda, no tocante à obrigatoriedade de matrícula escolar do trabalhador após sua contratação.

Já estamos findando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Merecem acatamento parcial, igualmente, as Emendas nºs 10, 11, 14, 24, 25, 32 e 37, no tocante à elegibilidade dos jovens para a participação no contrato de primeiro emprego: a possibilidade de que os jovens que nem estudam nem trabalham possam participar dessa modalidade de emprego é fundamental para os fins pretendidos. Justamente essa parcela da juventude constitui parte expressiva do desemprego estrutural juvenil.

Quanto às Emendas nºs 16 e 17, entendemos que a alteração que promovemos no art. 8º já gera a proteção suficiente, no modo pretendido pela emenda, de modo que sugerimos também sua rejeição.

No que tange à Emenda nº 20, de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, segundo a sua justificativa, abrindo aspas, “é bastante comum que os jovens se envolvam em relações de emprego de curta duração, interrompidas rapidamente por razões diversas: as necessidades de estudo, a própria inexperiência dos jovens, ou mesmo o fato de que apenas desejavam um emprego por curto período em um dado momento. A atual redação do Projeto acaba sendo muito restritiva para esses jovens que tiveram uma brevíssima experiência de trabalho e que, em razão disso, terminariam aliçados do contrato de primeiro emprego [como reza a proposta do Senador Irajá]”. Assim, com o fim de possibilitar que esses jovens, que tiveram



uma rápida passagem de experiência, possam ser abarcados, abrangidos pelo regime do primeiro emprego, sugerimos a aprovação desta emenda de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, que teve uma muito feliz ideia.

Em relação à Emenda nº 30, embora muito meritória, diga-se de passagem, a intenção de reservar vagas nas empresas contratadas pelo Governo para programas como o Projovem, entendemos que essa medida está relacionada a outras políticas de assistência social e sugerimos a sua rejeição.

A Emenda nº 31 foi retirada pelo autor.

Entendemos que a intenção da autora da Emenda nº 33 foi a de permitir que a prorrogação do contrato favorecesse a retenção do trabalhador por tempo suficiente para que a melhoria do ciclo econômico permitisse sua contratação permanente. No entanto, cremos nós que adotar essa medida contraria o sentido geral do projeto. Portanto, sugiro a sua rejeição.

A Emenda de 36, nós somos pela sua aprovação.

A Emenda nº 38, ao suprimir absolutamente a possibilidade de retenção de valores para o pagamento dos cursos incorre em excessiva proteção do trabalhador, que pode ser instado a coparticipar dos custos de sua formação. As modificações que propusemos no art. 9º já constituem, em si, em nossa visão, proteção suficiente para eventuais abusos.

Com fundamento, cremos, a Emenda nº 39 da mesma forma. As demais entidades que o autor pretende contemplar se caracterizam por seu caráter eminentemente social e pela ausência de finalidades lucrativas – essa foi a lembrança do Senador Izalci Lucas –, sendo justo, portanto, que sua despesa na contratação do jovem seja reduzida, até para favorecer a geração de mais empregos. Portanto, acatamos a emenda e, por simetria, sugerimos igualmente a modificação do inciso I do art. 4º.

Sr. Presidente, por mais que tenha parecido longo, necessário foi que nós fizéssemos essas alusões em face do alcance dessa iniciativa para a qual peço a participação dos nossos companheiros e das nossas companheiras para a sua aprovação.

Vou agora ao voto.

Do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019; pela prejudicialidade das Emendas nºs 1-T a 6, 19 e 35; pela rejeição das Emendas 7, 9, 12, 14 a 18, e 23, 26, 29, 30, 33 e 38; pela aprovação parcial das Emendas nºs 8, 10, 11, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 32 e 37; e pela aprovação das Emendas nºs 36 e 39, nos termos das emendas abaixo apresentadas.

Sr. Presidente, com muita alegria e com muita honra, pude participar e estou a participar desse trabalho, que teve, como seu autor, o mui digno representante pelo Estado de Tocantins, jovem, que, como todos nós, preocupado está com essa escalada nos números que mostram esse problema seriíssimo em relação ao desemprego dos jovens no nosso País.

Eu gostaria muito, se pude colaborar modestamente com o convencimento das senhoras e dos senhores, do apoio para que nós aprovemos essa propositura, repito, extremamente meritória.

Obrigado, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 108/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 20, 36 e 39; parcialmente favorável às Emendas nºs 8, 10, 11, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 32 e 37, nos termos das Emendas nºs 40 a 49 do Relator; pela prejudicialidade das Emendas 1 a 6, 19 e 35; e pela rejeição das demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Para discutir, passo a palavra ao Líder do Governo no Senado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente eu queria cumprimentar o autor da proposta, o Senador Irajá. Eu queria cumprimentar também o nosso amigo Relator, Senador Veneziano, e dar um testemunho da abertura que tanto o autor quanto o Relator ofereceram para que as equipes do Governo, notadamente a equipe do Dr. Bruno Bianco, pudessem interagir no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento e o aprimoramento do relatório.

Como todos nós sabemos, esta iniciativa do Senador Irajá Rodrigues é, praticamente, um resgate de uma iniciativa do Poder Executivo, através da Medida Provisória 905, conhecida pelos contratos de trabalho verde e amarelo. Essa medida provisória, infelizmente, perdeu a eficácia no dia 19 de agosto do ano passado. Portanto, essa ideia terminou não prosperando pela perda de eficácia.

Em boa hora, o Senador Irajá Rodrigues recupera a ideia, presta uma grande homenagem ao Prefeito de São Paulo Bruno Covas, colocando o seu nome no projeto, desta legislação que procura enfrentar a questão do desemprego no Brasil, sobretudo para a população mais jovem. Portanto, o nosso reconhecimento à oportunidade da iniciativa.

Nós temos apenas duas considerações a fazer.

Na realidade, o Governo percebe que a matéria, no mérito, embora estejamos praticamente de acordo com a propositura, não enxergamos, no projeto nem no relatório agora apresentado, a devida avaliação do impacto fiscal desta iniciativa. O Governo pediu, inclusive, tempo a mais do que o que concedido para realizar os estudos baseados no relatório agora apresentado, para apresentar a estimativa desse impacto.

Se buscarmos um número aproximado, o número que o Governo dispõe é o da Medida Provisória 905, que previa um impacto fiscal da ordem de R\$2,5 bilhões por ano.

Portanto, seria importante que a medida, agora apresentada, e o relatório agora apresentado pudessem enfrentar esta situação para poder vencer aquilo que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal e os comandos emitidos pelo Tribunal de Contas da União de que nenhuma legislação nova pode ser feita sem haver a necessária avaliação do impacto fiscal da medida.

Nesse sentido, o Governo se reserva para que, quando a matéria for à apreciação da Câmara dos Deputados, tentemos lá corrigir esta omissão, esta ausência de indicação de impacto financeiro.

Em relação ao mérito, o Governo quer compartilhar do apoio ao destaque apresentado pelo Senador Portinho, que é relativo à Emenda 26.

Então, no mérito como um todo, o Governo vai apoiar, fazendo a ressalva de que não existe a avaliação do impacto financeiro, esperando que possamos encontrar um denominador comum em relação a esta questão, porque, senão, ela estará sujeita a um veto por parte do Presidente da República, tendo em vista o não cumprimento das disposições legais pertinentes.

Essas são as observações que gostaríamos de fazer, neste momento de apreciação desta importante iniciativa legislativa.

Mais uma vez, cumprimento o autor e o Relator da proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Fernando Bezerra.

Para discutir a matéria, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, eu gostaria de dizer a V. Exa. que essa Emenda nº 22, ao PL 5.228, de 2019, do ilustre Senador Irajá, com base nas regras do PL 1.318, de minha autoria, que aperfeiçoa o Contrato Verde e Amarelo, essa emenda foi acatada pelo Relator, Senador Veneziano, a quem cumprimento pelo belo relatório realizado.

Nossa principal contribuição é a ampliação do texto, que atendia somente a jovens matriculados em



curso superior ou profissionalizante, para atender também os jovens que, além de estarem sem emprego, estão também sem estudar, desde que retomem os estudos após a contratação.

Com certeza, essa ampliação atenderá um público maior de jovens, levando em consideração os seguintes dados. Segundo a OIT, em todo o mundo, mais de um, em cada seis jovens, deixou de trabalhar, desde o início da pandemia. Com isso, globalmente, o número de jovens desempregados chega a 67,9 milhões.

Em 2019, os jovens somavam mais da metade dos trabalhadores desocupados, ou seja, 54%. Com a pandemia, houve um aumento de inatividade. Os jovens, além de se encontrarem em dificuldades para seguir nos estudos, desistiram, até por desalento, de procurar um emprego.

Eu estou certo, Presidente, que essas contribuições reduzirão os altos índices de desemprego e de desocupação dos jovens, dando a eles mais esperança e dignidade, além de contribuir para retornarem aos estudos.

Esse projeto do Senador Irajá é meritório e tem um avanço enorme, neste momento de dificuldades em que nós vivemos, na pandemia. E tenho certeza, Presidente Rodrigo Pacheco, V. Exa. que tem se havido de uma forma perfeita na condução dos trabalhos desta Casa alta, eu diria que projetos dessa natureza, neste momento de dificuldade por que a sociedade brasileira passa, são projetos extremamente importantes e que levam um alento, naturalmente, para todos os jovens que estão, realmente, na busca de um emprego.

Portanto, eram essas as observações que eu gostaria de fazer a essa Emenda 22, ao PL 5.228 e tenho certeza, agradecendo ainda ao Senador Veneziano, de que haverá de ser aprovado porque nós estamos contribuindo para o projeto originário do nobre Senador Irajá.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Para discutir a matéria, o Líder Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar o autor, o Senador Irajá, pela iniciativa. Ele, como jovem, sabe das dificuldades dos nossos jovens no primeiro emprego.

Quero agradecer ao Relator pelo acatamento das emendas. Tínhamos esquecido um pouco das demais entidades. Nós não temos apenas pequenas e grandes empresas. Então, as associações, sindicatos, cooperativas, entidades com fins lucrativos, sem fins lucrativos, todas elas também precisam de ter esse incentivo à contratação do primeiro emprego.

Então, agradeço ao meu grande Líder, Veneziano Vital do Rêgo, pelo acatamento dessas emendas. Eu só gostaria de pedir, não sei se ainda é possível... O Senador Irajá fez questão, e o Senador Fernando disse há pouco da intenção de homenagear o nosso grande ex-Prefeito e colega meu e de muitos nós aqui na Câmara, o Deputado e ex-Prefeito de São Paulo Bruno Covas. Então, eu não sei como na lei poderia, em algum momento, em algum lugar, nem que seja no relatório, fazer uma menção a isso, porque o autor fez questão, desde o primeiro momento na apresentação do projeto, de homenagear o nosso querido ex-colega Bruno Covas. Então, Senador Veneziano, eu não sei se poderia colocar no relatório, tecnicamente, para ficar registrada essa homenagem, que acho muito justa, ele que sempre trabalhou pela juventude também. É uma homenagem importante para todos nós que o conhecemos e o admiramos. Então, não sei como caberia tecnicamente, mas faria um apelo a V. Exa. que, pelo menos no relatório, em algum momento, colocasse essa homenagem prestada pelo Senador Irajá e compartilhada com os demais colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Izalci Lucas.

Com a palavra o autor, o Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, amigos Srs. Senadores, meu grande Relator, Veneziano, que foi extremamente assertivo no seu relatório, muito equilibrado, responsável e, acima de tudo, conseguiu reunir e aglutinar várias ideias, boas ideias, através das emendas que foram apresentadas pelos colegas... Ele, como maestro, conseguiu reunir e conciliar a quatro mãos um texto que pudesse compatibilizar todas as sugestões, as críticas construtivas que foram apresentadas e que aperfeiçoam e muito, Veneziano, esse trabalho que nós iniciamos lá há dois anos. Eu devo muito isso a você – quero fazer esse registro público pela dedicação que você teve ao longo dessas semanas, trabalhando um texto que fosse equilibrado e que pudesse, de fato, favorecer os empregos aos nossos jovens do Brasil.

Presidente, na Nova Lei do Primeiro Emprego, a Lei 5.228, de 2019, de minha autoria, demos a grande homenagem, uma justa e honrosa homenagem, ao amigo Bruno Covas, que foi Deputado Estadual, esteve na Câmara dos Deputados – eu tive o privilégio de conviver com ele, como Deputado Federal – e Prefeito da maior capital do País, que é São Paulo. Ele sempre foi um líder político que trabalhou muito para a criação de oportunidades aos jovens do País, ele que também, infelizmente, faleceu muito jovem, mas deixando um grande legado no Congresso Nacional e também na Prefeitura de São Paulo.

O propósito deste projeto, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é muito simples: é tratar os desiguais de forma diferente. São 20 milhões de jovens brasileiros e brasileiras que estão entre 16 e 29 anos com o sonho e a esperança pelo primeiro emprego. São pessoas que querem trabalhar, mas não é pura e simplesmente trabalhar, mas para ajudarem as suas famílias, crescerem profissionalmente, pagarem os seus estudos e terem, claro, uma vida melhor, uma vida digna. Mas, infelizmente, Presidente, não são trabalhadores comuns, e não são comuns apenas pela diferença da idade, como geralmente nos remete a esse pensamento, mas eles não são trabalhadores comuns porque não possuem experiência profissional, e é justamente por essa razão que as oportunidades minguam. As portas, na sua grande maioria, se fecham para esses jovens. E qual de nós aqui, 81 Senadores, que também começamos a trabalhar muito cedo, a grande maioria, que fomos menores aprendizes – eu tive essa honraria –, qual de nós já não testemunhou essa situação de dificuldade de arrumar uma oportunidade de trabalho? E é justamente este, Presidente, o dever do Estado brasileiro: corrigir essas distorções, conduzindo os desiguais a um tratamento especial e que estimule o mercado de trabalho a dar oportunidade para esses jovens que precisam trabalhar. A isso, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nós damos o nome de política de Estado.

Não foi uma política de pandemia pura e simplesmente que motivou esse projeto. Esse projeto foi pensado, idealizado, no primeiro ano da nossa legislatura, em 2019, mesmo antes, Líder Fernando Bezerra, da MP 905, que era a Carteira Verde e Amarela, que, infelizmente, não prosperou porque a MP caducou. Mas ficou o projeto tramitando nas Comissões e avançando até chegar a este momento de nós discutirmos essa proposta finalmente aqui no Senado Federal.

O projeto, Presidente, que assumi no início do mandato, em 2019, com esse objetivo de incentivar a contratação de quem busca a primeira oportunidade no mercado de trabalho, é uma grande resposta a um problema muito grave que nós estamos vivendo na pandemia. A pandemia não está só destruindo vidas; ela está aniquilando sonhos da juventude brasileira. Hoje, de cada quatro jovens, um não trabalha nem estuda no Brasil. É um dado que foi recentemente publicado pelo IBGE. E o projeto que está sendo discutido aqui hoje muda essa dinâmica, porque nós temos legislações consolidadas, como a nossa Lei do Menor Aprendiz, que funciona muito bem – e por isso nós brindamos a ela no projeto –, como também a nossa CLT, que garante os direitos dos nossos trabalhadores, mas esse programa do primeiro emprego é



uma transição entre a política do menor aprendiz para a CLT; é um empurrão de que o jovem precisa para ingressar no mercado de trabalho. E esse empurrão – o Senador Veneziano foi muito assertivo – tem data para começar e tem data para terminar. É de apenas um ano essa janela em que esse jovem poderá ser contemplado por uma série de esforços e de cooperações feitas por empresas, pelo Governo e pelo próprio jovem.

A empresa, por exemplo, tem como contrapartida desse primeiro ano do seu emprego capacitar e qualificar esse jovem, e isso requer investimento, não é barato, e é importante que fique claro que há uma contrapartida da empresa no projeto e no ingresso nesse programa. O Governo também está colaborando e fazendo um sacrifício oferecendo, apenas durante esse primeiro ano, a abertura de 20% do INSS Patronal, que passa a ser um estímulo para as empresas contratarem. O jovem também, durante esse primeiro emprego, e também no primeiro ano, está abrindo mão do seu FGTS parcialmente e temporariamente, por um ano apenas. Depois do primeiro ano, ele ingressa na CLT e vira um trabalhador comum, como qualquer trabalhador brasileiro ou brasileira.

Então, são essas, na verdade, as grandes vantagens que o projeto oferece para que o mercado possa absorver essa mão de obra não qualificada e não especializada.

Além disso – o Relator Veneziano foi extremamente competente no seu relatório –, o projeto ainda inova criando uma nova alternativa de financiamento para esses jovens que querem trabalhar, mas que precisam continuar estudando. Esta é uma grande sinalização que o projeto dá ao País: o exemplo de que, para ser alguém na vida, nós precisamos estudar. Existem exceções? Existem, mas não são a maioria das pessoas. Por isso, o projeto também cria essa nova oportunidade para que as empresas possam financiar esse jovem trabalhador, ficando facultado ao jovem a possibilidade de poder ter descontado do seu salário até 20% para fins de financiamento da parcela da sua faculdade, do seu curso técnico ou mesmo do seu ensino médio.

Por fim, Presidente, para concluir o meu raciocínio, eu tenho a convicção de que o projeto concilia duas coisas importantes: garante uma porta de entrada para o jovem no mercado de trabalho e não onera as empresas num momento de crise econômica como esta que nós estamos enfrentando.

Por isso, eu encerro pedindo o apoio aos colegas Senadores e Senadoras para aprovarmos este projeto hoje, para que ele possa rapidamente ser pautado na Câmara e para que esta lei possa se tornar uma política de Estado no País, não uma política de pandemia.

Muito obrigado pelo apoio.

Quero registrar a satisfação de poder termos, nesta sessão, acompanhando a aprovação deste projeto, duas pessoas importantes: o Tomás Covas, filho do nosso ex-Prefeito Bruno Covas, e também a sua mãe, a D. Renata Covas. Eu tenho certeza de que eles estarão muito honrados e orgulhosos caso o Senado entenda a importância deste projeto e a sua aprovação nesta noite de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Irajá.

Com a palavra, para discutir, o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, parabenizar o autor do projeto, o nosso amigo Senador Irajá, bem como o Relator, o nosso Vice-Presidente Veneziano Vital do Rêgo. Parabéns, Veneziano, pela sensibilidade, tanto sua como a do Senador Irajá, de tratar um tema tão relevante.

Não existe programa social mais efetivo e mais gratificante que um emprego para o cidadão. Estimular o primeiro emprego é papel, sim, do Estado, é papel dele promover as condições para que o empresariado, o empregador consiga gerar esse primeiro emprego e dar cidadania ao cidadão.



Por isso, eu quero, com todo o respeito, dizer ao nosso Líder Fernando Bezerra que eu entendo a ótica do Governo de tratar os impactos fiscais, mas, aqui, neste momento de pandemia, nós assertivamente fizemos tantas ações no sentido de levar oportunidades, como o Pronampe, para a micro e pequena empresa, e tantos outros programas que foram instituídos a custo dos recursos do Governo Federal, para levar mais cidadania e oportunidade aos brasileiros. Não vamos nos furtar de também aprovar este projeto, que temporariamente tem uma suposta, num primeiro momento, redução de arrecadação, mas que tenho certeza de que será compensada. À medida que nós aquecermos a economia, isso rapidamente vai voltar em recursos para os cofres da União. E tenho certeza de que o legado de estimular o primeiro emprego será reconhecido por toda a população brasileira para este Congresso Nacional, em especial o nosso Senado Federal.

Por isso, eu peço a todos os colegas: vamos aprovar esse projeto e, além de tudo, prestar essa justíssima homenagem ao nosso Prefeito Bruno Covas, tão jovem, que merece também, neste momento, essa homenagem justíssima.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo Pacheco, neste momento de pandemia, é real, é fato que a medida é de exceção para um momento de tanta dor. O Brasil enfrenta uma crise gerada pelo desemprego, que atinge hoje em torno de 20 milhões de pessoas, considerando aí inúmeros desalentados, que já nem procuram mais emprego.

O projeto, nós reconhecemos, procura enfrentar essa realidade, pois essa realidade retira a esperança e o futuro de muitos dos nossos jovens – 30% dos desempregados são jovens. Segundo a OCDE, Presidente, dos jovens entre 18 e 24 anos, apenas 1% tem educação em nível de pós-graduação. Fomentar o primeiro emprego é um objetivo que nos une, une a todos nós, situação, oposição, na busca do bem comum.

Reconheço que a iniciativa do Senador Irajá, tão bem relatada, mostra que ambos, o Relator e o autor, buscaram atender parcialmente, eu sei, dentro do possível, emendas da nossa bancada: carga horária, fundo de garantia, eu trabalhei também com a ideia da previdência.

Muitas sugestões, Senador Irajá, foram aprovadas e outras rejeitadas. Eu levantei algumas preocupações, por exemplo, a contribuição previdenciária, mas reconheço que o relatório aperfeiçoou o projeto. Permite a inclusão dos jovens que estudam e não trabalham e não têm vínculo com trabalho anterior. Foi uma das sugestões, incluindo dispositivo que incentiva o retorno aos estudos e a busca da formação profissional.

Concluindo já, Presidente. Quero cumprimentar muito o Senador Veneziano, que foi Relator da matéria. Ele procurou ouvir a todos e, com certeza, o Senador Irajá reconhece, ele aperfeiçoou o projeto. Temos aqui muita convicção de que houve uma negociação e nós participamos dentro do possível da construção do texto final, na busca de um grande entendimento.

Quero terminar, Presidente, fazendo referência aqui ao Deputado constituinte e Prof. Paulo Delgado, fui constituinte com ele, que entrou em contato conosco e fez boas sugestões acerca da matéria, que parcialmente o autor e o Relator acataram.

Termino, Presidente, dizendo que algumas divergências é claro que há, mas nós votaremos favorável ao relatório do Senador Veneziano, de autoria do Senador Irajá. E quero também dizer, Senador Irajá: é uma justa homenagem que V. Exa. está fazendo ao ex-Prefeito de São Paulo, jovem, que perdemos, faleceu pela Covid, o nosso querido Bruno Covas, pelo câncer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.



Foi apresentado o Requerimento nº 1.554, do Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque da Emenda nº 26.

Eu indago o eminente Líder Carlos Portinho se mantém o destaque relativamente à Emenda nº 26 ou se retira o requerimento de destaque.

Quem sustentará pelo PL é o Líder Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela Liderança.)

– Presidente, eu quero aqui parabenizar o nosso jovem, o mais jovem Senador do Brasil, Irajá Rodrigues. Inclusive, hoje ele me ligou, estivemos conversando sobre esse projeto e principalmente sobre o destaque que apresentamos pelo PL, fruto exatamente de uma emenda que apresentei. E quero cumprimentar também o Senador Veneziano.

E, aí, Líder Fernando Bezerra, vou na mesma linha: o nosso objetivo era exatamente de acordo com as suas observações, mas, como Líder do Governo, V. Exa. também entende que é possível, lá na Câmara, ainda alguns aperfeiçoamentos serem feitos. A nossa maior preocupação, e o Senador Veneziano corrigiu muito bem, é exatamente o estímulo para que as empresas possam também buscar um menor aprendizado para iniciar o seu primeiro emprego. Então, eu creio que o projeto vem em comum acordo com a iniciativa também do próprio Governo. E aí eu acredito que todo aperfeiçoamento feito, como o Senador Paulo Paim colocou, e todos os outros...

Mas eu gostaria de deixar claro que o contrato do primeiro emprego exige um grande investimento em capacitação desses jovens que estão iniciando. Por isso é importante... Nós estamos falando aqui da previdência, a previdência que já vem com um déficit muito grande. Então, mais à frente, nós não podemos esquecer que a previdência é fundamental também para o trabalhador.

E também lembrar que o Sistema S faz um grande trabalho social, que o empregador não gasta para capacitar ou para fazer os cursos de capacitação da nossa juventude. Então, nós não podemos, em momento nenhum, pensar em desmontar aquilo que está dando certo, que hoje é todo o Sistema S no Brasil.

Eu quero aqui, de qualquer forma, me juntar a todos que estão valorizando essa iniciativa, principalmente, de um jovem competente, estudioso, que é o nosso Senador Irajá. E, mais ainda, a homenagem que é feita, quando perdemos, de forma tão prematura, o nosso Prefeito da capital de São Paulo, Bruno Covas, que foi um exemplo para o Brasil de como é possível enfrentar uma doença cara a cara, mostrando para a sociedade... Infelizmente a nossa ciência ainda não conseguiu debelar câncer, principalmente um câncer tão maligno como esse que levou precocemente o Bruno.

Eu quero agradecer, principalmente aqui, em nome também da juventude brasileira, pela homenagem ao Bruno Covas, em nome do seu filho, Tomás Covas, e da sua família como um todo. Isso também, sem dúvida nenhuma, é um reconhecimento à bravura, à força de vencer na vida e de dar exemplo para as nossas gerações, e as futuras, que é o grande legado que, eu imagino, o Bruno Covas deixa.

Então, com isso, eu retiro, em nome do meu Líder, Senador Portinho, o nosso destaque, até para que a gente dê celeridade também e, com certeza, vote e remeta isso para a Câmara o mais rápido possível.

Minha homenagem, mais uma vez, ao nosso competantíssimo e estudioso Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Líder Wellington Fagundes.

Não há, portanto, mais destaques remanescentes com a retirada do destaque do PL.

Portanto, Senador Irajá – que não é Senador Irajá Rodrigues, nem é Irajá Abreu, nem é Irajá Pacheco, é Senador Irajá, simplesmente –, então, parabéns, Senador Irajá, que vai ter o seu projeto votado agora de forma simbólica.

Eu consulto o Plenário se podemos submeter à votação simbólica esse projeto que leva o nome do



grande ex-Prefeito Bruno Covas. (*Pausa.*)

Havendo a anuência de todo o Plenário, a Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento o Relator, o eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, e o mais jovem Senador da República do Brasil, o Senador Irajá, que teve o seu projeto aprovado nesse instante.

E, mais uma vez, minha saudação à iniciativa do Senador Irajá, que deu a esse projeto o nome do ex-Prefeito Bruno Covas, numa belíssima homenagem, hoje presenciada pela senhora sua mãe e pelo seu filho Tomás, na data de hoje, pelo Senado Federal. Parabéns, Senador Irajá, pela iniciativa e pela aprovação!

Com a palavra o eminente Relator Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, é só – só não, é muito para mim –, é muito tocante ter podido colaborar e participar desse instante.

Eu quero saudar a iniciativa, mais uma vez, para não me tornar repetitivo, nem cansativo, mas merece todas essas referências que todos os companheiros aqui fizeram questão de enaltecer e de enfatizar, a lembrança felicíssima ao Senador Irajá; V. Exa., que, como de costume, trouxe na sua palavra a certeza para todos nós de que a pautaria; os meus diletíssimos companheiros, que entenderam a nossa preocupação de não deixar de enfrentar essa matéria; a Bancada do PT, sob a condução, naquele instante, do Senador Paulo Paim, o nosso professor, que é catedrático nas matérias que dizem respeito aos direitos sociais, individuais e coletivos.

Tenha a absoluta compreensão, meu irmão e amigo, de que nós fizemos tudo para que pudéssemos apresentar o melhor texto. Modestamente, nós assim fizemos esse contributo à iniciativa do Senador Irajá. Muito me orgulha de ter podido, honrosamente, atender algumas, se não todas, mas todas aquelas que puderam ser inseridas, valiosíssimas, para o projeto ter essa aprovação.

Ao Senador Wellington Fagundes, V. Exa. sabe da minha estima e do meu carinho, e eu sei da sua preocupação, do seu alcance quando se versa sobre uma matéria como esta, mas eu quero, aludindo ao seu gesto, desprendido gesto de abrir mão da discussão do destaque do Senador Carlos Portinho, mencionando a preocupação que o Senador Líder Fernando Bezerra nos trouxe no tocante à, entre aspas, "omissão" em relação ao impacto, nós mostramos, inclusive, essa preocupação, por exemplo, quando suprimimos o art. 8º, que previa, inclusive, a conversão para o contrato de primeiro emprego. Isso vai ter um impacto menor do que o previsto pelo próprio Governo Federal. E a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, o Líder Fernando Bezerra bem sabe, diz o seguinte, Sr. Presidente, que também é conhecedor: A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias [...]

A estimativa de impacto tem que estar presente antes da concessão do benefício, mas não precisa estar no próprio relatório, até porque nós teremos o tempo, que é o tempo da chegada na Câmara dos Deputados, para que nós façamos esse levantamento, que é bem mais fácil para o próprio Governo, que já o tinha antes quando propunha a MP nº 905, com essa diferença que o Senador Irajá e que nós, a várias



mãos, aqui consubstanciamos.

Então, meu querido Presidente, grato. Perdoe-me por ter feito essa menção, mas eu não poderia deixar de aqui registrar as palavras carinhosas, afetivas e generosas do Senador Carlos Fávaro, do Senador Izalci, do Senador Chico Rodrigues, de todos os companheiros que colaboraram definitivamente para que hoje nós pudéssemos estar fazendo uma justíssima homenagem, a demonstrar a nossa preocupação com os jovens brasileiros, à memória de uma figura muito querida para todos nós, o ex-Prefeito, o ex-colega nosso na Câmara dos Deputados, o Prefeito Bruno Covas.

Um abraço!

Muito grato pela acolhida de todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O autor do projeto, Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo, é só registrar também o meu agradecimento a você pela sensibilidade em pautar esse projeto tão relevante para o País, para os jovens de 16 a 29 anos. São 20 milhões de brasileiros que serão alcançados por essa iniciativa do Senado Federal.

O meu agradecimento também especial ao amigo Veneziano. Minha eterna gratidão, Veneziano, por sua aplicação, por sua dedicação a essa relatoria. Você foi um craque, e eu sou eternamente grato por você ter aceitado o desafio de relatar um projeto difícil, um tema que, embora meritório, envolvia uma série de complexidades, e você teve muita habilidade em conseguir superar todos os entraves e a gente conseguir produzir um relatório tão assertivo. Muito obrigado a você.

Quero também agradecer aos meus colegas, Senadoras e Senadores. Embora tenha sido uma votação simbólica, mas foi uma aprovação por unanimidade, e eu fico muito orgulhoso por isso.

Os meus agradecimentos pela sua compreensão, Senador Paim; ao Wellington também, que retirou o destaque; ao Líder Fernando Bezerra também, pela compreensão da importância do tema; e a todos aqueles que, por alguma razão, pudessem ter alguma dificuldade, fica aqui também o registro do meu agradecimento em nome de todos esses jovens brasileiros que há tanto tempo esperavam por uma política de Estado que, verdadeiramente, pudesse criar um ambiente favorável para serem contratados, embora não tenham a tal experiência profissional no seu currículo, experiência que vão ter. Se Deus lhes permitir, eles terão, nessa janela de um ano, a grande chance das suas vidas de poderem ter uma oportunidade de trabalho e serem reconhecidos por isso e que possam ser qualificados como um trabalhador comum, que já teve alguma passagem pelo mercado de trabalho. Isso é muito importante, e o Senado sinaliza demonstrando o valor e a relevância que têm esses jovens em todo o Brasil.

E fica aqui a minha eterna gratidão, principalmente por essa ação, essa iniciativa ser uma grande homenagem, uma honrosa homenagem ao meu amigo Bruno Covas, que sempre dedicou a sua vida ao País e também ao Estado de São Paulo.

Muito obrigado, em nome da família do Bruno Covas, por vocês serem solidários a essa ideia e também terem aprovado essa grande e justa homenagem a ele.

Muito obrigado.

Um abraço e boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado e parabéns, Senador Irajá.

Anuncio o item 4 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2020, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 2 de maio de 2013.



A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 20 de maio, quando foi retirada da pauta e transferida para hoje.

Naquela oportunidade foi lido o Parecer nº 105, de 2021, pelo Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Cumprimento o Relator da matéria, Senador Flávio Arns.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um requerimento de sessão especial sobre a mesa. Solicito a V. Exa. que seja apreciado ao final desta sessão para que possamos homenagear o Dr. Alysson Paolinelli, indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 2021, pelos seus relevantes serviços prestados ao Brasil e ao mundo. Gostaria que V. Exa. o submetesse à apreciação dos nossos pares para que fosse votado ainda nesta sessão, se possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Esse requerimento e outros requerimentos – inclusive o solicitado pelo Senador Izalci Lucas – serão submetidos, amanhã, à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Voltamos à lista dos oradores.

O Senador Wellington Fagundes é o próximo orador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, estamos ouvindo V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu queria aqui abordar – com mais calma, inclusive – a nossa visita à unidade fabril lá em Ribeirão Preto, em Cravinhos, a uma grande indústria de saúde animal, juntamente com o Ministro da Saúde, o Queiroga, a Ministra Flávia Arruda, a quem quero agradecer imensamente, porque ela foi em nome do Governo do Presidente Bolsonaro, aliás, autorizada pelo Presidente Bolsonaro, para que a gente pudesse, *in loco*, ver a realidade dessas indústrias. Da mesma forma, estivemos lá com a Anvisa, também com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Quero aqui relatar, em nome do Ministro, que tem feito um grande trabalho, o Ministro Marcos Pontes. Estava lá também, representando o Ministério da Agricultura, o Secretário Executivo. Além deles, cientistas brasileiros, da Universidade de Oxford, e outras tantas pessoas que estiveram conosco, inclusive Parlamentares. É importante citar, também, que os Deputados Federais estavam lá representados por quatro Parlamentares que eu quero aqui citar na pessoa do Deputado Peternelli, do General Peternelli, e de outros que lá estiveram.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, além da visita, constatou-se que nós temos um grande parque, com biossegurança máxima, com condições de produzir as vacinas de que o Brasil precisa. Claro, imediatamente, com transferência tecnológica. Isso não é nada muito complicado, mas a transferência tecnológica vai nos fazer depender dessas empresas da China, da Índia e de outras empresas no mundo que



pesquisam, também nos Estados Unidos, *ad eternum*, ou seja, enquanto precisarmos da vacina. Por isso é que eu quero aproveitar, também, para salientar a importância de termos orçamento para as pesquisas.

E aí, eu quero, inclusive, agradecer aqui, em nome do ex-Secretário Waldery, praticamente, da pasta do Ministério da Fazenda, em várias reuniões que tivemos com ele, inclusive, na própria Comissão da Covid, com os companheiros da Covid, em nome do Senador Confúcio também.

E lá nós fizemos esse apelo para recompor o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia: 415 milhões, que já agora, felizmente, no PLN já veio, por parte do Governo, do Ministério da Economia (*Falha no áudio.*) ... recomposição desses recursos.

Além disso, também fizemos já uma emenda para alocar mais 6 milhões para que a gente tenha ciência e tecnologia acima de tudo.

Eu quero concluir, dizendo, que hoje, mais do que nunca, nós precisamos investir nas pesquisas nacionais, para gerar emprego no Brasil. Então, a pandemia tem que ser algo para todos nós aprendermos, porque nós não podemos continuar dependendo do mundo.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, mais uma vez agradecer o apoio de V. Exa. para que também estivéssemos lá, e ainda teremos várias outras reuniões; visitaremos também a central de selagem, porque toda vacina produzida da saúde animal tem um único lugar, que é uma central de selagem, com uma rotulagem com total segurança. Então, é importante que promovamos outras reuniões para esclarecer mais ainda o Brasil.

E finalizo dizendo que até hoje o Brasil não produziu nenhuma dose de vacina, o IFA que estamos importando é vacina pronta, só estamos envasando. E nós queremos que o Instituto Butantan, que a Fiocruz continuem fazendo pesquisas e, claro, que se transformem em indústrias também, indústrias públicas. Mas temos que incentivar também, como é nos Estados Unidos, as indústrias privadas para que façam parceria com o Governo, principalmente, nesses investimentos na pesquisa, que é o grande programa também do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ou seja, temos que unir a todos, principalmente daqui para frente para fazer com que o Brasil continue ou seja uma potência também mundial na produção de vacina para resolver o problema do brasileiro, ou seja, vacinar todos os brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para concluir, Líder.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e exportarmos tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado Senador Wellington Fagundes.

O próximo orador é o Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Muito bem, não há mais oradores.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa remota para amanhã, quarta-feira, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado e boa noite.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 54ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2021

(Proveniente da Medida Provisória nº 1018, de 2020)

Altera a Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11 de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

DOCUMENTOS:

- Legislação citada
- Medida provisória original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1954750&filename=MPV-1018-2020
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/2a0438a7-d93d-456c-b020-7fabee2a87d2>
- Nota técnica
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/6361ae57-460f-4c31-88aa-c6d91b8a52a6>
- Sinopse de tramitação na Câmara
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;.proposicoesWeb?idProposicao=2267811&ord=1&tp=completa



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11 de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Anexo da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com os acréscimos constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo IV desta Lei.

Art. 5º A Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 33-A:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

"Art. 33-A. Para efeito de interpretação da alínea e do inciso I do *caput* do art. 33 desta Medida Provisória, a oferta de vídeo por demanda, independentemente da tecnologia utilizada, a partir da vigência da contribuição de que trata o inciso I do *caput* do art. 32 desta Medida Provisória, não se inclui na definição de 'outros mercados'."

Art. 6º A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ 1º Os recursos do Fust serão destinados a cobrir, no todo ou em parte, investimentos e custos de:

.....

§ 4º (Revogado).

.....

§ 10. A modalidade de apoio não reembolsável prevista no inciso I do § 3º deste artigo priorizará programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, considerando a maior população potencialmente beneficiada.

§ 11. Na modalidade de apoio não reembolsável prevista no inciso I do § 3º deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transferências de recursos financeiros para entes públicos e entidades privadas, inclusive subvenções econômicas para empresas privadas com fins





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

lucrativos, repassadas diretamente ou por meio dos agentes financeiros referidos no art. 4º-A desta Lei.” (NR)

“Art. 2º

I - 2 (dois) representantes do Ministério das Comunicações, órgão que indicará seu presidente;” (NR)

“Art. 5º

§ 2º Do total dos recursos destinados à modalidade de apoio não reembolsável prevista no inciso I do § 3º do art. 1º desta Lei, 18% (dezoito por cento), no mínimo, serão aplicados em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

.....” (NR)

“Art. 6º-A

Parágrafo único. (Revogado).

§ 1º O limite definido no *caput* deste artigo será de:

I - 10% (dez por cento), no ano de início de vigência deste parágrafo;

II - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro do segundo ano de vigência deste parágrafo;

III - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro do terceiro ano de vigência deste parágrafo;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

IV - 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro do quarto ano de vigência deste parágrafo.

§ 2º O § 1º deste artigo entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, e os benefícios tributários nele estabelecidos terão vigência até 31 de dezembro de 2026, nos termos do inciso I do *caput* do art. 137 da Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020.” (NR)

Art. 7º O art. 2º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 2º

.....

VII - criar condições para ampliação da conectividade e da inclusão digital, priorizando a cobertura de estabelecimentos públicos de ensino.” (NR)

Art. 8º As estações retransmissoras pertencentes a pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, instaladas em Municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País, assim definidas em ato do Ministro de Estado das Comunicações, poderão realizar inserções locais de programação e publicidade, observadas as seguintes condições:

I - a inserção de programação local não deverá ultrapassar 15% (quinze por cento) do total da programação transmitida pela emissora de radiodifusão que cederá os sinais a serem retransmitidos;

II - a inserção de conteúdo destinado ao serviço jornalístico e noticioso local estará limitada a até 3 (três)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

horas diárias, além do percentual estabelecido no inciso I deste *caput*; e

III - as inserções de publicidade terão duração máxima igual e coincidente com os espaços de tempo destinados à publicidade transmitida pela emissora de radiodifusão que cederá os sinais a serem retransmitidos.

Parágrafo único. A programação local a ser inserida deverá ter finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

Art. 9º O art. 4º da Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

§ 3º

I - a inserção de programação local sem cunho jornalístico estará limitada a 15% (quinze por cento) do total da programação transmitida pela emissora de radiodifusão sonora que cederá os sinais a serem retransmitidos;

II - (revogado);

II-A - a inserção de programação local de cunho jornalístico estará limitada a 3 (três) horas diárias;

.....

§ 4º A programação mencionada no inciso I do § 3º deste artigo deverá ter finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

benefício do desenvolvimento geral da comunidade.” (NR)

Art. 10. O art. 36 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 36.

.....

§ 4º A estação transmissora de emissora de radiodifusão deve ser instalada em local que assegure o atendimento aos requisitos mínimos de cobertura do Município objeto da outorga, conforme critérios estabelecidos nas normas técnicas dos serviços correspondentes, permitida a instalação em outro Município, mediante avaliação de estudo que indique a necessidade técnica ou econômica da instalação no local proposto e o atendimento dos critérios de cobertura do Município objeto da outorga, na forma da regulamentação.” (NR)

Art. 11. O § 15 do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32.

.....

§ 15. Equiparam-se às geradoras de que tratam os §§ 12 e 13 deste artigo as retransmissoras habilitadas a operar em regiões de fronteira de desenvolvimento do País que realizarem inserções locais de programação e publicidade, inclusive as que operarem na Amazônia Legal, bem como as pertencentes a um conjunto de estações, sejam geradoras locais ou retransmissoras, com presença em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

todas as regiões geopolíticas do País, e alcance de, no mínimo, 1/3 (um terço) da população brasileira com o provimento da maior parte da programação por uma das estações.

.....”(NR)

Art. 12. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - inciso IV do *caput* do art. 40 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e

II - art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor:

I - quanto aos arts. 1º, 2º e 4º, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020;

II - quanto ao art. 3º e ao inciso I do *caput* do art. 12, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022;

III - quanto aos arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 e ao inciso II do *caput* do art. 12, na data de sua publicação.

Parágrafo único. As disposições constantes dos arts. 1º, 2º e 4º desta Lei que vinculem receita e que concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária terão vigência até 31 de dezembro de 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de maio de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

ANEXO I
(Anexo I da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966)

"Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por
Estação (Em R\$)

| | | |
|--|--|-----------|
| | | |
| 29. Serviço Suportado por Meio de Satélite | a) terminal de sistema de comunicação global por satélite | 26,83 |
| | b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4 m, controlada por estação central | 26,83 |
| | c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras | 402,24 |
| | d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5 m | 13.408,00 |
| | e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão | 3.352,00 |
| | f) estação espacial geoestacionária (por satélite) | 26.816,00 |
| | g) estação espacial não geoestacionária (por sistema) | 26.816,00 |
| | | |

"





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1

ANEXO II

(Anexo da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008)

“Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão
Pública

| | | |
|--|--|----------|
| | | |
| 29. Serviço Suportado por Meio de Satélite | a) terminal de sistema de comunicação global por satélite | 1,34 |
| | b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4 m, controlada por estação central | 1,34 |
| | c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras | 20,00 |
| | d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5 m | 670,00 |
| | e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão | 167,00 |
| | f) estação espacial geoestacionária (por satélite) | 1.340,00 |
| | g) estação espacial não geoestacionária (por sistema) | 1.340,00 |
| | | |

”





CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

ANEXO III

(Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)

“.....

Art. 33, inciso II:

.....

e) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA BRASILEIRA DE CUSTO NÃO SUPERIOR A R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

| | |
|--|------------|
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado | R\$ 180,00 |
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens | R\$ 100,00 |
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura | R\$ 80,00 |
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte | R\$ 60,00 |
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o mercado de salas de exibição | R\$ 60,00 |
| - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de custo não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para outros segmentos de mercado | R\$ 50,00 |

.....”





CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

ANEXO IV

(Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)

“.....

Art. 33, inciso III:

| | | |
|---|--|----------|
| | | |
| h) Serviço Suportado por Meio de Satélite | a) terminal de sistema de comunicação global por satélite | 4,14 |
| | b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4 m, controlada por estação central | 4,14 |
| | c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras | 61,67 |
| | d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5 m | 2.066,00 |
| | e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão | 516,50 |
| | f) estação espacial geoestacionária (por satélite) | 4.133,28 |
| | g) estação espacial não geoestacionária (por sistema) | 4.133,28 |
| | | |

”



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. nº 438/2021/SGM-P

Brasília, 24 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021 (Medida Provisória nº 1.018, de 2020, do Poder Executivo), que “Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11 de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009”.

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267811>

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 89662 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 – CON-1988-10-05 – 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
– artigo 62
- Lei nº 5.070, de 7 de Julho de 1966 – Lei do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL); Lei do FISTEL – 5070/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5070>
- Lei nº 11.652, de 7 de Abril de 2008 – LEI-11652-2008-04-07 – 11652/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11652>
- Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de Setembro de 2001 – Lei da Agência Nacional do Cinema; Lei da Ancine – 2228-1/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2228-1>
- [urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;1018](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;1018)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;1018>



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de Conversão nº 8/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1018/2020)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1018, de 2020**, que *"Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional."*

| PARLAMENTARES | EMENDAS NºS |
|--------------------------------------|------------------------------|
| Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR) | 014*; 027; 028; 029 |
| Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) | 015 |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) | 016; 017 |
| Senador Jean Paul Prates (PT/RN) | 018; 019; 020; 021; 022; 023 |
| Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) | 024 |
| Senador Marcelo Castro (MDB/PI) | 025; 026 |

* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 16



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

**MPV 1018
00014**

EMENDA Nº - 2021

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)

Suprima-se o inciso II do artigo 12 do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Dentre as alterações propostas à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, pelo Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, inclui-se o inciso II ao artigo 12, que propõe a revogação do artigo 10 da Lei nº 11.934, de 2009, que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Por meio do referido artigo 10, a Lei nº 11.934/2009 impõe obrigação de compartilhamento de torres, dentro de um raio de 500 (quinhentos) metros, por prestadores de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, salvo quando houver justificado motivo técnico para o não compartilhamento.

De início, cabe registrar a completa falta de afinidade da revogação proposta no Projeto de Lei de Conversão com o tema originário da Medida Provisória, a saber, a revisão de valores de taxas e contribuições devidas por prestadores de serviços de telecomunicações que fazem uso de plataformas satelitais. Neste ponto, a proposta de revogação provinda da Câmara dos Deputados deve ser rejeitada pelo Senado Federal, eis que padece de inconstitucionalidade formal.

Sobre o tema, já há muito se fixou o entendimento de que, assim como à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal também compete constitucionalmente avaliar os pressupostos de admissibilidade do texto que lhe for encaminhado, o que alcança logicamente a avaliação do documento originário da Medida Provisória editada pelo Presidente da República, mas também a adequação de eventuais alterações inseridas por Comissão Mista ou pela Câmara dos Deputados.



O juízo de admissibilidade da Medida Provisória (em seu texto originário ou em sede de projeto de lei de conversão) alcança todos os aspectos do devido processo legislativo, dentre os quais a pertinência temática. Nos termos do artigo 4º, §4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, “[é] vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar”.

A impossibilidade de inclusão de matéria estranha à Medida Provisória já foi assentada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu “não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida a sua apreciação” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, de 2015).

Não é necessário muito para que se constate que o inciso II do artigo 12 do Projeto de Lei de Conversão, com proposta de revogação do artigo 10 da Lei nº 11.934/2009, em nada se relaciona com a tributação incidente sobre serviços de telecomunicações suportados por satélites, sendo, portanto, impertinente e, logo, inconstitucional sob uma perspectiva formal.

A proposta de revogação do artigo 10 da Lei nº 11.934/2009 também padece de inconstitucionalidade material, eis que caracteriza regressão em termos de proteção à saúde e ao meio ambiente, o que é vedado pela Constituição Federal.

Com efeito, a obrigação de compartilhamento de infraestrutura passiva de telecomunicações dentro de um raio de 500 (quinhentos) metros foi imposta pelo legislador federal diante de preocupação de ordem ambiental e de saúde pública. Como descrito na justificativa do Projeto de Lei (PL nº 2.576/2000) que resultou na Lei nº 11.934/2009, a obrigação legal está relacionada ao combate à chamada “poluição eletromagnética” e seus impactos negativos sobre a coletividade, a exemplo das evidências científicas de incidência incremental de 20% de leucemia infantil em função das radiações emitidas por estações transmissoras de radiocomunicação.

Como reconhecido por Tribunais Constitucionais ao redor do mundo, inclusive no Brasil, o núcleo essencial de direitos fundamentais (a exemplo da proteção à saúde e ao meio ambiente) já efetivado por meio de medidas legislativas deve ser considerado constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais medidas que visem a revogá-lo ou aniquilá-lo. Em outras palavras, não é possível a edição de norma que preveja retrocesso,



isto é, diminuição no nível de proteção, a exemplo daquela ventilada no inciso II do artigo 12 do Projeto de Lei de Conversão.

Pelos idênticos motivos, também no mérito deve ser rejeitado e, logo, suprimido o inciso II do artigo 12 do Projeto de Lei de Conversão, eis que revoga importante dispositivo para proteção da população e do meio ambiente contra incidência de radiação não ionizante – isto é, radiação que não chega a provocar lesões ou desintegração física (eis que não rompe com as moléculas de ADN), mas enseja aumento de temperatura, podendo afetar a saúde humana –, sem, no entanto, propor qualquer medida alternativa visando a conter os impactos da poluição eletromagnética.

Outrossim, é preocupante a proposta de revogação veiculada no Projeto de Lei de Conversão, eis que o artigo 10 da Lei n.º 11.934/2009 estrutura a disciplina legal e regulatória sobre o compartilhamento de torres por prestadoras de serviços de telecomunicações. É esperado que a revogação do dispositivo tenha um efeito cascata, resultando em disputas judiciais para derrubada e/ou declaração de perda de eficácia de dispositivos constantes de outras Leis Federais e/ou Municipais que tratam sobre a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, bem como sobre normas setoriais editadas pela Agência Nacional de Telecomunicações sobre o tema, o que incrementa níveis de insegurança jurídica.

Nessa linha, não se deve perder de vista que o Brasil se encontra às vésperas da maior licitação de sua história para uso do espectro de radiofrequências, que permitirá a implementação de serviços com tecnologia 5G no país. Estimativas conservadoras da GSMA, entidade que representa globalmente o interesse dos operadores móveis de serviços de telecomunicações, apontam que o número de torres para atender a cobertura do 5G no Brasil será, no mínimo, 50% maior do que o atualmente existente. E nesse sentido, a retirada da obrigação de compartilhamento de infraestrutura dentro do raio fixado pelo Poder Legislativo poderá implicar na multiplicação desordenada de torres e estações de telecomunicações, com graves riscos à coletividade.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR



**MPV 1018
00015**

EMENDA Nº -PLEN
(à MPV nº 1018, de 2020)

Inclua-se o seguinte § 12 no art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, na forma do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020:

“Art. 1º

.....
§ 12. Os programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações previstos no inciso I do § 1º deste artigo contemplarão a promoção da inclusão digital e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, especialmente aqueles que dão suporte ao acesso à internet em banda larga.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional, recentemente, alterou o marco legal do setor de telecomunicações com o objetivo precípuo de destravar a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e, com isso, viabilizar a concretização de políticas públicas voltadas a promover a inclusão digital e assegurar o acesso de milhões de brasileiros a serviços de telecomunicações de qualidade, especialmente o acesso à internet banda larga.

De acordo com as novas regras, o Conselho Gestor irá deliberar de forma excessivamente discricionária, uma vez que a Lei do Fust deixou de estabelecer, de forma expressa, o rol de programas e projetos a serem contemplados.



Dessa forma, antevendo o risco de progressiva perda de foco na destinação desses recursos do Fust, apresento a presente emenda para assegurar que seus recursos sejam efetivamente aplicados em favor da inclusão digital e da melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, em especial daqueles relacionados ao acesso à internet em banda larga.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

df2021-05877



Minuta 2

EMENDA Nº -PLEN
(à MPV nº 1018, de 2020)

Inclua-se o seguinte § 5º no art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, na forma do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020:

“Art. 5º

.....

§ 5º Os programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor contemplarão a promoção da inclusão digital e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, especialmente daqueles que dão suporte ao acesso à internet em banda larga.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional, recentemente, alterou o marco legal do setor de telecomunicações com o objetivo precípuo de destravar a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e, com isso, viabilizar a concretização de políticas públicas voltadas a promover a inclusão digital e assegurar o acesso de milhões de brasileiros a serviços de telecomunicações de qualidade, especialmente o acesso à internet banda larga.

De acordo com as novas regras, o Conselho Gestor irá deliberar de forma excessivamente discricionária, uma vez que a Lei do Fust deixou de estabelecer, de forma expressa, o rol de programas e projetos a serem contemplados.

Dessa forma, antevendo o risco de progressiva perda de foco na destinação desses recursos do Fust, apresento a presente emenda para assegurar que seus recursos sejam efetivamente aplicados em favor da inclusão digital e da melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, em especial daqueles relacionados ao acesso à internet em banda larga.

df2021-05877



Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

df2021-05877





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

**MPV 1018
00016**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº1018, de 2020)

Suprima-se o inciso I do art. 2º da Lei nº Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, na redação oferecida pelo art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) é composto atualmente por 12 membros, sendo 7 do Estado e 5 da sociedade civil. O art. 6º do PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº1018, de 2020, altera a sua composição para incluir 2 representantes do Ministério das Comunicações, aumentando ainda mais a desproporção de representantes do governo em relação aos demais setores. Tal possibilidade geraria verdadeira concentração de força ao governo nas decisões colegiadas, facilitando inclusive que passe a controlar a secretaria executiva do colegiado, que define onde os recursos do Fust serão aplicados. Atualmente, o governo já é o responsável por indicar o presidente do conselho.

Por se tratar de um fundo com viés de redução da desigualdade regional e com a finalidade de estimular a expansão e a melhoria das redes de telecomunicações, além da promoção do desenvolvimento econômico e social, é fundamental que o equilíbrio de forças se refletia na composição do Conselho Gestor do Fust, até para que não prevaleça apenas a ditadura de determinados grupos da sociedade.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda, essencial para a valorização desse importante setor da economia e da nossa cultura.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

**MPV 1018
00017**

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº1018, de 2020)

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Condecine é uma modalidade da Contribuição para o Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual paga por contribuintes que operam o setor de telecomunicações. O art. 5º do PLV 8/2021 faz exoneração tributária, sem maiores estudos e avaliação socioeconômica, para as mais rentáveis empresas do planeta no momento, as de tecnologia e streaming, conhecidas como mercado de video on demand (VoD).

Trata-se de valor significativo que compõe a Condecine, que, por sua vez, abastece o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), o principal mecanismo de fomento do audiovisual brasileiro. A crise atingiu em cheio tal setor, agravado pela notória política de desmantelamento do governo brasileiro ao cinema nacional.

A arrecadação da CONDECINE OUTROS MERCADOS compõe o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), sendo revertido diretamente para o fomento do setor. Com o aumento no volume de recursos, o FSA se tornou hoje o maior mecanismo de incentivo ao audiovisual brasileiro, realizando investimentos em todos os elos da cadeia produtiva do setor.

O assunto já está presente em ações judiciais em trâmite, mas o Poder Judiciário ainda não apresentou uma posição final e definitiva a respeito. Logo, a incorporação desse assunto na lei provocaria as seguintes consequências:

(1) promoverá a exoneração tributária sem respeito ao princípio da capacidade contributiva, porque a isenção será para grandes empresas/contribuintes e

(2) direcionará as decisões judiciais de modo favorável às empresas, em detrimento do audiovisual brasileiro.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

A Condecine foi criada para fomentar o desenvolvimento do setor audiovisual no país, sendo a sua arrecadação destinada ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Por isso, para preservar esse setor já tão privado de recursos nos últimos anos, apresentamos a presente emenda para que não ocorra a retirada da exoneração tributária instituída pelo art. 5º do PLV.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda, essencial para a valorização desse importante setor da economia e da nossa cultura.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)



**MPV 1018
00018****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)**

Suprima-se os arts. 8º e 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “*must carry*”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1018
00019**

EMENDA Nº - 2021

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)

Suprima-se o inciso II do art. 12 do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “*must carry*”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1018
00020****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)**

Suprima-se o art. 4º e o inciso I do art. 12, bem como o Anexo IV do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “*must carry*”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1018
00021****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)**

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “must carry”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1018
00022****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)**

Suprima-se o art. 5ª do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “must carry”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA



**MPV 1018
00023****EMENDA Nº - 2021****(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)**

Suprima-se o artigo 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “must carry”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a



possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **JEAN PAUL PRATES**
LÍDER DO BLOCO DA MINORIA





**MPV 1018
00024**

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de emendas, acolhidas parcialmente ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 6º traz várias modificações na chamada Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, Lei nº 9.998/2000, recentemente modificada pelo Congresso Nacional. O art. 6º do PLV 8 retira a previsão de que os recursos desse fundo sejam utilizados prioritariamente em regiões de zona rural ou urbana que tenham

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, mais uma profunda modificação em uma previsão legal feita sem qualquer discussão, e em matéria que não guarda nenhuma relação com o objeto da MP 1.018/2020.

O art. 6º também aumenta ainda mais a maioria do Poder Executivo no Conselho do Fust. O papel de cada membro que irá compor o Conselho Gestor deve ser definido na regulamentação da lei, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. Como definir a inclusão de um representante a mais se a sua função e prerrogativas dependem do regimento interno do conselho, que ainda não foi discutido nem aprovado? Mais grave, ao adicionar um integrante do Executivo, que passa de 7 a 8 representantes no Conselho, amplia-se uma maioria já existente em relação ao número de membros do setor privado (3) e da sociedade civil (3), reduzindo a possibilidade de um debate democrático sobre as prioridades e projetos a serem aprovados. Trata-se de mais uma inaceitável matéria incluída no PLV que não guarda nenhuma relação com o objeto e o texto da MP 1.018/2020.

O art. 6º do PLV 8/2021 também faz outra alteração na Lei do Fust (Lei 9.998/2000) que é extremamente prejudicial à educação. A limitação do investimento em 18% na educação e estabelecimentos de ensino à modalidade não reembolsável pode reduzir tanto a quantidade de projetos a serem aplicados nessa modalidade, quanto os recursos que poderiam ser destinados à educação, já que não é possível saber a parcela que será destinada a cada modalidade (não reembolsável, reembolsável, e fundo garantidor). Assim, o PLV 8/2021 novamente incorpora um “jabuti” em matéria que não guarda a mínima relação com a tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

Por fim, o art. 6º do PLV 8/2021 também altera os limites relativos à redução do recolhimento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em até 50% por prestadoras de serviços de telecomunicações que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor do referido fundo. O referido artigo aplica uma redução de 10% naquilo que será abatido



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

das obrigações tributárias dos beneficiados já no primeiro ano de vigência da disposição trazida em 2020, que hoje seria de zero conforme a legislação vigente. Beneficia, assim, as prestadoras de serviços de telecomunicações desde o primeiro ano de aplicação do dispositivo. Trata-se de matéria estranha à tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda supressiva do artigo 6º do PLV 8/2021, por se tratar de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senadora Zenaide Maia

PROS/RN

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



**MPV 1018
00025****EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 1018, de 2020)

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, pretende fixar uma interpretação segundo a qual o segmento dos serviços de vídeo sob demanda (*Video on Demand – VoD*) ficará isento do pagamento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE).

Inicialmente, é preciso consignar a completa falta de afinidade da alteração proposta no projeto de lei de conversão com o tema originário da Medida Provisória nº 1.018, de 2020. A impossibilidade de inclusão de matéria estranha à Medida Provisória já foi assentada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu “não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida a sua apreciação” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.127, de 2015).

Além disso, ocorre que o mercado de VoD tornou-se bastante relevante, superando inclusive a base de usuários da TV por assinatura. Fato que levou o Congresso Nacional a debater, desde 2017, a regulamentação desse setor. Destacamos, assim, a tramitação de duas iniciativas parlamentares que poderiam, de maneira mais adequada, disciplinar essa questão: o Projeto de Lei (PL) nº 8.889, de 2017, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências, em tramitação na Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 57, de 2018, de autoria do Senador Humberto Costa, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências, em tramitação nesta Casa.

Dessa forma, não se justifica nem que esse setor tenha um tratamento tributário privilegiado, em detrimento da indústria nacional de



audiovisual, nem que seja dada celeridade para um tema tão relevante que já vem sendo debatido em ambas as Casas Legislativas.

A supressão do art. 5º do PLV nº 8, de 2021 é medida que se impõe tanto para corrigir inconstitucionalidade trazida por meio desse dispositivo no tocante à introdução de objeto desconexo a medida provisória quanto para que o setor de audiovisual não sofra as consequências nocivas decorrentes de uma legislação não debatida com o rigor necessário no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CASTRO
(MDB/PI)



**MPV 1018
00026****EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 1018, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.018, de 2020:

“**Art. 6º** A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º

§ 1º Os recursos do Fust serão destinados a cobrir, no todo ou em parte, investimentos e custos de:

.....

§ 4º (Revogado).

.....

§ 10. A modalidade de apoio não reembolsável prevista no inciso I do § 3º deste artigo priorizará programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, considerando a maior população potencialmente beneficiada.

§ 11. Na modalidade de apoio não reembolsável prevista no inciso I do § 3º deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transferências de recursos financeiros para entes públicos e entidades privadas, inclusive subvenções econômicas para empresas privadas com fins lucrativos, repassadas diretamente ou por meio dos agentes financeiros referidos no art. 4º-A desta Lei.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de suprimir as alterações dos arts. 2º, 5º e 6º-A da Lei 9.998, de 17 de agosto de 2000 (Lei do FUST), que estão previstas no art. 6º do PLV nº 8, de 2021.

Inicialmente, é preciso consignar a completa falta de afinidade da alteração proposta no projeto de lei de conversão com o tema originário da Medida Provisória nº 1.018, de 2020. A impossibilidade de inclusão de matéria estranha à Medida Provisória já foi assentada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu “não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida



provisória submetida a sua apreciação” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.127, de 2015).

Além disso, a alteração proposta para o art. 5º da Lei do Fust reduz os valores a serem aplicados em favor das escolas públicas, ao estabelecer que o percentual mínimo de dezoito por cento aplica-se somente aos recursos do Fust destinados à modalidade de apoio não reembolsável.

Importante notar, ademais, que alteração prevista para o art. 6º-A da Lei do Fust busca reintegrar ao texto legal mecanismo similar ao vetado pela Presidência da República à redação da Lei nº 14.109, de 2020. Saliente-se que o veto a esse dispositivo foi suprimido pelo Congresso Nacional em 17 de março de 2021, após o encerramento do prazo de emendas à MPV nº 1.018, de 2020, não cabendo, portanto, reapreciar essa questão.

Outro ponto que se pretende alterar diz respeito ao período de vigência dos benefícios tributários concedidos. A redação proposta para o § 2º do art. 6º-A da Lei do Fust estabelece que o dispositivo terá vigência entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2026.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CASTRO





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

**MPV 1018
00027**

EMENDA Nº - 2021

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020, renumerando-se os demais:

“Art. 1º A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 100-A. A outorga de concessão ou permissão de qualquer serviço de radiodifusão em caráter comercial, está sujeita ao pagamento de preço público correspondente, na forma estabelecida pelo órgão competente do Poder Executivo.

§ 1º O pagamento de que trata o caput poderá ser parcelado pelo tempo previsto na concessão ou permissão, caso em que as parcelas devidas serão atualizadas mensalmente de acordo com a variação da SELIC e não inviabilizará o licenciamento da estação e o início da execução do serviço.

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor devido pela outorga de concessão ou permissão de qualquer serviço de radiodifusão em caráter comercial, será corrigido monetariamente antes da sua ratificação pelo Congresso Nacional.

§ 3º O não pagamento do preço público ajustado pela outorga implicará no seu cancelamento, sujeitando-se a entidade inadimplente às sanções previstas no edital e na legislação em vigor.

§ 4º Nenhuma penalidade decorrente de descumprimento do edital de licitação para concessão e permissão de serviços de radiodifusão poderá ultrapassar o valor mínimo previsto pela outorga.

Art. 2º A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º-B. Além das exigências previstas no art. 1º-A desta Lei, as concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão deverão estar devidamente licenciadas para execução do serviço.



.....”

Art. 3º Os valores propostos pelas empresas que participam de procedimento licitatório de outorgas de radiodifusão ainda não concluídos somente serão corrigidos em caso de previsão expressa no respectivo edital e poderão ser pagos na forma do art. 100-A, §1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 4º O disposto no art. 2º aplica-se também às parcelas relativas ao preço público ofertado pelas outorgas de concessão ou permissão de serviço de radiodifusão em caráter comercial vencidas até a data de publicação desta Lei, caso em que as entidades em débito terão 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, para apresentar ao Ministério das Comunicações solicitação de pagamento das parcelas em atraso.

Parágrafo único. No caso do caput, e não havendo previsão editalícia diversa, o valor devido pela outorga será corrigido monetariamente pela variação do IPC-A verificada entre a data de publicação do decreto legislativo que ratificou a outorga e a data de protocolo do requerimento a que se refere este artigo

Art. 5º Ficam revogados o § 1º do art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e o art. 132 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta vem trazer justiça, ao impedir que haja correção dos valores do mencionado preço público antes que haja realmente a ratificação da concessão. De fato, a atualização pressupõe a maturidade do preço, com o ato aperfeiçoado. Não podem os concessionários ou permissionários serem penalizados por atraso a que não deram causa. No mesmo sentido, estamos permitindo o parcelamento dos débitos respectivos.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

**MPV 1018
00028**

EMENDA Nº - 2021

(ao PLV nº 8, de 2021, oriundo da MPV nº 1018, de 2020)

Suprima-se o artigo 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio do referido artigo 5º, o projeto de lei de conversão intenta, por meio de norma supostamente interpretativa, excluir os serviços de vídeo sob demanda da incidência da CONDECINE.

Em primeiro lugar, trata-se de tema relativamente estranho à proposta originária da Medida Provisória, a saber, a revisão de valores de taxas e contribuições devidas por prestadores de serviços de telecomunicações que fazem uso de plataformas satelitais.

Em segundo lugar, não cabe a interpretação, usada artificialmente apenas para assegurar efeitos retroativos, porque a expressão da lei é justamente abrangente para abarcar os mais variados mercados do mesmo gênero.

E quanto ao mérito, malgrado a questão da segurança jurídica, dada certa indefinição da questão, não é razoável isentar dessa contribuição, importante para a cultura nacional, justamente o serviço que mais tem crescido e que conta com verdadeiros gigantes do mercado.

Em momentos de restrição orçamentária, trata-se de uma proposta que vai justamente na contramão de uma justiça fiscal, isentando aqueles que não precisam e deixando de recolher importante contribuição.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR





SENADO FEDERAL

**MPV 1018
00029****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.018, DE 2021.**

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Inclua-se onde couber:

Art. XX Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2018, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei.

Art. XXX As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos



**SENADO FEDERAL**

de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de sanção desta Lei, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar que os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação desta Medida Provisória sejam conhecidos. Além disso, a emenda permite também o prosseguimento dos processos de renovação de outorga de entidades que tiveram suas outorgas declaradas peremptas.

A proposta mostra-se conveniente e oportuna politicamente, haja vista que a pandemia da COVID-19 comprometeu renovações de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão em muitos casos. As medidas de isolamento social dificultaram a reunião dos documentos exigidos nos órgãos competentes, assim como a grave crise econômica impactou negativamente no caixa das transmissoras de rádio e de TV, dificultando o pagamento das taxas.

Sala das Sessões, de de 2021.

Senador ÁLVARO DIAS
PODEMOS-PR



PARECER Nº 106, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020, que *altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.*



Relator: Senador **VANDERLAN CARDOSO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2021, é proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 1.018, de 2020.

Composta por apenas quatro artigos, a MPV nº 1.018, de 2020, tem como objetivo reduzir a carga tributária incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte, com diâmetro inferior a 2,4 metros, conhecidas como VSAT. Essa tecnologia é adequada para o fornecimento de conexões à internet em áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, geralmente carentes de outros serviços de telecomunicações que provejam acesso à rede mundial de computadores.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição prevê alteração no Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que instituiu do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), reduzindo de R\$ 201,12 para R\$ 26,83 o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) devida pelos prestadores do serviço no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento de cada antena. Essa redução implica a diminuição do valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) devida anualmente pelos



prestadores de serviço para a fiscalização das antenas, que passará de R\$ 66,37 para R\$ 8,85, pois a TFF é equivalente a 33% da TFI.

Por sua vez, o art. 2º da MPV nº 1.018, de 2020, altera o Anexo à Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), reduzindo de R\$ 10,00 para R\$ 1,34, o valor anual da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) incidente sobre cada Vsat em serviço.

Já o art. 3º da iniciativa modifica o Anexo I à Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que criou a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), reduzindo o valor anual pago pelos operadores de Vsat a título de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE). Importante notar que o valor da Condecine foi atualizado monetariamente pela Portaria Interministerial MF/MC nº 835, de 13 de outubro de 2015, nos termos do § 5º do art. 33 da MPV nº 2.228-1, de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.196, de 1º de dezembro de 2015, e a redução do valor ora promovida será de R\$ 30,84 para R\$ 4,14 para cada Vsat em funcionamento.

De acordo com o seu art. 4º, a MPV nº 1.018, de 2020, entrou em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021. Prevê ainda que suas disposições que vinculem receita e que concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária terão vigência até 31 de dezembro de 2025.

No prazo regimental comum, fixado no Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, foram apresentadas 13 emendas à MPV.

A vigência original da MPV, 25 de março de 2021, foi prorrogada para 30 de maio do corrente ano pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Foi designado relator o deputado Paulo Magalhães, para proferir parecer em Plenário à matéria e às emendas nºs 1 a 13, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

O relator concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV nº 1.018, de 2020; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV nº 1.018, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com

mu2021-05935





exceção da Emenda nº 4, que considerou ser inconstitucional por inserir matéria estranha ao conteúdo original da iniciativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.018, de 2020; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 4; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, com a incorporação total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 12 e 13, e pela rejeição das demais emendas.

Além disso, foram apresentadas seis emendas de Plenário ao parecer do Deputado Paulo Magalhães. O mesmo parlamentar foi designado para proferir parecer às emendas de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional. O parecer a essas emendas concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela sua rejeição.

Aprovada a redação final na Câmara dos Deputados, é submetido à análise do Plenário do Senado Federal o PLV nº 8, de 2021.

Os arts. 1º, 2º e 4º do PLV nº 8, de 2021, mantêm os dispositivos originais previstos, respectivamente, nos arts. 1º, 2º e 3º da MPV nº 1.018, de 2020, reduzindo as alíquotas das taxas de fiscalização do Fistel, da CFRP e da Condecine para o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte.

O art. 3º acrescenta, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, valores de Condecine para peças publicitárias audiovisuais brasileiras, de custo não superior a R\$ 20 mil, a serem exibidas em emissoras abertas de televisão, canais de TV paga, conteúdo de vídeo doméstico, salas de cinema e outros segmentos de mercado. Esses valores vão de R\$ 50,00 a R\$ 180,00 por peça publicitária.

O art. 5º insere o art. 33-A na MPV nº 2.228-1, de 2001, excluindo a oferta dos serviços de vídeo por demanda (VoD), independentemente da tecnologia utilizada, da definição de “outros mercados” audiovisuais sujeitos ao pagamento da Condecine, a partir da vigência da contribuição.

O art. 6º promove uma série de alterações na Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), a saber:

mu2021-05935



- altera o § 1º de seu art. 1º, suprimindo a previsão de que os recursos do Fust sejam utilizados para cobrir investimentos e custos em programas voltados à universalização de serviços de telecomunicações nas regiões de zona urbana ou rural que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população potencialmente beneficiada;

- revoga o § 4º de seu art. 1º, suprimindo a previsão a partir da qual os investimentos e custos relativos ao Fundo e suas condições de aplicação devam ser definidos no instrumento de execução da política, que poderá dar-se por meio de licitação, conforme estabelecido pelo Conselho Gestor;

- introduz os novos §§ 10 e 11 no seu art. 1º, prevendo que a modalidade de apoio não reembolsável priorizará ações que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, considerando a maior população potencialmente beneficiada, e que o Poder Executivo estará autorizado a realizar, nessa modalidade, a transferência de recursos financeiros para entes públicos e empresas privadas, repassados diretamente ou por meio de agentes financeiros;

- altera o inciso I de seu art. 2º, ampliando para duas o número de vagas destinadas ao Ministério das Comunicações (MC) no Comitê Gestor do Fust e determinando que caberá à Pasta indicar o presidente do colegiado;

- altera a redação do § 2º de seu art. 5º, estabelecendo que o percentual mínimo de dezoito por cento para os estabelecimentos públicos de ensino aplica-se somente aos recursos do Fundo destinados à modalidade de apoio não reembolsável;

- altera seu art. 6º-A, prevendo que as prestadoras de telecomunicações que utilizarem recursos próprios na execução de programas relativos à universalização dos serviços, aprovados pelo Conselho Gestor do Fust, farão jus à redução da respectiva contribuição, limitada a 50% do montante a ser recolhido, com uma progressão entre o primeiro e o quarto anos de sua vigência. Esse dispositivo terá vigência entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2026.



O art. 7º insere o novo inciso VII do art. 2º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), para estabelecer como dever do Poder Público a criação de condições para a ampliação da conectividade e inclusão digital, priorizando a cobertura de estabelecimentos públicos de ensino.

O art. 8º possibilita inserções locais de programação e de publicidade em estações retransmissoras pertencentes a concessionárias de televisão nos chamados “municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País”, a serem definidos em ato do Ministério das Comunicações.

O art. 9º altera a Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018, prevendo a possibilidade de inserção de programação local sem cunho jornalístico, limitada a 15% do total da programação transmitida, e de programação local de cunho jornalístico, limitada a três horas diárias, no Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal.

O art. 10 insere no art. 36 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT) o novo § 4º, para prever que a estação transmissora de emissora de radiodifusão pode ser instalada em Município diverso daquele objeto da outorga, mediante avaliação de estudo que indique a necessidade técnica ou econômica da instalação no local proposto e o atendimento dos critérios de cobertura, estabelecidos em regulamentação específica.

O art. 11 altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, prevendo que as retransmissoras de televisão “pertencentes a um conjunto de estações, sejam geradoras locais ou retransmissoras, com presença em todas as regiões geopolíticas do País, e alcance de, no mínimo, 1/3 (um terço) da população brasileira” equiparam-se, para efeito de transmissão obrigatória pelas empresas de TV por assinatura, às geradoras locais do serviço.

O inciso I do art. 12 revoga o inciso IV do art. 40 da MPV nº 2.228-1, de 2001, que reduz a 10% o valor da Condecine para obra publicitária brasileira realizada por microempresa ou empresa de pequeno porte com custo não superior a R\$ 10 mil, de forma a compatibilizar a regra com o proposto no art. 3º.

Por sua vez, o inciso II do art. 12 revoga o art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que torna obrigatório o compartilhamento



SF/21903.83092-17



de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, quando o afastamento entre elas for menor que quinhentos metros.

Finalmente, o art. 13 do PLV nº 8, de 2021, estabelece sua cláusula de vigência, a saber:

- quanto aos arts. 1º, 2º e 4º, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021;
- quanto ao art. 3º e ao inciso I do *caput* do art. 12, na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022;
- quanto aos arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 e ao inciso II do *caput* do art. 12, na data de sua publicação.

Estabelece ainda que as disposições constantes dos arts. 1º, 2º e 4º que vinculem receita e que concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária terão vigência até 31 de dezembro de 2025.

Após o envio da proposição ao Senado, foram apresentadas 16 emendas ao PLV nº 8, de 2021.

As Emendas nº 14 e nº 19, dos Senadores Alvaro Dias e Jean Paul Prates, respectivamente, propõem que seja suprimido do projeto o inciso II de seu art. 12, que pretende revogar a obrigação de compartilhamento de torres, dentro de um raio de quinhentos metros, por prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, prevista no art. 10 da Lei nº 11.934, de 2009.

A Emenda nº 15, da Senadora Rose de Freitas, contém duas propostas. A primeira insere o novo § 12 ao art. 1º da Lei do Fust, prevendo que as ações relacionadas à utilização dos recursos do Fundo contemplem a promoção da inclusão digital e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, especialmente aqueles que dão suporte ao acesso à internet em banda larga. Na mesma linha, a segunda proposta visa a acrescentar o novo § 5º no art. 5º da referida lei para prever que as ações do Fust, aprovadas por seu comitê gestor, também persigam aqueles objetivos.

A Emenda nº 16, do Senador Randolfe Rodrigues, pretende que se suprima o inciso I do art. 2º da Lei do Fust, nos termos do art. 6º do PLV

mu2021-05935



nº 8, de 2021, retirando as duas vagas que o Ministério das Comunicações ocuparia no Comitê Gestor do Fundo.

As Emendas nº 17, nº 22, nº 25 e nº 28, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates e Marcelo Castro, respectivamente, propõem a supressão do art. 5º do PLV nº 8, de 2021, que exclui as prestadoras dos serviços de vídeo por demanda do conceito de “outros mercados” audiovisuais passíveis da cobrança de Condecine.

A Emenda nº 18, do Senador Jean Paul Prates, propõe a supressão dos arts. 8º e 9º do PLV nº 8, de 2021, que possibilitam inserções locais de programação em estações retransmissoras pertencentes a concessionárias de televisão nos chamados “municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País”, e no Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal.

A Emenda nº 20, do Senador Jean Paul Prates, quer suprimir o art. 4º e o inciso I do art. 12, bem como o Anexo IV do projeto, eliminando da proposta a redução do valor da Condecine para as antenas de pequeno porte que possibilitam o acesso à internet via satélite.

As Emendas nº 21 e nº 24, dos Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, respectivamente, propõem que se suprima o art. 6º do PLV nº 8, de 2021, com todos os dispositivos relativos ao Fust e a composição de seu Comitê Gestor.

A Emenda nº 26, do Senador Marcelo Castro, pretende modificar a redação do art. 6º do PLV nº 8, de 2021.

A Emenda nº 27, do Senador Álvaro Dias, A Emenda nº 27, de autoria do Senador Álvaro Dias, propõe acrescentar dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer que a outorga de concessão ou permissão de qualquer serviço de radiodifusão em caráter comercial fique sujeita ao pagamento de preço público correspondente, na forma definida pelo Poder Executivo. Também busca alterar a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para exigir que concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão deverão estejam devidamente licenciadas para a execução do serviço e que os valores propostos pelas empresas participantes de procedimento licitatório de outorgas de radiodifusão sejam corrigidos somente em caso de previsão expressa no respectivo edital.

mu2021-05935



SF/21903.83092-17



A Emenda nº 29, igualmente de autoria do Senador Alvaro Dias, prevê a inclusão de dispositivos para que pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão, desde que protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2018, sejam conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, dando-lhes prosseguimento e avaliando sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

II – ANÁLISE

II.1. – DA ADMISSIBILIDADE, CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE

O *caput* e o § 5º do art. 62 da Constituição Federal permitem a adoção de medida provisória pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência, requisitos apresentados na presente proposição.

Conforme apresentado na Exposição de Motivos (EM) nº 121/2020 MCOM-ME, de 2 de novembro de 2020, a desoneração do serviço de banda larga via satélite é relevante pois permitirá a ampliação de sua cobertura no território nacional, especialmente para a população residente em áreas rurais, remotas ou geograficamente desafiadoras. Além disso, corrige uma disparidade tributária entre plataformas que interfere na competição do segmento: as taxas e contribuições que incidem na conexão em banda larga via telefonia móvel têm alíquotas inferiores às aplicadas ao serviço provido por meio de antenas de satélite de pequeno porte, o que seria corrigido com a redução prevista na medida provisória em exame.

Portanto, fica evidente o cumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência da MPV nº 1.018, de 2020.

Com relação à constitucionalidade, é importante ressaltar que o PLV trata de tema de competência da União, uma vez que os incisos XI e XII do art. 21 da Constituição Federal (CF) atribuem à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações e os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por sua vez art. 22, inciso IV, da CF prevê que compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações e radiodifusão. Já o art. 48 assevera que cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre telecomunicações e radiodifusão (inciso XII). Além

mu2021-05935



disso, o tema tratado pelo projeto não está entre aqueles listados nos §§ 1º e 10 do art. 62 da CF, que não podem ser objeto de medida provisória.

Quanto à juridicidade, o PLV nº 8, de 2021, está em harmonia com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

A matéria também cumpre as disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desse modo, acompanhamos o entendimento da Câmara dos Deputados de que os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa estão presentes na MPV nº 1.018, de 2020, em sua forma original e também na forma do PLV nº 8, de 2021.

O mesmo entendimento prevalece quanto à Emenda nº 14, apresentada ao PLV neste Plenário, nas quais não foram identificados vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou de técnica legislativa.

II.2 – DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Quanto à adequação financeira e orçamentária do PLV nº 8, de 2021, é oportuno ressaltar que a Nota Técnica nº 103, de 2020, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para fornecer subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, considera que a MPV nº 1.018, de 2020, por prever a diminuição do valor de taxas orçamentárias, o que caracterizaria renúncia de receitas da União, “promove impacto fiscal negativo, cujo montante não se acha devidamente compensado”.

No entanto, o Ministério das Comunicações, por meio da já mencionada Exposição de Motivos nº 121, de 2020, estima que a arrecadação acumulada no período entre 2021 e 2030 será, sem desoneração fiscal, de R\$ 4,5 bilhões, contra uma arrecadação de R\$ 8,9 bilhões com a desoneração, gerando um saldo positivo, no período, de R\$ 4,4 bilhões.

Além disso, de acordo com o parecer do Deputado Paulo Magalhães, as reduções das taxas e contribuições promovidas pela MPV nº 1.018, de 2020, são pontuais, e relativas a recursos com destinação certa.

mu2021-05935



SF/21903.83092-17



Nesse sentido, a redução da arrecadação geraria a diminuição da despesa a qual esses recursos estão vinculados.

II.3. DO MÉRITO

Quanto ao mérito do PLV nº 8, de 2021, deve-se destacar, em primeiro lugar, a urgência de se promover o acesso à internet em áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, que hoje, infelizmente, ainda não contam com uma infraestrutura de telecomunicações adequada. Nesse sentido, o estímulo à utilização de antenas de pequeno porte para o acesso direto à internet, a partir da redução de tributos que têm encarecido a fruição dessa tecnologia, é primordial.

Além disso, corrige uma injustiça que interfere na competição do segmento: as taxas e contribuições que incidem na conexão em banda larga via telefonia móvel têm alíquotas inferiores às aplicadas às antenas de pequeno porte, o que é corrigido com a redução prevista na matéria em exame.

Então, estamos plenamente de acordo com a aprovação dos arts. 1º, 2º e 4º do PLV nº 8, de 2021, que incorporam o cerne da MPV nº 1.018, de 2020.

Entendemos que o art. 3º da iniciativa, ao prever valores justos de Condecine para peças audiovisuais publicitárias brasileiras, com custo de até R\$ 20 mil, estimulará a utilização dessa forma de propaganda por microempresas e empresas de pequeno porte, que teriam seus anúncios veiculados em emissoras de televisão aberta e canais de TV por assinatura. Assim, merece nosso apoio.

O art. 5º, embora tenha causado certa controvérsia, busca apenas dar segurança jurídica aos provedores dos serviços de vídeo por demanda, inclusive aqueles que disponibilizam seus catálogos de filmes e seriados em plataformas na internet, ao serem excluídos da definição de “outros mercados” audiovisuais, sujeitos ao pagamento da Condecine. Isso porque essa cobrança não está pacificada, sendo objeto de discussões no âmbito da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e no Conselho Superior do Cinema, ainda sem conclusão.

Já as alterações promovidas pelo art. 6º do PLV nº 8, de 2021, nos §§ 1º e 4º do art. 1º da Lei do Fust, visam a proporcionar maior flexibilidade para que o Comitê Gestor do Fundo estabeleça as prioridades e

mu2021-05935



os critérios na elaboração das ações de universalização dos serviços de telecomunicações.

Da mesma forma, os novos §§ 10 e 11 inseridos no art. 1º da Lei do Fust, buscam garantir que os recursos do Fundo sejam aplicados de forma a considerar a maior população potencialmente beneficiada, e estabelecer regras para a operacionalização da transferência de seus recursos, agilizando o processo de execução dos programas.

Por sua vez, a alteração do inciso I do art. 2º da referida lei, que ampliou para duas o número de vagas destinadas ao Ministério das Comunicações no Comitê Gestor do Fust, visa apenas conciliar o texto da proposta com a aprovação da Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020, que recriou a Pasta.

A redação dada ao § 2º do art. 5º da Lei do Fust, ao estabelecer que o percentual mínimo de dezoito por cento para os estabelecimentos públicos de ensino aplica-se somente aos recursos destinados à modalidade de apoio não reembolsável, vislumbra que não haverá esse tipo de aplicação nas modalidades reembolsável e de garantia.

As alterações pontuais no art. 6º-A da Lei do Fust aperfeiçoam os mecanismos aprovados recentemente pelo Congresso Nacional no referido instrumento normativo.

O art. 7º moderniza a redação da LGT, incluindo na referida lei as noções de conectividade e de inclusão digital, e reforçando a prioridade de cobertura em estabelecimentos públicos de ensino.

Os arts. 8º e 9º, ao preverem a possibilidade de inserção local de programação nas estações retransmissoras de televisão situadas em regiões de fronteira de desenvolvimento e de retransmissoras de rádio na Amazônia Legal, estimulam a regionalização da produção de conteúdo, inclusive de jornalismo, o que é altamente meritório.

O art. 10 do PLV nº 8, de 2021, atualiza o CBT, criando possibilidade de cobertura mais adequada dos sinais dos serviços de rádio e de televisão, de acordo com a necessidade técnica ou econômica da instalação das transmissoras.



SF/21903.83092-17



O art. 11 amplia o número de emissoras de televisão aberta que terão seus sinais transmitidos pelas operadoras de televisão por assinatura, ampliando o alcance dessas emissoras.

O art. 12 prevê a revogação do inciso IV do art. 40 da MPV nº 2.228-1, de 2001, compatibilizando sua redação com o previsto em seu art. 3º.

Revoga também o art. 10 da Lei nº 11.934, de 2009, que torna obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, quando o afastamento entre elas for menor que quinhentos metros. Essa revogação se justifica num cenário próximo de instalações de antenas para a quinta geração de comunicações móveis (5G), que exigirá um significativo aumento da densidade de antenas, com estações muito pequenas operando em baixa potência.

O art. 13 traz as cláusulas de vigência, distintas para os diferentes mandamentos.

Com essas alterações, o PLV nº 8, de 2021, além de estimular a ampliação do acesso à internet por meio de antenas de pequeno porte, notadamente em áreas rurais, regiões mais remotas e localidades desassistidas, introduz no arcabouço legal que rege as comunicações brasileiras uma série de mecanismos que aperfeiçoarão a prestação dos respectivos serviços em benefício do cidadão.

Entendemos que as Emendas nº 14 e nº 19 não devem prosperar visto a iminência da instalação das redes 5G, que demandará um maior número de antenas, de menor potência.

A Emenda nº 15 é prescindível, pois, de acordo com os novos dispositivos da Lei do Fust, já será possível utilizar seus recursos para a universalização do acesso à internet. No que diz respeito à qualidade dos serviços, as operadoras se submetem aos regulamentos de qualidade editados pela Anatel.

A Emenda nº 16 deve ser rejeitada, pois o dispositivo que pretende suprimir busca adequar a composição do Comitê Gestor do Fust à lei que recriou o Ministério das Comunicações.

mu2021-05935



Da mesma forma, as Emendas nº 17, nº 22, nº 25 e nº 28, não devem prosperar pois garantem segurança jurídica às operadoras de vídeo por demanda até que se discipline a prestação do serviço e se defina os critérios para a cobrança da Condecine sobre os conteúdos disponibilizados.

A Emenda nº 18 deve ser rejeitada, pois os dispositivos que pretende suprimir estimulam a produção e a transmissão de conteúdo local nos serviços de radiodifusão a que se aplicam.

A Emenda nº 20, também não deve prosperar, pois mantém os atuais valores da Condecine para o acesso à internet por meio das antenas de pequeno porte, em sentido contrário ao objetivo primeiro da MPV nº 1.018, de 2020.

As Emendas nº 21 e nº 24, devem ser rejeitadas, pois entendemos que a nova redação dada pelo PLV nº 8, de 2021, à Lei do Fust aperfeiçoa os mecanismos de aplicação de seus recursos.

A Emenda nº 26, do Senador Marcelo Castro, pretende modificar a redação do art. 6º do PLV nº 8, de 2021, também não deve prosperar pelas mesmas razões das Emendas nº 21 e nº 24.

A despeito da respeitável pretensão do Senador, entendemos pela rejeição da Emenda nº 27, uma vez que tais dispositivos já se encontram devidamente disciplinados no âmbito do Poder Executivo, sendo desnecessária a intervenção na forma de lei para alcançar tais objetivos.

Não obstante a louvável intenção subjacente à Emenda nº 29, opinamos por sua rejeição, tendo em vista que não seria adequado premiar as empresas que não observaram as condições da legislação vigente, seja por omissão, seja por descuido, com uma extensão do prazo legal para prorrogação de suas outorgas.

III – VOTO

Diante do exposto, o nosso voto é: (i) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.018, de 2020; (ii) pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.018, de 2020, e do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021; (iii) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021; e (iv) no mérito, pela aprovação do

mu2021-05935



14

Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, com a rejeição das Emendas de Plenário de nº 14 a 29.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



mu2021-05935





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1563, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o inciso II do art. 12 do PLV n° 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV n° 1018/2020.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

REQUERIMENTO Nº , DE 2021 – PLEN

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, e nos termos da Questão de Ordem decidida em 27 de outubro de 2017, requeiro a Vossa Excelência que submeta ao Plenário a presente **impugnação para declarar como não escrito o inciso II do art. 12 do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “*altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.*”

JUSTIFICAÇÃO

Por meio do referido artigo 10, a Lei n.º 11.934/2009 impõe obrigação de compartilhamento de torres, dentro de um raio de 500 (quinhentos) metros, por prestadores de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, salvo quando houver justificado motivo técnico para o não compartilhamento.

Há completa falta de afinidade da revogação proposta no Projeto de Lei de Conversão com o tema originário da Medida Provisória, a saber, a revisão de valores de taxas e contribuições devidas por prestadores de serviços de telecomunicações que fazem uso de plataformas satelitais. Neste ponto, a proposta de revogação provinda da Câmara dos Deputados



SF/21390.99235-66





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

deve ser rejeitada pelo Senado Federal, eis que padece de inconstitucionalidade formal.

Sobre o tema, já há muito se fixou o entendimento de que, assim como à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal também compete constitucionalmente avaliar os pressupostos de admissibilidade do texto que lhe for encaminhado, o que alcança logicamente a avaliação do documento originário da Medida Provisória editada pelo Presidente da República, mas também a adequação de eventuais alterações inseridas por Comissão Mista ou pela Câmara dos Deputados.

O juízo de admissibilidade da Medida Provisória (em seu texto originário ou em sede de projeto de lei de conversão) alcança todos os aspectos do devido processo legislativo, dentre os quais a pertinência temática. Nos termos do artigo 4º, §4º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, “[é] vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar”.

A impossibilidade de inclusão de matéria estranha à Medida Provisória já foi assentada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu “não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida a sua apreciação” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, de 2015).

Não é necessário muito para que se constate que o inciso II do artigo 12 do Projeto de Lei de Conversão, com proposta de revogação do artigo 10 da Lei nº 11.934/2009, em nada se relaciona com a tributação incidente sobre serviços de telecomunicações suportados por satélites, sendo, portanto, impertinente e, logo, inconstitucional sob uma perspectiva formal.

Portanto, requeremos impugnação do citado artigo.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR



SF/21390.99235-66





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1566, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 5º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

REQUERIMENTO Nº , DE 2021 - PLEN



Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF - na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.127, e nos termos da Questão de Ordem decidida em 27 de outubro de 2017, requeiro a Vossa Excelência que **submeta ao Plenário a presente impugnação para declarar como não escrito o artigo 5º do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que *“altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.”*

JUSTIFICAÇÃO

A medida provisória, 1018/20 – PLV 8/21, dispõe sobre a desoneração de diversas tecnologias de transmissão de banda larga via satélite que serão relevantes especialmente para usuários em áreas rurais e difícil acesso. Somos a favor e entendemos a importância dessa proposição em seu texto original. Sempre trabalhamos pela democratização de acesso à banda larga em todo Brasil, e, com isso, acesso à informação, à educação e ao conteúdo audiovisual por todos os cidadãos, cumprindo dispositivos Constitucionais.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Contudo, ficamos surpresos com a tramitação na Câmara dos Deputados de alterações no texto que não guardam relação com a proposta original. Foi incluída uma emenda jabuti - n.º 1 – que descaracteriza e atrapalha outros dois PL's que tramitam no Congresso Nacional (PL 8.889/17 e 57/18) - em discussão aprofundada do assunto. Portanto, solicitamos que o art. 5º do PLV 8/2021, seja impugnado, por ser matéria estranha à MP 1.018/2020, que deu origem ao PLV 8/21.

Caso aprovada como enviada a esta Casa pela Câmara dos Deputados, a situação de profunda crise que se instalou no setor poderá se tornar irreversível, gerando desemprego, falência de empresas, além da diminuição do ritmo de produção de obras legitimamente brasileiras. Além disso, aumenta a iniquidade tributária e regulatória entre os diversos segmentos do setor audiovisual, com graves consequências para o equilíbrio competitivo. Em adição, isenta o segmento de vídeo sob demanda da incidência da CONDECINE, o que contraria dispositivos legais vigentes, e que atrapalha, por demais, outros projetos que tramitam no Congresso.

Com a CONDECINE vigente, o setor audiovisual chegou a crescer quase 9% ao ano, gerando R\$ 27 bilhões anuais à economia brasileira, mais de 300 mil empregos e R\$ 3,5 bilhões em impostos. Só com a arrecadação da CONDECINE, na série histórica, o governo brasileiro desvinculou – por meio da DRU - mais de R\$ 3 bilhões, que puderam ser utilizados no orçamento da União. Além disso, a CONDECINE se tornou a base do desenvolvimento da indústria audiovisual no Brasil.

Assim, ao propor a exclusão única e exclusiva do VoD dentre os segmentos nos quais há incidência da CONDECINE, a emenda concorre para aprofundar injustificadamente não somente a crise de desemprego no Brasil - e na indústria audiovisual -, mas também o desequilíbrio regulatório e tributário entre os diversos segmentos dessa indústria, promovendo uma intervenção legal indevida, com graves impactos sobre a livre concorrência, a isonomia, o livre mercado, e para a política de desenvolvimento da indústria brasileira.

A disponibilização de conteúdo pelo ambiente digital está crescendo exponencialmente. Nos últimos anos, houve grande migração da distribuição e da fruição de conteúdo para o ambiente digital. A TV paga, a TV aberta, as salas de cinema sofreram com perda de consumidores, enquanto as plataformas digitais crescem ano a ano. Ao considerar a pandemia de COVID-19, esse crescimento foi acelerado em





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

proporções nunca vistas. **Somente uma das plataformas cresceu sua base de assinantes 20% no ano de 2020, equiparando seu faturamento ao segmento de salas de cinema, e ao de TV paga.**

Sendo assim, entendemos que essa alteração na MP configura uma “emenda jabuti” - já rechaçada pelo STF na ADI 5.127: (i) ultrapassa as atribuições da atual Medida Provisória, que não trata desse assunto específico; (ii) coloca em risco a política pública que vem desenvolvendo o Brasil, gerando empregos, renda, e cultura para os cidadãos nas 27 unidades da federação; (iii) atrapalha a discussão e tramitação de dois projetos de lei em andamento no Congresso; (iv) favorece um segmento que deve atingir uma receita de R\$ 6,5 bilhões até 2023. Sua aprovação significa, por fim, a concessão - sem nenhum estudo prévio, e maior discussão, inclusive do seu impacto financeiro na LRF e na LDO, numa flagrante irregularidade - de uma enorme renúncia fiscal em favor das mais rentáveis empresas do planeta, as de tecnologia e *streaming*, em sua esmagadora maioria estrangeiras.

Sala das Sessões, em de maio de 2021

Senador LUIS CARLOS HEINZE

CSC



SF/21052.25558-74





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1568, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 11 do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta a Plenário **a presente impugnação para declarar como não escrito o artigo 11 do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação De várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os

SF/21215.47188-48 (LexEdit*)



artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 11 do PLV 8/2021 modifica a Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para alterar o regime de retransmissão obrigatória de canais de radiodifusão por parte dos serviços de TV por assinatura, o chamado “must carry”. O dispositivo que ora pleiteamos a impugnação cria novas obrigações para os serviços de TV por assinatura ao obrigá-los a retransmitir gratuitamente os sinais de pequenas redes de TV aberta. Ou seja, há a criação de custos adicionais a algumas empresas sem que se tenha algum acordo em torno do tema, podendo causar prejuízos a um setor que já vem vendo o seu faturamento diminuindo ao longo dos últimos anos. Ademais, a matéria é estranha ao objeto da MP 1.018/2020, voltada apenas a possibilitar a implantação e ampliação da tecnologia V-Sat no país. Por isso solicitamos a impugnação do presente dispositivo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos, com toda determinação, a impugnação do artigo 11 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria

|||
SF/21215.47188-48 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1569, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 5º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **que Vossa Excelência declare como não escrito o art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020 por se tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1018, de 2020**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1018 de 2020 tinha inicialmente como objetivo reduzir a carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte. Essa tecnologia é adequada para levar internet a áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, geralmente carentes de outros serviços de telecomunicações. Em sua origem, a MP era extremamente positiva, mas infelizmente foi deturpada por meio de inserção do dispositivo objeto da presente impugnação.

Condecine é uma modalidade da Contribuição para o Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual paga por contribuintes que operam o setor de telecomunicações. O art. 5º do PLV 8/2021 faz exoneração tributária, de forma a fugir completamente da temática inicial da Medida Provisória, sem maiores estudos e avaliação socioeconômica, para favorecer as mais rentáveis empresas do



SF/21688.18676-78 (LexEdit*)



planeta no momento, as de tecnologia e streaming, conhecidas como mercado de video on demand (VoD).

Trata-se de valor significativo que compõe a Condecine, que, por sua vez, abastece o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), o principal mecanismo de fomento do audiovisual brasileiro. A crise atingiu em cheio tal setor, agravado pela notória política de desmantelamento do governo brasileiro ao cinema nacional.

A arrecadação da CONDECINE OUTROS MERCADOS compõe o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), sendo revertido diretamente para o fomento do setor. Com o aumento no volume de recursos, o FSA se tornou hoje o maior mecanismo de incentivo ao audiovisual brasileiro, realizando investimentos em todos os elos da cadeia produtiva do setor.

Como fica evidente, não há vinculação temática entre a redução de carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte, objeto inicial da MP 1018/2020 e a exoneração tributária para empresas de streaming, pretensão do art. 5º do PLV 8/2021.

Cumpramos destacar que não estamos nos posicionando acerca do mérito dos mencionados artigos, contudo, repisamos que é de bom alvitre que se aprecie projeto de lei específico para as questões tratadas, visando sua análise posterior, com a possibilidade de um amplo debate, evitando-se questionamentos futuros quanto à inconstitucionalidade de sua aprovação no âmbito do processo legislativo de Medida Provisória.

Ante o exposto, com fulcro no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, pugna-se pela declaração como não escrito o art. 5º do PLV nº 8, de 2021, que promoveram alterações na Medida Provisória nº 1018, de 2020.

SF/21688.18676-78 (LexEdit*)



Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador da República

SF/21688.18676-78 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1570, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o inciso II do art. 12 do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta ao Plenário **a presente impugnação para declarar como não escrito o inciso II do artigo 12 do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve o acolhimento de várias emendas, de forma parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória,

SF/21811.44329-41 (LexEdit*)



fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O inciso II do artigo 12 do PLV 8/2021 revoga dispositivo da lei 11.934/2009, que regula a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. O referido dispositivo revogado estabelecia o compartilhamento obrigatório de torres de prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, quando o espaço entre elas for inferior a 500 metros. Trata-se de tema extremamente complexo, cuja modificação não pode prescindir de detalhados estudos técnicos prévios, até porque envolve a saúde humana. Ademais, é óbvio que tal disposição em nada guarda relação com a tecnologia V-Sat, objeto da MP 1.018/2020, que originou o PLV 8/2021. Por isso estamos pleiteando sua impugnação como matéria estranha à MP 1.018/2020.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do inciso II do artigo 12 do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria

SF/21811.44329-41 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1571, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escritos os arts. 8º e 9º do PLV nº 8/2021, por tratarem de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta ao Plenário a presente impugnação para declarar como não escrito os artigos 8º e 9º do PLV nº 8, de 2021, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.



SF/21457.30729-80 (LexEdit*)



Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.



Os artigos 8º e 9º do PLV 8/2021 trazem uma flexibilização das restrições quanto a inserções de programação local, incluindo publicidade, por parte de empresas retransmissoras de radiodifusão, em especial na Amazônia Legal. Trata-se de tema complexo e totalmente diverso da matéria regulada pela MP 1.018/2020, que trata apenas de facilitar a implantação da tecnologia V-Sat para levar banda larga aos rincões do país. Ou seja, V-Sat não se relaciona, de forma alguma, com retransmissão de radiodifusão e por isso pleiteamos a supressão desses artigos.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos a impugnação dos artigos 8º e 9º do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1572, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escritos o art. 4º e o inciso I do art. 12 do PLV nº 8/2021, por tratarem de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta ao Plenário **a presente impugnação para declarar como não escrito o artigo 4º e o inciso I do art. 12, bem como o Anexo IV do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória,

SF/21804.30423-93 (LexEdit*)



fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 4º modifica os valores recolhidos por obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira para exibição em serviços de radiodifusão de sons e imagens ou em serviço de comunicação eletrônica de massa, que valem para aquelas de custo não superior a R\$ 20.000,00, conforme apresentado no Anexo IV do PLV. Além disso, o relator também propôs, no art. 12, inciso I, a revogação do inciso IV do art. 40 da MP nº 2.228-1/2001. Independentemente de existir ou não mérito nos presentes dispositivos, tratam-se de temas que nunca foram discutidos pela Agência Nacional de Cinema - Ancine, órgão responsável pela condução da política de audiovisual no Estado brasileiro, e nem no Conselho Superior de Cinema, instância responsável por formular a política nacional do cinema e aprovar diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira.

Por isso, solicitamos a impugnação do artigo 4º e o inciso I do art. 12, bem como do Anexo IV do PLV 8/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria

SF/21804.30423-93 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1573, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 6º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta a Plenário **a presente impugnação para declarar como não escrito o artigo 6º do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de emendas, acolhidas parcialmente ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória,

SF/21802.24794-92 (LexEdit*)



fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 6º traz várias modificações na chamada Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, Lei nº 9.998/2000, recentemente modificada pelo Congresso Nacional. O art. 6º do PLV 8 retira a previsão de que os recursos desse fundo sejam utilizados prioritariamente em regiões de zona rural ou urbana que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, mais uma profunda modificação em uma previsão legal feita sem qualquer discussão, e em matéria que não guarda nenhuma relação com o objeto da MP 1.018/2020.

O art. 6º também aumenta ainda mais a maioria do Poder Executivo no Conselho do Fust. O papel de cada membro que irá compor o Conselho Gestor deve ser definido na regulamentação da lei, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. Como definir a inclusão de um representante a mais se a sua função e prerrogativas dependem do regimento interno do conselho, que ainda não foi discutido nem aprovado? Mais grave, ao adicionar um integrante do Executivo, que passa de 7 a 8 representantes no Conselho, amplia-se uma maioria já existente em relação ao número de membros do setor privado (3) e da sociedade civil (3), reduzindo a possibilidade de um debate democrático sobre as prioridades e projetos a serem aprovados. Trata-se de mais uma inaceitável matéria incluída no PLV que não guarda nenhuma relação com o objeto e o texto da MP 1.018/2020.

O art. 6º do PLV 8/2021 também faz outra alteração na Lei do Fust (Lei 9.998/2000) que é extremamente prejudicial à educação. A limitação do investimento em 18% na educação e estabelecimentos de ensino à modalidade não reembolsável pode reduzir tanto a quantidade de projetos a serem aplicados nessa modalidade, quanto os recursos que poderiam ser destinados à educação, já que não

SF/21802.24794-92 (LexEdit*)



SF/21802.24794-92 (LexEdit*)

é possível saber a parcela que será destinada a cada modalidade (não reembolsável, reembolsável, e fundo garantidor). Assim, o PLV 8/2021 novamente incorpora um “jabuti” em matéria que não guarda a mínima relação com a tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

Por fim, o art. 6º do PLV 8/2021 também altera os limites relativos à redução do recolhimento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em até 50% por prestadoras de serviços de telecomunicações que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor do referido fundo. O referido artigo aplica uma redução de 10% naquilo que será abatido das obrigações tributárias dos beneficiados já no primeiro ano de vigência da disposição trazida em 2020, que hoje seria de zero conforme a legislação vigente. Beneficia, assim, as prestadoras de serviços de telecomunicações desde o primeiro ano de aplicação do dispositivo. Trata-se de matéria estranha à tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

Assim senhor Presidente, solicitamos a impugnação do artigo 6º do PLV 8/2021 por se tratar de matéria estranha à MP 1.018/2020.

Sala das Sessões, * data inválida *.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1574, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 5º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança da Minoria

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5127 e nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, do art. 151 do Regimento Comum e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Vossa Excelência submeta ao Plenário **a presente impugnação para declarar como não escrito o artigo 5º do PLV nº 8, de 2021**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de várias emendas, que foram acolhidas parcial ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória, fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à



SF/21683.59352-09 (LexEdit*)



MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 5º interfere diretamente nas políticas e entendimentos atuais tal como definidos pela Ancine, novamente sem qualquer diálogo, discussão ou análise de impacto, ao isentar de recolhimento de Condecine sobre qualquer serviço de “Vídeo por Demanda”, retirando, portanto, a regulação hoje existente, onde essa contribuição é cobrada na rubrica “outros mercados”. em meio a tão alardeada e grave crise fiscal, quando se discute até a criação de uma CIDE sobre as grandes plataformas, não faz sentido algum conceder renúncia fiscal a empresas tão poderosas. Sem apresentação de estimativa de impacto financeiro e adequação orçamentária. Sem urgência, via Medida Provisória, que, evidentemente, trata de assunto absolutamente diverso. O citado dispositivo (art. 5º) é, portanto, mais um reconhecido “jabuti” com graves implicações para o futuro do audiovisual e do cinema brasileiros.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos com toda determinação a impugnação do art. 5º do PLV 8/2021, por se tratar claramente de matéria estranha à MP 1.018/2020 que, além de tudo, causa enormes prejuízos ao setor audiovisual do país.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder da Minoria

SF/21683.59352-09 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1576, DE 2021

Impugnação para que se declare como não escrito o art. 6º do PLV nº 8/2021, por tratar de matéria estranha à MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **que Vossa Excelência declare como não escrito o art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1018, de 2020 por se tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1018, de 2020**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1018 de 2020 tinha inicialmente como objetivo reduzir a carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte. Essa tecnologia é adequada para levar internet a áreas rurais, em regiões isoladas e de difícil acesso, geralmente carentes de outros serviços de telecomunicações. Em sua origem, a MP era extremamente positiva, mas infelizmente foi deturpada por meio de inserção do dispositivo objeto da presente impugnação.

O art. 6º do PLV 8/2021 altera a Lei nº 9.998/2000, chamada de Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust. De maneira até contraditória com o propósito inicial da MP 1018/2020, o dispositivo está fazendo com que o Fust deixe de priorizar regiões de zona rural ou urbana com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, exatamente na contramão da exoneração tributária inicial promovida na Medida Provisória, que era reduzir a




SF/21573.95143-25 (LexEdit*)

carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite, beneficiando principalmente áreas rurais e regiões isoladas e de difícil acesso.

Somado a isso, o mesmo art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 8/2021 altera a composição do Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que é composto atualmente por 12 membros, sendo 7 do Estado e 5 da sociedade civil. O art. 6º se propõe a alterar a sua composição para incluir 2 representantes do Ministério das Comunicações, aumentando ainda mais a desproporção de representantes do governo em relação aos demais setores. Tal possibilidade geraria verdadeira concentração de força ao governo nas decisões colegiadas, facilitando inclusive que passe a controlar a secretaria executiva do colegiado, que define onde os recursos do Fust serão aplicados. Atualmente, o governo já é o responsável por indicar o presidente do conselho.

Por se tratar de um fundo com viés de redução da desigualdade regional e com a finalidade de estimular a expansão e a melhoria das redes de telecomunicações, além da promoção do desenvolvimento econômico e social, é fundamental que o equilíbrio de forças se reflita na composição do Conselho Gestor do Fust, até para que não prevaleça apenas a ditadura da vontade de determinados grupos da sociedade.

Como fica evidente, não há vinculação temática entre a redução de carga tributária (exoneração) incidente sobre o serviço de banda larga via satélite provido por meio de antenas de pequeno porte, objeto inicial da MP 1018/2020 e as modificações legislativas propostas pelo art. 6º do PLV 8/2021.

Cumpramos destacar que não estamos nos posicionando acerca do mérito dos mencionados artigos, contudo, repisamos que é de bom alvitre que se aprecie projeto de lei específico para as questões tratadas, visando sua análise posterior, com a possibilidade de um amplo debate, evitando-se questionamentos futuros



quanto à inconstitucionalidade de sua aprovação no âmbito do processo legislativo de Medida Provisória.

Ante o exposto, com fulcro no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, pugna-se pela declaração como não escrito o art. 6º do PLV nº 8, de 2021, que promoveram alterações na Medida Provisória nº 1018, de 2020.

Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador da República

SF/21573.95143-25 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1577, DE 2021

Retirada da Emenda nº 14-PLEN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alvaro Dias

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da emenda nº 14 (SEDOL nº SF/21174.50939-80), de minha autoria, ao PLV nº 8/2021, oriundo da MPV nº 1018/2020.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1578, DE 2021

Retirada do RQS nº 1566/2021.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1566/2021, que “requer a impugnação para declarar como não escrito o artigo 5º do PLV nº 8, de 2021, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 1.018, de 2020,”.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1579, DE 2021

Destaque para votação em separado do art. 5º do PLV nº 8/2021 - MPV Nº 1018/2020.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, para supressão do art. 5º do PLV 8/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1580, DE 2021

Destaque para votação em separado do art. 1º, §1º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, alterado pelo art. 6º do PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, em nome Progressistas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 1º, §1º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, alterado pelo art. 6º do PLV 8/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senadora Daniella Ribeiro
Líder do Progressistas

SF/21677.40217-06 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1583, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda 17-PLEN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17-PLEN à MPV 1018/2020, que “altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1585, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 24-PLEN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PROS, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 24 à MPV 1018/2020, que “altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de dezembro de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória nº 1.018, de 2020, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional”.

Quando submetida a votação na Câmara dos Deputados, houve a aprovação de emendas, acolhidas parcialmente ou integralmente, com modificações constantes do texto do projeto de lei de conversão, que inseriu os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 e Anexo IV ao texto da Medida Provisória,

SF/21117.10337-28 (LexEdit)



00100.055308/2021-05
SF/21117.10337-28 (LexEdit)

fazendo constar do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, várias modificações à MP 1.018/2020 que, além de constituírem indubitavelmente matéria estranha à MP, não foram sequer discutidas suficientemente para se compreender seu alcance e implicações ao ordenamento jurídico vigente.

O art. 6º traz várias modificações na chamada Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, Lei nº 9.998/2000, recentemente modificada pelo Congresso Nacional. O art. 6º do PLV 8 retira a previsão de que os recursos desse fundo sejam utilizados prioritariamente em regiões de zona rural ou urbana que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, mais uma profunda modificação em uma previsão legal feita sem qualquer discussão, e em matéria que não guarda nenhuma relação com o objeto da MP 1.018/2020.

O art. 6º também aumenta ainda mais a maioria do Poder Executivo no Conselho do Fust. O papel de cada membro que irá compor o Conselho Gestor deve ser definido na regulamentação da lei, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. Como definir a inclusão de um representante a mais se a sua função e prerrogativas dependem do regimento interno do conselho, que ainda não foi discutido nem aprovado? Mais grave, ao adicionar um integrante do Executivo, que passa de 7 a 8 representantes no Conselho, amplia-se uma maioria já existente em relação ao número de membros do setor privado (3) e da sociedade civil (3), reduzindo a possibilidade de um debate democrático sobre as prioridades e projetos a serem aprovados. Trata-se de mais uma inaceitável matéria incluída no PLV que não guarda nenhuma relação com o objeto e o texto da MP 1.018/2020.

O art. 6º do PLV 8/2021 também faz outra alteração na Lei do Fust (Lei 9.998/2000) que é extremamente prejudicial à educação. A limitação do investimento em 18% na educação e estabelecimentos de ensino à modalidade não reembolsável pode reduzir tanto a quantidade de projetos a serem aplicados nessa modalidade, quanto os recursos que poderiam ser destinados à educação, já que não



é possível saber a parcela que será destinada a cada modalidade (não reembolsável, reembolsável, e fundo garantidor). Assim, o PLV 8/2021 novamente incorpora um “jabuti” em matéria que não guarda a mínima relação com a tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

Por fim, o art. 6º do PLV 8/2021 também altera os limites relativos à redução do recolhimento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em até 50% por prestadoras de serviços de telecomunicações que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor do referido fundo. O referido artigo aplica uma redução de 10% naquilo que será abatido das obrigações tributárias dos beneficiados já no primeiro ano de vigência da disposição trazida em 2020, que hoje seria de zero conforme a legislação vigente. Beneficia, assim, as prestadoras de serviços de telecomunicações desde o primeiro ano de aplicação do dispositivo. Trata-se de matéria estranha à tecnologia V-SAT, que é o objeto da MP 1.018/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente destaque.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senadora Zenaide Maia
(PROS - RN)
Líder do PROS (em substituição legal ao Senador Telmário Mota)

SF/21117.10337-28 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1586, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 28-PLN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 28 ao PLV 8/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)



SF/21268.82322-40 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1587, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 29-PLEN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 29 ao PLV 8/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1588, DE 2021

Retirada do RQS nº 1586/2021.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1586/2021, que “destaque para votação em separado da Emenda nº 28-PLN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020”.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)



SF/21042.58056-21 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1589, DE 2021

Retirada do RQS nº 1587/2021.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1587/2021, que “destaque para votação em separado da Emenda nº 29-PLN, apresentada ao PLV nº 8/2021 - MPV nº 1018/2020”.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, destacado

Matéria PLV 8/2021

Início Votação 25/05/2021 18:15:25

Término Votação 25/05/2021 18:28:47

Sessão 54º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

25/05/2021 16:00:01

| Partido | Orientação |
|----------------|-------------------|
| MDB | SIM |
| PSD | SIM |
| Podemos | LIVRE |
| PROGRES | SIM |
| PSDB | SIM |
| PT | NÃO |
| PL | NÃO |
| PROS | NÃO |
| Republica | SIM |
| REDE | NÃO |
| PSL | SIM |
| PSB | NÃO |
| PSC | SIM |
| Minoria | NÃO |
| Banc Fem | LIVRE |

| Partido | UF | Nome Senador | Voto |
|----------------|-----------|---------------------|-------------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | NÃO |
| Cidadania | SE | Alessandro Vieira | NÃO |
| Podemos | PR | Alvaro Dias | NÃO |
| PSD | BA | Angelo Coronel | SIM |
| PSD | MG | Antonio Anastasia | SIM |
| PSD | MT | Carlos Fávaro | SIM |
| PL | RJ | Carlos Portinho | NÃO |
| PSD | MG | Carlos Viana | SIM |
| DEM | RR | Chico Rodrigues | SIM |
| PROGRES | PI | Ciro Nogueira | SIM |
| MDB | RO | Confúcio Moura | SIM |
| PROGRES | PB | Daniella Ribeiro | SIM |
| MDB | SC | Dário Berger | SIM |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | SIM |
| MDB | AM | Eduardo Braga | SIM |
| Podemos | CE | Eduardo Girão | NÃO |
| MDB | TO | Eduardo Gomes | SIM |
| Cidadania | MA | Eliziane Gama | NÃO |
| PROGRES | PI | Elmano Férrer | SIM |

Emissão 25/05/2021 18:28:49



Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, destacado

Matéria **PLV 8/2021** Início Votação **25/05/2021 18:15:25** Término Votação **25/05/2021 18:28:47**
 Sessão **54º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **25/05/2021 16:00:01**

| | | | |
|-----------|----|----------------------|-----|
| PROGRES | SC | Esperidião Amin | NÃO |
| REDE | ES | Fabiano Contarato | NÃO |
| MDB | PE | Fernando Coelho | SIM |
| Podemos | PR | Flávio Arns | NÃO |
| Republica | RJ | Flávio Bolsonaro | SIM |
| PSL | SP | Giordano | SIM |
| PT | PE | Humberto Costa | NÃO |
| PSD | TO | Irajá | SIM |
| PSDB | DF | Izalci Lucas | SIM |
| PT | BA | Jaques Wagner | NÃO |
| MDB | PE | Jarbas Vasconcelos | NÃO |
| DEM | MT | Jayme Campos | SIM |
| PT | RN | Jean Paul Prates | NÃO |
| Podemos | GO | Jorge Kajuru | NÃO |
| PL | SC | Jorginho Mello | NÃO |
| PSDB | SP | José Serra | NÃO |
| PROGRES | TO | Kátia Abreu | SIM |
| Podemos | RS | Lasier Martins | SIM |
| PSB | DF | Leila Barros | NÃO |
| PSD | AP | Lucas Barreto | SIM |
| PROGRES | RS | Luis Carlos Heinze | SIM |
| MDB | GO | Luiz do Carmo | SIM |
| PROGRES | AC | Mailza Gomes | SIM |
| Podemos | ES | Marcos do Val | SIM |
| DEM | RO | Marcos Rogério | SIM |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | SIM |
| Republica | RR | Mecias de Jesus | SIM |
| PSD | MS | Nelsinho Trad | SIM |
| MDB | PB | Nilda Gondim | SIM |
| PSD | AM | Omar Aziz | SIM |
| Podemos | PR | Oriovisto Guimarães | NÃO |
| PSD | BA | Otto Alencar | SIM |
| PT | RS | Paulo Paim | NÃO |
| PT | PA | Paulo Rocha | NÃO |
| PSDB | AM | Plínio Valério | SIM |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | NÃO |
| Podemos | DF | Reguffe | NÃO |
| PSDB | MA | Roberto Rocha | SIM |
| PSDB | AL | Rodrigo Cunha | NÃO |
| PT | SE | Rogério Carvalho | NÃO |
| PL | RJ | Romário | NÃO |
| MDB | ES | Rose de Freitas | SIM |

Emissão 25/05/2021 18:28:49





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, destacado

Matéria **PLV 8/2021** Início Votação **25/05/2021 18:15:25** Término Votação **25/05/2021 18:28:47**
 Sessão **54º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **25/05/2021 16:00:01**

| | | | |
|---------|----|-------------------------|-----|
| PSD | AC | Sérgio Petecão | SIM |
| MDB | MS | Simone Tebet | NÃO |
| PSL | MS | Soraya Thronicke | SIM |
| Podemos | RN | Styvenson Valentim | NÃO |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | NÃO |
| PSD | GO | Vanderlan Cardoso | SIM |
| MDB | PB | Veneziano Vital do Rêgo | SIM |
| PL | MT | Wellington Fagundes | NÃO |
| PDT | MA | Weverton | NÃO |
| PROS | RN | Zenaide Maia | NÃO |
| PSC | PA | Zequinha Marinho | SIM |

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:41 NÃO:31 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:73

Primeiro-Secretario

Emissão 25/05/2021 18:28:50





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.998/2000, alterado pelo art. 6º do PLV nº 8, de 2021, destacado

Matéria PLV 8/2021

Início Votação 25/05/2021 18:29:53

Término Votação 25/05/2021 18:51:31

Sessão 54º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

25/05/2021 16:00:01

| Partido | Orientação |
|----------------|-------------------|
| MDB | LIVRE |
| PSD | SIM |
| Podemos | LIVRE |
| PSDB | LIVRE |
| PROGRES | NÃO |
| PT | NÃO |
| DEM | SIM |
| PL | LIVRE |
| PDT | NÃO |
| PROS | NÃO |
| Republica | SIM |
| REDE | NÃO |
| PSB | NÃO |
| PSC | SIM |
| Minoria | NÃO |
| Governo | SIM |
| Banc Fem | LIVRE |

| Partido | UF | Nome Senador | Voto |
|----------------|-----------|---------------------|-------------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | NÃO |
| Cidadania | SE | Alessandro Vieira | NÃO |
| PSD | BA | Angelo Coronel | SIM |
| PSD | MG | Antonio Anastasia | SIM |
| PSD | MT | Carlos Fávaro | SIM |
| PL | RJ | Carlos Portinho | SIM |
| PSD | MG | Carlos Viana | SIM |
| DEM | RR | Chico Rodrigues | SIM |
| PROGRES | PI | Ciro Nogueira | SIM |
| MDB | RO | Confúcio Moura | NÃO |
| PROGRES | PB | Daniella Ribeiro | SIM |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | SIM |
| MDB | AM | Eduardo Braga | SIM |
| Podemos | CE | Eduardo Girão | NÃO |
| MDB | TO | Eduardo Gomes | SIM |
| PROGRES | PI | Elmano Férrer | SIM |

Emissão 25/05/2021 18:51:34





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.998/2000, alterado pelo art. 6º do PLV nº 8, de 2021, destacado

Matéria **PLV 8/2021** Início Votação **25/05/2021 18:29:53** Término Votação **25/05/2021 18:51:31**
 Sessão **54º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **25/05/2021 16:00:01**

| | | | |
|-----------|----|----------------------|-----|
| PROGRES | SC | Esperidião Amin | NÃO |
| REDE | ES | Fabiano Contarato | NÃO |
| MDB | PE | Fernando Coelho | SIM |
| PROS | AL | Fernando Collor | SIM |
| Podemos | PR | Flávio Arns | NÃO |
| Republica | RJ | Flávio Bolsonaro | SIM |
| PSL | SP | Giordano | SIM |
| PT | PE | Humberto Costa | NÃO |
| PSD | TO | Irajá | SIM |
| PSDB | DF | Izalci Lucas | NÃO |
| PT | BA | Jaques Wagner | NÃO |
| MDB | PE | Jarbas Vasconcelos | NÃO |
| DEM | MT | Jayme Campos | SIM |
| PT | RN | Jean Paul Prates | NÃO |
| Podemos | GO | Jorge Kajuru | NÃO |
| PL | SC | Jorginho Mello | NÃO |
| PSDB | SP | José Serra | SIM |
| PROGRES | TO | Kátia Abreu | NÃO |
| Podemos | RS | Lasier Martins | SIM |
| PSB | DF | Leila Barros | NÃO |
| PSD | AP | Lucas Barreto | SIM |
| PROGRES | RS | Luis Carlos Heinze | SIM |
| MDB | GO | Luiz do Carmo | SIM |
| PROGRES | AC | Mailza Gomes | NÃO |
| MDB | PI | Marcelo Castro | NÃO |
| Podemos | ES | Marcos do Val | SIM |
| DEM | RO | Marcos Rogério | SIM |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | SIM |
| Republica | RR | Mecias de Jesus | SIM |
| PSD | MS | Nelsinho Trad | SIM |
| MDB | PB | Nilda Gondim | SIM |
| PSD | AM | Omar Aziz | SIM |
| PSD | BA | Otto Alencar | SIM |
| PT | RS | Paulo Paim | NÃO |
| PT | PA | Paulo Rocha | NÃO |
| PSDB | AM | Plínio Valério | NÃO |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | NÃO |
| Podemos | DF | Reguffe | NÃO |
| MDB | AL | Renan Calheiros | SIM |
| PSDB | AL | Rodrigo Cunha | NÃO |
| PT | SE | Rogério Carvalho | NÃO |
| MDB | MS | Simone Tebet | NÃO |

Emissão 25/05/2021 18:51:34





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.998/2000, alterado pelo art. 6º do PLV nº 8, de 2021, destacado

Matéria **PLV 8/2021** Início Votação **25/05/2021 18:29:53** Término Votação **25/05/2021 18:51:31**

Sessão **54ª Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **25/05/2021 16:00:01**

| | | | |
|---------|----|-------------------------|-----|
| PSL | MS | Soraya Thronicke | SIM |
| Podemos | RN | Styvenson Valentim | NÃO |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | NÃO |
| PSD | GO | Vanderlan Cardoso | SIM |
| MDB | PB | Veneziano Vital do Rêgo | NÃO |
| PL | MT | Wellington Fagundes | SIM |
| PDT | MA | Weverton | NÃO |
| PROS | RN | Zenaide Maia | NÃO |
| PSC | PA | Zequinha Marinho | SIM |

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:36 NÃO:31 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:68

Primeiro-Secretario

Emissão 25/05/2021 18:51:34





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 24 - PLEN à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, destacada

Matéria MPV 1018/2020

Início Votação 25/05/2021 18:52:17

Término Votação 25/05/2021 19:15:05

Sessão 54º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

25/05/2021 16:00:01

| Partido | Orientação |
|----------------|-------------------|
| MDB | SIM |
| PSD | NÃO |
| Podemos | LIVRE |
| PSDB | LIVRE |
| PROGRES | NÃO |
| DEM | NÃO |
| PT | SIM |
| PL | SIM |
| PDT | SIM |
| PROS | SIM |
| Republica | NÃO |
| REDE | SIM |
| PSL | LIVRE |
| PSB | SIM |
| Minoria | SIM |
| Governo | NÃO |
| Banc Fem | LIVRE |

| Partido | UF | Nome Senador | Voto |
|----------------|-----------|---------------------|-------------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | SIM |
| Cidadania | SE | Alessandro Vieira | SIM |
| PSD | BA | Angelo Coronel | NÃO |
| PSD | MG | Antonio Anastasia | NÃO |
| PSD | MT | Carlos Fávaro | NÃO |
| PL | RJ | Carlos Portinho | SIM |
| PSD | MG | Carlos Viana | NÃO |
| DEM | RR | Chico Rodrigues | NÃO |
| PROGRES | PI | Ciro Nogueira | NÃO |
| MDB | RO | Confúcio Moura | SIM |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | NÃO |
| MDB | TO | Eduardo Gomes | NÃO |
| Cidadania | MA | Eliziane Gama | NÃO |
| PROGRES | PI | Elmano Férrer | NÃO |
| PROGRES | SC | Esperidião Amin | SIM |
| REDE | ES | Fabiano Contarato | SIM |

Emissão 25/05/2021 19:15:07





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 24 - PLEN à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, destacada

Matéria MPV 1018/2020 **Início Votação 25/05/2021 18:52:17** **Término Votação 25/05/2021 19:15:05**

Sessão 54º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão 25/05/2021 16:00:01

| | | | |
|-----------|----|----------------------|-----|
| MDB | PE | Fernando Coelho | NÃO |
| PROS | AL | Fernando Collor | SIM |
| Podemos | PR | Flávio Arns | SIM |
| Republica | RJ | Flávio Bolsonaro | NÃO |
| PSL | SP | Giordano | SIM |
| PSD | TO | Irajá | NÃO |
| PSDB | DF | Izalci Lucas | NÃO |
| PT | BA | Jaques Wagner | SIM |
| MDB | PE | Jarbas Vasconcelos | SIM |
| DEM | MT | Jayme Campos | NÃO |
| PT | RN | Jean Paul Prates | SIM |
| Podemos | GO | Jorge Kajuru | SIM |
| PL | SC | Jorginho Mello | SIM |
| PSDB | SP | José Serra | NÃO |
| PROGRES | TO | Kátia Abreu | SIM |
| Podemos | RS | Lasier Martins | NÃO |
| PSB | DF | Leila Barros | SIM |
| PSD | AP | Lucas Barreto | NÃO |
| PROGRES | RS | Luis Carlos Heinze | SIM |
| MDB | GO | Luiz do Carmo | NÃO |
| PROGRES | AC | Mailza Gomes | NÃO |
| MDB | PI | Marcelo Castro | SIM |
| Podemos | ES | Marcos do Val | NÃO |
| DEM | RO | Marcos Rogério | NÃO |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | NÃO |
| Republica | RR | Mecias de Jesus | NÃO |
| PSD | MS | Nelsinho Trad | NÃO |
| MDB | PB | Nilda Gondim | SIM |
| PSD | BA | Otto Alencar | NÃO |
| PT | RS | Paulo Paim | SIM |
| PT | PA | Paulo Rocha | SIM |
| PSDB | AM | Plínio Valério | SIM |
| Podemos | DF | Reguffe | SIM |
| PSDB | MA | Roberto Rocha | NÃO |
| PSDB | AL | Rodrigo Cunha | SIM |
| PT | SE | Rogério Carvalho | SIM |
| PL | RJ | Romário | SIM |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | SIM |
| MDB | MS | Simone Tebet | SIM |
| PSL | MS | Soraya Thronicke | NÃO |
| Podemos | RN | Styvenson Valentim | SIM |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | SIM |

Emissão 25/05/2021 19:15:07





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Emenda nº 24 - PLEN à Medida Provisória nº 1.018, de 2020, destacada

Matéria **MPV 1018/2020** Início Votação **25/05/2021 18:52:17** Término Votação **25/05/2021 19:15:05**

Sessão **54º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **25/05/2021 16:00:01**

| | | | |
|------|----|-------------------------|-----|
| PSD | GO | Vanderlan Cardoso | NÃO |
| MDB | PB | Veneziano Vital do Rêgo | SIM |
| PL | MT | Wellington Fagundes | NÃO |
| PDT | MA | Weverton | SIM |
| PROS | RN | Zenaide Maia | SIM |
| PSC | PA | Zequinha Marinho | NÃO |

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:33 NÃO:31 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:65

Primeiro-Secretario

Emissão 25/05/2021 19:15:07



Projeto de Lei nº 4909/2020



PARECER Nº 107 , DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, do Senador Flávio Arns, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.*



Relator: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 4.909, de 2020, de autoria do Senador Flávio Arns, que visa a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), a fim de dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Em primeiro lugar, a proposição em tela acrescenta inciso XIV ao art. 3º da LDB, para incluir, entre os princípios do ensino no Brasil, o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva.

O PL nº 4.909, de 2020, também adiciona à LDB o Capítulo V-A, denominado “Da Educação Bilíngue de Surdos”. Esse Capítulo é constituído pelos novos arts. 60-A e 60-B.

No art. 60-A, define-se educação bilíngue de surdos, para efeitos da Lei, como a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas. Para tanto, deverá haver, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento



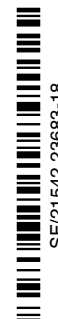
educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos. Além disso, a oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e deverá se estender ao longo da vida.

O art. 60-B, por sua vez, dispõe que, além das garantias previstas no art. 59 da LDB para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior, sendo que, nos processos de contratação e avaliação periódica desses profissionais, deverão ser ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas.

O PL também acrescenta à Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, os arts. 78-A e 79-C.

O art. 78-A determina que os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas, objetivando proporcionar aos surdos brasileiros a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura, além de garantir aos surdos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas.

O novo art. 79-C prevê o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas de ensino, no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, por meio de programas que integrem ensino e pesquisa. Esses programas deverão ser planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas e serão incluídos no Plano Nacional de Educação (PNE), com os seguintes objetivos: fortalecer as práticas socioculturais e a língua de sinais dos surdos brasileiros; manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas; desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles



incluindo os conteúdos culturais correspondentes aos surdos brasileiros; e elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado. Além disso, na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas deverá se efetivar mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

A lei em que se transformar a proposição terá vigência imediata.

Na justificação, o autor argumenta que já existem razões de ordem científica, pedagógica e cultural suficientes para que a educação bilíngue de surdos seja considerada uma modalidade de ensino independente, a saber: a língua acessível para os surdos é a língua de sinais; a primeira língua adquirida pelos estudantes surdos é, grande parte das vezes, a língua de sinais; os surdos têm questões linguísticas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, enquanto estudantes com outras deficiências não têm outra língua; e há paralelo entre o ensino de surdos e o ensino de indígenas e outras comunidades tradicionais, tendo em vista as especificidades linguísticas desses grupos.

Foram apresentadas nove emendas, as quais serão analisadas ao final, sendo que foram retiradas pelo Senador Paulo Rocha as de nºs 6-PLEN, 8-PLEN e 9-PLEN.

No dia 21 de maio de 2021, foi realizada sessão de debate temático para discutir a proposição.

II – ANÁLISE

O PL nº 4.909, de 2020, apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Assim, não se vislumbram óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

Acerca do mérito, a proposição nos parece adequada e pertinente, fazendo justiça a uma demanda histórica da comunidade surda brasileira. A implementação das escolas bilíngues para surdos tem, assim, significativo potencial para contribuir efetivamente para a inclusão de fato dessas pessoas nas escolas brasileiras, pois leva em conta as especificidades



linguísticas, culturais e identitárias de surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas.

A educação bilíngue de surdos, preconizada por entidades como a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), consiste na criação de ambientes linguísticos para aquisição da Libras como primeira língua por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua. As escolas bilíngues são, assim, escolas abertas à matrícula de alunos surdos que têm a Libras como primeira língua e alunos ouvintes que nela percebem a possibilidade de tirar proveito de uma educação que tenha a língua de sinais e a língua portuguesa escrita como línguas de instrução.

Uma educação com essas características proporciona aos estudantes surdos a possibilidade de ter acesso à Libras desde tenra idade, por meio do contato com seus pares e com estratégias didático-pedagógicas que atendam às suas especificidades. Trata-se, dessa forma, de propiciar espaço e condições para que não enfrentem desafios tais como os encarados hoje por tantos alunos com esse perfil, que, filhos de pais ouvintes ou de pais que não dominam Libras, apenas acessam a Língua Brasileira de Sinais quando se matriculam em escolas e que, portanto, não são fluentes nessa língua e encontram dificuldades tanto para acompanhar a aula oferecida por um professor em português quanto para a tradução realizada por um intérprete.

Trata-se, portanto, de fazer verdadeira inclusão, garantindo a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas brasileiras, conforme princípio inscrito no inciso I do art. 206 da Constituição Federal, que deve ser lido segundo a proposição aristotélica de “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”, o que, no caso em tela, significa criar condições de equidade para os surdos, garantindo-lhes acesso aos conteúdos sistematizados e às práticas de aprendizagem consolidadas, a partir da fluência em Libras.

Vale ressaltar ainda que, além das diretrizes constitucionais, também há um arcabouço legal que sustenta a existência das escolas bilíngues e que justifica, em grande medida, a inscrição na LDB da educação bilíngue de surdos como modalidade específica. A esse respeito, citamos o art. 28, inciso IV, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que incumbe ao poder público a garantia, a



SF/21542.23683-18



criação, o desenvolvimento, a implementação, o incentivo, o acompanhamento e a avaliação da oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. O art. 27 da mesma lei garante o direito das pessoas com deficiência à educação em sistema inclusivo, em todos os níveis. Em razão disso, e como a recusa à matrícula de pessoas com deficiência constitui crime, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, devem, logicamente, proporcionar a inclusão.

O PNE 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, também apresenta uma perspectiva atualizada e pertinente sobre o tema, ao prever, na Estratégia 4.7, a garantia da oferta de educação bilíngue, em Libras,

como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

Em adição, ressaltamos que o Senador Flávio Arns, autor do PL nº 4.909, de 2020, também foi bastante feliz em acrescentar no texto o respeito à memória e à cultura dos surdos, além de uma ampla possibilidade para o atendimento, pelos sistemas de ensino, de estudantes e surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas. Assim, esse atendimento poderá ser realizado tanto em escolas quanto em classes bilíngues, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue para surdos. Tal encaminhamento considera, de maneira adequada, a realidade de muitos municípios brasileiros, que podem se organizar a partir de suas condições específicas, sem deixar de atender as necessidades desse público e sem prejuízo do direito do aluno a se inscrever em qualquer instituição.

Ainda a esse respeito, sugerimos emenda a fim de explicitar no texto do PL a determinação de que os alunos que tenham esse perfil ou seus responsáveis continuem a contar com a possibilidade de matrícula em escolas ou classes não bilíngues, sem prejuízo para as conquistas realizadas no âmbito da LBI e das outras normas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Trata-se, assim, de ajuste que melhor articulará o texto do



projeto de lei em análise às diretrizes das citadas normas e garantirá a perspectiva inclusiva da lei que dele se originar. Essa emenda reconhece a luta da Senadora Mara Gabrilli, que muito nos honrou com suas reflexões cuidadosas acerca do tema.

Além disso, retiramos do texto a adjetivação “brasileiros” dada ao substantivo “surdos”, a fim de garantir no texto a plena inclusão dos estudantes surdos da educação básica, sejam eles brasileiros ou não, e fizemos pequena adequação redacional, no art. 60-B, trocando a expressão “com altas habilidades ou superdotação” para “surdos com altas habilidades ou superdotação”.

Em relação às emendas apresentadas, optamos pelo encaminhamento descrito a seguir.

A **Emenda nº 1-PLEN**, do Senador Jayme Campos, acrescenta § 2º ao art. 60-B da LDB, na forma do art. 2º do PL em tela, para prever que deverá ser objetivo constante do Poder Público a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério em exercício na educação bilíngue de surdos. Ainda que achemos o tema relevante, importa considerar que já está contemplado no art. 79-C, § 2º, “c”, do PL 4.909, de 2020, havendo, portanto, desnecessidade de aprovação da emenda. Ademais, a Libras já é parte obrigatória do currículo de magistério, conforme disposto no art. 4º da Lei de Libras, a Lei nº 10.406, de 24 de abril de 2002. Por motivo semelhante, julgamos que não cabe acatar a **Emenda nº 5-PLEN**, do Senador Weverton, que trata de oferecer cursos especializados em Libras para ouvintes. A **Emenda nº 7-PLEN**, da Senadora Rose de Freitas, por sua vez, trata de garantir a oferta de pelo menos duas opções de língua estrangeira aos educandos. Também nesse caso, trata-se de tema já abordado na legislação educacional brasileira, conforme art. 26, § 5º, e art. 35-A, § 4º, da LDB.

A **Emenda nº 2-PLEN**, do Senador Weverton, prevê o fornecimento de suporte para o intercâmbio cultural entre os surdos que utilizam Libras e os surdos que utilizam outras línguas de sinais. Em que pese a sensibilidade do parlamentar em relação ao tema, pensamos que se trata de tema que merece discussão à parte.

A **Emenda nº 3-PLEN**, também do Senador Weverton, visa a garantir aos surdos o acesso à informação acerca de seus direitos fundamentais e às leis que asseguram seus direitos específicos. Trata-se de outro tema correlato, já atendido em um amplo leque de normas que visam à



SF/21542.23683-18



proteção das pessoas com deficiência, sendo desnecessário normatizar especificamente a situação das pessoas com surdez. Cuida-se de situação análoga à da **Emenda nº 4-PLEN**, do mesmo autor, relativamente à garantia de ambiente de estudo adequado e salubre, condição que já tem previsão constitucional, conforme art. 211, §§ 1º e 7º, abrangendo todos os alunos brasileiros, e não apenas os que apresentam alguma deficiência.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, com as seguintes emendas, e pela **rejeição** das Emendas nºs 1 a 5-PLEN e 7-PLEN:

EMENDA Nº 10 –PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 60-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 2º do PL nº 4.909, de 2020:

“Art. 2º

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Libras, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

.....
.....
§ 3º O disposto no *caput* será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.”

EMENDA Nº 11 –PLEN

Dê-se a seguinte redação aos arts. 78-A e 78-C, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 3º do PL nº 4.909, de 2020:



“Art. 3º

Art. 78-A.

I - proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura;

.....

.....

Art. 79-C.

.....

§ 2º

I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua de sinais dos surdos;

.....

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

.....

.....”

EMENDA Nº 12 –PLEN (REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 60-B, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 2º do PL nº 4.909, de 2020:

“Art. 2º

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

.....

.....”

Sala das Sessões,



9

, Presidente

, Relator



SF/21542.23683-18

is2021-05928



Projeto de Lei nº 5228/2019





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 5228, de 2019**, que *"Institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências."*

| PARLAMENTARES | EMENDAS NºS |
|---|-------------------------|
| Senador Humberto Costa (PT/PE) | 001 |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL) | 002 |
| Senador Paulo Paim (PT/RS) | 003; 006; 007; 008; 034 |
| Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES) | 004; 005 |
| Senador Jayme Campos (DEM/MT) | 009*; 035 |
| Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) | 010 |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) | 011 |
| Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) | 012; 033 |
| Senador Jaques Wagner (PT/BA) | 013; 014; 015 |
| Senador Luiz do Carmo (MDB/GO) | 016; 017; 018; 019 |
| Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) | 020 |
| Senadora Leila Barros (PSB/DF) | 021 |
| Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) | 022 |
| Senador Jean Paul Prates (PT/RN) | 023 |
| Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) | 024; 039 |
| Senador Weverton (PDT/MA) | 025; 027; 028; 029 |
| Senador Wellington Fagundes (PL/MT) | 026 |
| Senador Rogério Carvalho (PT/SE) | 030 |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) | 031*; 032 |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | 036 |
| Senador Marcelo Castro (MDB/PI) | 037; 038 |

* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 39





[Página da matéria](#)





PL 5228/2019
00001-T

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - CAS
(ao Projeto de Lei nº. 5.228, de 2019)
Modificativa

O Projeto de Lei nº. 5.228, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador a partir dos 16 (dezesseis) anos, que cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado na educação básica ou no ensino superior, inclusive em cursos de educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), salvo de aprendizagem.

Parágrafo Único: O contrato de que trata esta Lei é por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

Art. 3º A alíquota do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o contrato de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem será de:

I – 1%(um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.

Art. 4º - A alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a remuneração de que tratam os incisos I e III do art. 22 da Lei nº. 8.212, de 24 e julho de 1991, será diferenciada de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem, em razão da condição estrutural do mercado de trabalho dos jovens, conforme o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, e será de:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto do inciso I.

[...]

Art. 11 O Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428.....

§3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos, exceto quando:

I – o aprendiz for contratado com idade entre 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos incompletos, caso em que poderá ter seu contrato prorrogado pelo faltante até completar 18 (dezoito) anos de idade;

II – se tratar de aprendiz pessoa com deficiência, mediante relatório, elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, que ateste a necessidade e o prazo adicional para possibilitar a conclusão, com aproveitamento, das atividades do programa de aprendizagem.

.....” (NR)

“Art. 430. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I – os Serviços Nacionais de Aprendizagem;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

II – as instituições públicas da rede de educação profissional e tecnológica, inclusive as agrotécnicas;

III – as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente, ao jovem e à pessoa com deficiência na promoção da integração ao mundo do trabalho e a educação profissional, registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com infraestrutura e estrutura adequadas ao desenvolvimento dos respectivos programas de aprendizagem profissional, de forma a manter a qualidade dos processos de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

.....

§ 3º O Ministério da Economia, observadas as normas trabalhistas e educacionais, bem como das demais políticas intersetoriais aplicáveis, fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas nos incisos III e IV do *caput* deste artigo;

§ 4º As entidades mencionadas nos incisos III e IV do *caput* deste artigo deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados em sistema disponibilizado pelo Ministério da Economia;

§ 5º As entidades mencionadas neste artigo poderão afirmar parcerias entre si para o desenvolvimento dos programas de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

aprendizagem profissional, desde que cada entidade parceira obedeça aos requisitos previstos neste artigo.” (NR)

“Art. 431 A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pelo estabelecimento onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades de que tratam os incisos III e IV do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com o referido estabelecimento.

.....” (NR)

“Art. 443.....

§ 2º

d) de contrato de aprendizagem;

e) de contrato de primeiro emprego.

.....” (NR)

.....
Art. 12 O art. 15 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15

§7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o *caput* deste artigo reduzida para 1º (um por cento) e 2% (por cento), conforme lei específica.

§8º Os contratos de primeiro emprego terão a alíquota a que se refere o *caput* deste artigo reduzida para 1º (um por cento) e 2% (por cento), conforme lei específica.” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

JUSTIFICAÇÃO

Reconhecer como contrato de primeiro emprego apenas aqueles celebrados com jovens que se encontram matriculados em “cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica” representaria excluir uma parcela da população jovem, a partir dos 16 (dezesesseis) anos, que dadas às situações vivenciadas ainda não concluíram a educação básica. A alteração proposta nesta emenda para o art. 2º observa a idade mínima para o trabalho estabelecida no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, e os níveis escolares e modalidades segundo o que define a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

Considerando que o Projeto de Lei não apenas propõe a criação do contrato de primeiro emprego, mas também a modificação de disposições relativas ao contrato de aprendizagem dada à sua reconhecida relevância enquanto política pública intersetorial consolidada na promoção da integração de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência ao mundo do trabalho, de forma qualificada e protegida, assegurando-lhes o direito à profissionalização, propõe-se que à modalidade de contrato de aprendizagem também se apliquem as alíquotas de FGTS e contribuição previdenciária patronal previstas nos arts. 3º e 4º.

A legislação vigente garante ao aprendiz o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável. A proposta do art. 11 do Projeto de Lei para o § 2º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prejudicaria o direito do aprendiz de ter garantida maior remuneração, se prevista de forma específica em norma coletiva de trabalho ou legislação que estabelece piso estadual. Não pode o legislador reduzir, suprimir ou diminuir, ainda que parcialmente, direito social já consagrado no ordenamento jurídico, sob pena de ferir o princípio da vedação ao retrocesso social, razão pela qual propusemos a exclusão.

Entende-se como positiva, no entanto, a proposta de ampliação do tempo de contrato de aprendizagem prevista na matéria, embora seja necessário fazer ajustes na redação para possibilitar ao aprendiz com idade entre 14 (catorze) e 15 (quinze) anos a permanência no





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

programa de aprendizagem até completar 18 (dezoito) anos de idade e, ainda, ao aprendiz pessoa com deficiência a adequação do tempo para conclusão com aproveitamento das atividades, desde que a necessidade e o prazo adicional sejam atestados mediante relatório de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional.

A proposta desta emenda para a redação do art. 430 da CLT busca atribuir tratamento isonômico às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, reconhecendo-se o relevante papel que as entidades sem fins lucrativos, que atuam na promoção da integração ao mundo do trabalho, enquanto um dos objetivos da política de assistência social, atrelada às demais políticas públicas intersetoriais e, em especial, à educação profissional têm exercido desde a sanção da Lei nº. 10.097/2000, que reformulou o instituto da aprendizagem profissional no país, alargando-a para além das fronteiras dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

A contratação indireta dos aprendizes por intermédio das entidades sem fins lucrativos foi viabilizada como medida para garantia dos direitos consagrados na Constituição e no ECA, especialmente como estímulo à ampliação de oportunidades para a juventude pelas empresas e demais estabelecimentos, inclusive órgãos públicos. Restringir a contratação apenas à modalidade direta representaria retrocesso e verdadeiro desestímulo, incompatíveis com os avanços que se deseja promover na geração oportunidades, face ao cenário de desqualificação e desemprego juvenil vivenciados no país.

Por esta razão, contamos apoio de nossos Pares para que esta emenda seja acatada.

Sala da Comissão, em de outubro de 2019

Senador **HUMBERTO COSTA**





PL 5228/2019
00002-T

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

EMENDA Nº - CAS
(ao PL nº 5.228, de 2019)

Dê-se nova redação aos seguintes artigos do Projeto de Lei nº.
5.228, de 2019:

“Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador a partir dos 16 (dezesseis) anos, que cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado na educação básica ou no ensino superior, inclusive em cursos de educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), salvo de aprendizagem. Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

Art. 3º A alíquota do depósito do FGTS para o contrato de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem será de:

I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.

Art. 4º A alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a remuneração de que tratam os incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será diferenciada para o contrato de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem, em razão da condição estrutural do mercado de trabalho dos jovens, conforme o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, e será de:

I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.

[...]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 11. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos, exceto quando:

I – o aprendiz for contratado com idade entre 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos incompletos, caso em que poderá ter seu contrato prorrogado pelo tempo faltante até completar 18 (dezoito) anos de idade;

II – se tratar de aprendiz pessoa com deficiência, mediante laudo de avaliação, elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, que ateste a necessidade e o prazo adicional para possibilitar a conclusão, com aproveitamento, das atividades do programa de aprendizagem.

.....”(NR)

“Art. 430. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como:

I – as instituições públicas da rede de educação profissional e tecnológica, inclusive as agrotécnicas;

II – as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente, ao jovem e à pessoa com deficiência na promoção da integração ao mundo do trabalho e a educação profissional, registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

III – as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com infraestrutura e estrutura adequadas ao desenvolvimento dos respectivos programas de aprendizagem profissional, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 3º O Ministério da Economia, observadas as normas trabalhistas e das demais políticas públicas intersetoriais aplicáveis, fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas nos incisos II e III do caput deste artigo.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

§ 4º As entidades mencionadas neste artigo deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados em sistema disponibilizado pelo Ministério da Economia.

§ 5º As entidades mencionadas neste artigo poderão firmar parcerias entre si para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem profissional, desde que cada entidade parceira obedeça aos requisitos previstos neste artigo.” (NR)

“Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pelo estabelecimento onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com o referido estabelecimento.

.....”
(NR)

“Art. 443.

.....
§ 2º

d) de contrato de aprendizagem;

e) de contrato de primeiro emprego.
.....”(NR)

Art. 12. O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

.....

§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para 1% (um por cento) e 2% (dois por cento), conforme lei específica.

§ 8º Os contratos de primeiro emprego terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para 1% (um por cento) e 2% (dois por cento), conforme lei específica.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Reconhecer como contrato de primeiro emprego apenas aqueles celebrados com jovens que se encontram matriculados em “cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica” representaria excluir uma parcela da população jovem, a partir dos 16 (dezesesseis) anos, que dadas às situações vivenciadas ainda não concluíram a educação básica. A alteração





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

proposta nesta emenda para o art. 2º observa a idade mínima para o trabalho estabelecida no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, e os níveis escolares e modalidades segundo o que define a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

Considerando que o Projeto de Lei não apenas propõe a criação do contrato de primeiro emprego, mas também a modificação de disposições relativas ao contrato de aprendizagem dada à sua reconhecida relevância enquanto política pública intersetorial consolidada na promoção da integração de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência ao mundo do trabalho, de forma qualificada e protegida, assegurando-lhes o direito à profissionalização, propõe-se que à modalidade de contrato de aprendizagem também se apliquem as alíquotas de FGTS e contribuição previdenciária patronal previstas nos arts. 3º e 4º.

A legislação vigente garante ao aprendiz o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável. A proposta do art. 11 do Projeto de Lei para o § 2º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, prejudicaria o direito do aprendiz de ter garantida maior remuneração, se prevista de forma específica em norma coletiva de trabalho ou legislação que estabelece piso estadual. Não pode o legislador reduzir, suprimir ou diminuir, ainda que parcialmente, direito social já consagrado no ordenamento jurídico, sob pena de ferir o princípio da vedação ao retrocesso social. Razão pela qual, propõe-se nesta emenda a exclusão.

Entende-se como positiva a proposta de ampliação do tempo de contrato de aprendizagem prevista no Projeto de Lei para o § 3º do art. 428 da CLT. Todavia, propõe-se ajuste para possibilitar que o aprendiz contratado com idade entre 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos incompletos possa permanecer no programa de aprendizagem até completar 18 (dezoito) anos de idade e, ainda, ao aprendiz pessoa com deficiência a adequação do tempo para conclusão com aproveitamento das atividades, desde que a necessidade e o prazo adicional sejam atestados mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

A proposta desta emenda para a redação do art. 430 da CLT busca atribuir tratamento isonômico às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, reconhecendo-se o relevante papel que as entidades sem fins lucrativos, que atuam na promoção da integração ao mundo do trabalho, enquanto um dos objetivos da política de assistência





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

social, atrelada às demais políticas públicas intersetoriais e, em especial, à educação profissional, têm exercido desde a promulgação da Lei nº 10.097/2000, que reformulou o instituto da aprendizagem profissional no país, alargando-a para além das fronteiras dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Desde então, a aprendizagem profissional tem se constituído também como medida de proteção legal ao adolescente, de prevenção e erradicação ao trabalho infantil. A aprendizagem profissional deve ser garantida por meio de um conjunto articulado e integrado de ações das diversas políticas públicas, em especial das políticas de trabalho, assistência social, educação, ciência e tecnologia, esporte e cultura.

A contratação indireta dos aprendizes por intermédio das entidades sem fins lucrativos foi viabilizada, pela Lei nº 10.097/2000, como medida para garantia de direitos consagrados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente como estímulo à ampliação de oportunidades para a juventude pelas empresas e demais estabelecimentos, inclusive órgãos públicos. Trata-se de benefício processual e logístico, que fomenta a contratação de aprendizes, com toda a conformidade legal a ser cumprida pelas referidas entidades, dadas às minuciosas exigências estabelecidas para esse tipo de contrato especial. Restringir a contratação apenas à modalidade direta representaria retrocesso e verdadeiro desestímulo, incompatíveis com os avanços que se deseja promover na geração oportunidades, face ao cenário de desqualificação e desemprego juvenil vivenciados no País. Por esta razão, propõe-se nesta emenda ajuste para o texto do art. 431 da CLT, mantendo-se a importante inovação consagrada pela Lei da Aprendizagem.

Por fim, tendo em vista a proposta de inclusão do contrato de aprendizagem nas disposições dos arts. 3º e 4º, propõe-se também a alteração da redação do art. 12 do Projeto de Lei, de forma a compatibilizar o conteúdo do § 7º do art. 15 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990. Nesse contexto, contamos com o apoio de nossos Pares para que esta emenda seja acatada.

Sala da Comissão,

Senador RODRIGO CUNHA





PL 5228/2019
00003

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

EMENDA Nº - CAS
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 2º, 3º, 4º, 11 e 12 do Projeto de Lei (PL) nº 5.228, de 2019:

“**Art. 2º** O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador a partir dos 16 (dezesseis) anos, que cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado na educação básica ou no ensino superior, inclusive em cursos de educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), salvo de aprendizagem.

Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.”

“**Art. 3º** A alíquota do depósito do FGTS para o contrato de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem será de:

I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.”

“**Art. 4º** A alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a remuneração de que tratam os incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será diferenciada para o contrato de primeiro emprego e para o contrato de aprendizagem, em razão da condição estrutural do



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

mercado de trabalho dos jovens, conforme o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, e será de:

I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 2% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.”

“Art. 11

‘Art. 428.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos, exceto quando:

I – o aprendiz for contratado com idade entre 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos incompletos, caso em que poderá ter seu contrato prorrogado pelo tempo faltante até completar 18 (dezoito) anos de idade;

II – se tratar de aprendiz pessoa com deficiência, mediante laudo de avaliação, elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, que ateste a necessidade e o prazo adicional para possibilitar a conclusão, com aproveitamento, das atividades do programa de aprendizagem.

.....’ (NR)

‘Art. 430. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como:

I – as instituições públicas da rede de educação profissional e tecnológica, inclusive as agrotécnicas;

II – as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente, ao jovem e à pessoa com deficiência na promoção da integração ao mundo do trabalho e a educação profissional, registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com infraestrutura e estrutura adequadas ao desenvolvimento dos respectivos programas de aprendizagem profissional, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 3º O Ministério da Economia, observadas as normas trabalhistas e das demais políticas públicas intersetoriais aplicáveis, fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas nos incisos II e III do caput deste artigo.

§ 4º As entidades mencionadas neste artigo deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados em sistema disponibilizado pelo Ministério da Economia.

.....' (NR)

"**Art. 431.** A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pelo estabelecimento onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com o referido estabelecimento.

....." (NR)

"**Art. 443.**

.....

§ 2º

.....

d) de contrato de aprendizagem;

e) de contrato de primeiro emprego.

.....' (NR)"

"**Art. 12** O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

‘Art. 15

.....

§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para 1% (um por cento) e 2% (dois por cento), conforme lei específica.

§ 8º Os contratos de primeiro emprego terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para 1% (um por cento) e 2% (dois por cento), conforme lei específica. ’ (NR) ”

JUSTIFICAÇÃO

Reconhecer como contrato de primeiro emprego apenas aqueles celebrados com jovens que se encontram matriculados em “cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica” representaria excluir uma parcela da população jovem, a partir dos 16 (dezesesseis) anos, que dadas às situações vivenciadas ainda não concluíram a educação básica. A alteração proposta nesta emenda para o art. 2º observa a idade mínima para o trabalho estabelecida no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, e os níveis escolares e modalidades segundo o que define a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

Considerando que o Projeto de Lei não apenas propõe a criação do contrato de primeiro emprego, mas também a modificação de disposições relativas ao contrato de aprendizagem dada a sua reconhecida relevância enquanto política pública intersetorial consolidada na promoção da integração de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência ao mundo do trabalho, de forma qualificada e protegida, assegurando-lhes o direito à profissionalização, propõe-se que à modalidade de contrato de aprendizagem também se apliquem as alíquotas de FGTS e contribuição previdenciária patronal previstas nos arts. 3º e 4º.

A legislação vigente garante ao aprendiz o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável. A proposta do art. 11 do Projeto de Lei para o §



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

2º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prejudicaria o direito do aprendiz de ter garantida maior remuneração, se prevista de forma específica em norma coletiva de trabalho ou legislação que estabelece piso estadual. Não pode o legislador reduzir, suprimir ou diminuir, ainda que parcialmente, direito social já consagrado no ordenamento jurídico, sob pena de ferir o princípio da vedação ao retrocesso social. Razão pela qual, propõe-se nesta emenda a exclusão.

Entende-se como positiva a proposta de ampliação do tempo de contrato de aprendizagem prevista no Projeto de Lei para o § 3º do art. 428 da CLT. Todavia, propõe-se ajuste para possibilitar que o aprendiz contratado com idade entre 14 e 15 anos incompletos possa permanecer no programa de aprendizagem até completar 18 anos de idade e, ainda, ao aprendiz pessoa com deficiência a adequação do tempo para conclusão com aproveitamento das atividades, desde que a necessidade e o prazo adicional sejam atestados mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

A proposta desta emenda para a redação do art. 430 da CLT busca atribuir tratamento isonômico às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, reconhecendo-se o relevante papel que as entidades sem fins lucrativos, que atuam na promoção da integração ao mundo do trabalho, enquanto um dos objetivos da política de assistência social, atrelada às demais políticas públicas intersetoriais e, em especial, à educação profissional, têm exercido desde a promulgação da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que reformulou o instituto da aprendizagem profissional no país, alargando-a para além das fronteiras dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Desde então, a aprendizagem profissional tem se constituído também como medida de proteção legal ao adolescente, de prevenção e erradicação ao trabalho infantil. A aprendizagem profissional deve ser garantida por meio de um conjunto articulado e integrado de ações das diversas políticas públicas, em especial das políticas de trabalho, assistência social, educação, ciência e tecnologia, esporte e cultura.

A contratação indireta dos aprendizes por intermédio das entidades sem fins lucrativos foi viabilizada, pela Lei nº 10.097, de 2000, como medida para garantia de direitos consagrados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente como estímulo à ampliação de oportunidades



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

para a juventude pelas empresas e demais estabelecimentos, inclusive órgãos públicos. Trata-se de benefício processual e logístico, que fomenta a contratação de aprendizes, com toda a conformidade legal a ser cumprida pelas referidas entidades, dadas às minuciosas exigências estabelecidas para esse tipo de contrato especial. Restringir a contratação apenas à modalidade direta representaria retrocesso e verdadeiro desestímulo, incompatíveis com os avanços que se deseja promover na geração oportunidades, face ao cenário de desqualificação e desemprego juvenil vivenciados no País. Por esta razão, propõe-se nesta emenda ajuste para o texto do art. 431 da CLT, mantendo-se a importante inovação consagrada pela Lei da Aprendizagem.

Por fim, tendo em vista a proposta de inclusão do contrato de aprendizagem nas disposições dos arts. 3º e 4º, propõe-se também a alteração da redação do art. 12 do Projeto de Lei, de forma a compatibilizar o conteúdo do § 7º do art. 15 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990.

Sala da Comissão,

Senador PAULO PAIM



PL 5228/2019
00004

EMENDA MODIFICATIVA Nº
(PL 5228/2019)

CAS

Altere-se o artigo 430, do artigo 11º do PL, passando a ter a seguinte redação:

Art. 430. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como:

I – as instituições públicas da rede de educação profissional e tecnológica, inclusive as agrotécnicas;

II – as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente, ao jovem e à pessoa com deficiência na promoção da integração ao mundo do trabalho e a educação profissional, registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

III – as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

..... (NR).

JUSTIFICAÇÃO:

É importante atribuir tratamento isonômico às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, reconhecendo-se o relevante papel que as entidades sem fins lucrativos, que atuam na promoção da integração ao mundo do trabalho, enquanto um dos objetivos da política de assistência social, atrelada às demais políticas públicas intersetoriais desde a promulgação da Lei no 10.097/2000, que reformulou o instituto da aprendizagem profissional no país, alargando-a para além das fronteiras dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Desde então, a aprendizagem profissional tem se constituído também como medida de proteção legal ao adolescente e deve ser garantida por meio de um



conjunto articulado e integrado de ações das diversas políticas públicas, em especial das políticas de trabalho, assistência social, educação, ciência e tecnologia, esporte e cultura.

Sala das Comissões,

SENADORA ROSE DE FREITAS

PODE/ES



PL 5228/2019
00005

EMENDA SUPRESSIVA Nº CAS
(PL 5228/2019)

Suprimir o artigo 431, do artigo 11º do PL, que “altera o Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no tocante a contratação do aprendiz que será efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem. ”

JUSTIFICAÇÃO:

A legislação vigente prevê duas formas de contratação: direta e indireta. Não há razão para impedir uma das possibilidades de contratação (indireta).

A permanência das duas modalidades gera alternativas na escolha da contratação.

Sala das Comissões,

SENADORA ROSE DE FREITAS

PODE/ES





PL 5228/2019
00006

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os § 2º do art. 6º

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º trata das hipóteses de rescisão do contrato de trabalho do primeiro emprego, no caso de conclusão do curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica, ou no caso de sua interrupção, na forma do regulamento.

Ocorre que o §2º confere a um Ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia dispor sobre outras hipóteses de rescisão do contrato, inclusive quanto a desempenho insuficiente, falta disciplinar grave e ausência injustificada aos referidos cursos.

Ora, a Secretaria de Inspeção do Trabalho é órgão de fiscalização trabalhista e não deve ter o caráter de regulamentar relações de trabalho. Seu papel deve ser o de assegurar o cumprimento da Lei, e atribuir-lhe essa função é contraditório com a própria função de outros órgãos do Executivo, notadamente o próprio Presidente da República, a quem cabe editar decretos para a fiel execução das Leis.

Mas, no caso em concreto, o que se estaria concedendo a um órgão dessa natureza é o papel de *legislar* de forma ilimitada, quanto a hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, solapando a competência do Legislativo.

Assim, deve ser suprimido o referido §2º do art. 2º.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT-RS





PL 5228/2019
00007

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

“Art. 4º A alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a remuneração de que tratam os incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será de 12% (doze por cento).”

JUSTIFICAÇÃO

Assim como a MPV 905, que propunha a criação do Contrato Verde e Amarelo, isentando a contribuição previdenciária patronal, o PL reduz essa alíquota para 1 a 2%.

Essa redução é exagerada e compromete a própria previdência. Em lugar disso, propomos que, ao menos, seja assegurada a mesma alíquota de contribuição previdenciária do empregador doméstico.

Assim, embora reduzida a contribuição patronal, resultará menor perda para os cofres da Previdência, já penalizada por elevado déficit.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM

PT-RS





PL 5228/2019
00008

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

“Art. 3º A alíquota do depósito do FGTS para o contrato de que trata esta Lei será de 4% (quatro por cento).”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º reduz a contribuição para o FGTS do empregado sujeito ao contrato de primeiro emprego para 1% no caso do MEI, e 2%, nos demais casos.

Trata-se de redução exagerada, ainda que o contrato só possa vigorar por um ano. Mas a rotatividade da mão de obra permitirá que o empregador, sem gerar empregos efetivos e permanentes, seja beneficiado com redução do encargo trabalhista, ferindo a igualdade constitucionalmente assegurada.

Essa proposta já foi intentada na MPV 905, quando o Executivo propôs o Contrato Verde e Amarelo, mas sem a aprovação do Congresso, fixando alíquota única de 2%.

Para que não se chegue a esses extremos, propomos que, pelo menos, seja fixada a alíquota de 4%, ou seja, reduzindo-se em 50% a contribuição regular.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT-RS





PL 5228/2019
00009

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Acrescente-se ao art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma que dispõe o art. 11 do PL 5228, de 2019, o seguinte § 6º:

"Art. 11.....

.....

Art. 430.....

.....

§ 6º Os cursos indicados neste dispositivo poderão ser na modalidade não presencial, inclusive aqueles oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem". (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 5228, de 2019, representa um inequívoco avanço no percurso de inclusão laboral dos jovens. A presente emenda busca aperfeiçoá-lo ao prever expressamente que os cursos de formação profissional indicados poderão ser na modalidade não presencial.

A possibilidade, entendemos, restava implícita dada sua não vedação expressa. No entanto, dada a natureza restritiva das normas de direito administrativo, entendemos necessário que esse entendimento seja explicitado na norma, de forma a garantir amparo legal e segurança jurídica.

As circunstâncias da pandemia que ora vivemos tornou evidente a importância da realização das mais variadas atividades por meios de telemática e isso vale, especialmente, para as modalidades de ensino remoto.



Assim, para alargar as oportunidades de inserção do jovem no mercado de trabalho, propomos que os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica, possam ofertar cursos no formato virtual. Por essa razão, havemos por bem apresentar a presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS

RETIRADA





PL 5228/2019
00010

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 5.228, de 2019)

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º. O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica, e não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem;

II – tenha 18 (dezoito) anos e acima, não tenha concluído o ensino médio, esteja fora da sala de aula, e não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo em caso de aprendizagem; ou

III – seja contratado para trabalhar na sua área de formação (ensino superior ou educação profissional e tecnológica), e não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira na sua área de formação, salvo de aprendizagem.

§ 1º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

§ 2º No caso do inciso II, após conseguir o primeiro emprego, o trabalhador terá o prazo de três meses para apresentar a matrícula escolar e retornar efetivamente à escola, sob pena de a empresa perder os benefícios de que trata essa Lei.

§ 2º No caso do inciso III, serão desconsiderados os vínculos de emprego anteriores registrados em carteira que não sejam na área de formação.

§ 3º A quantidade de trabalhadores que se enquadrem no inciso III não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total do número de empregados da empresa.”

§ 4º No caso dos incisos II e III, a jornada de trabalho não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras.





Gabinete do Senador Sérgio Petecão

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias. Para os trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente, está em 14,2% e 9,9%.

Logo, incentivar a contratação dessa faixa etária é fundamental. Atualmente, temos milhões de jovens na geração “nem-nem”, ou seja, nem trabalham nem estudam. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em junho pelo IBGE. Esses números são preocupantes, pois mostram um retrato assombroso da juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com o IBGE, a faixa etária com maior índice de pessoas nessa situação é o grupo de 18 a 24 anos, com 35,2%. Ou seja, não estudam e nem trabalham. Já na faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa chega a 33%.

Portanto, para esse público, o desalento faz parte de sua rotina e a falta de perspectiva profissional gera um grande problema social para o nosso país. O PL 5.228/2019 propõe a oferta de primeiro emprego para jovens do ensino superior ou médio técnico. Contudo, essa faixa etária já está coberta por duas legislações: a lei de estágio (11.788/2008) e a lei da aprendizagem (10.097/2000). No caso da lei do estágio é muito pertinente a preocupação do contrato de estágio só ser feito em atividades correlatas ao curso e ter a





Gabinete do Senador Sérgio Petecão

instituição de ensino participando e validando as atividades do estágio. No caso de aprendizagem tem a preocupação da profissionalização do jovem e sua participação em entidades qualificadoras, ou seja, seria um retrocesso ignorar essas duas leis de extremo impacto social e inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Não temos hoje, no Brasil, uma legislação para cobrir quem não finalizou o ensino médio, por ter abandonado de fato, e também não ter viabilizado sua entrada na carreira por falta de capacitação e oportunidade.

Logo, olhar para essa geração esquecida é fundamental para manter o equilíbrio de nosso país e incluir no mercado milhões de pessoas hoje à margem da sociedade. Muitos são vítimas do crime e cooptados para o caminho da violência e drogas, infelizmente. Como alternativa, incentivar o empregador a abrir as portas para esse público pode mudar a perspectiva de uma nova sociedade no futuro. Afinal, eles nem têm acesso à sala de aula.

E por que a sugestão de 18 anos? Se disponibilizarmos o primeiro emprego com 44 horas para jovens de 16 a 18 anos, as empresas irão ofertar vagas para quem está fora do ensino médio, ou seja, terá o efeito de estimular os jovens a abandonarem os estudos.

Além disso, também é fundamental aumentar as chances para os recém-formados, os quais, muitas vezes, não conseguem uma colocação e ainda ficam com o nome sujo por ter de quitar seu financiamento estudantil, sem perspectivas de emprego para auxiliar nessa demanda. Segundo pesquisa publicada no jornal Valor Econômico, em 14 de abril de 2021, com jovens de todo o país, apenas 15% dos recém-formados em 2019 e 2020 conseguiram emprego em sua área de atuação logo depois de formados e mais de 50% trabalham em diferentes funções profissionais. Atualmente, quantos estudantes





Gabinete do Senador Sérgio Petecão

de direito, engenharia, administração ou publicidade, por exemplo, são motoristas de Uber ou atuam como vendedores, balconistas ou corretores. Isso não significa nenhum demérito, mas certamente não estão em uma carreira com poder de colher seu máximo potencial. Então, por isso, é tão importante criar legislações capazes de incentivar a inclusão dessa parcela qualificada no mercado de trabalho.

Logo, essa parcela da sociedade é desprovida de acesso ao mercado de trabalho e a maioria desses jovens nem têm um projeto de vida. Ao se sentirem excluídos do nosso sistema social, eles se afastam da participação política, social e educacional. Como consequência, não utilizam suas energias para efetivar ações transformadoras para o nosso país.

Ou seja, oferecer incentivo tanto às microempresas e empresas de pequeno porte (as quais são as grandes geradoras de emprego no país) além das demais, se trata de uma proposta relevante, considerando os níveis de desemprego entre os jovens dessa geração, mas principalmente por estarem à margem do sistema educacional. Portanto, há necessidade de adoção de políticas públicas para sua inserção com o apoio dos empresários brasileiros.

Esse impacto é sentido em diversos setores. Estamos condenando essa juventude a dirimir seus sonhos e não lhes dando o direito de participar da renovação de quadros e lideranças do nosso país: um exemplo obscuro para as próximas gerações. Logo, para reverter esse cenário, é necessária uma postura mais imediatista: a geração “nem-nem” deve ser colocada como prioridade nacional, pois é um grupo da população estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Reconhecer sua relevância e criar condições para essa gigantesca parcela de jovens, diferente de quem já está em sala de aula ou no mercado de





Gabinete do Senador Sérgio Petecão

trabalho, é fundamental para mantermos as demandas e pluralidades de nossos interesses sociais, culturais, econômicos e territoriais: nossa nação precisa agir. Esse projeto de lei visa mudar essa história e trazer nova perspectiva para nossos brasileiros.

Com relação à limitação imposta no parágrafo 4º, nas duas leis de inserção de jovens no mercado de trabalho, a lei do estágio e a lei da aprendizagem, há limitação da carga horária em 6 horas diárias e 30 semanais, ambas proíbem as horas extras. Qual o objetivo dessas restrições nessas leis? O objetivo é o jovem não perder o foco em sua capacitação e ainda ter tempo para locomover-se entre casa, trabalho e escola. A proposta é manter isso na lei do primeiro emprego para os jovens estudantes, pois, além de obterem renda para viabilizar seus estudos, também conseguirão ter foco em sua capacitação. Afinal, se o jovem trabalhar 44 horas por semana, isso pode fazê-lo focar em seu trabalho, chegar mais tarde na sala de aula e até abandonar os estudos. Apesar do foco ser o primeiro emprego, devemos formar essa geração. Afinal, faltam profissionais qualificados em nosso país e, com taxa de desemprego tão alta (29,8% entre os mais jovens), a formação superior ou média técnica o ajudará a construir uma carreira e manter-se produtivo em sua vida.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO
(PSD/AC)



PL 5228/2019
00011**EMENDA Nº - PLEN**
(ao Projeto de Lei nº 5.228, de 2019)

Insiram-se os seguintes §§ 2º a 5º no art. 2º do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à pessoa que não exerça atividade remunerada nem esteja matriculada nos cursos previstos no inciso I do *caput*, desde que:

I - tenha 18 (dezoito) anos e não tenha concluído o ensino médio; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salvo em caso de aprendizagem.

§ 3º Na hipótese do § 2º, após conseguir o primeiro emprego, caso o jovem não seja formado no ensino médio, terá até três meses para apresentar a matrícula e retornar à escola.

§ 4º A inobservância do disposto no § 3º acarreta a perda dos benefícios que trata essa Lei.

§ 5º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à pessoa que tenha concluído o ensino superior, observadas as seguintes condições:

I – o trabalho seja pertinente à sua formação; e

II – seja observado o limite de 20% (vinte por cento) do total do número de empregados da empresa.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo ampliar o leque protetivo do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, para que ele alcance a chamada geração “nem-nem”, que são pessoas que não laboram nem estudam.

Além disso, busca-se oportunizar o primeiro emprego para pessoas que tenha concluído o curso superior, desde que a atividade a ser desenvolvida seja compatível com a sua formação acadêmica.



Com isso, pretende-se majorar a empregabilidade do povo brasileiro.

Roga-se pelo acolhimento da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador Styvenson Valentim



PL 5228/2019
00012

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao art. 2º, inciso I do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I- esteja regularmente matriculado ao menos no 7º ano do ensino fundamental, no ensino médio, em cursos de educação profissional e tecnológica ou em cursos de ensino superior e educação de jovens e adultos.

.....".

JUSTIFICAÇÃO

O projeto nº 5228, de 2019, constitui um enorme passo para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, nesse sentido incorporando e aprimorando as disposições da MP nº 905, de 2018. Nessa linha, cremos que toda boa ideia pode ser aprimorada, pelo que apresentamos a presente emenda, para permitir que o contrato de primeiro emprego se aplique, também aos estudantes de ensino fundamental - a partir do 7º ano - e do ensino médio.

Essa permissão vai permitir uma incorporação mais célere dos estudantes ao mercado de trabalho, com a consequente evolução positiva de nossos índices de desemprego juvenil.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**PL 5228/2019
00013****PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.**

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º do projeto de lei 5228/2019:

"Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

§ 1º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 6 (seis) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

§ 2º A jornada de trabalho não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras."

JUSTIFICAÇÃO

Nas duas leis de inserção de jovens no mercado de trabalho, a lei do estágio e a lei da aprendizagem, há limitação da carga horária em 6 horas diárias e 30 semanais, ambas proíbem as horas extras. Por quê? Qual o objetivo dessas restrições nessas leis? O objetivo é o jovem não perder o foco em sua capacitação e ainda ter tempo para locomover-se entre casa, trabalho e escola. A proposta é manter isso na lei do primeiro emprego para os jovens estudantes, pois, além de obterem renda para viabilizar seus estudos, também conseguirão ter foco em sua capacitação. Afinal, se o jovem trabalhar 44 horas por semana, isso pode fazê-lo focar em seu trabalho, chegar mais tarde na sala de aula e até abandonar os estudos. Apesar do foco ser o primeiro emprego, devemos formar essa geração.

Afinal, faltam profissionais qualificados em nosso país e, com taxa de desemprego tão alta (29,8% entre os mais jovens), a formação superior ou média técnica o ajudará a construir uma carreira e manter-se produtivo em sua vida.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação à presente emenda.

Sala da Sessão, 20 de maio de 2021.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

PL 5228/2019
00014**PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.**

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º e seus incisos, do projeto de lei 5228/2019:

“Art. 2º. O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para os trabalhadores nas seguintes características:

§ 1º da geração nem-nem (nem trabalha e nem estuda), desde que:

- I – Tenha 18 (dezoito) anos e acima, mas ainda não concluiu o ensino médio ou técnico de nível médio e esteja fora da sala de aula;
- II – Não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo em caso de aprendizagem.

Parágrafo único: após conseguir o primeiro emprego, caso o jovem não seja formado no ensino médio ou técnico de nível médio, terá três meses para apresentar a matrícula e retornar à escola, caso contrário a empresa perde os benefícios que trata essa Lei.

§ 2º já tenha concluído o ensino superior. Para isso, devem ser seguidas as seguintes condições:

- I – Trabalhar em área pertinente à sua formação;
- II – Seja observado um limite de 20% (vinte por cento) do total do número de empregados da empresa.”

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias. Para os trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente, está em 14,2% e 9,9%.

Logo, incentivar a contratação dessa faixa etária é fundamental. Atualmente, temos milhões de jovens na geração nem-nem, ou seja, nem trabalham nem estudam. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em junho pelo IBGE. Esses números são preocupantes, pois mostram um





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

retrato assombroso da juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com o IBGE, a faixa etária com maior índice de pessoas nessa situação é o grupo de 18 a 24 anos, com 35,2%. Ou seja, não estudam e nem trabalham. Já na faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa chega a 33%.

Portanto, para esse público, o desalento faz parte de sua rotina e a falta de perspectiva profissional gera um grande problema social para o nosso país. O PL 5228/2019 propõe a oferta de primeiro emprego para jovens do ensino superior ou médio técnico. Contudo, essa faixa etária já está coberta por duas legislações: **a lei de estágio (11.788/2008)** e **a lei da aprendizagem (10.097/2000)**. No caso da lei do estágio é muito pertinente a preocupação do contrato de estágio só ser feito em atividades correlatas ao curso e ter a instituição de ensino participando e validando as atividades do estágio. No caso de aprendizagem tem a preocupação da profissionalização do jovem e sua participação em entidades qualificadoras, ou seja, seria um retrocesso ignorar essas duas leis de extremo impacto social e inclusão dos jovens no mercado de trabalho.

Não temos hoje, no Brasil, uma legislação para cobrir quem não finalizou o ensino médio, por ter abandonado de fato e também não ter viabilizado sua entrada na carreira por falta de capacitação e oportunidade.

Logo, olhar para essa geração esquecida é fundamental para manter o equilíbrio de nosso país e incluir no mercado milhões de pessoas hoje à margem da sociedade. Muitos são vítimas do crime e cooptados para o caminho da violência e drogas. Infelizmente. Como alternativa, incentivar o empregador a abrir as portas para esse público pode mudar a perspectiva de uma nova sociedade no futuro. Afinal, eles nem têm acesso à sala de aula.

E por que a sugestão de 18 anos? Se disponibilizarmos o primeiro emprego com 44 horas para jovens de 16 a 18 anos, as empresas irão ofertar vagas para quem está fora do ensino médio, ou seja, terá o efeito de estimular os jovens a abandonarem os estudos.

Além disso, também é fundamental aumentar as chances para os recém-formados, os quais, muitas vezes, não conseguem uma colocação e ainda ficam com o nome sujo por ter de quitar seu financiamento estudantil, sem perspectivas de emprego para auxiliar nessa demanda. Segundo pesquisa publicada no jornal Valor Econômico, em 14 de abril de 2021, com jovens de todo o país, apenas 15% dos recém-formados em 2019 e 2020 conseguiram emprego em sua área de atuação logo depois de formados e mais de 50% trabalham em diferentes funções profissionais.

Atualmente, quantos estudantes de direito, engenharia, administração ou publicidade, por exemplo, são motoristas de Uber ou atuam como vendedores, balconistas ou corretores. Isso não significa nenhum demérito, mas certamente, não estão em uma



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

carreira com poder de colher seu máximo potencial. Então, por isso, é tão importante criar legislações capazes de incentivar a inclusão dessa parcela qualificada no mercado de trabalho.

Logo, essa parcela da sociedade é desprovida de acesso ao mercado de trabalho e a maioria desses jovens nem têm um projeto de vida. Ao se sentirem excluídos do nosso sistema social, eles se afastam da participação política, social e educacional. Como consequência, não utilizam suas energias para efetivar ações transformadoras para o nosso país.

Ou seja, oferecer incentivo tanto às microempresas e empresas de pequeno porte (as quais são as grandes geradoras de emprego no país) além das demais, se trata de uma proposta relevante, considerando os níveis de desemprego entre os jovens dessa geração, mas principalmente por estarem à margem do sistema educacional. Portanto, há necessidade de adoção de políticas públicas para sua inserção com o apoio dos empresários brasileiros.

Esse impacto é sentido em diversos setores. Estamos condenando essa juventude a dirimir seus sonhos e não lhes dando o direito de participar da renovação de quadros e lideranças do nosso país: um exemplo obscuro para as próximas gerações. Logo, para reverter esse cenário, é necessária uma postura mais imediatista: a geração nem-nem deve ser colocada como prioridade nacional, pois é um grupo da população estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Reconhecer sua relevância e criar condições para essa gigantesca parcela de jovens, diferente de quem já está em sala de aula ou no mercado de trabalho, é fundamental para mantermos as demandas e pluralidades de nossos interesses sociais, culturais, econômicos e territoriais: nossa nação precisa agir.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação à presente emenda.

Sala da Sessão, 20 de maio de 2021.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PL 5228/2019
00015

PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º do projeto de lei 5228/2019:

Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica;

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. *Parágrafo único.* O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 6 (seis) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período; e

III - esteja estagiando no mínimo 12 (doze) meses na empresa contratante.

Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 6 (seis) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

JUSTIFICAÇÃO

Quem consegue uma vaga de estágio tem os benefícios da lei 11.788/2008 e pode colocar em prática o conteúdo aprendido em sala de aula. A empresa, ao contratar um estagiário está capacitando e preparando para os seus quadros de funcionários futuros, ensinando sobre a cultura interna. A instituição precisa alocar um supervisor para treinar esse jovem e ajudá-lo a aprender os conhecimentos práticos na sua área de formação.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Jaques Wagner**

Quando a organização faz isso, ela está ajudando a patrocinar a educação desse jovem e o mantendo em sala de aula. Com isso, ao incluir os benefícios desse projeto de lei, mais empresas irão buscar jovens por meio do estágio e que poderão ser efetivados de fato.

Com estágio preliminar também se evita que o jovem ao conseguir um emprego de 44 horas semanais prejudique seus estudos logo nos primeiros anos de maior carga horária, visto que a lei do estágio limita a 30 horas semanais e horas extras, fora que tem o acompanhamento da Instituição de Ensino que garante sua continuidade nos estudos.

Dessa forma, cria-se uma linha de carreira: estágio e primeiro emprego: ganha a sociedade, a empresa e o Brasil. Um país ao olhar para sua juventude, está focando para o seu futuro.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação à presente emenda.

Sala da Sessão, 20 de maio de 2021.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA





PL 5228/2019
00016

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.228, de 2019)

Acrescente-se ao art. 8º do PL nº 5228, de 2019, o seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 8º.....

.....

§ 2º O tempo de duração máximo do contrato transformado na forma do *caput* será correspondente ao número de meses que restam entre a data da transformação e a data em que o contrato original completaria doze meses de formação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca dirimir possível interpretação inadequada do art. 8º. Cremos que a intenção do autor não foi a de permitir que o contrato de trabalho regular convertido em contrato de primeiro emprego tivesse duração que, na prática, superasse os doze meses do contrato de primeiro emprego.

Destarte, oferecemos a presente emenda para esclarecer que a conversão do contrato se aplicará aos meses restantes, até se completar os doze meses do contrato.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**





PL 5228/2019
00017

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.228, de 2019)

Incluem-se os seguintes arts. 5º e 6º no PL nº 5228, de 2019, renumerando-se os demais:

Art. 5º Os empregadores poderão contratar, nos termos desta Lei:

I - um jovem, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;

II - dois jovens, no caso de contarem com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e

III - até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

§ 1º No cálculo do número máximo de contratações, de que trata o inciso III, computar-se-á como unidade a fração igual ou superior a cinco décimos e desprezar-se-á a fração inferior a esse valor.

§ 2º De modo a evitar a substituição de trabalhadores ativos por jovens contratados nos termos desta Lei, o monitoramento da movimentação do quadro de empregados da empresa será efetuado pelo Ministério da Economia com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED e levará em consideração a taxa de rotatividade do setor declarado pela empresa e a região em que ela se situa.

Art. 6º As reduções referidas nos arts. 3º e 4º subsistirão enquanto o quadro de empregados e a respectiva folha salarial da empresa ou estabelecimento forem superiores às respectivas médias mensais dos seis meses imediatamente anteriores ao da data de publicação desta Lei, na forma do regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

Ao conceder incentivos para que mais jovens sejam contratados, o PL nº 5228, de 2019, deve estabelecer uma contrapartida da



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

empresa: a de aumentar o número de empregados e da respectiva folha salarial.

Ao mesmo tempo, torna-se imperioso estabelecer mecanismos para que não haja uma substituição da mão-de-obra existente por outra mais barata.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**





PL 5228/2019
00018

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.228, de 2019)

Inclua-se o art. 11 no PL nº 5228, de 2019, renumerando-se os demais:

Art. 11 O contrato de que trata esta lei só poderá ser firmado se, no momento da contratação, o empregador esteja adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 5228, de 2019, ao mesmo tempo que prevê alíquotas reduzidas para o recolhimento das contribuições previdenciária e do FGTS, na modalidade Nova Lei do Primeiro Emprego, deve também determinar que o empregador não seja devedor relativamente a essas contribuições.

Os arts. 3º e 4º da proposta em análise, seguramente, aliviam a empresa na hora de contratar o jovem e nada mais justo que o empregador esteja em dia com seus compromissos previdenciários e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**





PL 5228/2019
00019

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5.228, de 2019)

Suprima-se o § 2º, do art. 6º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º do art. 6º estabelece que a definição e regulamentação das hipóteses de dispensa do jovem trabalhador que não são arroladas na Lei serão feitas por ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério da Economia. Entendemos que as hipóteses excepcionais de rescisões contratuais somente poderão ser definidas por lei, como é o caso das hipóteses de justa causa, que estão definidas estritamente no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**





PL 5228/2019
00020

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao art. 2º, inciso II, do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

"Art.2º.....

.....

II- não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem ou de vínculos de emprego anterior cuja duração total seja de até seis meses.

.....".

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 5228, de 2019, que se destina a facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho possui inegáveis méritos. cremos, no entanto, que não leva em conta inteiramente as peculiaridades do emprego do trabalhador jovem.

Efetivamente, é bastante comum que os jovens se envolvam em relações de emprego de curta duração, interrompidas rapidamente por razões diversas: as necessidades de estudo, a própria inexperiência dos jovens, ou mesmo o fato de que apenas desejavam um emprego por curto período em um dado momento.

A atual redação do Projeto acaba sendo muito restritiva para esses jovens que tiveram uma brevíssima experiência de trabalho e que, em razão disso, terminariam aliçados do contrato de primeiro emprego. Assim, sugerimos a presente emenda para excluir essas breves experiências laborais da contagem para a contratação na modalidade de primeiro emprego.

Sala das Sessões,

Senador Alessandro Vieira

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PL 5228/2019
00021

EMENDA nº - PLENÁRIO
ao PL nº 5228 de 2019

Acrescente-se o seguinte § 2º ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019, renumerando o parágrafo único:

"Art. 2º

§ 1º

§ 2º Enquanto não se conclua a formação de que trata o inciso I do caput, a jornada de trabalho não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras."

JUSTIFICAÇÃO

Nas duas leis de inserção de jovens no mercado de trabalho, a Lei do Estágio e a Lei da Aprendizagem, há limitação da carga horária em 6 horas diárias e 30 semanais, e ambas proíbem as horas extras. O objetivo dessas restrições é o jovem não perder o foco em sua capacitação e ter tempo para locomover-se entre casa, trabalho e escola.

A emenda que apresentamos visa manter esse cuidado na lei do primeiro emprego para os jovens estudantes. Assim, além de obterem renda para viabilizar seus estudos, conseguirão ter foco em sua capacitação.

Afinal, se o jovem trabalhar 44 horas por semana, isso pode fazê-lo focar em seu trabalho, chegar mais tarde na sala de aula e até abandonar os estudos. Apesar do foco ser o primeiro emprego, devemos formar essa geração, pois faltam profissionais qualificados em nosso país e, com taxa de desemprego tão alta (29,8% entre os mais jovens), a formação superior ou média técnica é de grande importância.

Neste sentido, apresentamos a presente emenda e solicitamos o apoio de todos os pares.

Sala das Sessões,

Senadora **LEILA BARROS**



PL 5228/2019
00022**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao art. 2º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º Fica instituído o Contrato de Primeiro Emprego, modalidade de contratação destinada à criação de novos postos de trabalho para os jovens entre dezoito e vinte e nove anos de idade, para fins de registro do primeiro emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º Para fins da caracterização como primeiro emprego, não serão considerados os seguintes vínculos laborais:

- I - menor aprendiz;
- II - contrato de experiência;
- III - trabalho intermitente; e
- IV - trabalho avulso.

§ 2º As relações de trabalho decorrentes da celebração de contrato a que se refere o caput serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como pelas convenções e acordos coletivos da categoria a que o trabalhador pertença.

§ 3º É permitida a contratação de trabalhadores pela modalidade de Contrato de Primeiro Emprego no período de vinte e quatro meses contados a partir da publicação desta Lei, prorrogáveis por prazo determinado em ato do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei.

§ 4º Fica assegurado o prazo de contratação de até vinte e quatro meses, nos termos do disposto no art. 5º, ainda que o termo final do contrato seja posterior ao prazo de que trata o § 3º.

§ 5º Havendo infração aos limites estabelecidos no art. 2º, o contrato de trabalho na modalidade Contrato de Primeiro Emprego será transformado automaticamente em contrato de trabalho por prazo indeterminado.

§ 6º As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com a multa prevista no inciso II do caput do art. 634-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se destina a ampliar o Contrato de Primeiro Emprego, tal como apresentado no presente PL do ilustre Senador Irajá, com base nas regras do PL nº 1318/2021, de minha autoria, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, uma rerepresentação da proposta original da MPV 905/2019, com os aperfeiçoamentos que julgamos necessários.

As linhas gerais do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo são mais amplas e, portanto, mais favoráveis à geração de empregos para jovens, de forma a maximizar seu impacto positivo. A principal diferença é que nossa proposta permite a contratação de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, independentemente de estarem matriculados ou não em curso superior ou profissionalizante. Com certeza, essa ampliação, que estamos propondo com a presente emenda, atenderá um público maior de jovens, levando em consideração os seguintes dados:

- Segundo a OIT¹, “a crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19 está afetando os jovens – especialmente as mulheres – com mais força e rapidez do que qualquer outro grupo. Em todo mundo, mais de 1 em cada 6 jovens deixou de trabalhar desde o início da pandemia. Com isso, globalmente, o número de jovens desempregados chega a 67,9 milhões;
- Em 2019, o Brasil tinha 47,2 milhões de jovens de 15 a 29 anos, que representavam 28% da população ativa acima de 15 anos. No entanto, os jovens somavam mais da metade dos trabalhadores desocupados (54%). Com a pandemia, houve um aumento da inatividade, principalmente do número de jovens desalentados, que desistiram de procurar emprego por não ter esperanças de que vão encontrar.

Outra diferença está no prazo do contrato: estamos propondo que este possa vigorar por 24 meses, prorrogáveis por prazo determinado em ato do Poder Executivo, enquanto o PL do Senador Irajá especifica prazo de 12 meses prorrogáveis por igual período.

Outro ponto que consideramos fundamental: o descumprimento das regras do contrato especial de primeiro emprego ensejará a transformação automática em contrato de trabalho por prazo indeterminado.

¹ Cfr. Ipea e OIT avaliam o impacto da pandemia sobre jovens no mercado de trabalho do Brasil - Três estudos analisam as vulnerabilidades e apontam caminhos para políticas públicas, in https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_759995/lang--pt/index.htm



Estou certo de que essas contribuições, além de aperfeiçoar a matéria, vão se somar aos esforços do autor e de outros colegas para reduzir os altos índices de desemprego e desocupação entre nossos jovens, dando a eles mais esperança e dignidade.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



**PL 5228/2019
00023**

Minuta

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao art. 6º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art. 6º O contrato de que trata esta Lei será rescindido quando o trabalhador:

I- concluir o curso de que trata o inciso I do art. 2º;

II- caso o curso seja interrompido, na forma do regulamento;
ou

III- caso o trabalhador seja desligado do curso em razão de falta disciplinar grave, desempenho insuficiente ou ausência reiterada injustificada no curso, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O contrato não será rescindido caso a interrupção do curso seja seguida de imediata matrícula em outro curso.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º do PL 5228, de 2019, em sua redação original atribui à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia a competência para definir outros casos de extinção do contrato de Primeiro Emprego, diversos daqueles já estabelecidos no próprio dispositivo.

Sem embargo, cremos que qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho fundada em critérios específicos deve ser explicitada em Lei - tal como no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Por esse motivo sugerimos a alteração do referido dispositivo para atribuir ao órgão do Poder Executivo unicamente a regulamentação das hipóteses em questão.

Sala das Sessões,



:

Senador JEAN PAUL PRATES

ed2021-05749





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 5228/2019
00024

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 5.228, de 2019)

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, dando-se ao art. 2º do mesmo a seguinte redação:

“Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que:

- I – tenha realizado no mínimo um ano de estágio na empresa; ou
- II – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

Parágrafo único. O contrato de que se trata esta Lei é o contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.”

JUSTIFICAÇÃO

A nova redação proposta cria um itinerário em sequência para o estágio curricular e o primeiro emprego, estabelecendo um vínculo entre formação educacional e trabalho e permitindo que estudantes tenham acesso ao mercado de trabalho formal de imediato, ao concluírem seus estudos.

Além disso, é oportuno registrar que, segundo dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019*, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “ao menos seis em cada dez jovens que concluem o ensino médio não continuam a estudar porque não tem recursos para custear os estudos”.

Ao modificar o artigo 2º e seus incisos, possibilitando uma transição sistemática do estágio para o contrato de primeiro emprego, é possível também atuar na redução das taxas citadas abaixo. Assim, no momento em que o estagiário deixar de ser estudante ele terá acesso a uma oportunidade





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

no mercado por meio do primeiro emprego, podendo assim prosseguir em estudos adicionais.

O mesmo levantamento mostra que o ensino superior é hegemonicamente privado no Brasil. Apenas um quarto dos estudantes de graduação (26,3%) estão matriculados em instituições de ensino superior públicas (O Estado de São Paulo, 15 de julho de 2020).

As informações acima são fortes indicativos sobre a origem do surgimento dos “Nem, nem”, notadamente abrangendo a população de jovens da periferia, que são os mais vulneráveis.

Importante ressaltar que a grande maioria destes jovens (em geral com dezoito anos de idade, ou um pouco mais) não terá a possibilidade de se manter como estagiários, por não estarem matriculados em cursos técnicos ou superiores, ou ainda em programas de aprendizagem, previstos pela Lei nº 10.097/2000, que contam com número de vagas ainda muito abaixo da quantidade de jovens que procuram ingressar no mercado de trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que a supressão do artigo 6º é necessária a fim de evitar a contradição como a nova redação do artigo 2º, proposta por esta emenda.

Nesses termos, pedimos o apoio dos nobres colegas para as alterações propostas.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





PL 5228/2019
00025

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º. Esta lei altera o *caput* do artigo 2º e seus incisos, do projeto de lei 5228/2019. Eles passam a vigorar da seguinte forma:

“Art. 2º. O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para os trabalhadores nas seguintes características:

§ 1º da geração nem-nem (nem trabalha e nem estuda), desde que:

I – Tenha 18 (dezoito) anos e acima, mas ainda não concluiu o ensino médio e esteja fora da sala de aula;

II – Não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo em caso de aprendizagem.

Parágrafo único: após conseguir o primeiro emprego, caso o jovem não seja formado no ensino médio, terá



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

três meses para apresentar a matrícula e retornar à escola, caso contrário a empresa perde os benefícios que trata essa Lei.

§ 2º já tenha concluído o ensino superior. Para isso, devem ser seguidas as seguintes condições:

I – Trabalhar em área pertinente à sua formação;

II – Seja observado um limite de 20% (vinte por cento) do total do número de empregados da empresa."

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
JUSTIFICAÇÃO

Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias. Para os trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente, está em 14,2% e 9,9%.

Logo, incentivar a contratação dessa faixa etária é fundamental. Atualmente, temos milhões de jovens na geração nem-nem, ou seja, nem trabalham nem estudam. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em junho pelo IBGE. Esses números são preocupantes, pois mostram um retrato assombroso da juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com o IBGE, a faixa etária com maior índice de pessoas nessa situação é o grupo de 18 a 24 anos, com 35,2%. Ou seja, não estudam e nem trabalham. Já na faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa chega a 33%.

Portanto, para esse público, o desalento faz parte de sua rotina e a falta de perspectiva profissional gera um grande problema social para o nosso país. O PL 5228/2019 propõe a oferta de primeiro emprego para jovens do ensino superior ou médio técnico. Contudo, essa faixa etária já está coberta por duas legislações: **a lei de estágio (11.788/2008)** e **a lei da aprendizagem (10.097/2000)**. No caso da lei do estágio é muito pertinente a preocupação do contrato de estágio só ser feito em atividades correlatas ao curso e ter a instituição de ensino participando e validando as atividades do estágio. No caso de aprendizagem tem a preocupação da profissionalização do jovem e sua participação em entidades qualificadoras, ou seja, seria um retrocesso ignorar essas duas leis de extremo impacto social e inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Não temos hoje, no Brasil, uma legislação para cobrir quem não finalizou o ensino médio, por ter abandonado de fato e também não ter viabilizado sua entrada na carreira por falta de capacitação e oportunidade.

Logo, olhar para essa geração esquecida é fundamental para manter o equilíbrio de nosso país e incluir no mercado milhões de pessoas hoje à margem da sociedade. Muitos são vítimas do crime e cooptados para o caminho da violência e drogas. Infelizmente. Como alternativa, incentivar o empregador a abrir as portas para esse público pode mudar a perspectiva



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

de uma nova sociedade no futuro. Afinal, eles nem têm acesso à sala de aula.

E por que a sugestão de 18 anos? Se disponibilizarmos o primeiro emprego com 44 horas para jovens de 16 a 18 anos, as empresas irão ofertar vagas para quem está fora do ensino médio, ou seja, terá o efeito de estimular os jovens a abandonarem os estudos.

Além disso, também é fundamental aumentar as chances para os recém-formados, os quais, muitas vezes, não conseguem uma colocação e ainda ficam com o nome sujo por ter de quitar seu financiamento estudantil, sem perspectivas de emprego para auxiliar nessa demanda. Segundo pesquisa publicada no jornal Valor Econômico, em 14 de abril de 2021, com jovens de todo o país, apenas 15% dos recém-formados em 2019 e 2020 conseguiram emprego em sua área de atuação logo depois de formados e mais de 50% trabalham em diferentes funções profissionais. Atualmente, quantos estudantes de direito, engenharia, administração ou publicidade, por exemplo, são motoristas de Uber ou atuam como vendedores, balconistas ou corretores. Isso não significa nenhum demérito, mas certamente, não estão em uma carreira com poder de colher seu máximo potencial. Então, por isso, é tão importante criar legislações capazes de incentivar a inclusão dessa parcela qualificada no mercado de trabalho.

Logo, essa parcela da sociedade é desprovida de acesso ao mercado de trabalho e a maioria desses jovens nem têm um projeto de vida. Ao se sentirem excluídos do nosso sistema social, eles se afastam da participação política, social e educacional. Como consequência, não utilizam suas energias para efetivar ações transformadoras para o nosso país.

Ou seja, oferecer incentivo tanto às microempresas e empresas de pequeno porte (as quais são as grandes geradoras de emprego no país) além das demais, se trata de uma proposta relevante, considerando os níveis de desemprego entre os jovens dessa geração, mas principalmente por estarem à margem do sistema educacional. Portanto, há necessidade de adoção de políticas públicas para sua inserção com o apoio dos empresários brasileiros.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

Esse impacto é sentido em diversos setores. Estamos condenando essa juventude a dirimir seus sonhos e não lhes dando o direito de participar da renovação de quadros e lideranças do nosso país: um exemplo obscuro para as próximas gerações. Logo, para reverter esse cenário, é necessário uma postura mais imediatista: a geração nem-nem deve ser colocada como prioridade nacional, pois é um grupo da população estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Reconhecer sua relevância e criar condições para essa gigantesca parcela de jovens, diferente de quem já está em sala de aula ou no mercado de trabalho, é fundamental para mantermos as demandas e pluralidades de nossos interesses sociais, culturais, econômicos e territoriais: nossa nação precisa agir. Esse projeto de lei visa mudar essa história e trazer nova perspectiva para nossos brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PL 5228/2019
00026

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Suprima-se o art. 4º do PL nº 5228, de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto sob exame propõe que as alíquotas de contribuição para a Previdência Social e do FGTS sejam mais favoráveis para o empregador: 1% quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou 2%, quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido.

A despeito do fato de a Constituição permitir alíquotas diferenciadas em razão da condição estrutural do mercado de trabalho, importante ressaltar que, com a medida, a proposição aumenta as despesas da previdência social. Essa circunstância equivale, matematicamente, à majoração de benefícios previdenciários e não pode estar desacompanhada da devida fonte de custeio, sob pena de malferir o disposto no art. 195, § 5º, da Constituição Federal:

“Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

.....
§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

.....”

Conforme também previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposição que conceda ou amplie benefício de natureza tributária que acarrete renúncia de receita, deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma de duas condições.



Uma das referidas condições é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO. Outra é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Nesse último caso, o benefício só pode entrar em vigor após implementadas tais medidas compensatórias.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

aw2021-05693





PL 5228/2019
00027

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º do projeto de lei 5228/2019:

"Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

§ 1º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

§ 2º A jornada de trabalho não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras."





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
JUSTIFICAÇÃO

Nas duas leis de inserção de jovens no mercado de trabalho, a lei do estágio e a lei da aprendizagem, há limitação da carga horária em 6 horas diárias e 30 semanais, ambas proíbem as horas extras. Por quê? Qual o objetivo dessas restrições nessas leis? O objetivo é o jovem não perder o foco em sua capacitação e ainda ter tempo para locomover-se entre casa, trabalho e escola. A proposta é manter isso na lei do primeiro emprego para os jovens estudantes, pois, além de obterem renda para viabilizar seus estudos, também conseguirão ter foco em sua capacitação. Afinal, se o jovem trabalhar 44 horas por semana, isso pode fazê-lo focar em seu trabalho, chegar mais tarde na sala de aula e até abandonar os estudos. Apesar do foco ser o primeiro emprego, devemos formar essa geração. Afinal, faltam profissionais qualificados em nosso país e, com taxa de desemprego tão alta (29,8% entre os mais jovens), a formação superior ou média técnica o ajudará a construir uma carreira e manter-se produtivo em sua vida.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





PL 5228/2019
00028

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 3º do projeto de lei 5228/2019:

"Art. 4º A alíquota do depósito do FGTS para o contrato de que trata esta Lei será de 8% (oito por cento).

Art. 5º A alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a remuneração de que tratam os incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será diferenciada para o contrato de que trata esta Lei, em razão da condição estrutural do mercado de trabalho dos jovens, conforme o § 9º do art. 195 da Constituição, e será de:

I – 10% (dez por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II – 15% (quinze por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias. Para os trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente, está em 14,2% e 9,9%.

Logo, incentivar a contratação dessa faixa etária é fundamental. Atualmente, temos 11,1 milhões de jovens na Geração Nem-Nem, ou seja, nem trabalham nem estudam. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em junho pelo IBGE. Esses números são preocupantes, pois mostram um retrato assombroso da juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com o IBGE, a faixa etária com maior índice de pessoas nessa situação é o grupo de 18 a 24 anos, com 35,2%. Ou seja, não estudam e nem trabalham. Já na faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa chega a 33%.

Portanto, para esse público, o desalento faz parte de sua rotina e a falta de perspectiva profissional gera um grande problema social para o nosso país. O PL 5228/2019 propõe a oferta de primeiro emprego para jovens do ensino superior ou médio técnico. Contudo, essa faixa etária já está coberta por duas legislações: a lei de estágio (11.788/2008) e a lei da aprendizagem (10.097/2000). No caso da lei do estágio é muito pertinente a preocupação do contrato de estágio só ser feito em atividades correlatas ao curso e ter a instituição de ensino participando e validando as atividades do estágio.

Logo, olhar para essa geração esquecida é fundamental para manter o equilíbrio de nosso país e incluir no mercado milhões de pessoas hoje à margem da sociedade. Como alternativa, incentivar o empregador a abrir as portas para esse público pode mudar a perspectiva de uma nova sociedade no futuro.

Ou seja, ao oferecer incentivo às empresas, o projeto se torna muito relevante. Principalmente, considerando os níveis de desemprego entre os jovens dessa geração, por estarem à margem do sistema



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

educacional. Portanto, há necessidade de adoção de políticas públicas para sua inserção com o apoio dos empresários brasileiros.

Contudo, não podemos tirar do mercado um adulto, com família, para inserir um jovem, tal como o projeto de lei incentiva. Ao oferecer benefícios de apenas 1% ou 2% de FGTS e 1% ou 2 % da cota patronal do INSS, será muito mais barato dispensar os trabalhadores na empresa e substituí-los pelos jovens universitários e secundaristas do ensino médio.

Por isso, essa emenda visa corrigir essa distorção. É importante e amplamente conhecido os problemas enfrentados pela juventude. Contudo, a legislação proposta abre caminho para a substituição de quem já está atuando no mercado. Essa precarização do trabalho é repudiada há muito tempo por órgãos do governo e da sociedade.

Com isso, não podemos prejudicar quem já se colocou no mercado, formou sua carreira e está atuando há muitos anos, para ser substituído por um jovem do primeiro emprego.

Segundo dados do segundo trimestre da Pnad Contínua de 2020, a População Economicamente Ativa (PEA) é de 96,138 milhões de brasileiros, sendo com carteira de trabalho assinada apenas 30,6 milhões. Considerando o desemprego atual, na população adulta também estar com 14,2% segundo IBGE, ou seja 14,3 milhões de pessoas. Nesse universo há muitos jovens, mas também pais de família. Essa proposta ao limitar em 10% a contratação de jovens estabelece uma proteção para os atuais trabalhadores com carteira assinada.

É necessário sim, criar mecanismos para inserção dessa parcela da sociedade, mas não em detrimento de outros segmentos. Essa emenda visa corrigir essa distorção ao oferecer benefícios para quem abrir as portas para esse jovem, mas limitando sua contratação para não servir de válvula para dispensar do mercado milhões de trabalhadores já empregados, pais de família e substituindo por outra mais barata criando um problema social pior.

O Artigo 4º foi melhorado para garantir a não substituição dos atuais trabalhadores com contrato de trabalho indeterminado por jovens do contrato do primeiro emprego. Dessa forma, é criado um mecanismo de



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

proteção sem estimular demissões, mas sim novas vagas, bem como não sacrificar esse novo trabalhador com uma perda do seu FGTS.

Quando analisado do ponto de vista financeiro e orçamentário a proposta original apresenta a diminuição dos valores de FGTS e INSS, ampliando o incentivo às empresas por meio de benefícios de natureza tributária. Porém, não oferece a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita e também não traz medidas de compensação.

O FGTS é uma garantia do trabalhador. Logo, é salário e não pode ser retirado da mão desse jovem, em início de carreira.

Conhecendo as metas fiscais e os desafios da previdência em nosso país, essa renúncia poderia piorar ainda mais os problemas sociais e agravar o planejamento e diretrizes orçamentárias.

Logo, é preocupante aprovar o projeto de lei 5228/2019 com alíquotas muito baixas, pois pode trazer desajustes fiscais e gerar desequilíbrio orçamentário para a Caixa e INSS. Além disso, é relevante a consulta aos órgãos responsáveis pela arrecadação federal para avaliarem o real impacto da diminuição dos impostos propostos. Portanto, alíquotas de 8% do FGTS, bem como 10% e 15% do INSS são bons estímulos sem causar tamanho impacto orçamentário.

Concluindo, os jovens fazem parte da parcela da sociedade desprovida de acesso ao mercado de trabalho e a maioria nem tem um projeto de vida. Ao se sentirem excluídos do nosso sistema social, eles se afastam da participação política, social e educacional. Como consequência, não utilizam suas energias para efetivar ações transformadoras para o nosso país.

Esse impacto é sentido em diversos setores. Estamos condenando essa juventude a dirimir seus sonhos e sem o direito de participar da renovação de quadros e lideranças do nosso país: um exemplo obscuro para as próximas gerações. Logo, para reverter esse cenário, é necessário uma postura mais imediatista. Reconhecer sua relevância e criar condições para essa gigantesca parcela de jovens, diferente de quem já está em sala de aula ou no mercado de trabalho, é fundamental para mantermos as demandas e pluralidades de nossos interesses sociais, culturais, econômicos e



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

territoriais: nossa nação precisa agir. Esse projeto de lei visa mudar essa história e trazer nova perspectiva para nossos brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





PL 5228/2019
00029

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 5228 DE 2019.

Dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre as entidades educacionais qualificadas em formação técnico-profissional metódica e sobre o contrato de primeiro emprego, destinado ao trabalhador que esteja matriculado em cursos de ensino superior ou da educação profissional e tecnológica e que não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º do projeto de lei 5228/2019:

Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica;

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período; e

III - esteja estagiando no mínimo 12 (doze) meses na empresa contratante.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

JUSTIFICAÇÃO

Quem consegue uma vaga de estágio tem os benefícios da lei 11.788/2008 e pode colocar em prática o conteúdo aprendido em sala de aula. A empresa, ao contratar um estagiário está capacitando e preparando para os seus quadros de funcionários futuros, ensinando sobre a cultura interna. A instituição precisa alocar um supervisor para treinar esse jovem e ajudá-lo a aprender os conhecimentos práticos na sua área de formação.

Quando a organização faz isso, ela está ajudando a patrocinar a educação desse jovem e também o mantendo em sala de aula. Com isso, ao incluir os benefícios desse projeto de lei, mais empresas irão buscar jovens por meio do estágio e que poderão ser efetivados de fato.

Com estágio preliminar também evita-se que o jovem ao conseguir um emprego de 44 horas semanais prejudique seus estudos logo nos primeiros anos de maior carga horária, visto que a lei do estágio limita a 30 horas semanais e horas extras, fora que tem o acompanhamento da Instituição de Ensino que garante sua continuidade nos estudos.

Dessa forma, cria-se uma linha de carreira: estágio e primeiro emprego: ganha a sociedade, a empresa e o Brasil. Um país ao olhar para sua juventude, está focando para o seu futuro.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





PL 5228/2019
00030

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 5.228, de 2019)

Aditiva

Insira-se onde couber no PL Nº 5.228 de 2019 o seguinte artigo:

“Art. XX Nas licitações e contratos promovidos por órgãos e entidades da Administração Pública para obras, serviços, compras, locações constará obrigatoriamente cláusula que exija das empresas com 100 (cem) ou mais empregados a obrigação de preencher até 10% (dez por cento) dos seus cargos com jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos oriundos de programas de inclusão educacional-profissional e de cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive do Programa Nacional de Inclusão do Jovem – PROJOVEM, regido pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, ou da legislação que a substitua. (NR)

Art. XX Nas licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública para contratação de prestação de serviços que prevejam o fornecimento de mão-de-obra constará obrigatoriamente cláusula que assegure reserva de vagas para jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos oriundos de programas de cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive do Programa Nacional de Inclusão do Jovem – PROJOVEM, regido pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, ou da legislação que a substitua.

Parágrafo Único. Será de até 10% (dez por cento) a quantidade de vagas reservadas para os jovens de que trata o caput deste artigo.

Art. XX As regras desta Lei serão obrigatoriamente observadas quando da renovação de contratos com a Administração Pública.

Art. XX Os jovens contratados na forma desta Lei não perdem o vínculo com os programas governamentais para fins de acompanhamento, fiscalização e controle social, não recebendo benefício, bolsa ou auxílio pago pelo Poder Público, sendo-lhes aplicados os direitos e as obrigações decorrentes das relações de emprego.” (NR)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é promover a inclusão social dos jovens e adolescentes por meio do mercado de trabalho por meio da reserva de vagas nas empresas que participem de licitações e contratos de obras, prestação de serviços, compras e locações para a Administração Pública.

Para isso, nos valem dos instrumentos das licitações e dos contratos administrativos do seguinte modo: obriga-se que a Administração Pública exija das empresas com mais de 100 empregados que participem das licitações, ou que fechem contratos públicos, a ter em seus quadros funcionais até 10% dos seus empregados jovens e adolescentes entre 15 e 29 anos oriundos de programas de inclusão educacional-profissional e de cumprimento de medidas socioeducativas.

Igualmente, naquelas licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública para contratação de prestação de serviços que prevejam o fornecimento de mão de obra, constará obrigatoriamente cláusula que assegure reserva de vagas para jovens e adolescentes entre 15 e 29 anos oriundos de programas de cumprimento de medidas socioeducativas. Sabe-se que boa parte dos serviços de limpeza, manutenção, conservação nos prédios e órgãos públicos são realizados mediante contratação de serviços terceirizados, daí a importância de que 10% dessas vagas sejam de jovens e adolescentes oriundos do próprio sistema público de aplicação das medidas socioeducativas oriundo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), resolvendo um ponto nefrágico entre o Executivo, o Judiciário e Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente.

É importante considerar que as obras e contratações de serviços públicos desempenham um importante papel no bojo da economia, inclusive fomentando a economia e setores econômicos; daí que utilizamos esse importante papel de intervencionismo estatal econômico para desempenhar uma funcionalidade de inclusão social, justamente porque na juventude há tantos perigos que podem levar a outros caminhos, como as drogas, o álcool, a violência. Bom, o que pode garantir oportunidades para os jovens são as políticas públicas, daí o porquê o nosso Projeto incentiva os programas sociais de inclusão educacional-profissional e de cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive do Programa Nacional de Inclusão do Jovem – PROJOVEM, regido pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Por fim, é bom lembrar que a Emenda se harmoniza com a Constituição Federal na medida em que o art. 22, inciso XXVII expressa que compete privativamente à União legislar sobre as normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

Acreditamos que, com a aprovação desta emenda, contribuiremos para a inclusão social dos jovens e adolescentes nesse momento de pandemia, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

PT/SE



**PL 5228/2019
00031****EMENDA Nº - PLEN
(ao Projeto de Lei nº. 5.228, de 2019)
Aditiva**

Dê-se nova redação ao art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 5.228, de 2019:

“Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado na educação básica ou no ensino superior, inclusive em cursos de educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

§ 1º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

§ 2º O trabalhador regularmente matriculado em cursos de educação profissional e tecnológica ou no ensino superior deve atuar, preferencialmente, em área pertinente à sua formação.”

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei nº 5228/2019 por meio de seu art 2º, restringe a nova lei do primeiro emprego à matrícula em ensino superior ou educação profissional e tecnológica, uma vez que apenas os jovens matriculados em “cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica” poderiam ser beneficiados pela política. No entanto, uma política pública voltada à inserção da juventude no mercado de trabalho deve contemplar o maior número possível de jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, restringir apenas aos jovens matriculados em Ensino Superior ou na Educação Profissional e Tecnológica limita o público alvo do projeto.

Outra limitação do projeto é que essa política não absorve um percentual relevante dos jovens que nem estudam e nem trabalham (geração nem-nem) e por isso não



conseguem o primeiro emprego. Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias. Para os trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente, está em 14,2% e 9,9%.

Logo, incentivar a contratação dessa faixa etária é fundamental. Atualmente, temos milhões de jovens na geração nem-nem, ou seja, nem trabalham nem estudam. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em junho pelo IBGE. Esses números são preocupantes, pois mostram um retrato assombroso da juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com o IBGE, a faixa etária com maior índice de pessoas nessa situação é o grupo de 18 a 24 anos, com 35,2%. Ou seja, não estudam e nem trabalham. Já na faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa chega a 33%.

Nesse contexto, a alteração proposta nesta emenda para o art. 2º tem dois objetivos: (1) visa ampliar o escopo do projeto ao determinar que todos aqueles matriculados na educação básica possam utilizar essa modalidade de contratação, não apenas aqueles na Educação Profissional e Tecnológica. Tal alteração permite que jovens em situação de vulnerabilidade social, mas que estejam matriculados na educação básica, sejam abarcados por esta política de primeiro emprego e (2) dar oportunidade de emprego para essa faixa etária, é também fundamental que a empresa dê oportunidade para esses trabalhadores se profissionalizarem em um ofício, o que abrirá espaço, tanto para serem absorvidos pela própria empresa, quanto contribuir para sua atuação no mercado de trabalho.

SENADOR MARCELO CASTRO
MDB/PI





PL 5228/2019
00032

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019:

“**Art. 2º** O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador maior de 18 (dezoito) anos e sem vínculo anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem ou de vínculos de emprego anterior cuja duração total seja de até seis meses, que, alternativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior, educação profissional e tecnológica ou Educação de Jovens e Adultos;

II – não tenha concluído o ensino médio ou o ensino superior e esteja fora da sala de aula; ou

III – tenha concluído o ensino superior ou a educação profissional e tecnológica, desde que contratado para trabalhar na sua área de formação.

.....
§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e II, a jornada de trabalho não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras.

§ 3º No caso do inciso II, após conseguir o primeiro emprego, o trabalhador terá o prazo de três meses para apresentar a matrícula na instituição de ensino e retornar efetivamente às aulas, sob pena de a empresa perder os benefícios de que trata essa Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O contrato de primeiro emprego é um instrumento de grande importância para o estímulo à criação de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, do crescimento econômico.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

No entanto, além de beneficiar os estudantes de ensino superior e da educação profissional e tecnológica, entendemos que é importante contemplar adicionalmente as seguintes pessoas:

- ✓ Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- ✓ Pessoas que não concluíram o ensino médio ou o ensino superior e que nunca trabalharam, desde que comprovem o retorno à sala de aula nos primeiros três meses do contrato de primeiro emprego (chamada geração “nem nem”);
- ✓ Pessoas que concluíram o ensino superior ou a educação profissional e tecnológica, mas que nunca conseguiram o primeiro emprego.

Com efeito, beneficiar somente quem cursa o ensino superior teria o efeito nocivo de excluir a população de baixa renda que não possui condições arcar com os elevados custos de uma faculdade. Ademais, há um grande número de pessoas maiores de idade que ainda estão cursando o ensino básico, ou mesmo já graduadas em nível superior, mas que nunca tiveram acesso à oportunidade de primeiro emprego.

Portanto, ao acrescentar essas categorias no rol de beneficiários da presente proposição legislativa, entendemos que as finalidades do programa do primeiro emprego serão melhor atendidas.

Por isso, pedimos o apoio dos pares para a aprovação dessa emenda, por medida de justiça e isonomia.

Sala das Sessões,

Senador Flávio Arns
PODEMOS - PR



PL 5228/2019
00033

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
Parágrafo único. O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por mais dois períodos consecutivos de igual duração.”

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional mostra estar atento para a necessidade de criação de postos de trabalho para os jovens. Entendemos que em momento de agudo crescimento do desemprego estrutural, como estamos vivendo, existe a necessidade de se proporcionar o máximo de meios para a criação de empregos para os jovens.

Destarte, propomos emenda para, no sentido da discussão efetuada na última semana, o contrato de trabalho do jovem se tornar mais atrativo para o empregador, ampliando sua duração máxima, em vista da possibilidade de que o jovem empregado seja mantido até que as suas chances de efetivação cresçam.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





PL 5228/2019
00034

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº 5.228, DE 2019

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que:

I - tenha idade entre 18 (dezoito) e 24 (anos), não estude e não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem;

ou, cumulativamente,

II – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica; e

III – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao definir a clientela para o contrato de primeiro emprego, o art. 2º exige que o empregado cumulativamente atenda duas condições, entre elas a de estar regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e não tenha vínculo de emprego anterior.

Ocorre que tal formulação deixa de lado os jovens que, por razões diversas, notadamente a falta de acesso ou oportunidades, não estudam nem trabalham.

Segundo o relatório da OCDE “Education at a Glance” de 2020, esse é um fenômeno mundial e que também está presente com enorme gravidade no Brasil.

O relatório aponta que, na faixa etária de 18 a 24 anos, muito poucos jovens (apenas cerca de 1%) tem educação em nível de pós graduação, situação que difere fortemente da verificada em países desenvolvidos. Por outro lado, 67% dos jovens brasileiros nessa faixa etária não estudam, situação que é uma das piores do mundo. E, se consideramos os que **não estudam e não trabalham, 31% deles se acham nessa situação.**

Comparando-se essa situação com a que se observa em países latinoamericanos, o jovem brasileiro está pior colocado que o chileno (22% nem estudam, nem trabalham), mexicano 21%), argentino (24%), enquanto em países como Alemanha e Irlanda, esses percentuais são de 8% e 12%, apenas. **Na média dos países da OCDE, 14% dos jovens entre 18 e 24 anos não estudam, nem trabalham** (“neither employed nor in education or training (NEET”).

Assim, caso mantida a cumulatividade de exigências fixadas no art. 2º, o problema da exclusão dos jovens que não estudam, e não trabalham, persistirá sem solução. A aprendizagem já é uma oportunidade para os jovens que estudam, mas os





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

que não estudam ficariam totalmente excluídos, o que não atende aos objetivos sociais da proposta.

Dessa forma, propomos incluir no art. 2º uma condição alternativa, ou seja, a de que possam ser contratados jovens na faixa de 18 a 24 anos que não estudem e não tenham vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

Com essa singela modificação, pelo menos aqueles jovens que estão na faixa etária proposta, que segue a classificação de jovens adotada pelas Organização Nações Unidas. Embora o Estatuto da Juventude adote conceituação mais ampla, cobrindo a faixa de até 29 anos, como se trata de medida de excepcionalidade, consideramos que a faixa até 24 anos cumprirá, com maior precisão, os objetivos da política de inclusão proposta.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT-RS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: www.senadorpaim.com.br - e-mail: paulopaim@senador.leg.br





PL 5228/2019
00035

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 5228, de 2019)

Dê-se ao art. 10 do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art. 10º Até o encerramento de cada semestre, o Ministério da Economia e a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresentarão, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a evolução e a perspectiva das taxas de desocupação, subutilização e informalidade dos jovens, em nível nacional e regional, além de providências adotadas pelo Ministério, bem como dados sobre a adoção do contrato de que trata esta Lei e exposição de estudos, pesquisas e sugestões sobre políticas públicas de estímulo à inserção do jovem no mercado de trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 5228, de 2019, estabelece, com acerto, que o Ministério da Economia será responsável por apresentar semestralmente à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal um conjunto de dados referentes ao trabalho dos jovens. Entendemos que essa questão não é da alçada, unicamente, do Ministério da Economia, pelo que propomos que a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também seja incluída nessa apresentação de dados, em razão de sua inevitável pertinência com o tópico.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criada em 2005, tem como compromissos formular pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, bem como elaborar, supervisionar e executar políticas públicas relacionadas aos jovens, principalmente sobre mercado de trabalho e fomento ao empreendedorismo. A inserção do órgão na proposta é muito importante, pois sua atuação traz ao debate público a perspectiva da juventude para avaliação de impacto dos resultados do contrato de primeiro emprego de que trata a Lei.



Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



PL 5228/2019
00036



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2021.
(ao PL 5.228, de 2019)

O art. 1º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Esta Lei é orientada pelo princípio constitucional da busca do pleno emprego e pelo princípio constitucional da prioridade absoluta do jovem.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo a União promoverá ações de estímulo a função social da empresa.”

JUSTIFICATIVA

O PL em destaque visa instituir o contrato de primeiro emprego em carteira de trabalho, e modifica o contrato de aprendizagem.

A presente emenda visa, com intuito de garantir segurança jurídica, que a função social das empresas seja literalmente prevista na legislação federal que almeja instituir o contrato de primeiro emprego em carteira de trabalho, e modifica o contrato de aprendizagem. Desta forma, assegura a compreensão de atuação integrada e socioeconômica entre a União e o setor privado, em consonância princípio constitucional da busca do pleno emprego e pelo princípio constitucional da prioridade absoluta do jovem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS



**PL 5228/2019
00037****EMENDANº - PLEN
(ao Projeto de Lei nº. 5.228, de 2019)
Aditiva**

Dê-se nova redação ao art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 5.228, de 2019:

“Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador que, cumulativamente:

I – esteja regularmente matriculado na educação básica ou no ensino superior, inclusive em cursos de educação profissional e tecnológica; e

II – não tenha vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

§ 1º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, de até 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do empregador, por igual período.

§ 2º O trabalhador regularmente matriculado em cursos de educação profissional e tecnológica ou no ensino superior deve atuar, preferencialmente, em área pertinente à sua formação.”

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei nº 5228/2019 por meio de seu art. 2º restringe a nova lei do primeiro emprego à matrícula em ensino superior ou educação profissional e tecnológica, uma vez que apenas os jovens matriculados em “cursos de ensino superior ou educação profissional e tecnológica” poderiam ser beneficiados pela política. No entanto, uma política pública voltada à inserção da juventude no mercado de trabalho deve contemplar o maior número possível de jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, restringir apenas aos jovens matriculados em Ensino Superior ou na Educação Profissional e Tecnológica limita o público alvo do projeto.

Outra limitação do projeto é o fato de essa política não absorver um percentual relevante dos jovens que nem estudam e nem trabalham (geração nem-nem), impossibilitando que esse grupo consiga o primeiro emprego. Segundo o último levantamento do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, o desemprego chega a 29,8% da população entre 18 e 24 anos. Esse valor é o dobro ou triplo de outras faixas etárias; para os



trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos está em 14,2% e 9,9%, respectivamente.

Nesse contexto, a alteração proposta nesta emenda para o art. 2º tem dois objetivos: (1) ampliar o escopo do projeto ao determinar que todos aqueles matriculados na educação básica possam utilizar essa modalidade de contratação, não apenas aqueles na Educação Profissional e Tecnológica. Tal alteração permite que jovens em situação de vulnerabilidade social, mas que estejam matriculados na educação básica, sejam abarcados por esta política de primeiro emprego e (2) oferecer oportunidade para que os trabalhadores se profissionalizem em um ofício, o que abrirá espaço, tanto para serem absorvidos pela própria empresa, quanto para contribuírem no mercado de trabalho.

SENADOR MARCELO CASTRO
MDB/PI



PL 5228/2019
00038

EMENDANº - PLEN
(ao Projeto de Lei nº. 5.228, de 2019)
SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 9º.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 9º do projeto de lei nº 5228/2019 prevê a possibilidade de retenção de até 20% do salário líquido do empregado para adimplemento das parcelas destinadas ao pagamento do financiamento estudantil, de qualquer natureza, oferecido pela União, Estados e Municípios para custear cursos de ensino superior ou técnico profissionalizante oferecidos por instituições públicas ou privadas na forma do regulamento.

O artigo 227 da Constituição Federal determina que é dever da família, sociedade e Estado, assegurar ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, bem como, colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) determina em seu art. 4º, parágrafo único, alínea “a”, que a garantia da prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias. No mesmo sentido, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), em seu artigo 14, prevê que o jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

A supressão do art. 9º se faz necessária vez que ao prever a possibilidade de retenção de até 20% do salário líquido por parte do empregador para pagamento de financiamento estudantil, o dispositivo se contrapõe à previsão constitucional da absoluta prioridade dos direitos de adolescentes e jovens, que viola os direitos dos jovens e desrespeita a autonomia juvenil.

SENADOR MARCELO CASTRO
MDB/PI





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 5228/2019
00039

EMENDA Nº – PLEN
(ao PL 5.228, de 2019)

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 3º

I – 1% (um por cento), quando o empregador for microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópicas, associação ou sindicato;”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º do PL 5.228/2019 estabelece duas alíquotas para os depósitos feitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os contratos de “primeiro emprego” abrangidos pela proposição. Tais alíquotas seriam de 1% para os casos em que o empregador for microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de 2% para os outros empregadores que não se enquadrem na situação anterior.

No entanto, em nossa visão, seria do interesse do programa objeto do PL 5.228/2019 e portanto do País, que se incluísse entre os beneficiados pela alíquota menor, aqueles CNPJs pertencentes a entidades sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, associações e sindicatos.

Tais entidades, espalhadas em grande quantidade por todo o País, poderiam participar intensamente da consecução do programa, beneficiando milhares de jovens e ajudando a impulsionar a economia, hoje tão combalida pelos efeitos das últimas crises.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



PARECER Nº 108, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, do Senador Irajá, que *institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências*.



Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame do Plenário do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, do Senador Irajá, que *institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências*.

Trata-se, o projeto, resumidamente, de instituir modalidade de contrato de trabalho mais simplificada, menos protegida e menos onerosa para promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A proposição é composta de 13 artigos:

O art. 1º é um dispositivo programático que anuncia o propósito do projeto, em reiteração da ementa e o vincula ao princípio constitucional da busca de inserção profissional do jovem.

A parte propriamente dispositiva do Projeto inicia-se no art. 2º que lista os critérios gerais de elegibilidade para o contrato especial de trabalho e dá o lineamento geral das características desse contrato.

Os arts. 3º e 4º estabelecem alíquotas especiais de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de contribuição previdenciária para essa modalidade de contrato.



Os arts. 5º e 6º dispõem sobre a dispensa do trabalhador. O art. 5º elide o pagamento de qualquer indenização em caso de dispensa do trabalhador. Por seu turno, o art. 6º determina a extinção do contrato com o término ou encerramento do curso (mas afasta a extinção do contrato em caso de matrícula sucessiva em dois cursos) e confere à Secretaria de Inspeção do Trabalho a competência para prever outras hipóteses de rescisão.

Admite, o art. 7º, a contratação em primeiro emprego em regime de tempo parcial, ao mesmo tempo em que veda essa contratação em regime de trabalho intermitente.

O art. 8º confere ao empregador a faculdade de converter os contratos celebrados até 12 meses antes da vigência da nova Lei em contratos sob o regime do Primeiro Emprego.

O art. 9º autoriza a retenção de até 20% do salário do jovem para pagamento de parcelas de crédito educativo. O art. 10 dispõe sobre a apresentação periódica de dados e tendências pelo Ministério da Economia ao Senado Federal.

O art. 11 cuida de adaptar a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - às modificações advindas da criação do contrato de primeiro emprego. Notadamente, estende o prazo máximo do contrato de aprendizagem de dois para três anos e veda a contratação de aprendiz por terceirizada ou por pessoa interposta.

Da mesma forma, o art. 12 adapta a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS) ao novo tipo de contrato de trabalho.

Por fim, o art. 13 estipula que a Lei - se vier a ser aprovada - entrará em vigor no dia de sua publicação.

Em sua justificação, o autor colaciona dados e argumentos a respeito da gravidade, da prevalência e da persistência do desemprego juvenil e fornece os argumentos para embasar as políticas adotadas no projeto.

A matéria recebeu, ao todo, 39 emendas, de nºs 1-T a 5 no âmbito da CAS e de nºs 6 a 39 em Plenário.



SF/21222.52204-87



A **emenda nº 1-T**, do Senador Humberto Costa propõe a ampliação do escopo do contrato de primeiro emprego que passaria a abranger não apenas o trabalhador estudante de ensino superior ou tecnológico; ademais propõe uma alteração ampla no projeto quanto ao regramento do contrato de aprendizagem.

A **emenda nº 2-T**, que é do Senador Rodrigo Cunha, tem conteúdo semelhante ao da Emenda nº 1-T, quanto à abrangência do Projeto e às modificações da aprendizagem.

Da mesma forma, a **emenda nº 3**, do Senador Paulo Paim, tem conteúdo quase que exatamente idêntico às duas anteriores, com os mesmos objetivos.

A **emenda nº 4**, da Senadora Rose de Freitas modifica apenas a redação dada ao art. 430 da CLT para mudar o papel das entidades não vinculadas ao Sistema S no tocante ao instituto da aprendizagem, que passaria de subsidiário a complementar.

Por fim, a **emenda nº 5**, também da Senadora Rose de Freitas suprime a modificação do art. 431 da CLT para eliminar a vedação da contratação indireta do aprendiz, como ocorre atualmente.

Em Plenário, foram apresentadas 26 emendas.

As emendas nºs 6 a 8 foram protocoladas pelo Senador Paulo Paim. A **emenda nº 6** suprime a previsão de que ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia possa dispor sobre outras hipóteses de rescisão do contrato.

A **emenda nº 7** aumenta para 12% o valor da contribuição previdenciária patronal nos contratos de primeiro emprego.

A **emenda nº 8** aumenta a alíquota do depósito do FGTS para o contrato de que trata este projeto de lei para 4%.

A **emenda nº 9**, do senador Jayme Campos, adiciona a previsão expressa de que os cursos de formação profissional indicados no art. 430 da CLT poderão ser na modalidade não presencial.

A **emenda nº 10**, do senador Sérgio Petecão, acrescenta novos requisitos para firmar o contrato: idade mínima de 18 anos e contratação



SF/21222.52204-87



apenas para a área de formação do empregado. Ademais, estabelece que, nesses dois casos, a jornada não pode ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Também cria limite máximo de 20% de empregados na empresa que se encaixem na hipótese de contratados na sua área de formação.

A **emenda nº 11**, do senador Styvenson Valentim, tem conteúdo semelhante à emenda nº 10.

A **emenda nº 12**, da senadora Rose de Freitas, adiciona o requisito de que o empregado deve estar regularmente matriculado ao menos no 7º ano do ensino fundamental, no ensino médio.

O senador Jaques Wagner apresentou as emendas de nºs 13 a 15. A **emenda nº 13** limita o prazo do contrato a 6 meses e a jornada a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

A **emenda nº 14** tem conteúdo semelhante à emenda nº 10.

A **emenda nº 15**, assim como a de nº 13, limita o prazo do contrato a 6 meses e estipula o requisito de que o contratado deve estar estagiando por no mínimo 12 meses na empresa contratante.

As emendas nºs 16 a 19 foram apresentadas pelo senador Luiz do Carmo. A **emenda nº 16** estabelece que tempo de duração máximo do contrato transformado na forma do caput do art. 8º do projeto será correspondente ao número de meses que restam entre a data da transformação e a data em que o contrato original completaria doze meses de formação.

A **emenda nº 17** cria limitações da quantidade de empregados contratados em uma mesma empresa sob o regime do primeiro emprego, além de criar mecanismos para evitar a substituição de empregados já contratados.

A **emenda nº 18** estipula que o contrato de que trata o projeto só poderá ser firmado se, no momento da contratação, o empregador esteja adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A **emenda nº 19**, como a emenda nº 6, suprime o §2º do art. 6º a fim de evitar que a definição e regulamentação das hipóteses de dispensa



SF/21222.52204-87



do jovem trabalhador que não são arroladas na Lei sejam feitas por ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério da Economia.

A **emenda nº 20**, do senador Alessandro Vieira, permite que jovens que tiveram uma experiência de emprego rápida, de no máximo 6 meses, possam ser contratados sob o regime do primeiro emprego.

A **emenda nº 21** da senadora Leila Barros, limita a jornada a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

A **emenda nº 22**, do senador Chico Rodrigues, cria uma série de novos requisitos do empregado para adesão à modalidade de contrato do primeiro emprego, além de permitir que possa firmar o contrato sob essa modalidade o empregado que possui vínculo prévio de trabalho na condição de menor aprendiz, contrato de experiência, trabalho intermitente ou trabalho avulso.

A **emenda nº 23**, do senador Jean Paul Prates, prevê a rescisão de contrato de trabalho nas hipóteses de o contratado não estar mais vinculado ao curso previsto no inciso I do art. 2º.

A **emenda nº 24**, do senador Izalci Lucas, cria o requisito alternativo de que o trabalhador pode haver realizado no mínimo um ano de estágio na empresa contratante.

A **emenda nº 25**, do senador Weverton, tem conteúdo semelhante à emenda nº 10.

A **emenda nº 26**, do senador Wellington Fagundes, suprime o art. 4º do projeto, removendo os benefícios ao empregador em relação ao recolhimento de contribuição previdenciária.

As emendas de nºs 27 a 29 foram apresentadas pelo senador Weverton. A **emenda de nº 27** tem conteúdo semelhante à de nº 21.

A **emenda nº 28** aumenta as alíquotas devidas pelo empregador ao FGTS e à previdência social.

A **emenda nº 29** adiciona o requisito cumulativo de que de que o trabalhador a ser contratado deve haver realizado no mínimo um ano de estágio na empresa contratante.



SF/21222.52204-87



A **emenda nº 30**, do senador Rogério Carvalho, cria percentuais mínimos que as empresas contratadas pelo governo devem reservar para contratação dos seus empregados por meio de programas de inclusão educacional-profissional, como o programa PROJOVEM.

A **emenda nº 31**, do senador Flávio Arns, determina que o trabalhador regularmente matriculado em cursos de educação profissional e tecnológica ou no ensino superior deve atuar, preferencialmente, em área pertinente à sua formação.

A **emenda nº 32**, também do Senador Flávio Arns, modifica a redação do art. 2º para permitir a contratação do jovem que não esteja estudando ou trabalhando.

A **emenda nº 33**, da Senadora Rose de Freitas tenciona permitir que o contrato de primeiro emprego seja prorrogado por até três períodos consecutivos de doze meses.

A **emenda nº 34**, do Senador Paulo Paim, também dispõe sobre os requisitos que o trabalhador deve apresentar para ser elegível para o contrato de primeiro emprego.

A **emenda nº 35**, que é do Senado Jayme Campos, pugna que a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos seja encarregada de apresentar os relatórios semestrais das condições do trabalho juvenil, juntamente com o Ministério da Economia.

De autoria do Senador Mecias de Jesus, a **emenda nº 36** insere no art. 1º do Projeto as disposições programáticas referentes ao objetivo da proposição, no tocante à função social da empresa.

As emendas **nº 37 e 38** são ambas do Senador Marcelo Castro. A de **nº 37** também busca modificar o rol de destinatários do programa, na linha daquelas que acima apontamos. A emenda nº 38 sugere a supressão do art. 9º, eliminando a possibilidade de retenção dos valores referentes ao custeio dos cursos acompanhados pelo trabalhador.

A **emenda nº 39**, de lavra do Senador Izalci Lucas, propõe que a alíquota de depósito de FGTS reduzida a 1% seja aplicada não apenas quando o empregador for microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte, mas também quando for entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópicas, associação ou sindicato.



II – ANÁLISE

Quanto à sua admissibilidade formal, não vemos óbice ao processamento e à eventual aprovação da Proposição. A matéria está afeta ao Direito do Trabalho que se encontra no rol daquelas cuja competência legislativa recai exclusivamente sobre a União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Ainda, ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição, compete legislar sobre todas as matérias de competência da União. Assim, *a priori*, a matéria acha-se dentro do escopo formal da competência desta Casa.

A competência do Congresso Nacional é manifesta, ressalte-se, tanto em termos de iniciativa quanto no tocante à sua apreciação. Não existe invasão da competência privativa reservada a outro dos Poderes da República.

Tampouco se verifica antijuridicidade da proposição ou contrariedade aos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O desemprego juvenil e a dificuldade de transição do jovem da escola para o mercado de trabalho são temas que, infelizmente, nunca estão muito distantes dos órgãos noticiosos, das preocupações dos órgãos legislativos e das ações dos governos e não apenas no Brasil, como em nível mundial.

Informa a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em nível mundial, uma de cada cinco pessoas jovens não se encontra empregada, estudando ou em treinamento profissional. Desses, três em cada quatro são mulheres. Trata-se de uma perda catastrófica da capacidade intelectual e física de uma parcela expressiva da humanidade, além de uma profunda injustiça com esses jovens.

Essa tendência, que fora revertida em grande parte durante o período de grande crescimento econômico dos anos 2000, mas que retornara com força a partir da recessão iniciada em 2008, foi, ao que tudo indica, acentuada com o advento da pandemia de SARS-Covid19.

Efetivamente, os dados econômicos globais já disponíveis indicam que o desemprego juvenil se agravou ainda mais acentuadamente



que o desemprego geral e que a retomada dos níveis de ocupação dos jovens se mostra mais lenta - comportamento que se mostra de acordo com o funcionamento usual do mercado de trabalho: o desemprego juvenil é sempre maior e mais persistente.

A ideia-força da proposição é a de criação de um novo contrato de trabalho para pessoas que estão a efetuar essa passagem, do mundo acadêmico para o mundo do trabalho. Um contrato mais simplificado, menos oneroso, mas que garanta uma remuneração ao jovem e, mais que isso, uma inestimável experiência de trabalho, que o ajudará a se firmar na força de trabalho.

Naturalmente, o projeto não pode ser definido como uma panaceia. Não existem soluções mágicas para a questão do emprego do jovem. Os exemplos mais bem sucedidos da integração do jovem ao mercado de trabalho, os da Alemanha e do Japão, mostram que essa integração é mais fruto do trabalho coordenado e incessante dos governos (em todas os Poderes e instâncias), dos agentes econômicos e dos agentes do terceiro setor.

Mesmo assim trata-se de um passo decisivo para lidar com o premente problema do desemprego juvenil.

Alguns pontos devem, contudo, receber aperfeiçoamento, a nosso ver:

Entendemos que, conquanto meritório o cerne do presente projeto, o ideal seria limitar temporalmente a vigência de suas disposições. Embora ele realmente possa desempenhar sua função de aumentar a taxa de emprego entre os jovens, as mitigações de direitos trabalhistas presentes em seu texto deveriam ficar limitadas a um período determinado, suficiente para atingir seu objetivo. Assim, propomos que a possibilidade de firmar o contrato de primeiro emprego esteja limitada ao período de até 5 anos após a publicação da lei. Firmado o contrato, ele terá duração de até 12 meses contados de sua formalização. Dessa forma, alteramos a redação do parágrafo único do art. 2º para dispor nesse sentido.

Outrossim, propomos ampliar o escopo do contrato de primeiro emprego, para incluir um dos grupos sociais cuja inclusão laboral se revela mais problemática, a da chamada "geração nem-nem", assim conhecido o grupo de jovens que não estão nem trabalhando nem estudando (daí seu nome popular). Trata-se de grupo que deve estar na base de toda atuação do Poder público, dadas suas características difíceis e do desamparo social que



SF/21222.52204-87



o acompanham, essa preocupação foi externada nas **emendas nºs 10, 11, 14, 24, 25, 32, 34 e 37**, de que trataremos mais abaixo.

O art. 5º prevê a dispensa do aviso prévio e de indenização do FGTS em caso de dispensa do trabalhador, além de estabelecer que não será devido o seguro-desemprego. Em relação ao aviso prévio e à indenização, tais direitos já não são devidos nos contratos por prazo determinado, como é o caso do de primeiro emprego, tendo esse dispositivo caráter de mero esclarecimento.

No entanto, com o fim de evitar interpretações que entendam estar sendo suprimidos direitos trabalhistas, propomos alterar a redação do artigo 5º para que determine que as regras a serem seguidas quanto a aviso prévio e indenização do FGTS no caso dos contratos da futura lei serão as usualmente aplicadas aos demais contratos por prazo determinado. Outrossim, sugerimos retirar a menção ao seguro-desemprego.

O § 2º do art. 6º da proposição dispõe que *ato da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia poderá prever outras hipóteses de rescisão do contrato além das que tratam o caput, inclusive quanto a desempenho insuficiente, falta disciplinar grave e ausência injustificada aos cursos de que trata o inciso I do art. 2º*.

Trata-se, em nosso entendimento, de invasão da competência do Poder Legislativo, a quem cabe determinar tanto a criação de uma nova modalidade de contrato de trabalho quanto as hipóteses específicas que permitiriam a extinção antecipada desse contrato. Destarte, sugerimos a modificação do dispositivo para refletir esse entendimento. Além disso, retiramos a remissão à Secretaria de Inspeção do Trabalho para nos referirmos, em termos mais diretos, ao Poder Executivo. Em vista disso, queda-se prejudicada a emenda nº 35, igualmente.

Quanto ao art. 8º, este foi inserido no corpo do projeto com a intenção de evitar que a modalidade de contrato de primeiro emprego tenha sua utilização desvirtuada, pois alguns empregadores poderiam optar por demitir empregados contratados anteriormente à vigência da nova lei com a intenção de substituí-los por empregados contratados sob a nova modalidade. Por isso, o art. 8º confere ao empregador a faculdade de converter os contratos celebrados até 12 meses antes da vigência da nova Lei em contratos sob o regime do Primeiro Emprego.



SF/21222.52204-87



Contudo entendemos ser melhor, para os fins da Lei, que essa possibilidade de conversão seja suprimida, pelo que elaboramos emenda nesse sentido.

A fim de aumentar a segurança pretendida pelo art. 8º, apresentamos emenda que impõe limites ao quantitativo de contratações sob o regime do primeiro emprego em cada empresa. Incorporando dispositivo anteriormente presente na MP 905, do contrato verde amarelo, o volume de novos contratos se restringiria ao percentual de 20% dos empregados da empresa, ou a 2 empregados nas empresas com até 10 empregados. Desse modo, evita-se o risco de uso indiscriminado do contrato do primeiro emprego para substituição de empregados já contratados.

O art. 9º do projeto deve ser aprimorado, pois, ao prever a retenção de parte do salário para adimplemento de parcelas de financiamento estudantil, corre o risco de violar o princípio da intangibilidade salarial, que impede a limitação pelo empregador da forma de utilização do salário pelo empregado. Assim, apresentamos emenda determinando que a retenção prevista no citado artigo só poderá se dar através de iniciativa expressa do empregado.

Além disso, o relatório do Senador Flávio Bolsonaro para a CAS - que não chegou a ser votado - aponta, com razão, que as mudanças propostas para o contrato de aprendizagem estão longe de serem consensuais, por abrangerem, por exemplo, o papel das instituições de terceiro setor na formação do contrato de aprendizagem. Assim pedimos vênua para incorporar as emendas apresentadas na CAS, para tornar mais consensual a aprovação da Proposição. Assim, propomos a supressão de todo o art. 11 do projeto de lei, removendo inclusive a alteração proposta para ao art. 443 da CLT. Isso porque, uma vez que promovemos alteração para tornar esta uma lei de vigência temporária, não seria recomendável realizar alterações permanentes no texto da CLT.

Em decorrência, quedam prejudicadas as **emendas nº 1-T a 5** apresentadas no decorrer da tramitação na CAS.

Em consequência dessa alteração, torna-se necessário também modificar a redação do art. 1º, suprimindo a menção ao contrato de aprendizagem.

Seguindo a mesma lógica, torna-se necessária igualmente a supressão do art. 12 do projeto, a fim de não promover alterações



permanentes na lei do FGTS relativas a um tipo de contrato que só poderá ser firmado durante um período limitado.

O impacto orçamentário do projeto não foi apresentado pelo autor. Isso contudo não obsta definitivamente seu processamento, dado que essa estimativa poderá ser apresentada por anexo até o momento de sua remessa para a Câmara dos Deputados, sendo elaborada por órgão competente da estrutura do Senado.

Quanto às emendas de Plenário, entendemos estarem prejudicadas as **emendas nº 6 e 19**, em função de já termos promovido alteração com o fim de impedir a invasão de competência do Legislativo para definir novas hipóteses de rescisão.

Sobre a **emenda nº 7**, do senador Paulo Paim, votamos pela sua rejeição. Embora meritória, diminui o estímulo do empregador para firmar o contrato de primeiro emprego, prejudicando o intento da lei. Ademais, como apresentamos emenda para que os contratos só possam ser firmados no período de 12 meses a partir da publicação da lei, acreditamos os eventuais prejuízos que as emendas buscam evitar serão de baixo impacto.

A **emenda nº 8** merece acolhida parcial, para efetivamente aumentar o recolhimento incidente de FGTS, de forma a aumentar a segurança do trabalhador. Houvemos por bem, contudo, encontrar um ponto intermediário para esse aumento e o fixamos em 3% (três por cento). Da mesma forma, pelo acolhimento parcial da **emenda nº 28**.

Quanto à **emenda nº 9**, do senador Jayme Campos, votamos pela sua rejeição em função de estarmos removendo do presente projeto de lei todas as alterações dirigidas ao contrato de aprendizagem.

Em relação às **emendas nºs 12, 15, 18, 23, 26, 28, 29**, acreditamos que os requisitos adicionais que impõem limitam em demasia o escopo do projeto, motivo pelo qual nos posicionamos pela sua rejeição.

Entendemos que a **emenda nº 10**, do senador Sérgio Petecão, a **emenda nº 13**, do senador Jaques Wagner, a **emenda nº 21**, da senadora Leila Barros, e a **emenda nº 27**, do senador Weverton, merecem acatamento parcial, na parte em que limitam a jornada a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, a emenda nº 10, ainda, no tocante à obrigatoriedade de matrícula escolar do trabalhador após sua contratação.





Merecem acatamento parcial, ainda as **emendas nºs 10, 11, 14, 24, 25, 32, 34 e 37**, no tocante à elegibilidade dos jovens para a participação no contrato de primeiro emprego: a possibilidade de que os jovens que nem estudam nem trabalham possam participar dessa modalidade de emprego é fundamental para os fins pretendidos, dado que, justamente essa parcela da juventude constitui parte expressiva do desemprego estrutural juvenil. Dessa forma, sugerimos a modificação do art. 2º na forma da emenda que apresentamos, que colhe elementos das emendas citadas. Além disso, havemos por bem incluir a hipótese de trabalhador que já estagie na empresa, que, ainda que não vedada, consideramos mais adequada sua inserção explícita.

Quanto às **emendas nºs 16 e 17**, entendemos que a alteração que promovemos no art. 8º já gera a proteção suficiente, no modo pretendido pela emenda, de modo que sugerimos sua rejeição.

No que tange à **emenda nº 20**, do senador Alessandro Vieira, segundo a justificativa do autor, *“é bastante comum que os jovens se envolvam em relações de emprego de curta duração, interrompidas rapidamente por razões diversas: as necessidades de estudo, a própria inexperiência dos jovens, ou mesmo o fato de que apenas desejavam um emprego por curto período em um dado momento. A atual redação do Projeto acaba sendo muito restritiva para esses jovens que tiveram uma brevíssima experiência de trabalho e que, em razão disso, terminariam alijados do contrato de primeiro emprego”*. Assim, com o fim de possibilitar que esses jovens possam ser abarcados pelo regime do primeiro emprego, sugerimos a aprovação desta emenda. Fica também acatada parcialmente a **emenda nº 22** do senador Chico Rodrigues, pois essa alteração abarcará alguns dos casos de vínculo de trabalho prévio previstos na emenda.

Em relação à **emenda nº 30**, embora muito meritória a intenção de reservar vagas nas empresas contratadas pelo governo para programas como o PROJOVEM, entendemos que essa medida está relacionada a outras políticas de assistência social, indo além do escopo do presente projeto. Assim, sugerimos sua rejeição.

A **emenda nº 31** foi retirada pelo autor, pelo que, nada há apreciar quanto a ela.

Entendemos que a intenção da autora da **emenda nº 33** foi a de permitir que a prorrogação do contrato favorecesse a retenção do trabalhador por tempo suficiente para que a melhoria do ciclo econômico permitisse sua



contratação permanente. No entanto, cremos que adotar essa medida contraria o sentido geral do projeto e das modificações que estamos implantando, pelo que deve ser rejeitada.

A **emenda nº 36**, dado seu conteúdo programático, não gera efeitos práticos, mesmo assim é importante a inclusão desse tipo de dispositivo, como para fornecer uma bússola para a aplicação da norma nos casos concretos, assim, opinamos pela aprovação.

A **emenda de nº 38**, ao suprimir absolutamente a possibilidade de retenção de valores para o pagamento dos cursos incorre em excessiva proteção do trabalhador, que pode ser instado a co-participar dos custos de sua formação. As modificações que propomos no art. 9º já constituem, em nossa visão, proteção suficiente para eventuais abusos, motivo pelo qual rejeitamos a emenda.

Com fundamento, cremos, a **emenda nº 39**. As demais entidades que o autor pretende contemplar se caracterizam por seu caráter eminentemente social e pela ausência de finalidades lucrativas, sendo justo, portanto, que sua despesa na contratação do jovem seja reduzida, até para favorecer a geração de mais empregos. Assim, acatamos a emenda e, por simetria, sugerimos igualmente a modificação do inciso I do art. 4º.

Finalmente, por sugestão do autor do projeto, senador Irajá, deu-se o apelido a esta lei de "Lei Bruno Covas", a fim de homenagear o excelentíssimo prefeito de São Paulo que nos deixou recentemente, após resiliente luta contra a enfermidade que o acometia. Nosso émerito Bruno Covas deixou um grande legado em defesa da melhoria das condições de vida do povo brasileiro e dos trabalhadores em geral durante todos os seus anos de vida pública. Assim, nada mais justo que conferir seu nome a esta iniciativa de geração de empregos e criação de oportunidades para que os jovens sejam inseridos no mercado de trabalho.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5228, de 2019, pela prejudicialidade das emendas nº 1-T a 6, 19 e 35, pela rejeição das emendas 7, 9, 12, 15 a 18, 23, 26, 29, 30, 33 e 38, pela aprovação parcial das emendas nºs 8, 10, 11, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 32, 34 e 37 e pela



aprovação das emendas nºs 20, 36 e 39, nos termos das emendas abaixo apresentadas:

EMENDA Nº 40 - PLEN

Dê-se ao *caput* do art. 1º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art.1º Esta Lei institui o contrato de primeiro emprego em carteira de trabalho.

§ 1º Esta Lei é orientada pelo princípio constitucional da busca do pleno emprego e pelo princípio constitucional da prioridade absoluta do jovem.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo a União promoverá ações de estímulo a função social da empresa.

EMENDA Nº 41 - PLEN

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º O contrato de primeiro emprego é o contrato de trabalho especial para o trabalhador entre 16 (dezesseis) e 29 (vinte e nove) anos, que, alternativamente:

I – esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior, educação profissional e tecnológica ou Educação de Jovens e Adultos;

II – tenha concluído o ensino superior ou a educação profissional e tecnológica, desde que contratado para trabalhar na sua área de formação; ou

III – não tenha concluído o ensino médio ou o ensino superior e esteja fora da sala de aula.

IV – que tenha realizado, no mínimo, 12 meses de estágio na empresa contratante.

§1º Para ser contratado na forma do *caput*, o trabalhador não poderá ter vínculo de emprego anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem ou de vínculos de emprego anterior cuja duração total seja de até seis meses.

§2º O contrato de que trata esta Lei é contrato por prazo determinado, podendo ser firmado em até 5 anos após a publicação desta lei, vigendo por até 12 meses, improrrogáveis, após a formalização do contrato.



15

§ 3º No caso do inciso III, após conseguir o primeiro emprego, o trabalhador terá o prazo de 2 (dois) meses para apresentar a matrícula escolar e retornar efetivamente à escola, sob pena de a empresa perder os benefícios de que trata essa Lei.

§4º A jornada de trabalho não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, não sendo permitido horas extras."



EMENDA Nº 42 - PLEN

Dê-se ao art. 3º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art. 3º A alíquota do depósito do FGTS para o contrato de que trata esta Lei será de:

I- I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópica, associação, sindicato;

II – 3% (dois por cento), quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido e não se enquadrar no disposto no inciso I.

EMENDA Nº 43 - PLEN

Dê-se ao incisos I do art. 4º, a seguinte redação:

Art.

4º

I- I – 1% (um por cento), quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópica, associação, sindicato;

.....
.....



EMENDA Nº 44 - PLEN

Dê-se ao art. 5º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art.5º Nos contratos que trata esta lei, para fins de rescisão, ainda que antecipada, serão observadas as regras dos contratos por prazo determinado, inclusive quanto ao aviso prévio e à indenização do FGTS prevista na Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

EMENDA Nº 45 - PLEN

Dê-se ao art. 6º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art.6º O contrato de que trata esta Lei será rescindido quando o trabalhador concluir o curso de que trata o inciso I do art. 2º, ou caso o curso seja interrompido, na forma do regulamento.

§ 1º O contrato não será rescindido caso a interrupção do curso for seguida de imediata matrícula em outro curso, observada a duração máxima do contrato, nos termos do §2º do art. 2º.

§ 2º Ato do Poder Executivo disciplinará outras hipóteses de rescisão do contrato quanto a desempenho insuficiente, falta disciplinar grave e ausência injustificada aos cursos de que trata o inciso I do art. 2º.

§3º. Caberá ao Poder executivo verificar o cumprimento cumulativo dos requisitos de que trata o art. 2º.

EMENDA Nº 46 - PLEN

Dê-se, art. 8º do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

"Art.8º A contratação total de trabalhadores na modalidade do primeiro emprego fica limitada a 20% (vinte por cento) do total de empregados da empresa, levando-se em consideração a folha de pagamentos do mês corrente de apuração.

§ 1º As empresas com até dez empregados, inclusive aquelas constituídas após 1º de janeiro de 2020, ficam autorizadas a contratar dois empregados na modalidade do primeiro emprego.

§ 2º É vedada a recontração - em contrato de primeiro emprego - do trabalhador anteriormente demitido, no prazo de até seis meses de sua demissão.



EMENDA Nº 47 – PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 9º do PL nº 5.228, de 2019:

“Art. 9º Mediante iniciativa expressa do empregado, o empregador fica autorizado a reter até 20% (vinte por cento) do salário líquido do empregado para adimplemento das parcelas destinadas ao pagamento do financiamento estudantil, de qualquer natureza, oferecido pela União, Estados e Municípios para custear cursos de ensino superior ou técnico profissionalizante oferecidos por instituições públicas ou privadas, na forma do regulamento.

.....” (NR)

**EMENDA Nº 48 – PLEN**

Dê-se ao art. 10 do PL nº 5228, de 2019, a seguinte redação:

Art. 10 Até o encerramento de cada semestre, o Poder Executivo apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a evolução e a perspectiva das taxas de desocupação, subutilização e informalidade dos jovens, em nível nacional e regional, além de providências adotadas para a sua redução, bem como dados sobre a adoção do contrato de que trata esta Lei.

EMENDA Nº 49 – PLEN

Suprimam-se os art. 11 e 12 do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1575, DE 2021

Retirada da Emenda nº 9 - PLEN.

AUTORIA: Senador Jayme Campos (DEM/MT)



[Página da matéria](#)



SF/21853.98363-06 (LexEdit)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jayme Campos

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a retirada de minha assinatura à emenda de autoria do Senador Jayme Campos, registrada no SEDOL nº SF/21852.35665-00, apresentada ao PL 5228/2019, que “institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.

Senador Jayme Campos
(DEM - MT)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1581, DE 2021

Retirada do RQS nº 1556/2021.

AUTORIA: Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

REQUERIMENTO Nº



Senhor Presidente,

Solicito retirada do Requerimento nº 1556/2021, apresentado ao
PL nº 5.228, de 2019.

Atenciosamente,

Senador **IZALCI LUCAS**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1584, DE 2021

Retirada do RQS nº 1552/2021.

AUTORIA: Líder do PSD Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a retirada do Requerimento 1552, de 2021, referente ao Destaque para votação em separado apresentado ao PL 5228, de 2019

JUSTIFICAÇÃO

Retirada de Destaque (RQS 1552, 2021).

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Líder do PSD


SF/21167.31401-61 (LexEdit*)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 33, DE 2021

Sugere ao Ministério da Saúde que sejam adotadas providências para garantir a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra COVID-19; bem como orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros.

AUTORIA: Comissão Temporária COVID-19



**REQ**
00073/2021**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA**REQUERIMENTO N° DE - CT-Covid19**

Senhores Senadores,

Considerando os dados técnicos debatidos na audiência pública desta data (21 de maio de 2020) - que tratou da vacinação de gestantes - REQUEIRO, nos termos do art. 90, incisos XI e XII, do Regimento Interno do Senado Federal, e, ainda, com base no princípio fundamental do direito à vida garantido no artigo 5º da Constituição Federal, o encaminhamento de expediente deste colegiado às autoridades competentes, RECOMENDANDO:

1. Providências que garantam a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra COVID-19 e o restabelecimento da disponibilidade das vacinas seguras e recomendadas às mesmas;
2. A urgente inclusão das orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2021.

Senador CONFÚCIO MOURA
MDB/RO
SF/21816.26119-83



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

OFÍCIO Nº 119/2021/CTCOVID19

Brasília, 23 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado Federal

Assunto: **Requerimento Recomendações da CTCOVID19 (Req. 73/2021)**

Senhor Presidente,

No intuito de dar seguimento aos trabalhos da Comissão Temporária Interna de acompanhamento das questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid 19), encaminho resumo e Requerimento nº 73/2021 CT-COVID19, aprovado em reunião realizada no dia 21 de maio de 2020, com recomendações pertinentes ao tema “vacinação e gestantes” debatido com especialistas da área em Audiência Pública na data em questão.

Informo que a íntegra da reunião, com informações relevantes, poderá ser visualizada na página da comissão CT-COVID19 disponível em www.senado.leg.br.

Peço que dê conhecimento aos técnicos e autoridades necessárias, priorizando providências de competência do congresso nacional no atendimento do pleito, especialmente no tocante a priorização de pautas afetas.

Respeitosamente,

Senador CONFÚCIO MOURA
Presidente da Comissão Temporária COVID19

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1416, DE 2019

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1719157&filename=PL-1416-2019



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Art. 2º O *caput* do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 18-A

.....

XI - garantam, nas competições que organizarem ou de que participarem, isonomia entre atletas homens e atletas mulheres com relação aos valores pagos como premiação.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de abril de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 24/2021/PS-GSE

Brasília, 28 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.416, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211485606100>



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>

- artigo 18-



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1931, DE 2021

Altera a Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, que “autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996”, para aumentar o prazo de prorrogação dos contratos temporários referidos.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, que “autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996”, para aumentar o prazo de prorrogação dos contratos temporários referidos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 269 (duzentos e sessenta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea f do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, autoriza, na forma como vigente, a prorrogação de 269 contratos por tempo determinado de médico veterinário com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo prazo de dois anos.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

Estes profissionais, contratados por processo seletivo e cuidadosamente treinados, tem atuado principalmente na área de inspeção de produtos de origem animal, fundamental à qualidade do agronegócio nacional.

Tem-se como demonstrado, no entanto, que a necessidade temporária de excepcional interesse público que justificou a edição da Lei referida não só se mantém como aprofundou-se, tornando absolutamente indispensável a ampliação do prazo de prorrogação dos referidos contratos, sob pena de incontornável comprometimento dos serviços prestados na atividade de inspeção e defesa agropecuária, com severas consequências na eficiência e confiabilidade das atividades que requerem esse aporte, notadamente na qualidade dos produtos de origem animal para consumo interno e para exportação.

O agronegócio não pode prescindir da experiência de campo já conquistada pelos profissionais detentores dos contratos que se pretende prorrogar.

Pelo indiscutível mérito da providência legislativa que se pretende, e pela importância de se evitar solução de continuidade nos referidos contratos, temos certeza de que o Parlamento Nacional se inclinará pela aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



SF/21728.28675-05



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.745, de 9 de Dezembro de 1993 - Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (1993) - 8745/93
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8745>
 - inciso I do parágrafo único do artigo 4º
- Lei nº 9.264, de 7 de Fevereiro de 1996 - LEI-9264-1996-02-07 - 9264/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9264>
- Lei nº 13.996 de 05/05/2020 - LEI-13996-2020-05-05 - 13996/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13996>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1932, DE 2021

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o abastecimento de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde nos entes da federação será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque.

AUTORIA: Senador Jayme Campos (DEM/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JAYME CAMPOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o abastecimento de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde nos entes da federação será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque.

SF/21208.94555-13

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 19-M.**

Parágrafo único. Para assegurar a distribuição tempestiva, pela União aos demais entes da federação, de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde, o abastecimento será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque, com agregação de dados por Estado e Distrito Federal, e administração centralizada pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde – SUS. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.



SF/21208.94555-13

JUSTIFICAÇÃO

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que, em meio à pandemia da covid-19, houve falha do Ministério da Saúde no acompanhamento dos medicamentos usados no “kit intubação”, sem “controle em tempo real” ou “sistema apropriado”.

O órgão detectou ainda a distribuição de remédios de forma linear a estados, desconsiderando a diferença no número de leitos e a situação da pandemia em cada local. Segundo a matéria *TCU: Ministério da Saúde não têm “sistema apropriado” de monitoramento de medicamentos do kit intubação*, publicada pelo jornal O Globo, o Ministério da Saúde chegou a enviar ao TCU números agregados sobre o estoque dos medicamentos ao longo do tempo, mas sem informação por região ou estado, o que originou lacunas nos dados disponibilizados.

O tribunal identificou que as informações sobre o consumo e o nível do abastecimento são repassadas ao Ministério da Saúde pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) ou pelos estados, via e-mail, sem um sistema mais robusto de acompanhamento.

O objetivo desta proposta, portanto, é melhorar a transparência, a eficiência e o controle dos estoques e das demandas de medicamentos, para prevenir a falta desses produtos nos serviços de saúde.

Assim, este projeto de lei que apresentamos dispõe que o abastecimento de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde nos entes da federação será feito por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real, com agregação de dados por estado e administração centralizada pelo gestor federal pelo Ministério da Saúde.

Dada a relevância sanitária e social da medida, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>

- artigo 19-L





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1942, DE 2021

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de nascimento ou adoção.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de nascimento ou adoção.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso XXIII e o § 27 ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990:

“**Art. 20.**

XXIII - quando o trabalhador ou a trabalhadora tiver filho ou adotar criança ou adolescente.

§ 27. No caso do inciso XXIII do *caput* deste artigo, o saque do FGTS será feito com a apresentação da certidão de nascimento ou o termo de adoção, conforme regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS é um direito social do trabalhador previsto no art. 7º, III, da Constituição Federal. Criado na década de 1960 com o objetivo de salvaguardar o empregado contra despedidas arbitrárias, o Fundo tem sido ampliado para abarcar outras situações de necessidade do trabalhador.

A última ampliação ocorreu em 2019, com a Lei nº 13.932, de 11 de dezembro daquele ano, e possibilitou a movimentação do Fundo, entre outras hipóteses, quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for



portador de doença rara (art. 20, XXII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990).

O motivo de tal inserção é evidente: portadores de doenças raras necessitam de tratamento médico especial e seus custos geralmente são elevados, o que acaba comprometendo a renda do empregado. Nada mais justo, portanto, que seja permitido o saque do FGTS para complementar os custos médicos.

Nessa mesma lógica, entendemos que o saque do FGTS deveria ser permitido na hipótese de nascimento ou adoção, já que tais eventos geram aumento considerável dos gastos da família, seja com consultas médicas, exames, alimentação, enxoval, vestimenta, creche, escola etc.

Por esse motivo, apresentamos este projeto de lei, que permite a liberação do saldo da conta vinculada do trabalhador no FGTS em caso de nascimento e adoção.

Contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS; Lei do Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço - 8036/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

- artigo 20





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1951, DE 2021

Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, acrescenta o art. 16-E, para dar destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Eleitoral, e o art. 16-F, para obrigar o preenchimento mínimo de 15% das cadeiras às mulheres nas eleições proporcionais.

AUTORIA: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021

Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, acrescenta o art. 16-E, para dar destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Eleitoral, e o art. 16-F, para obrigar o preenchimento mínimo de 15% das cadeiras às mulheres nas eleições proporcionais.

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração do § 3º e acrescido do § 6º abaixo:

“Art.10.

.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido deverá reservar o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas proporcionais de cada sexo. (N.R.)

§ 6º Não havendo o preenchimento mínimo das vagas para cada sexo, as vagas remanescentes deverão ficar vazias, sendo vedado o preenchimento com o outro gênero. ”

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 16-E e 16-F:

“Art. 16-E. Os partidos políticos devem destinar às campanhas eleitorais recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha conforme critérios *interna corporis*, considerada a autonomia e o interesse político partidários, devendo ser aplicado o mínimo de 30% (trinta por cento) do valor recebido para as candidaturas proporcionais femininas.

§ 1º Não havendo o preenchimento do percentual mínimo de candidaturas para o sexo feminino, o total de 30% (trinta por cento)



SF/21564.58783-50





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha deverá ser distribuído entre as candidatas que foram registradas e conforme o interesse partidário.

§ 2º O recurso a ser aplicado nas campanhas femininas não será proporcional ao número de candidaturas registradas, mas deve observar o mínimo de 30% (trinta por cento).

§ 3º Cada candidata não poderá receber valor maior que 20% (vinte por cento) do total referente ao percentual mínimo que o seu partido aplicar nas candidaturas proporcionais para o sexo feminino.

§ 4º Se houver sobra após a distribuição dos valores entre as candidatas registradas, observado o teto estabelecido no §3º, o valor remanescente deverá ser devolvido ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 5º Os recursos do percentual mínimo de candidaturas para o sexo feminino são destinados às candidaturas proporcionais e não poderão ser utilizados para campanhas a cargos majoritários, ainda que seja de mulheres.

§ 6º O cálculo do valor mínimo a ser destinado para candidaturas proporcionais femininas, em qualquer circunscrição, deverá ser feito pelo órgão partidário que receber a quantia e repassar os valores diretamente às candidatas registradas.

§ 7º No caso de serem destinados recursos do Fundo Partidário para candidatos homens, deverá ser destacado 30% desse valor para as candidaturas do gênero feminino, consideradas as regras deste artigo no que se refere ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

§ 8º A responsabilidade legal sobre a correta destinação dos recursos será da esfera partidária que transferir diretamente os valores para os candidatos, não sendo solidárias as demais instâncias que tiverem somente repassado os valores a esta. ”

“Art. 16-F. O mínimo de 15% (quinze por cento) das cadeiras na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmara dos Vereadores será preenchido por mulheres.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

§ 1º Na contagem do número de cadeiras a preencher com mulheres, será desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.

§ 2º Não sendo eleitas o número mínimo de mulheres, os candidatos eleitos do gênero masculino que forem menos votados darão lugar às candidatas suplentes mais bem posicionadas em número de votos em seus partidos até ser preenchido o quociente estabelecido no *caput*.

§ 3º Os substituídos serão os primeiros suplentes na linha sucessória dos respectivos partidos.

§ 4º Não poderão ascender ao cargo as candidatas do gênero feminino que não tiverem obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral.

§ 5º Caso nenhuma mulher alcance o mínimo possível de votos para ascender ao mandato, na forma deste artigo, permanecerá inalterado o resultado com o preenchimento de candidaturas masculinas. ”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As cotas para mulheres nas eleições foram incluídas na Legislação Eleitoral pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. O objetivo era o de fomentar e aumentar a participação das mulheres na política por meio da obrigatoriedade. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal definiu que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha deveria também obedecer tal proporcionalidade, ou seja, 30% dos recursos do Fundo destinado aos partidos nas campanhas eleitorais deveria ser destinado exclusivamente para a candidaturas femininas.

Passados mais de 35 anos de redemocratização, a força representada pelo eleitorado feminino não passa despercebida pelos partidos. Nas eleições majoritárias, nas quais não se aplica a política de cotas, mulheres são lançadas como candidatas,

SF/21564.58783-50





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

justamente pela identificação do eleitorado com a presença da mulher na política, já tendo inclusive chegado à Presidência da República.

É preciso afastar, então, a ideia de que somente as cotas assegurarão a participação feminina nas eleições. Essa participação vem se consolidando por aspectos diversos que extrapolam a questão das cotas. É uma questão social.

O que é preciso combater é o uso de candidaturas femininas como instrumento de indivíduos que, se valendo da necessidade de preenchimento das cotas, cooptam candidatas que não tem efetivo interesse em concorrer, mas que recebem verba do fundo eleitoral para, em seguida, fazerem repasses a outros candidatos.

Até mesmo mulheres têm usado esse expediente indevido. Figuras políticas de longa data incentivam a candidatura de outras mulheres, mas acabam ficando com montante expressivo, quase integral, dos recursos do fundo eleitoral, anulando as chances das outras candidatas concorrerem em pé de igualdade, não exatamente com os homens, mas com as próprias mulheres.

O presente projeto de lei visa evitar, portanto, a chamada candidatura "laranja", termo empregado para definir alguém que assume uma função ou responsabilidade no papel, mas não na prática. Isso significa dizer que a candidata cede seu nome, com ou sem consentimento, para uso de outra pessoa. O termo, nesses casos, aparece geralmente em investigações policiais sobre fraudes.

Por isso, evita-se a candidatura de fachada e estabelece parâmetros para o registro de candidaturas viáveis e competitivas, aquelas em que realmente estão aptas para enfrentar o processo eleitoral de forma genuína, sem máculas e com o legítimo apoio da agremiação. Não se pode mais conceber o ingresso em uma eleição, com o uso de recursos públicos, sem a intenção de concorrer de fato, com objetivos que podem ser irregulares, como desviar dinheiro do fundo eleitoral.

Por outro lado, se os partidos não atingem a “cota mínima”, também sofrem a sanção de ver todas as candidaturas da agremiação ou coligação serem indeferidas. E nesse caso, mesmo uma mulher teria sua candidatura indeferida. O cenário real não evidencia má fé ou preconceito das lideranças partidárias, mas sim o ainda baixo interesse de mulheres pela vida pública.

O PL não culpa ou responsabiliza as mulheres, mas tenta sanar a situação enfrentada pelos partidos a fim de garantir o atendimento da regra eleitoral. Esse quadro se mostra concomitante com as mudanças promovidas na lei eleitoral em 2009 e a instituição da cota mínima por sexo.¹

¹ <https://www.conjur.com.br/2018-out-02/opinio-desafios-candidaturas-femininas-eleicoes-2018>



SF/21564.58783-50



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

O que propomos aqui é que os recursos do Fundo Eleitoral sejam distribuídos somente para as candidaturas efetivamente registradas, e que tenham viabilidade eleitoral, para que não haja uma derrama de dinheiro público apenas para o cumprimento de uma regra formal que pode facilitar a fraude.

Da mesma forma, o projeto incentiva uma equalização na distribuição destes valores para que as candidatas do partido tenham um tratamento isonômico por sua legenda e para o fim que se evite gasto demasiado de recursos públicos em relação às demais candidaturas.

De igual forma, a proposta também prevê que os recursos que extrapolem os limites de doação, consideradas aquelas efetivamente registradas, sejam devolvidos ao erário quando não preenchidas as vagas. Desta forma, inibe-se o uso em candidaturas que muitas vezes são apresentadas apenas para cumprir a cota, garantir o Fundo Eleitoral e não incorrer no risco de cassação da chapa.

Por fim, o texto deixa claro o fomento para às candidaturas proporcionais, para que não seja desviado o real propósito do financiamento eleitoral das candidaturas femininas, isto é, para que haja uma ação efetiva para o engajamento das mulheres na política, e não sejam elas utilizadas como “coringa” para o preenchimento de chapas majoritárias com o único propósito de se aproveitar dos recursos a que elas têm disponível em razão do seu gênero.

Além disso, é importante salientar que a Emenda Constitucional nº 97 criou a cláusula de desempenho e vedou coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecendo normas sobre o acesso dos partidos políticos para a obtenção de recursos do fundo partidário e tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão.

A aludida mudança constitucional almejou a redução na participação no fundo partidário e o acesso ao tempo de propaganda política de agremiações partidárias com baixo desempenho eleitoral e pouco índice de representatividade.

Neste diapasão, o projeto também define de forma clara que a responsabilidade sobre a manipulação e controle sobre estes recursos recai sobre a esfera partidária que escolhe, lança e remete tais recursos públicos às candidaturas, não sendo solidárias as demais esferas partidárias que sequer sabem ou têm conhecimento sobre a viabilidade eleitoral de tais candidaturas apenas por repassarem as verbas às instâncias inferiores.

No que tange à reserva do percentual mínimo de 15% (quinze por cento) no Poder Legislativo para mulheres foram pensadas como um instrumento para aumentar o número de eleitas, o que nasce com o compromisso de promoção da igualdade de gênero firmado na Conferência de Beijing de 1995 (IV Conferência Mundial sobre a



SF/21564.58783-50





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Mulher) e podemos pensar nas cotas de gênero na política como medidas afirmativas de reserva de espaços ou recursos para a promoção da eleição de mulheres.

O histórico da atuação política das mulheres brasileiras, apesar da proeminência de líderes políticas importantes há décadas, sempre foi deficitário. Nunca houve grandes possibilidades de que os interesses das mulheres, por mais diversos que fossem, tivessem importância central no projeto de país. Isso é resultado de uma desigualdade na condução da vida política, nas barreiras que impedem que mulheres tenham importância na tomada de decisões. Os espaços que organizam as possibilidades, os recursos e as decisões políticas.

Diante disso, o Projeto visa promover mudanças na política institucional. Mais mulheres precisam incidir sobre candidaturas, e, assim, fazer valer seus interesses nos espaços decisórios do país.

Garantir candidaturas femininas e que os recursos do Fundo Eleitoral sejam usados de maneira eficaz, evitar fraudes, zelar pela lisura do processo eleitoral e o fortalecimento dos partidos políticos são os principais objetivos da proposição. Nesse caminho, o Legislativo cumpre seu papel e firma entendimento, já exposto em decisão do Judiciário, indicando um percentual proporcional de destinação do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha para candidaturas de cada sexo.

O presente Projeto de Lei busca afastar entendimentos equivocados, garantindo que os partidos mantenham a busca por candidaturas de cada sexo, mas que não sejam penalizados pelo quadro político que se apresentar em cada pleito. Com isso, a autonomia partidária e a busca por igualdade ficam asseguradas.

Sala das Sessões,

SENADOR ANGELO CORONEL
(PSD – Bahia)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições (1997) - 9504/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>

- artigo 10

- parágrafo 3º do artigo 10

- Lei nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009 - Minirreforma Eleitoral (2009) - 12034/09

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12034>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1953, DE 2021

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16.**
I -
.....
e)
1.;
2. 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);
3.;
4.; e
5. 0,04% (quatro centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP);
.....
§ 2º
I -
.....
b);
c) 0,01% (um centésimos por cento) para a Fenacclubes;



d) 0,03% (três centésimos por cento) para o CBCP; e
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.073, de 14 de outubro de 2020, alterou o art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, reconhecendo e incluindo o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) como integrante do Sistema Nacional do Deporto – SND.

Além disso, a Lei alterou a alínea “e” do inciso II do art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018, estabelecendo o CBCP como o único destinatário das verbas oriundas das loterias voltadas ao fomento da base do esporte paralímpico; deslegitimando o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) como aplicador de políticas e recursos públicos a este segmento.

Desta maneira, o CBCP passaria a receber diretamente da Caixa Econômica Federal os 15% da verba que recebia o CBC, e este ficando automaticamente desobrigado a aplicar, “*no mínimo, 15% (quinze por cento) dos recursos em atividades paradesportivas*”, conforme estabelecia o revogado § 1º do mesmo artigo. Entretanto, apesar de todo esforço legislativo para dar independência legal e financeira ao CBCP, não logrou êxito, porque a Lei nº 13.756, de 2018, nos §§ 1º e 2º de seu art. 21 definem que a observância do inciso II do art. 16 só ocorrerá a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) na conta única do Tesouro Nacional.

Não se sabe, contudo, se um dia a Lotex funcionará. Depois de duas tentativas fracassadas de leilão de concessão desta, houve êxito em outubro de 2019. Entretanto, segundo Ministério da Economia, o consórcio vencedor do leilão não cumpriu condições prévias dentro da data limite para a assinatura do contrato.

Desta maneira, faz-se necessário a alteração também da alínea “e” do inciso I do art. 16, para que o paradesporto volte a receber imediatamente os recursos que lhes são de direito e que atualmente encontram-se prejudicados. E, ainda, que estes recursos possam ser geridos



3

pela entidade legitimada para tal – o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>
 - artigo 13
- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>
 - inciso II do artigo 16
- Lei nº 14.073 de 14/10/2020 - LEI-14073-2020-10-14 - 14073/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14073>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1565, DE 2021

Realização, em data oportuna, de sessão de debates temáticos acerca da MPV n° 1031/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN), Líder do Bloco Parlamentar Senado Independente Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Mailza Gomes (PP/), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



SF/21417.58203-10 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater a MPV 1031/2021 Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

- 1 – Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL
- 2 – Representante Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE
- 3 – Representante Frente Nacional De Prefeitos-FNP
- 4- Representes das Federações Estaduais da Indústria
- 5- Representantes da Organização Defesa do Consumidor (Conselho de Consumidores do Mato Grosso do Sul ou do Paraná).
- 6. Representante Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- 7. Representantes de entidades ambientalista
- 8. Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras - AESEL.
- 9. Clarice Ferraz - Instituto Ilumina.
- 10. Ronaldo Bicalho - Instituto Ilumina.
- 11. Ildo Sauer - USP.
- 12. Mauro Martinelli - Ex diretor da CEB.
- 13. Vicente Andreu - Ex presidente da ANA.
- 14. Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários.



- 15. Nelson Hubner -Ex ministro de Minas e Energia
- 16.Isabela Lofrano - Especialista em direito econômico Mackenzie
- 17. Representante do Ministério de Minas e Energia

Sala das Sessões, 21 de maio de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT

SF/21417.58203-10 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1567, DE 2021

Retirada de tramitação do PL nº 1912/2021.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 1912/2021, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Co’digo Penal), para tipificar o crime de prescrição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem comprovação científica”.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)



SF/21847.83919-90 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1582, DE 2021

Inclusão em Ordem do Dia do PL nº 2564/2020.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)****REQUERIMENTO Nº DE 2021**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão em Ordem do Dia do PL 2564/2020, que “altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira”, que teve prazo esgotado na Comissão de Assuntos Sociais.

JUSTIFICAÇÃO

Solicito a Vossa Excelência a inclusão em Ordem do Dia do PL 2.564/2020, que “altera a Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

O tema é de suma importância e dará fim à luta de mais de 30 anos dos profissionais de Enfermagem em defesa de um piso salarial justo e de uma jornada digna de trabalho.

Essa será a melhor forma de reconhecimento que nós, Senadores da República, poderemos dar por todo o trabalho exaustivo que esses profissionais da área da saúde têm tido ao longo de anos e que se intensificou com a pandemia do coronavírus.

Além de enfrentarem jornadas duplas de trabalho em troca de salários miseráveis e que não condizem com todo o esforço e desgaste que estão passando, colocam diariamente suas vidas em risco por estarem na linha de frente dos hospitais, ajudando os pacientes internados em decorrência do Covid-19.

Outro ponto importante e que vale ser lembrando e que as operadoras de planos de saúde e hospitais privados estão lucrando como nunca. De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde - ANS, considerando apenas os primeiros 9 meses de 2020, as operadoras tiveram lucro líquido de R\$ 15 bilhões e o grupo formado



SF/21055.98734-87



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

pelos 122 maiores hospitais privados do país encerraram o ano passado com lucro líquido de R\$30,6 bilhões. Portanto, são capazes de arcar com o pagamento do piso salarial nacional das categorias supracitadas, que estaremos votando em breve.

Nesse sentido, Senhor Presidente, é preciso que seja feita justiça com os Enfermeiros(as), Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras de todo o Brasil, em especial do Estado do Pará, e que seja cumprido o artigo 7º, inciso V, da Constituição Federal, que prevê piso salarial a todo trabalhador urbano e rural, proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo urgente, portanto, a votação do PL 2564/2020.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2021.


Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



SF/21055.98734-87





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1591, DE 2021

Realização de sessão de debates temáticos, em data oportuna, a fim de debater a educação ambiental para uma nova geração ecológica.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN), Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB), Líder do PSD Nelsinho Trad (PSD/MS), Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater **a educação ambiental para uma nova geração ecológica**. O debate será parte da Campanha "Junho Verde", instituído pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A instituição tem incentivado a campanha Junho Verde em todo o Brasil, para inserir o tema meio ambiente em lugar central da agenda socioeconômica.
2. Fátima Freire, educadora em diversos países, assessora pedagógica em várias instituições, filha do educador Paulo Freire.
3. Daniel Munduruku, escritor e professor, cuja atuação na literatura, bem como na educação focada em literatura, língua e práticas indígenas, contribuem para a divulgação da diversidade étnico-cultural indígena e para a constituição de uma identidade brasileira.




SF/21786.87901-82 (LexEdit)

4. Representante da Unesco, para falar sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável no mundo. A organização está pedindo a todos os países para colocarem a educação ambiental no centro dos currículos escolares até 2025.
5. Representante da Engajamundo, organização juvenil em que uma das ações é a campanha Educlima, projeto de formação de jovens em educação climática.
6. Marcos Sorrentino, professor, doutor na Universidade de São Paulo, foi diretor de educação ambiental do MMA entre 2003 e 2008, e assessor especial do ministro da Educação (2012-2014) para a construção da política ambiental do MEC.
7. Representante do Conselho Nacional de Educação, para falar sobre a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA
8. Representante do Fórum Governadores pelo Clima
9. Frente Nacional de Prefeitos, para apresentar experiência municipal na área de educação ambiental
10. Representante do Museu do Amanhã (RJ), museu de ciências aplicadas que explora as oportunidades e os desafios que a humanidade terá de enfrentar nas próximas décadas, a partir das perspectivas da sustentabilidade e da convivência.

JUSTIFICAÇÃO

“A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de



sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário”. (Fórum Internacional das ONGs, 1992, p. 1934)

A educação ambiental foi incluída na Constituição Federal brasileira, de forma explícita, no Art. 225, inciso VI, a fim de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 27 de abril de 1999, foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A Lei nº 9795, conhecida como Lei Ambiental, estabelece diretrizes e tem, como principal objetivo, estimular a conscientização pública sobre o dever de proteger o meio ambiente por meio da educação.

Diz o artigo 1º da Lei 9.795/99: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. e em seu artigo 2º: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

Sabemos que a definição de um conceito para a educação ambiental não é algo tão simples como se poderia supor. As questões metodológicas e as diferentes abordagens do tema traduzem essa dificuldade de definição, apontando também para a condição inter e transdisciplinar que lhe são peculiares, envolvendo diversos saberes que são produzidos historicamente e culturalmente.

SF/21786.87901-82 (LexEdit)



SF/21786.87901-82 (LexEdit)

A educação ambiental é fruto de um processo participativo e contínuo da sociedade, fundamental para a consciência crítica acerca dos problemas existentes.

Estamos vivendo um momento de desequilíbrio e desarmonia, crise do clima, crise da pandemia. É necessário que haja uma busca para se alcançar um equilíbrio entre a relação homem x natureza, visando buscar alternativas e mudar o comportamento frente a essa problemática.

E a Educação Ambiental é uma ferramenta para essa mudança de comportamento, a partir de ações, concepções e mudanças de hábitos e de uso dos recursos, visando uma integração entre a proteção da natureza e o cuidado com as pessoas.

Segundo um novo relatório publicado pela Unesco, a educação formal não está preparando os alunos para se adaptarem, atuarem e responderem às alterações climáticas e à crise da biodiversidade. O estudo lamenta a falta de atenção dedicada às capacidades socioemocionais e às competências orientadas para a ação, fundamentais para a ação ambiental e climática.

“A educação deve preparar os alunos para compreenderem a atual crise ambiental (...) Para salvar o planeta, devemos transformar a nossa forma de viver, produzir, consumir e interagir com a natureza. É fundamental integrar a educação para o desenvolvimento sustentável em todos os programas de aprendizagem de todos os lugares”, disse Audrey Azoulay, diretora-geral da instituição.”

No sentido de debater os argumentos aqui apresentados, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito do Junho Verde do Senado Federal, como forma de trazer à população brasileira, bem como aos senadores e senadoras, conteúdos que nos ajudem a apoiar o desenvolvimento de uma educação ambiental,



alinhada com os tempos em que vivemos e com a transição ecológica para um futuro mais sustentável.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão do Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1592, DE 2021

Retirada do PL nº 1808/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 1808/2021.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2021.

Senador Carlos Viana
(PSD - MG)
Senador



ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às quinze horas do dia dez de março do ano de dois mil e vinte e um, por meio do aplicativo Microsoft Teams, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Participaram a Diretora-Geral Ilana Trombka, como Vice-presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Kairala José Kairala Filho, Coordenador-Geral de Saúde; Agatha Bernardo e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, representantes dos servidores ativos; Edward Cattete Pinheiro Filho e Rui Oscar Dias Janiques, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Marcelo Inacio de Aranha Menezes, do Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS; e os senhores Paulo Ricardo dos Santos Meira e Carla Peixoto Valladares, Assessores Técnicos da SEGP. A Diretora Ilana assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. **Item 1) Documento 00100.019041/2021-84 - Proposta de reajuste de tabela de materiais e kits/filmes radiológicos do Hospital Israelita Albert Einstein.** Aprovados os índices de reajuste propostos pela COATREL, com efeitos retroativos a 20/02/2021. **Item 2) Documento 00100.021601/2021-61 - Proposta de extensão de credenciamento do Centro de Tratamento Cardiovascular LTDA.** Aprovada a extensão de credenciamento nos termos e valores previstos no documento apresentado pela COATREL, com efeitos a partir da data de publicação desta ata. **Item 3) Documento 00100.012696/2021-21 - Pedido de cobertura de parto humanizado em casa de parto.** Considerando os apontamentos elencados no parecer técnico, o Conselho acata o entendimento da perícia do SIS deliberando pelo indeferimento do pleito. **Item 4) Documento 00100.010606/2021-68 - Beneficiária requer inclusão de sogra como dependente no SIS.** Indeferido nos termos do artigo 5º do regulamento do SIS, que não prevê essa categoria de beneficiário-dependente. **EXTRAPAUTA) Documento 00100.023063/2021-49 - ASSISEFE solicita prorrogação do mandato dos conselheiros eleitos pelo período de um ano.** O Conselho entende que não possui competência para deliberar sobre a prorrogação do mandato de seus membros. Entretanto, o colegiado encaminhará ao Presidente da Comissão Organizadora das eleições a sugestão de realização de votação também pela modalidade *drive thru*. A proposta será analisada quanto à sua viabilidade e exequibilidade, podendo ser acatada ou não pelos integrantes da Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez de março do ano de dois mil e vinte e um, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de conselheiro e secretário da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros participantes da reunião.

Ilana Trombka - Vice-Presidente; **Agatha Bernardo, Edward Cattete Pinheiro Filho, Fernando Álvaro Leão Rincon, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas**, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7755-2 de 18/03/2021](#)



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 195ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às quinze horas do dia quatorze de abril do ano de dois mil e vinte e um, por meio do aplicativo Microsoft Teams, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Participaram a Diretora-Geral Ilana Trombka, como Vice-presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Kairala José Kairala Filho, Coordenador-Geral de Saúde; Agatha Bernardo e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, representantes dos servidores ativos; Edward Cattete Pinheiro Filho e Rui Oscar Dias Janiques, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Marcelo Inacio de Aranha Menezes, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS; a senhora Joelma Nunes de Souza, da Coordenação de Autorização do SIS; e os senhores Paulo Ricardo dos Santos Meira e Carla Peixoto Valladares, Assessores Técnicos da SEGP. A Diretora Ilana assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. **Item 1) Documento 00100.030657/2021 - Prestação de contas referente ao Fundo de Reserva do SIS, exercício 2020.** Em atendimento ao disposto no artigo 55, inciso IX, e artigo 63, inciso I, do regulamento do plano, o documento será encaminhado para análise e parecer do Conselho Fiscal do SIS, devendo retornar em seguida para apreciação pelo Conselho de Supervisão. Com relação às receitas do Fundo de Reserva, a Diretora Ilana solicitou maior celeridade na implementação da cobrança das coparticipações, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2018. Sobre o tema, o conselheiro Pedro demandou à COGEFI um estudo futuro sobre a efetividade de retorno da coparticipação, visando subsidiar uma possível reanálise das regras aprovadas pelo Conselho naquele ano. **Item 2) Documento 00100.001300/2021-11 - Pedido de estimativas de impacto financeiro para decisão quanto ao credenciamento dos Hospitais Samaritano (RJ) - Devolutiva da SAFIN.** **Item 3) Documento 00100.109380/2020-71 - Reconhecimento do Hospital Samaritano (RJ - Unidade Botafogo) como instituição de notória especialização.** **Item 4) Documento 00100.110489/2020-51 - Reconhecimento do Hospital Samaritano (RJ - Unidade Barra) como instituição de notória especialização.** Os itens 2, 3 e 4 da pauta foram analisados em conjunto pelo colegiado. O conselheiro Fernando apresentou projeções em escala da estimativa de impacto financeiro com a entrada dos hospitais na rede credenciada do Rio de Janeiro, atentando para a transferência de preferência dos beneficiários residentes nesse Estado, e tomando como parâmetro as experiências do SIS em Brasília e São Paulo com hospitais de mesmo porte. O Conselho aprovou o credenciamento das unidades Barra e Botafogo do Hospital Samaritano como instituições de notória especialização, tendo em vista o relatório apresentado e considerando também os pareceres da perícia do SIS, que conferiu aos hospitais essa distinção. O Conselho autorizou a alteração da ordem de pauta, transferindo a análise do item 5 para o final da reunião. **Item 6) Documento 00100.034931/2021-16 - Proposta de extensão de credenciamento para Geroclínica Assistência Geriátrica Ltda.** Aprovada a extensão de credenciamento nos termos e valores constantes no parecer da COATREL. **Item 7) Documento 00100.032356/2021-17 - Proposta de reembolso e extensão de credenciamento para cobertura de vacina contra gripe.** Tendo em vista o contexto da pandemia de covid-19, o Conselho aprovou, em caráter excepcional, a inclusão da cobertura para a vacina quadrivalente contra a gripe na tabela contratada com Sabin Medicina Diagnóstica, unidade credenciada diretamente ao SIS. Mantém-se também a autorização para reembolso da vacina contra a gripe, quando não realizada na unidade credenciada, no valor de R\$ 120,00, do qual incide ainda o desconto de coparticipação do beneficiário. **Item 8) Documento 00100.0355596/2021-73 - Proposta de alteração das regras de negociação das tabelas da Associação dos Médicos de Hospitais Privados-DF (AMHPDF).** Ficam autorizadas as alterações e atualizações das tabelas-base de procedimentos contratados com a AMHPDF, conforme parecer



apresentado pela COATREL. **Item 9) Documento 00100.035646/2021-12 - Proposta de prorrogação do prazo para atualização de dependentes econômicos no SIS - 2021.** O Conselho aprovou a proposta, apresentada pela conselheira Agatha, de prorrogação do prazo para revalidação de dependentes econômicos para 60 dias após o fim do limite definido pela Receita Federal para entrega da declaração de imposto de renda de pessoa física. **Item 10) Documento 00100.015942/2021-05 - Beneficiário apresenta recurso sobre pedido de reembolso indeferido por falta de autorização prévia.** Indeferido, nos termos do artigo 37, inciso XV, do regulamento do SIS, bem como do artigo 2º da Instrução Normativa nº 9, de 2017, que exigem a autorização prévia para essa cobertura. **Item 11) Documento 00100.024173/2021-28 - Beneficiário requer inclusão de ex-companheira inválida no plano de saúde.** Indeferido, por não haver no regulamento do SIS a previsão para essa categoria de beneficiário-dependente. **Item 12) Documento 00200.004110/2021-27 - Beneficiária solicita isenção de carências para seu dependente readmitido ao SIS.** O documento será distribuído para vistas da Diretora-Geral. Deverá ser solicitada à beneficiária a apresentação de cópia do documento judicial que conferiu à avó do dependente sua guarda até os 21 anos. **Item 13) Documento 00100.023063/2021 - ASSISEFE solicita prorrogação do mandato dos atuais conselheiros do SIS - Devolutiva da análise quanto à proposta de votação por meio de drive thru.** A devolutiva contendo as justificativas da comissão eleitoral para a manutenção da votação online foi encaminhada a todos os conselheiros. Nesse momento em que se retira da reunião para o acolhimento de outro compromisso, a Diretora-Geral deixa registrados seu agradecimento e seu reconhecimento ao trabalho dos conselheiros eletivos do SIS que finalizam seus mandatos no presente encontro. O conselheiro Gustavo assumiu a presidência dando início à análise do Item 5 da pauta. **Item 5) Documento 00100.035194/2021-79 - Proposta de alteração da Instrução Normativa que regulamenta o programa de atenção domiciliar aos beneficiários do SIS.** O Conselho aprovou as alterações apresentadas nos itens 1 a 5 do parecer da COASIS. O item 6 do relatório, referente à cobertura de internação domiciliar em instituições de longa permanência, receberá um estudo mais aprofundado pela equipe técnica do SIS a ser apresentado ao colegiado dentro de seis meses. A proposta consolidada de alteração da Instrução Normativa será encaminhada à Assessoria Técnica da DGER para análise formal do texto. Ao final da reunião, em virtude do término do mandato dos conselheiros Agatha Bernardo, Rui Janiques, Pedro Enéas e Edward Cattete, abriu-se espaço para falas de reconhecimento de todos os membros do colegiado, devendo ficar registrados os agradecimentos e elogios à atuação dos colegas representantes dos servidores ativos e inativos do SIS. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de abril do ano de dois mil e vinte e um, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de conselheiro e secretário da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros participantes da reunião.

Iliana Trombka - Vice-Presidente; **Agatha Bernardo, Edward Cattete Pinheiro Filho, Fernando Álvaro Leão Rincon, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas**, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7801-2 de 23/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às quinze horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e um, por meio do aplicativo Microsoft Teams, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Participaram a Diretora-Geral Ilana Trombka, como Vice-presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Kairala José Kairala Filho, Coordenador-Geral de Saúde; Agatha Bernardo e Anna Carolina Rabello de Lucena Castro, representantes dos servidores ativos; Marcelo Chagas Muniz e Rui Oscar Dias Janiques, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Marcelo Inacio de Aranha Menezes, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Assessora Técnica da SEGP. A Diretora Ilana assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. **Item 1) Apresentação dos conselheiros representantes dos servidores ativos e inativos eleitos para o biênio 2021-2023.** A Diretora Ilana apresentou os novos membros do Conselho, Anna Carolina e Marcelo Muniz, proferindo as boas-vindas e também parabenizando os conselheiros Agatha Bernardo e Rui Janiques, que foram reeleitos e reconduzidos ao cargo. **Item 2) Documento 00100.040218/2021-10 - COMSEFE apresenta pedido de realização de pesquisa de opinião com usuários do SIS.** O Conselho acata a proposta para a realização de uma pesquisa de satisfação, mas considera que o atual momento de transição do SIS, em que a rede própria vem sendo ampliada, pode acabar influenciando o resultado do estudo. Desse modo, recomenda-se sua realização ao final do segundo semestre de 2021, em parceria com o Instituto Data Senado. A pesquisa irá considerar os itens sugeridos pela COMSEFE, agregando também outros questionamentos que o Conselho, a SEGP e a DGER julgarem pertinentes. O Conselheiro Rui propõe que a pesquisa identifique o local de moradia do participante, por ser relevante entender a percepção do SIS por beneficiários residentes fora do Distrito Federal. **Item 3) Documento 00100.043997/2021-05 - Proposta de reajuste contratual da tabela de cobertura do Laboratório Sabin e RA Radiologia.** Aprovado o índice de reajuste negociado para essas unidades, nos termos do parecer da COATREL. O reajuste negociado estará vigente a partir da data de publicação desta Ata para o Laboratório Sabin de Análises Clínicas, e a partir da data de aniversário do contrato (10/06/2021) para a RA Radiologia LTDA. **Item 4) Documento 00100.045627/2021-02 - Proposta de reajuste contratual do Hospital DF Star.** O Conselho definiu que a negociação deverá ser conduzida diretamente pela DGER. O Coordenador Geovane levantará os dados referentes aos ajustes do hospital com outros planos de autogestão. A Rede D'Or será questionada se o posicionamento sobre o aumento do índice de reajuste por necessidade de recomposição perante o novo cenário econômico foi apresentado também aos demais planos credenciados ao DF Star. **Item 5) Documento 00100.039542/2021 - Beneficiário apresenta recurso contra negativa de cobertura para exame genético.** O Conselho acata o parecer da perícia e indefere o pleito, em observação ao artigo 37, inciso IX, do regulamento do SIS, e às diretrizes de utilização determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **EXTRAPAUTA 1) Documento 00100.046617/2021-86 - Proposta de extensão de credenciamento para cobertura de equipamentos - Geroclínica.** Aprovada a extensão de credenciamento para os itens e valores constantes no documento apresentado pela COATREL. **EXTRAPAUTA 2) Documento 00100.046654/2021-94 - Proposta de reajuste anual da tabela de medicamentos e apoio nutricional - Hospital Israelita Albert Einstein.** O Conselho aprova o percentual de reajuste negociado com o Hospital, com efeitos a partir de 1º de junho de 2021. **COMUNICADO: Publicação do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2021, que altera o regulamento do SIS.** Trata-se de proposta apresentada pelo Conselheiro Rui na 180ª Reunião Ordinária, de 20/11/2019, e encaminhada pela Diretora Ilana para análise da Comissão Diretora. O conselheiro questionou a obrigatoriedade de apresentação da declaração de imposto de renda para



comprovação de dependência econômica de filhos ou enteados inválidos. A sugestão foi aprovada e o regulamento do SIS foi alterado, de modo que a comprovação deixou de ser exigida a partir da data de publicação do Ato, em 06/05/2021. Nesse momento, foi passada a palavra aos conselheiros eleitos que iniciam seus mandatos na presente reunião, para uma breve apresentação. Por fim, a Conselheira Agatha apresentou mais dois itens extrapauta. **EXTRAPAUTA 3) Nomeação e exercício do novo Conselho Fiscal.** A conselheira apontou a necessidade de um maior conhecimento prévio do perfil dos servidores candidatos a um cargo no Conselho Fiscal, o que embasaria a aprovação desses nomes pelo Conselho de Supervisão. Considerando a proximidade do fim do mandato dos atuais membros, fica definido que haverá um chamamento dos interessados via intranet para participar de um breve processo seletivo junto a uma comissão do Conselho de Supervisão, que buscará candidatos com notório conhecimento em finanças e controle, conforme determina o artigo 62 do regulamento do SIS. Ainda nos termos dos artigos 63 e 64 da mesma norma, sugere-se que sejam fixados os meses nos quais o Conselho Fiscal deverá apresentar seus pareceres técnicos trimestrais ao Conselho de Supervisão, com a publicação da ata de sua reunião juntamente com a ata da reunião ordinária deste colegiado. **EXTRAPAUTA 4) Registro e divulgação das deliberações do Conselho de Supervisão do SIS.** Visando aumentar a transparência das discussões que se processam neste colegiado, a Conselheira Agatha sugere que seja estudada alguma forma de registro e até mesmo de divulgação da íntegra das reuniões, adicionalmente à publicação mensal das atas, que representa apenas um extrato da reunião com as deliberações finais referente a cada item da pauta. O registro ficaria restrito aos debates de cunho geral, orçamentário e administrativo, excluindo-se o conteúdo referente às discussões de caso concreto referentes a beneficiários do plano, por possuírem caráter pessoal e sigiloso. A proposta será aprofundada e rediscutida em deliberação futura. Na mesma linha, o Conselho propõe que as pautas sejam publicadas na intranet e no site do plano previamente às reuniões, e solicita ao SIS a apresentação, na próxima reunião, de um modelo de pauta passível de divulgação. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às dezesseis horas e cinquenta minutos do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e um, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de conselheiro e secretário da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros participantes da reunião.

Ilana Trombka - Vice-Presidente; **Agatha Bernardo, Anna Carolina Rabello de Lucena Castro, Fernando Álvaro Leão Rincon e Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7843-2 de 24/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

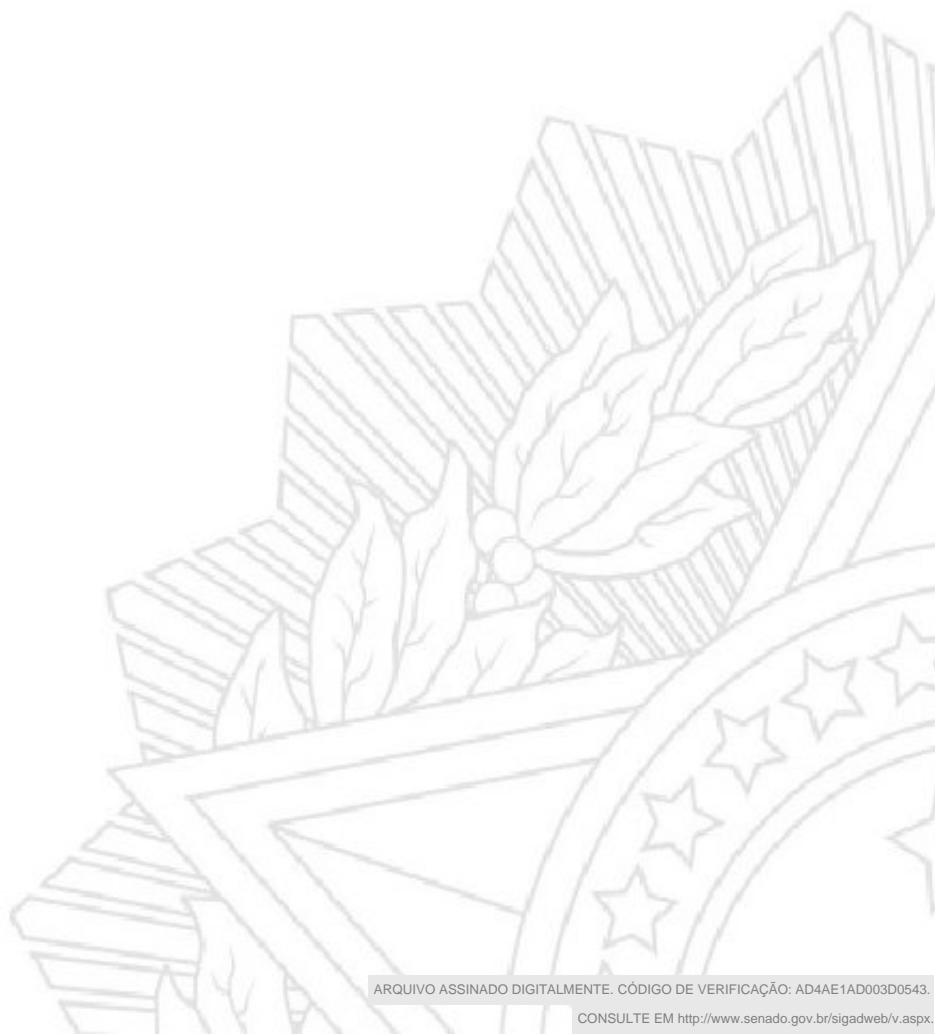
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL



COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2, de 2021**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das competências previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 191 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, **RESOLVE**:

Art. 1º Referendar os seguintes normativos:

I - Ato do Presidente nº 8, de 17 de setembro de 2020, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução nº 13, de 2018, para alterar a nomenclatura de funções comissionadas da Advocacia do Senado Federal;

II - Ato do Presidente nº 10, de 3 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais;

III - Ato do Presidente nº 11, de 3 de dezembro de 2020, que extingue funções comissionadas, altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, e o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - Ato do Presidente nº 12, de 14 de dezembro de 2020, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, para reorganizar as unidades administrativas da Secretaria de Comunicação Social, bem como adequar a competências da especialidade Comunicação Social, para ambos os cargos de Analista e Técnico Legislativos, sem incorrer em aumento de despesa;

V - Ato do Presidente nº 6, de 16 de março de 2021, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, para extinguir cargos comissionados e funções comissionadas para a criação da estrutura administrativa da Liderança da Oposição, sem incorrer em aumento de despesas.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 05 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco** - Presidente, Senador **Veneziano Vital do Rêgo** - 1º Vice-Presidente, Senador **Romário** - 2º Vice-Presidente, Senador **Irajá** - 1º Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 2º Secretário, Senador **Rogério Carvalho** - 3º Secretário, Senador **Weverton** - 4º Secretário, Senador **Jorginho Mello** - 1º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7819-2 de 06/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 3, de 2021

Aprova a Política de uso do Portal do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das competências previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 191 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando o art. 299 do Regulamento Administrativo, que institui, em caráter permanente, o Comitê Gestor do Site do Senado Federal, que tem por objetivo promover e gerenciar as ações que dizem respeito à estrutura de serviços e informações, à apresentação e à forma do sítio do Senado Federal nos ambientes de internet, intranet e mídias correlatas, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de uso do Portal do Senado Federal, na forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 05 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco** - Presidente, Senador **Veneziano Vital do Rêgo** - 1º Vice-Presidente, Senador **Romário** - 2º Vice-Presidente, Senador **Irajá** - 1º Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 2º Secretário, Senador **Rogério Carvalho** - 3º Secretário, Senador **Weverton** - 4º Secretário, Senador **Jorginho Mello** - 1º Suplente de Secretário.

ANEXO À COMISSÃO DIRETORA Nº 3, DE 2021

Política de uso do Portal do Senado Federal

Este documento apresenta os princípios gerais de acesso e uso das informações e serviços prestados pelo Portal do Senado Federal na Internet.

Quem somos

O Portal do Senado Federal reúne conteúdo gerado por suas diversas instâncias. A estrutura técnica é fornecida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen). O conteúdo de cada página é de responsabilidade da unidade organizacional que a gerencia, e existe ao menos um gestor de conteúdo que responde pelas informações e serviços nela prestados.

Clique aqui para ver quem são os responsáveis pelas informações do site.

Usando o Portal do Senado

Este Portal deve ser usado apenas para propósitos legalmente amparados e seu uso não deve infringir, restringir ou inibir o uso por outras pessoas.

O Portal é continuamente atualizado e seu conteúdo pode ser alterado ou atualizado a qualquer tempo.

Informações e Serviços

Este Portal oferece informações e serviços para a sociedade. Nele se encontram informações sobre o processo legislativo e as matérias em discussão no âmbito do Senado



Federal, bem como ferramentas que possibilitam a participação popular no processo legislativo, além de notícias, dados de transparência e informações administrativas, entre outros serviços. Veja a lista completa aqui.

Usando o conteúdo do site do Senado

Todo o conteúdo deste Portal é de propriedade autoral do Senado Federal, mas pode ser utilizado pelos usuários, desde que seja citada a fonte e para fins lícitos.

Alguns serviços prestados no Portal, como aqueles disponíveis no e-Cidadania, permitem que o cidadão transmita informações, sugestões e propostas, entre outras formas de conteúdo que serão recepcionadas e tratadas pelo Senado Federal, em sua atividade finalística. A utilização desses serviços requer, em geral, que o cidadão se identifique previamente, fornecendo informações pessoais que serão utilizadas para registrar as contribuições recebidas.

Informações sobre você e suas visitas ao Portal do Senado

O acesso às informações e a utilização de serviços prestados pelo Senado Federal que não envolvam a recepção de conteúdo pelo Portal não lhe exigirão o fornecimento de dados para identificação pessoal. Ferramentas automáticas de coleta de informações de navegação, para fins de produção de estatísticas de uso do Portal, poderão ser empregadas, mas de maneira anônima.

Sempre que forem captadas informações pessoais, o usuário será informado da finalidade e da temporalidade a elas vinculadas e deverá manifestar autorização expressa em relação ao procedimento.

Proteção contra vírus de computador

O Senado Federal oferece à população gratuitamente informações e serviços por meio de seu Portal na Internet, mas não assume qualquer responsabilidade pela eventual existência, nesse conteúdo, de vírus de computador ou quaisquer outros tipos de ameaça cibernética produzidos por terceiros. Para que o usuário proteja seu computador, cabe-lhe contratar serviços profissionais e especializados de proteção contra vírus ou ameaças cibernéticas. O Senado Federal não se responsabiliza, portanto, por perdas ou danos ocorridos em seu computador quando você acessar o Portal.

Vírus, hackers e outras ameaças

Quando acessar o Portal do Senado, você não pode introduzir vírus, trojans, worms ou outros tipos de código que sejam maliciosos ou danosos.

Você também não pode tentar acesso não autorizado aos nossos servidores, processadores e aos bancos de dados que armazenam as informações do Senado.

Você não pode produzir ataques ao Portal de nenhuma maneira, incluindo ataques do tipo DDoS (denial-of-service). Qualquer ataque ou tentativa será denunciado às autoridades competentes.

O cidadão só tem o direito de acessar o conteúdo que é disponibilizado ao público em geral no Portal.

Legislação

Esta política de uso respeita a legislação brasileira e com base nela foi feita.



*Observações:**- Publicação extraída do Boletim original nº: [7819-2 de 06/05/2021](#)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, de 2021

Altera o art. 268 da Parte II e o item 1.9 do Anexo I do Regulamento Administrativo, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das competências previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 191 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando que a alteração normativa está sujeita ao surgimento de inconsistências que devem ser sanadas para a boa interpretação da legis vigente;

Considerando a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que criou a Instituição Fiscal Independente - IFI no âmbito do Senado Federal;

Considerando o §2º do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que estabelece que a IFI será dirigida por Conselho Diretor, composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) diretor-executivo, indicado pelo Presidente do Senado Federal, e 2 (dois) diretores, indicados por comissões permanentes do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º O art. 268 da Parte II - Regulamento Orgânico do Senado Federal do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 268. É vedada a concessão de outro veículo nos casos de acumulação de cargos diretivos na Mesa ou de liderança partidária, salvo na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 267. " (NR)

Art. 2º O item 1.9 do item 1 - Cargos em Comissão do Anexo I - Quadro de Pessoal do Senado Federal do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.9. INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

| CARGO EM COMISSÃO | SÍMBOLO | Nº |
|--|---------|----|
| DIRETOR-EXECUTIVO DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE | SF03 | 1 |
| DIRETOR DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE | SF02 | 2 |
| ASSESSOR PARLAMENTAR | SF02 | 3 |

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 05 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco** - Presidente, Senador **Veneziano Vital do Rêgo** - 1º Vice-Presidente, Senador **Romário** - 2º Vice-Presidente, Senador **Irajá** - 1º Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 2º Secretário, Senador **Rogério Carvalho** - 3º Secretário, Senador **Weverton** - 4º Secretário, Senador **Jorginho Mello** - 1º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7819-2 de 06/05/2021](#)



COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, de 2021**

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, para regulamentar a publicação anual dos róis de informações e documentos previstos no art. 30 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das competências previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 191 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando o Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário - TC 017.368/2016-2, que avaliou o nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais de órgãos, em nível federal, dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, bem com o de órgãos do Ministério Público da União e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal;

Considerando os processos nºs 00200.014291/2019- 85 e 00200.017359/2019-88, RESOLVE:

Art. 1º O Ato da Comissão Diretora nº 9, de 16 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 27-A. Os Órgãos Superiores de Execução, os Órgãos de Assessoramento Superior, o Órgão Supervisionado e a Secretaria de Transparência do Senado Federal encaminharão, anualmente, à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa, e estas farão publicar em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas e legislativas:

I - o rol das informações administrativas e legislativas que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - o rol de documentos administrativos e legislativos classificados em cada grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter em meio físico as informações previstas no caput, para consulta pública.

§ 2º Instruções Normativas da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa detalharão a estrutura do rol de documentos administrativos e legislativos classificados." (NR)

"Art. 27-B. As decisões de classificação, desclassificação, reclassificação, ou redução do prazo de sigilo, bem como a prorrogação de prazo de restrição de informação classificada em qualquer grau de sigilo serão formalizadas no Termo de Classificação de Informação - TCI.

§ 1º O TCI seguirá anexo à informação classificada.

§ 2º Dados, informações e documentos classificados enviados ao Senado Federal sem o respectivo Termo de Classificação de Informação serão considerados ostensivos.



§ 3º Instruções Normativas da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa detalharão a estrutura do TCI. " (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 05 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco** - Presidente, Senador **Veneziano Vital do Rêgo** - 1º Vice-Presidente, Senador **Romário** - 2º Vice-Presidente, Senador **Irajá** - 1º Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 2º Secretário, Senador **Rogério Carvalho** - 3º Secretário, Senador **Weverton** - 4º Secretário, Senador **Jorginho Mello** - 1º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7819-2 de 06/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 6, de 2021**

Extingue cargo de Técnico Legislativo da especialidade Odontologia e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em especial a prevista no art. 98, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal;

Considerado o disposto no art. 41, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, que determina a necessidade de supervisão direta obrigatória em todas as atividades clínicas do Técnico em Saúde;

Considerando o art. 2º, IV, e o Anexo I, item 2, do Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2015, que suprimiu as vagas remanescentes para a categoria Analista Legislativo na especialidade Odontologia;

Considerando o art. 7º do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, que atribui competência à Comissão Diretora para extinguir e transformar cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º Transformar 1 (um) cargo vago da categoria Técnico Legislativo, especialidade Odontologia, em 1 (um) cargo da categoria Técnico Legislativo, especialidade Administração.

Art. 2º Extinguir 1 (um) cargo da categoria Técnico Legislativo, especialidade Odontologia.

Art. 3º Colocar em disponibilidade a servidora **DANIELE YURI FUJIMOTO**, matrícula nº 255121, da categoria Técnico Legislativo, especialidade Odontologia.

Art. 4º Aproveitar a servidora **DANIELE YURI FUJIMOTO**, matrícula nº 255121, na categoria Técnico Legislativo, especialidade Administração.

Parágrafo único. O aproveitamento na categoria Técnico Legislativo, especialidade Administração, a que se refere o *caput*, far-se-á no mesmo padrão e nível ocupados pela servidora, sem prejuízo da contagem de tempo para futuras promoções.

Art. 5º O Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com as alterações constantes do anexo a este Ato.

Art. 6º O disposto neste Ato não implicará aumento de despesa.

Art. 7º A Comissão Diretora submeterá à apreciação do Plenário as alterações de que trata este Ato.

Art. 8º A Diretoria-Geral fará publicar versão consolidada do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Sala de Reuniões, 05 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco** - Presidente, Senador **Veneziano Vital do Rêgo** - 1º Vice-Presidente, Senador **Romário** - 2º Vice-Presidente, Senador **Irajá** - 1º Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 2º Secretário, Senador **Rogério Carvalho** - 3º Secretário, Senador **Weverton** - 4º Secretário, Senador **Jorginho Mello** - 1º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7819-2 de 06/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**EXTINGUE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS**

ATO DO PRESIDENTE Nº 6, de 2021

Extingue cargos comissionados e funções comissionadas para a criação da estrutura administrativa prevista no art. 66-B do Regimento Interno do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, *ad referendum* da Comissão Diretora,

CONSIDERANDO a aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2021, que acresceu o art. 66-B ao Regimento Interno do Senado Federal;

CONSIDERANDO o inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que proíbe, até 31 de dezembro de 2021, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

CONSIDERANDO o Anexo I do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Este Ato extingue cargos comissionados e funções comissionadas para criar a estrutura administrativa prevista no art. 66-B do Regimento Interno do Senado Federal sem acarretar aumento de despesa.

Art. 2º Para criação dos cargos previstos no item 1.3 do Anexo I do Regulamento Administrativo, ficam extintos os seguintes cargos comissionados:

I - 6 (seis) SF-02 da Diretoria-Geral;

II - 2 (dois) SF-02 da Secretaria-Geral da Mesa; e

III - 4 (quatro) AP-12 do Instituto Legislativo Brasileiro.

Art. 3º Para criação das funções previstas no item 3.4 do Anexo I do Regulamento Administrativo, ficam extintas as seguintes funções comissionadas:

I - 1 (uma) FC-2, de Especialista Técnico da Diretoria-Geral;

II - 7 (sete) FC-1 de Assistente Técnico, sendo 1 (uma) do Instituto Legislativo Brasileiro; 2 (duas) da Consultoria Legislativa; 1 (uma) da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle; 1 (uma) da Secretaria Geral da Mesa; 1 (uma) da Secretaria de Comunicação Social e 1 (uma) da Coordenação de Contabilidade da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

Art. 4º A Diretoria-Geral fará publicar versão consolidada do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 16 de março de 2021. **Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal em exercício.**



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: [7755-2 de 18/03/2021](#)*



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERALCOMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ATO DO PRESIDENTE Nº 8, de 2021

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e tendo em vista as medidas de combate à pandemia da Covid-19,

CONSIDERANDO a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, por determinação do Supremo Tribunal Federal, nos termos da Medida Cautelar, expedida no Mandado de Segurança nº 37.760, destinada a apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, valendo-se para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto a fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios (CPI da Pandemia);

CONSIDERANDO os riscos sanitários que envolvem a realização de reuniões presenciais no Senado Federal para parlamentares, servidores, imprensa e público em geral;

CONSIDERANDO a iminente instalação da referida Comissão Parlamentar de Inquérito e, conseqüentemente, a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente;

CONSIDERANDO que as eleições devem ser procedidas por escrutínio secreto, nos termos do art. 291, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal; e

CONSIDERANDO a inviabilidade técnica e operacional de realização remota da referida eleição;

RESOLVE:

Art. 1º Este ato disciplina o funcionamento semipresencial da reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, criada pelos Requerimentos nºs 1371 e 1372, de 2021.

Art. 2º A CPI da Pandemia reunir-se-á nas dependências do Senado Federal, em sistema semipresencial, para sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente, em data a ser fixada por integrante titular mais idoso, nos termos do § 3º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º Na reunião de instalação serão observadas as seguintes diretrizes:

I - serão instaladas urnas eletrônicas externas ao Plenário da Comissão onde se realizará a reunião, com as mesmas funcionalidades dos dispositivos de votação na referida Sala;



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

II - haverá também urna eletrônica na garagem coberta do Senado Federal, destinada preferencialmente aos Senadores e Senadoras em grupo de risco, para que possam exercer seu direito ao voto sem necessitar entrar no edifício do Senado Federal;

III - as urnas eletrônicas deverão informar o nome, o cargo e a imagem dos candidatos;

IV - o acesso ao Plenário da Comissão será reservado a Senadores e Senadoras e o número indispensável de funcionários da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Polícia Legislativa;

V - o acesso ao Plenário da Comissão será controlado por policiais legislativos, que poderão impedir a entrada de quem não estiver autorizado;

VI - o distanciamento social será realizado por meio da limitação de cadeiras, de forma a se garantir o limite físico de segurança;

VII - a transmissão de imagens e a captura de fotos nas dependências do Plenário serão realizadas exclusivamente via Agência/TV Senado.

Art. 4º Durante o funcionamento semipresencial de instalação da CPI da Pandemia, os Senadores e Senadoras que estiverem fora das dependências do Senado Federal poderão usar da palavra por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR), reservando-se o voto, uma vez que a eleição é secreta, aos Senadores e Senadoras que estiverem fisicamente nas dependências do Senado Federal.

Art. 5º O funcionamento da CPI da Pandemia, após sua instalação, será definido pelo respectivo Colegiado.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de abril de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7797-2 de 20/04/2021](#)



PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERALDISPENSA / DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 6, de 2021

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e regimentais, RESOLVE:

Dispensar o servidor **GUSTAVO AFONSO SABÓIA VIEIRA**, matrícula nº 257713, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, especialidade Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assessor Técnico, símbolo FC-3, da Presidência do Senado Federal e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário-Geral da Mesa, símbolo FC-5, da Secretaria-Geral da Mesa.

Senado Federal, 7 de abril de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7782-1-S1 de 08/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

II - haverá também urna eletrônica na garagem coberta do Senado Federal, destinada preferencialmente aos Senadores e Senadoras em grupo de risco, para que possam exercer seu direito ao voto sem necessitar entrar no edifício do Senado Federal;

III - as urnas eletrônicas deverão informar o nome, o cargo e a imagem dos candidatos;

IV - o acesso ao Plenário da Comissão será reservado a Senadores e Senadoras e o número indispensável de funcionários da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Polícia Legislativa;

V - o acesso ao Plenário da Comissão será controlado por policiais legislativos, que poderão impedir a entrada de quem não estiver autorizado;

VI - o distanciamento social será realizado por meio da limitação de cadeiras, de forma a se garantir o limite físico de segurança;

VII - a transmissão de imagens e a captura de fotos nas dependências do Plenário serão realizadas exclusivamente via Agência/TV Senado.

Art. 4º Durante o funcionamento semipresencial de instalação da CPI da Pandemia, os Senadores e Senadoras que estiverem fora das dependências do Senado Federal poderão usar da palavra por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR), reservando-se o voto, uma vez que a eleição é secreta, aos Senadores e Senadoras que estiverem fisicamente nas dependências do Senado Federal.

Art. 5º O funcionamento da CPI da Pandemia, após sua instalação, será definido pelo respectivo Colegiado.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de abril de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7797-2 de 20/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERALDESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 7, de 2021

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando o art. 8º do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2012, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos eletivos do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde (SIS);

Considerando os incisos VI e VII do caput e o § 3º do art. 54 do Anexo do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução nº 13, de 2018, que institui o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde - SIS, o qual atribui ao Presidente do Senado Federal nomear os servidores efetivos, inscritos no SIS e eleitos pelos funcionários ao Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde;

Considerando o resultado final do processo eleitoral para o Conselho de Supervisão do SIS, posto no documento nº 00100.041517/2021-63, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **ANNA CAROLINA RABELLO DE LUCENA CASTRO**, matrícula nº 30822, **AGATHA BERNARDO**, matrícula nº 228270, **MARCELO CHAGAS MUNIZ**, matrícula nº 20774, e **RUI OSCAR DIAS JANIQUES**, matrícula nº 102882, para integrarem o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde (SIS) no Biênio 2021-2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de maio de 2021. Senador **Rodrigo Pacheco**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7820-1-S1 de 06/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO



PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1ª SECRETÁRIO Nº 02, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e, à vista do que consta no Documento nº 00100.005884/2021-01, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, a partir de 4 de janeiro de 2021, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria da Primeira-Secretaria nº 17, de 5 de agosto de 2020, publicada em 7 de agosto de 2020, no BASF nº 7461, Seção 1, e prorrogada pela Portaria da Primeira-Secretaria nº 20, de 21 de setembro de 2020, publicada em 25 de setembro de 2020, no BASF nº 7530, Seção 1, e pela Portaria da Primeira-Secretaria nº 24, de 2 de dezembro de 2020, publicada em 4 de dezembro de 2020, no BASF nº 7621, Seção 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2021. **Irajá Silvestre Filho**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7780-1-S1 de 07/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

REDESIGNAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 4, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que consta nos Processos nº 00200.012328/2018-50 e 00200.010681/2019-86, RESOLVE:

Art. 1º Redesignar os servidores **WESLEY DA COSTA CORRÊA**, Policial Legislativo Federal, matrícula nº 270171; **EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, Analista Legislativo, matrícula nº 105470; **DANIEL PEREIRA SANTANA**, Analista Legislativo, matrícula nº 223545, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão incumbida de dar continuidade à apuração dos fatos noticiados nos Processos nº 00200.012328/2018-50, 00200.010681/2019-86, conforme indicado na Portaria do Primeiro-Secretário nº 3, de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Ato, para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de março de 2021. **Irajá Silvestre Filho**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7756-1-S1 de 18/03/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

REDESIGNAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 6, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no documento nº 00100.025135/2021-92, RESOLVE:

Art. 1º Redesignar os servidores **JOÃO MARCELO DE CASTRO NOVAIS**, matrícula nº 51424, Técnico Legislativo, **ANTÔNIO TAVARES DOS SANTOS NETO**, matrícula nº 265424, Técnico Legislativo, e **SANDRA TAVARES DE ALMEIDA LOBO**, matrícula nº 49922, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão incumbida de dar continuidade à apuração dos fatos noticiados no Processo nº 00200.017403/2019-50, conforme indicado na Portaria do Primeiro-Secretário nº 17, de 2020, publicado no BASF 7461, Seção 1, de 7 de agosto de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 5 de março de 2021, para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de março de 2021. **Irajá Silvestre Filho**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7784-1-S1 de 09/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA DO 1ª SECRETÁRIO Nº 7, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no Processo nº 00200.018657/2019-95, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos termos do art. 139 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, e nos termos dos arts. 119, 143, 144, 146, 148, 149 e 152, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, pelo rito ordinário, para apurar as condutas relatadas no âmbito do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, Consultor Legislativo, matrícula nº 53706; **GIVAGO LAURENTINO DA COSTA**, Analista Legislativo, matrícula nº 257610; e **RICARDO ABRIL MARINHO**, Técnico Legislativo, matrícula nº 255650, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão instituída pela presente portaria.

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de março de 2021. **Irajá Silvestre Filho**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7784-1-S1 de 09/04/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA DO 1ª SECRETÁRIO N.º 8, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no processo n.º 00200.007436/2020-25, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos termos do art. 139 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal n.º 13, de 2018, e nos termos dos arts. 133, 138, 140, 143 e 148, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a recondução da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria do Primeiro-Secretário n.º 19, de 2020, composta pelos servidores **LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITO FILHO**, Consultor Legislativo, matrícula n.º 56392, **LUCIANA DA CUNHA CÉSAR**, Policial Legislativo, matrícula 300138; e **RODRIGO CARVALHO DE CASTRO CAIADO**, Técnico Legislativo, matrícula n.º 34529, para, sob a presidência do primeiro, apurar as responsabilidades do servidor mencionado no referido Processo.

Art. 2º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos desta comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2021. **Irajá**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original n.º: [7816-1-S1 de 04/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 9, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no documento nº 00100.038488/2021-52 e com fundamento no art. 152 da Lei nº 8.112, de 1990, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir de 20 de abril de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 3, de 2021, publicada no BASF nº 7717, Seção 1, de 19 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2021. **Irajá**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7814-1-S1 de 03/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1ª SECRETÁRIO Nº 10, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e, à vista do que consta no Documento nº 00100.044241/2021-75 e com fundamento no art. 152 da Lei nº 8.112, de 1990, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir de 17 de maio de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria do Primeiro Secretário nº 4, de 2021, publicada no BASF nº 7756, Seção 1, de 18 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de maio de 2021. **Irajá**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7842-1-S1 de 21/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1ª SECRETÁRIO Nº 11, de 2021

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e, à vista do que consta no Documento nº 00100.045756/2021-92 e com fundamento no art. 152 da Lei nº 8.112, de 1990, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir de 4 de maio de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada pela Portaria do Primeiro Secretário nº 6, de 31 de março de 2021, publicada no BASF nº 7784, Seção 1, de 9 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de maio de 2021. **Irajá**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7842-1-S1 de 21/05/2021](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C98888003CCF31.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD4AE1AD003D0543.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-2

| | |
|--------------------------|-------------------|
| Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Confúcio Moura. | MDB / RO |
| Daniella Ribeiro. | PP / PB |
| Dário Berger. | MDB / SC |
| Eduardo Braga. | MDB / AM |
| Eduardo Gomes. | MDB / TO |
| Elmano Férrer. | PP / PI |
| Esperidião Amin. | PP / SC |
| Fernando Bezerra Coelho. | MDB / PE |
| Flávio Bolsonaro. | REPUBLICANOS / RJ |
| Jader Barbalho. | MDB / PA |
| Jarbas Vasconcelos. | MDB / PE |
| Kátia Abreu. | PP / TO |
| Luis Carlos Heinze. | PP / RS |
| Luiz do Carmo. | MDB / GO |
| Mailza Gomes. | PP / AC |
| Marcelo Castro. | MDB / PI |
| Marcio Bittar. | MDB / AC |
| Mecias de Jesus. | REPUBLICANOS / RR |
| Nilda Gondim. | MDB / PB |
| Renan Calheiros. | MDB / AL |
| Rose de Freitas. | MDB / ES |
| Simone Tebet. | MDB / MS |
| Veneziano Vital do Rêgo. | MDB / PB |

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

| | |
|----------------------|--------------|
| Alvaro Dias. | PODEMOS / PR |
| Eduardo Girão. | PODEMOS / CE |
| Flávio Arns. | PODEMOS / PR |
| Giordano. | PSL / SP |
| Izalci Lucas. | PSDB / DF |
| Jorge Kajuru. | PODEMOS / GO |
| José Serra. | PSDB / SP |
| Lasier Martins. | PODEMOS / RS |
| Mara Gabrilli. | PSDB / SP |
| Marcos do Val. | PODEMOS / ES |
| Oriovisto Guimarães. | PODEMOS / PR |
| Plínio Valério. | PSDB / AM |
| Reguffe. | PODEMOS / DF |
| Roberto Rocha. | PSDB / MA |
| Rodrigo Cunha. | PSDB / AL |
| Soraya Thronicke. | PSL / MS |
| Styverson Valentim. | PODEMOS / RN |
| Tasso Jereissati. | PSDB / CE |

PSD - 11

| | |
|--------------------|----|
| Angelo Coronel. | BA |
| Antonio Anastasia. | MG |
| Carlos Fávaro. | MT |
| Carlos Viana. | MG |
| Irajá. | TO |
| Lucas Barreto. | AP |
| Nelsinho Trad. | MS |
| Omar Aziz. | AM |
| Otto Alencar. | BA |
| Sérgio Petecão. | AC |
| Vanderlan Cardoso. | GO |

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

| | |
|-----------------------|----------|
| Carlos Portinho. | PL / RJ |
| Chico Rodrigues. | DEM / RR |
| Davi Alcolumbre. | DEM / AP |
| Jayme Campos. | DEM / MT |
| Jorginho Mello. | PL / SC |
| Marcos Rogério. | DEM / RO |
| Maria do Carmo Alves. | DEM / SE |
| Rodrigo Pacheco. | DEM / MG |
| Romário. | PL / RJ |
| Wellington Fagundes. | PL / MT |
| Zequinha Marinho. | PSC / PA |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

| | |
|-------------------|-----------|
| Fernando Collor. | PROS / AL |
| Humberto Costa. | PT / PE |
| Jaques Wagner. | PT / BA |
| Jean Paul Prates. | PT / RN |
| Paulo Paim. | PT / RS |
| Paulo Rocha. | PT / PA |
| Rogério Carvalho. | PT / SE |
| Telmário Mota. | PROS / RR |
| Zenaide Maia. | PROS / RN |

Bloco Parlamentar Senado Independente - 8

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-2 / PSB-1

| | |
|---------------------|----------------|
| Acir Gurgacz. | PDT / RO |
| Alessandro Vieira. | CIDADANIA / SE |
| Cid Gomes. | PDT / CE |
| Eliziane Gama. | CIDADANIA / MA |
| Fabiano Contarato. | REDE / ES |
| Leila Barros. | PSB / DF |
| Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |
| Weverton. | PDT / MA |

| | |
|---|-----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil. | 24 |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL. | 18 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda. | 11 |
| PSD. | 11 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 9 |
| Bloco Parlamentar Senado Independente. | 8 |
| TOTAL | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)
Carlos Portinho** (PL-RJ)
Carlos Viana** (PSD-MG)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)
Cid Gomes** (PDT-CE)
Ciro Nogueira** (PP-PI)
Confúcio Moura** (MDB-RO)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)
Dário Berger* (MDB-SC)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
Eduardo Braga** (MDB-AM)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
Elmano Férrer* (PP-PI)
Esperidião Amin** (PP-SC)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
Fernando Collor* (PROS-AL)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)
Giordano** (PSL-SP)

Humberto Costa** (PT-PE)
Irajá** (PSD-TO)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)
Jader Barbalho** (MDB-PA)
Jaques Wagner** (PT-BA)
Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
Jayme Campos** (DEM-MT)
Jean Paul Prates* (PT-RN)
Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
Jorginho Mello** (PL-SC)
José Serra* (PSDB-SP)
Kátia Abreu* (PP-TO)
Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
Leila Barros** (PSB-DF)
Lucas Barreto** (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
Luiz do Carmo* (MDB-GO)
Mailza Gomes* (PP-AC)
Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
Marcelo Castro** (MDB-PI)
Marcio Bittar** (MDB-AC)
Marcos Rogério** (DEM-RO)
Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Nilda Gondim* (MDB-PB)

Omar Aziz* (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Otto Alencar* (PSD-BA)
Paulo Paim** (PT-RS)
Paulo Rocha* (PT-PA)
Plínio Valério** (PSDB-AM)
Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Reguffe* (PODEMOS-DF)
Renan Calheiros** (MDB-AL)
Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Rogério Carvalho** (PT-SE)
Romário* (PL-RJ)
Rose de Freitas* (MDB-ES)
Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Simone Tebet* (MDB-MS)
Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Telmário Mota* (PROS-RR)
Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Wellington Fagundes* (PL-MT)
Weverton** (PDT-MA)
Zenaide Maia** (PROS-RN)
Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

| | | |
|--|---|--|
| <p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55) Vice-Líder Ciro Nogueira (45,61)</p> <p>Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,43) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (44) Vice-Líderes do PP Ciro Nogueira (45,61) Luis Carlos Heinze (46)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 2 Mecias de Jesus (5)</p> | <p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (17,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (22,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71)</p> <p>Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (3,58) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,68) Styvenson Valentim (67)</p> <p>Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (21,25,37,56) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (57) Rodrigo Cunha (22,27,32,69)</p> <p>Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p> | <p>PSD - 11</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (51) Vice-Líderes Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (52)</p> |
| <p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (7) Vice-Líderes Jorginho Mello (1,9,40) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (41)</p> <p>Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (1,9,40)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p> | <p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Zenaide Maia - PROS (50)</p> <p>Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,48)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (50)</p> | <p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 8</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (49)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (60)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 2 Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 2 Randolfe Rodrigues (63,64)</p> <p>Líder do PSB - 1 Leila Barros (29,36,59)</p> |
| <p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (54) Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p> | <p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (47)</p> | <p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (19) Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30) Elmano Férrer (24) Carlos Viana (38)</p> |
| <p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p> | <p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (72)</p> | |

- Notas:
1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
 2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
 3. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
 4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
46. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
49. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
50. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
51. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
58. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,19) | 1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(4,19) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,19) | 2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(2,19) |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,16,19) | 3. ⁽¹¹⁾ |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,18) | 4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(11,18) |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾ | 1. VAGO ⁽⁹⁾ |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13) | 2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15) | 3. ⁽¹¹⁾ |
| PSD | |
| Senador Otto Alencar ⁽³⁾ | 1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾ |
| ⁽¹¹⁾ | 2. ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12) |

Notas:

1. Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
2. Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
3. Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
4. Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
5. Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
6. Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
7. Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
8. Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
9. Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): (61) 3303-4854



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| | 1. |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾ | 2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| VAGO ^(5,6) | 1. |
| PSD | |
| Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾ | 1. Senador Irajá ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ | 1. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |

Notas:

1. Vaga compartilhada.

2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).

3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).

4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).

5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).

6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾ | 1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾ | |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾ | |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾ | 1. |
| (7,10) | 2. (7,10) |
| PSD | |
| Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9) | 1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| VAGO ^(3,11) | 1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁶⁾ | 1. |
| Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽⁶⁾ | |

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD).

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS).

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| | 1. |
| | |
| | |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| | 1. |
| | |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| | 1. |
| PODEMOS | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| | 1. |
| PSD | |
| | 1. |

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| | 1. |
| | |
| | |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| | 1. |
| | |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| | 1. |
| PODEMOS | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| | 1. |
| PSD | |
| | 1. |

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4)CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 09/08/2021

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾ | 1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾ | 2. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾ | 1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁴⁾ | |
| PSD | |
| Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾ |
| Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾ | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12) |
| Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾ | 1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾ |

Notas:

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).
2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luís Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).
3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).
4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).
5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).



6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,54,57) | 1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,18,54,57) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,54,57) | 2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,18,54,57) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,54,57) | 3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,42,44,54,65) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,54,57) | 4. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,54,57) | 5. VAGO ^(9,41,45) |
| Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(4,57,59) | 6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(11,17,59) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,38,39,46,48) | 7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,59) |
| Senadora Kátia Abreu (PP-TO) | 8. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador José Serra (PSDB-SP) ^(12,51) | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,31,36,51) |
| Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(12,51,53) | 2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,40) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(12,51) | 3. VAGO ^(7,50,53) |
| Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,30) | 4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,34) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,26,29,50) | 5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(16,51) |
| Senador Giordano (PSL-SP) ^(14,32,34,63,64) | 6. VAGO ⁽¹⁶⁾ |
| PSD | |
| Senador Otto Alencar ^(2,49) | 1. Senador Angelo Coronel ^(2,24,49) |
| Senador Omar Aziz ^(2,23,49) | 2. Senador Antonio Anastasia ^(2,33,35,49) |
| Senador Vanderlan Cardoso ^(2,49) | 3. Senador Carlos Viana ^(2,25,49) |
| Senador Irajá ⁽⁶¹⁾ | 4. Senador Nelsinho Trad ⁽⁶¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| VAGO ^(3,47) | 1. VAGO ^(15,43,60) |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(3,27,28) | 2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾ | 3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,52) | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,52) |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,20,22,52) | 2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,52) |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,52) | 3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,52) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁶⁾ | 1. VAGO ^(56,62) |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(37,56) | 2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(56,58) |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(56,58) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(19,21,56) |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Orioivisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Aroldo de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Orlindo Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾ | 1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾ |
| Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾ | 2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾ | 3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾ |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾ | 4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ | 5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3) |

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41) | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47) |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41) | 2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41) | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41) |
| Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41) | 4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41) |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾ | 5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33) |
| | 6. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39) | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39) |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36) | 2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37) |
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35) | 3. VAGO ^(5,28,38,48) |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39) | 4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39) |
| Senador Giordano (PSL-SP) ⁽⁴⁹⁾ | 5. |
| PSD | |
| Senador Sérgio Petecão ^(1,34) | 1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34) |
| Senador Lucas Barreto ^(1,34) | 2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34) |
| Senador Angelo Coronel ^(12,34) | 3. Senador Otto Alencar ^(16,34) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾ | 2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50) |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40) | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾ | 1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44) |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴³⁾ | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43) |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 93/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾ | 1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾ |
| Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾ | 2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ | 3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾ | 4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ | 5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾ | 1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾ |
| Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾ | 2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾ |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ | 3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾ | 4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ | 5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾ | 6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,89) | 1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,89) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,89) | 2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,25,31,89) |
| Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(8,89) | 3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(8,89) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,20,89) | 4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,47,58,89) |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,81,89) | 5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,19,71,73,89) |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(4,89) | 6. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(9,66,67,76,80,89) |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾ | 7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁴⁾ | 8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(6,53,55,84,87) | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,29,56,84,87) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(6,84) | 2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(6,29,35,39,51,52,84,87) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(7,28,30,36) | 3. Senador Giordano (PSL-SP) ^(6,84,101) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,18,26,27,72,74) | 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,72,74,90,96) |
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96) | 5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(13,42,57,59,61,69,72,74,86) |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,42,78) | 6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(14,43,78,99,102) |
| PSD | |
| Senador Antonio Anastasia ^(2,54,83) | 1. Senador Otto Alencar ^(2,83) |
| Senador Lucas Barreto ^(2,83) | 2. Senador Carlos Viana ^(2,63,83) |
| Senador Omar Aziz ^(2,70,75,77,83) | 3. Senador Carlos Fávaro ^(2,54,77,83,97,100) |
| Senador Vanderlan Cardoso ⁽⁹⁷⁾ | 4. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁰³⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(3,79,82,92) | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾ | 2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(3,34,37) |
| Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾ | 3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(3,93) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,85) | 1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,15,16,85) |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,15,17,32,33,40,85) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,85) |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,85) | 3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,16,41,85) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(65,88,95,98,104) | 1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(88,95,98) |
| Senador Weverton (PDT-MA) ^(50,62,64,88) | 2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(38,88) |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(22,23,48,49,88) | 3. VAGO ^(21,24,88,104) |

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIJ).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLPSD).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴⁵⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44) | 1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,44) | 2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44) |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44) | 3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44) | 4. VAGO ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46) | 5. VAGO ^(21,53) |
| Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾ | 6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾ |
| Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39) | 7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾ |
| | 8. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42) | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42) |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41) | 2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42) |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41) | 3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51) | 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42) | 5. VAGO ^(12,37,41) |
| Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽⁵⁵⁾ | 6. VAGO ^(19,26) |
| PSD | |
| Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40) | 1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40) |
| Senador Carlos Viana ^(1,20,40) | 2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40) |
| Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40) | 3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40) |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52) |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾ | 3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43) | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43) |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43) | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾ | 1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56) |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(24,28,29,47) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47) | 3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾ |
| Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾ | 2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾ |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾ | 3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾ | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ |
| VAGO ^(1,3,4) | 5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46) | 1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46) | 2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(16,17,37,43,46) |
| VAGO ^(10,23,27,29,35,42) | 3. VAGO ^(17,42) |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾ | 4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾ |
| | 5. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40) | 1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40) |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40) |
| Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾ | 3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48) |
| Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39) | 4. Senador Giordano (PSL-SP) ^(19,22,31,49) |
| PSD | |
| Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38) | 1. Senador Nelsinho Trad ^(2,21,38) |
| Senador Otto Alencar ^(2,38) | 2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41) | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41) |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41) | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45) | 1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45) |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45) | 2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,45) |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentin, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾ | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(9,32,49) | 1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(9,13,49) |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(13,49) | 2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20,36,37,42,44) |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(13,18,20) | 3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,22) |
| Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾ | 4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(27,49) |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(24,32) | 5. VAGO ^(29,35) |
| | 6. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,46) | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,26,33,47) |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,46) | 2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,46,55) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,25,47) | 3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38,47) |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(11,26,47) | 4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,25,47,54) |
| PSD | |
| Senador Irajá ^(1,40,41,43,45) | 1. Senador Carlos Viana ^(1,2,45) |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. VAGO ^(1,31,34) |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²³⁾ |
| VAGO ^(21,39,53) | 2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,48) | 1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,17,48) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,48) | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,48) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| VAGO ^(3,51,56) | 1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,28,30,51,52) |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,51,52) | 2. VAGO ⁽¹⁹⁾ |

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1ª.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾ | 2. |
| Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾ | 3. |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾ | 4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾ | 5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾ | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾ | 2. |
| VAGO ^(1,2) | 3. |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾ | 4. |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾ | 5. |

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(1,22)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,49,52) | 1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,49,51,52) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,49,52) | 2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,49,52) |
| Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,49,52) | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,49,52) |
| Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(11,49,50,52) | 4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54) |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(5,17,21,41) | 5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,41) |
| Senadora Kátia Abreu (PP-TO) | 6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(7,29,30,44) | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,25,27,32,44) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,44) | 2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(13,44) |
| Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(12,38,53) | 3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(14,38,53) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(19,24,43) | 4. Senador Giordano (PSL-SP) ^(19,24,26,35,43,55,57) |
| PSD | |
| Senador Antonio Anastasia ^(2,42) | 1. Senador Lucas Barreto ^(2,31,42) |
| Senador Nelsinho Trad ^(2,28,42) | 2. Senador Sérgio Petecão ^(2,28,42) |
| Senador Carlos Viana ⁽⁴⁶⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,36) | 1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ | 2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,16,20,45) | 1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,45) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,45) | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,15,45) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁸⁾ | 1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(48,56) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(23,48) | 2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁸⁾ |

Notas:

* A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾ | 1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾ |
| Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁾ | 2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾ | 3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾ | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾ | 5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3) | 6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾ | 1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾ | 3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3) |

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39) | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39) |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39) | 2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(7,39) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39) | 3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39) |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39) | 4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33) |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾ | 5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39) |
| Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(11,47) | 6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾ | 7. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽⁴⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Giordano (PSL-SP) ^(5,36,49) | 1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36) | 2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36) | 3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45) |
| ^(18,20) | 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾ |
| VAGO ^(18,28,38) | 5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35) |
| PSD | |
| Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34) | 1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48) |
| Senador Carlos Viana ^(2,34) | 2. Senador Otto Alencar ^(2,34) |
| Senador Lucas Barreto ^(2,34) | 3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾ | 1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43) |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾ | 2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37) |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37) | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾ | 2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41) |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLD).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(12,40)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41) | 1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41) |
| Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41) | 2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41) | 3. VAGO ^(14,27,28,30) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) | 4. VAGO ⁽¹⁹⁾ |
| Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽³⁹⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35) | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35) |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35) | 2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35) |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8) | 3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33) |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33) | 4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33) |
| PSD | |
| Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32) | 1. Senador Irajá ^(2,32) |
| Senador Carlos Fávaro ^(2,32) | 2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29) | 1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34) | 1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34) |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34) | 2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37) | 1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37) |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37) | 2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38) |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
- Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46) | 1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46) |
| Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46) | 2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46) |
| VAGO ^(8,32,44) | 3. VAGO ^(13,44) |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾ | 4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44) |
| Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾ | 5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾ | 1. VAGO ^(5,35,41) |
| Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34) | 2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35) | 3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35) | 4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾ |
| PSD | |
| Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33) | 1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33) |
| Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33) | 2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42) | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾ | 2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36) | 1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36) | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39) | 1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39) |
| VAGO ⁽²⁾ | 2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42) | 1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42) | 2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(9,43) |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27) | 3. VAGO ⁽⁹⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23) | 4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15) |
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38) | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38) |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38) |
| ^(18,26) | 3. VAGO ^(19,33,38) |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37) | 4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37) |
| PSD | |
| Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36) | 1. Senador Nelsinho Trad ^(2,3,36) |
| Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36) | 2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29) | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39) | 1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39) | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| VAGO ^(11,41,46) | 1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41) |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41) | 2. VAGO ^(41,45) |

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
11. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).
12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).



14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,21)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,21)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9) | 2. |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁹⁾ | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁹⁾ |
| VAGO ^(11,13,20) | 2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾ |
| PSD | |
| Senador Omar Aziz ^(1,17) | 1. Senador Angelo Coronel ^(1,14,15,17) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5) | 1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,18) | 1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,18) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾ | 1. |
| Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽¹²⁾ | 2. |

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



20. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

21. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(5,38) | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(6,38) |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(5,12,38) | 2. VAGO ^(5,38) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(5,38) | 3. VAGO ^(5,11,25,29) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁸⁾ | 4. |
| | 5. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(4,35) | 1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,35) |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(4,13,35) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(4,13,35) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(20,28,31,37) | 3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(21,37) |
| Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(18,23,34) | 4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(18,19,24,34) |
| PSD | |
| Senador Irajá ^(1,33) | 1. Senador Nelsinho Trad ^(1,22,27,33) |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. VAGO ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| VAGO ^(2,30) | 1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁷⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,7) | 2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(14,15,16) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,36) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,36) |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(3,36) | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,36) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(26,40) | 1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(10,40) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁰⁾ | 2. VAGO |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| VAGO ^(1,5) | 1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4) |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾ | 2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾ |
| Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾ | 3. |

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾ |
| Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾ | 2. |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾ | 3. |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾ | 4. |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾ | 5. |
| Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾ | 1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾ |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾ | 2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾ |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾ |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾ | 4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾ |
| PSD | |
| Senador Omar Aziz ⁽²⁾ | 1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ |
| Senador Otto Alencar ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾ |
| Senador Carlos Viana ⁽²⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾ | 1. |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾ | 2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14) | 1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾ | 2. |

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).

13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).

14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93) | |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) | |
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) | 1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) | 2. |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) | 3. |
| VAGO ⁽¹⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾ | 1. |
| Senador Major Olimpio (Sem Partido-SP) | 2. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) | |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senador Weverton (PDT-MA) | 2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) | 1. |
| VAGO ⁽⁵⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) | 1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) | 2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾ |
| PODEMOS | |
| Senador Marcos do Val (ES) | 1. Senador Eduardo Girão (CE) |

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

| MEMBROS |
|------------------------------------|
| DEM |
| Senador Rodrigo Pacheco (MG) |
| PSD |
| Senador Irajá (TO) |
| PSDB |
| Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) |



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

| SENADOR | CARGO |
|-----------------------------------|-------------|
| Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) | PROCURADORA |

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|---|---------------|
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾ | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

| MEMBROS |
|---------------------------------|
| REDE |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

